

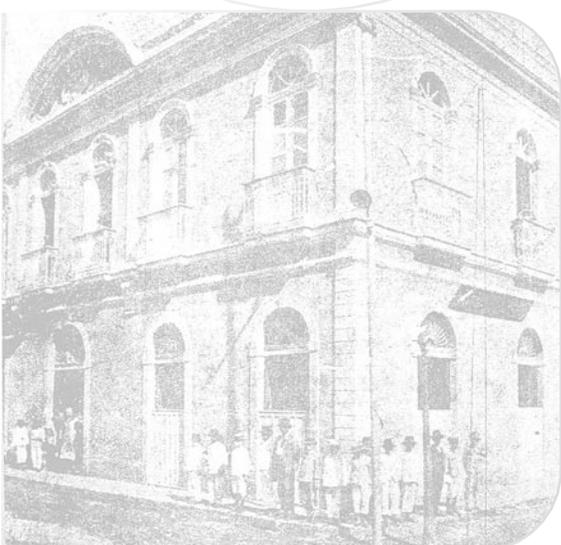
# A TRAJETÓRIA DE 100 ANOS DOS ETERNOS TITÃS

DA ESCOLA DE APRENDIZES  
ARTÍFICES AO INSTITUTO FEDERAL

*José Candido Rifan Sueth*  
*José Carlos de Mello*  
*Mariluz Sartori Deorce*  
*Reginaldo Flexa Nunes*

2009





# A TRAJETÓRIA DE 100 ANOS DOS ETERNOS TITÃS

DA ESCOLA DE APRENDIZES  
ARTÍFICES AO INSTITUTO FEDERAL

*José Candido Rifan Sueth*

*José Carlos de Mello*

*Mariluz Sartori Deorce*

*Reginaldo Flexa Nunes*

Copyright © 2009, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo  
TODOS OS DIREITOS RESERVADOS

NORMALIZAÇÃO TÉCNICA:  
Norma Pignaton Recla Lima e Adélia de Oliveira Montemor

REVISÃO DE TEXTO:  
Ana Maria Quirino e Francisco Carlos Peixoto

PROJETO GRÁFICO:  
Coordenadoria de Comunicação Social - Ifes e Bios Editoração

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)  
(Biblioteca do campus Vitória do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, ES, Brasil)

T768 A Trajetória de 100 anos dos eternos titãs : da Escola de Aprendizes Artífices ao Instituto Federal / José Candido Rifan Sueth ... [et al.]. - Vitória, ES : Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, 2009.

176 p. : il.

ISBN: 978-85-62934-00-1

1. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo - História. 2. Escolas técnicas - Espírito Santo (Estado). I. Sueth, José Candido Rifan.II. Deorce, Mariluz Sartori. III. Mello, José Carlos de. IV.Nunes, Reginaldo Flexa. V. Título

CDD: 373.2467



Ministério  
da Educação



*Este livro foi confeccionado no formato 22 x 31cm, com texto principal na fonte Linux Libertine O, corpo 11/15,5, e títulos na fonte Fontin, corpo 18/18. Impresso em papel couchê fosco 115g.*

# Agradecimentos

**P**ara a pesquisa e redação deste livro, teríamos que agradecer a muitos, especialmente àqueles que, ao longo de nosso trabalho, acompanharam de perto nossos esforços e deram sugestões. É quase impossível citar nomes. Eles são tantos! Para não correremos o risco de esquecer, optamos por mencionar os setores ou os organismos nos quais trabalham esses heróis que, anonimamente, contribuíram para a efetivação desta homenagem prestada aos 100 anos da Escola dos titãs.

Assim, quanto ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, não poderíamos nos esquecer dos inúmeros depoimentos de atuais ou antigos servidores e alunos, como também do apoio efetivo dos Diretores e das diversas Gerências, que deram à equipe de trabalho possibilidades para a produção do livro. O mesmo se pode dizer das Coordenadorias, especialmente as do Cadastro, Registros Escolares, Biblioteca, Mecanografia, Almoxarifado, Recursos Humanos e de Ensino, sem cujo apoio seria impossível levar adiante o hercúleo trabalho de aproximadamente dois anos de pesquisa.

Também agradecemos às informações prestadas por membros do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (Seção Vitória) e do Grêmio Rui Barbosa, em cujos arquivos acham-se registrados importantes eventos relacionados com o Instituto Federal do Espírito Santo. Embora não pertencendo ao quadro de servidores da Instituição, efetivamente colaboraram na coleta de dados os então professores contratados pela Instituição, Sandra Maria Santos Almeida e Marco Antonio Dall'Orto dos Santos.

Somos também muito gratos à contribuição do professor da Universidade Federal do Espírito Santo, Dr. Sebastião Pimentel Franco, conhecedor da História capixaba, a quem submetemos o resultado de nossa pesquisa e cujas inteligentes observações foram todas acatadas pelo grupo que redigiu o livro.

Agradecemos também ao Arquivo Geral do Município de Vitória, ao Arquivo Público Estadual e à Biblioteca Pública Estadual Levy Rocha, que reúnem dados preciosos da vida e da identidade capixaba, úteis para a contextualização da história dessa importante instituição educacional capixaba, que é o Ifes.

Tocou-nos sobremaneira a presteza no fornecimento de informações pedidas ao Centro de Documentação e Informação/CEDI da Câmara dos Deputados Federais.

Queremos aqui ressaltar a beleza de gestos de duas autoridades que se dispuseram a estimular a publicação deste livro: o governador Paulo Hartung e o prefeito João Coser, que redigiram as calorosas palavras dos textos de apresentação.

A todos, nosso muito obrigado,

OS AUTORES

# A TRAJETÓRIA DE 100 ANOS DOS ETERNOS TITÃS



Segundo prédio da EAA, na R. Presidente Pedreira, em 1917.

1909

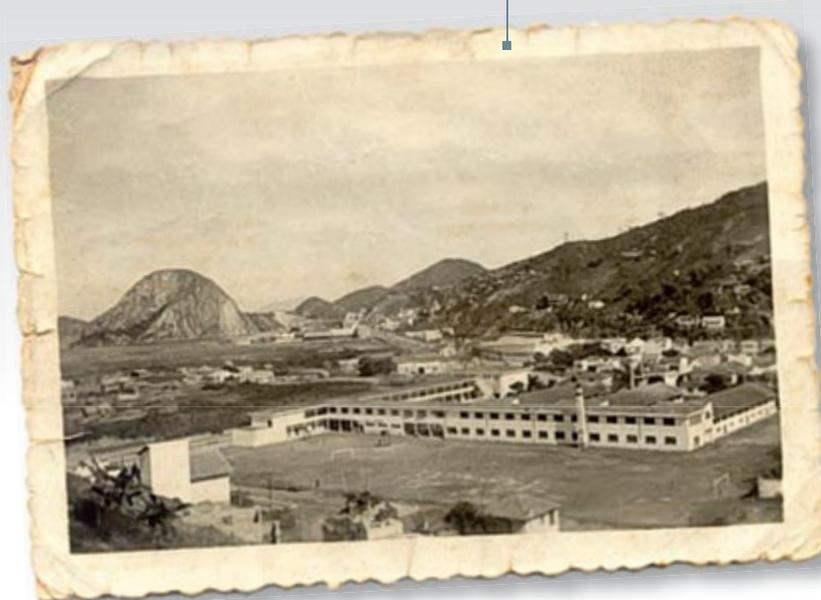
1919

1929

1939

1949

1959



A ETV na década de 1940.

# DA ESCOLA DE APRENDIZES ARTÍFICES AO INSTITUTO FEDERAL



A ETFES na década de 1990.

1969

1979

1989

1999

2009



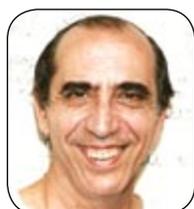
Comemorações do 90º aniversário do Cefetes, em 1999.



Cumprimentado pelo ministro Fernando Haddad, toma posse o novo reitor do Instituto Federal do Espírito Santo, Dr. Denio Rebelo Arantes, ladeado pelo ex-diretor-geral, professor Jadir José Pela, em março de 2009.



# Autores



**José Candido Rifan Sueth** é Mestre em História Social das Relações Políticas, pela Universidade Federal do Espírito Santo e especialista em História Social do Brasil. Participa de grupo de pesquisa (CNPq) que estuda Educação profissional e tecnológica. É Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo e autor da obra História do Espírito Santo para o vestibular da Ufes. Também é autor de Espírito Santo, um estado “satélite” na Primeira República: de Moniz Freire a Jerônimo Monteiro (1892–1912), publicado pelo Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal do Espírito Santo. É professor concursado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo.



**José Carlos de Mello** é graduado em Geografia pela Universidade Federal Fluminense e especialista em Educação Tecnológica pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais. Participa de grupo de pesquisa (CNPq) que estuda Educação profissional e tecnológica. É professor concursado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo.



**Mariluz Sartori Deorce** é graduada em Geografia pela Universidade Federal de Espírito Santo, especialista em Planejamento Educacional pela Associação Salgado de Oliveira de Educação e Cultura, especialista em Educação Ambiental pela Universidade Castelo Branco e Mestre em Pedagogia profissional pelo Instituto Superior Pedagógico para Educação Técnica e Profissional “Hector A. Pineda Zaldívar” (ISPETP/Cuba) com revalidação pela Universidade Federal de Santa Catarina. Participa de grupo de pesquisa (CNPq) que estuda Educação profissional e tecnológica e é membro fundador do Instituto Arqueológico Histórico Geográfico de Cariacica. É professora concursada do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo.



**Reginaldo Flexa Nunes** é graduado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte e em Filosofia pela Universidade Federal do Espírito Santo. É especialista em História do Brasil pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e participa de grupo de pesquisa (CNPq) que estuda Educação profissional e tecnológica. Coordena o Sindicato Nacional SINASEFE – seção Vitória-ES e é professor concursado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo.



# Referência capixaba

Neste início de milênio, o Espírito Santo comemora diversos centenários históricos. Aos 100 anos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (também chamado Instituto Federal do Espírito Santo, Ifes), que se celebram, neste 2009, com esta bela e fundamental publicação, podemos relacionar, entre outras iniciativas, os centenários do Arquivo Público Estadual (1908) e da Junta Comercial do Estado do Espírito Santo (1908).

São datas significativas que, dignas de plena celebração e júbilo, também revelam o tardio processo de desenvolvimento experimentado pelo Espírito Santo em relação à maioria dos estados da Federação. Só conseguimos iniciar nossa caminhada à autonomia a começar da República e em razão de governantes visionários, como Moniz Freire, Jerônimo Monteiro e outros. Impulso tardio que só demonstra a importância da missão conferida a instituições que tiveram de se desdobrar para recuperar o tempo perdido e constituir uma nova realidade do pouco que existia, apesar de quase quatro séculos de história capixaba. Nesse sentido, o Ifes vem cumprindo com louvor sua tarefa.

É de especial memória o fato de que, desde o início dos modernos tempos capixabas, o Ifes está contribuindo para o desenvolvimento de nossa terra. Da Escola de Aprendizes e Artífices do Espírito Santo ao Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo, que se fez uma verdadeira instituição capixaba, atravessou um século, formando profissionais de excelência que ajudaram e ajudam a construir a nossa história de superações e sucessos.

E assim, certamente, permanecerá, pois é importante notar que, se o Ifes nasceu em uma era decisiva para o Estado, ele completa 100 anos em momento igualmente estratégico para a vida socioeconômica e política capixaba. Antes, dávamos os primeiros passos rumo a um Espírito Santo menos dependente dos grandes centros, em busca de uma identidade econômica, política e cultural. Agora, a instituição ajuda a construir o novo ciclo de desenvolvimento capixaba, inaugurado em 2003. Grandes momentos, estratégicas missões para uma instituição educacional de referência entre nós.

Nesse sentido, a Escola Técnica, nome que o Ifes tinha quando vivi minha adolescência, foi um marco para a minha geração, como, aliás, tem sido para gerações e gerações de capixabas. Como a maioria dos jovens, tive o projeto de estudar lá. A intenção foi abandonada após conversa com meu pai sobre o que eu queria para o meu futuro: a formação técnica ou a graduação superior. Meu pai não achava justo eu, que pretendia ser economista, disputar e talvez ocupar uma vaga de quem buscava o diploma de técnico.

Além de ter povoado meus sonhos juvenis, a Escola Técnica foi uma vizinha muito especial para mim. Meu saudoso pai, Paulo Pereira Gomes, era um dos sócios da Mobiliadora Canaã, que funcionava em frente à escola. O campo do Rio Branco, comprado pela instituição, também era ponto de encontro para os jovens que moravam em Jucutuquara ou por lá circulavam. Impossível esquecer.

Como governador, tenho experimentado a alegria de poder contribuir para a expansão do ensino técnico em nosso Estado. Além de termos constituído uma rede esta-

dual de escolas técnicas, a exemplo do Vasco Coutinho em Vila Velha, e retornado com o ensino profissionalizante em nossas instituições de ensino médio, entre outras iniciativas, viabilizamos, junto com a bancada federal, a abertura de novos centros federais de educação tecnológica no Espírito Santo. Um movimento que se deve, em fundamental medida, à exitosa e histórica trajetória do centenário Ifes de Vitória.

Para nós, a educação é o caminho para a construção do desenvolvimento sustentado. É um instrumento privilegiado para garantirmos o acesso democrático às oportunidades de crescimento individual e coletivo. É a base para alcançarmos um tempo de prosperidade compartilhada.

Sempre digo que o maior patrimônio que conquistamos, que a melhor herança que os pais podem deixar para os filhos é o conhecimento. Se há séculos essa afirmação tem sido uma verdade inquestionável, na atual sociedade da informação, na economia global interligada pelas tecnologias de comunicação, na era da intermitente superação tecnológica, ela se torna uma sentença de inclusão competitiva ou de exclusão praticamente incontornável.

Por isso, trabalhamos para avançar em todos os campos de nossa economia, mas investimos prioritariamente em educação. Hoje o Espírito Santo é um grande fornecedor de *commodities*, mas queremos tornar-nos produtores de saber, exportadores de conhecimento. Nessa caminhada, o Ifes tem muita contribuição a dar. Vida longa, pois, ao Ifes. Que venham os próximos 100 anos com a mesma energia de sempre, em favor de um novo Espírito Santo, com oportunidade para todos.

**Paulo Hartung**

GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

# Um século dando lições de futuro

**H**á cem anos, quando foi fundada em Vitória a Escola de Aprendizes Artífices, o Espírito Santo ainda tinha no café a base da sua economia, mas já sonhava com o futuro anunciado pelas indústrias que começavam a surgir no país. “O Brasil de ontem saiu das academias, o de amanhã sairá das oficinas”, dizia o presidente Nilo Peçanha, enquanto implantava esses centros de educação técnica nas capitais brasileiras. O objetivo era formar os jovens para o novo tempo que o país começava a viver. Com um detalhe importante que fez toda a diferença: as novas escolas destinavam-se aos filhos das então chamadas *classes proletárias*.

Atualmente, transformado em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, o nosso velho e respeitado Cefetes – cuja trajetória é tão bem retratada neste livro – continua participando ativamente de todas as transformações econômicas no estado e, de modo especial, em Vitória. E, graças ao trabalho e à competência de seus diretores e professores, segue como exemplo luminoso do que uma educação de qualidade e a formação profissional adequada podem fazer pelos jovens que mais necessitam de atenção do poder público, o que é, para mim, o aspecto mais importante dessa iniciativa centenária. E cada vez que passo diante da escola, hoje instalada em Jucutuquara, quase em frente à antiga fábrica de juta onde estamos implantando o Centro de Referência do Trabalho, é neles que penso. Nos jovens que, ao longo de tantas gerações, encontraram nessas salas e oficinas o apoio necessário para superar as limitações econômicas de suas famílias e construir uma nova história para si mesmos, pois no antigo Cefetes, hoje carinhosamente chamado de Ifes, sempre foi assim: para cada desafio, uma oportunidade; para cada sonho, uma vitória.

**João Coser**

PREFEITO DE VITÓRIA



# Prefácio

Convidado a prefaciar este livro sobre a história dos “100 anos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo”, senti-me feliz, honrado e muito agradecido. Simultaneamente, senti-me cômico das limitações do próprio conhecimento, das limitações do espaço, do tempo e... das memórias.

Certamente, esta é tarefa de muita responsabilidade. Mas, como muitas outras responsabilidades ao longo de minha vida de trabalho na instituição, aceitei-a, procurando fazer o melhor. Conto, portanto, com a sua compreensão, caro leitor, desculpando este engenheiro e professor aposentado, por qualquer eventual falha aqui cometida.

Com o estímulo do livro, muitas histórias, imagens, cenários e pessoas vieram à minha mente. Simultaneamente, emoções, percepções e sentimentos envolveram meu coração, recordando não poucos momentos desses tempos da “Escola”. Nela tive a oportunidade de viver ao longo de muitos anos de trabalho, até minha aposentadoria: como professor, desde o ano de 1965 e mesmo anteriormente, pois meu pai, *Joaquim Botechia*, já nela trabalhava como professor desde a década de 1940.

Com o mesmo espírito deste livro ora apresentado, ainda nos longínquos anos de 1970 sentimos a necessidade de registrar, com os recursos da época, um tanto desta história de trabalho, educação e construção. Assim, todo meu envolvimento com a instituição possibilitou a publicação, junto com uma equipe, do primeiro estudo sobre a história daquela que, naquele momento, era a *Escola Técnica Federal do Espírito Santo (ETFES)*. Em setembro de 1979, depois de muitas pesquisas, entrevistas e revisão de documentos, conseguimos publicar – com o apoio dos saudosos professores *José Carlos Drews*, *Regina Maria Guimarães de Queiroz* e *Moema Maria Oliveira Guimarães* – um documento intitulado “*O Visgo Eteviriano*”, que se tornou obra de referência em seu contexto, apesar de suas limitações. Na apresentação podemos ler: “*Nossa intenção, ao montarmos este histórico, foi lembrar nosso passado, conhecer nossas raízes, identificar as profundas transformações vividas pela Escola desde sua criação, em 1909, até os dias de hoje. Para surpresa nossa, ao tentarmos encontrar fontes de pesquisa, descobrimos que o maior acervo era o depoimento de ex-alunos, ex-funcionários e suas famílias. Todos, com amor, carinho e até mesmo, paixão, reviveram, nos seus relatos, quase que as próprias vidas na vida da Escola*”.

No “*Visgo*”, conta-se a origem do Ensino Industrial no Brasil e no Espírito Santo e mostra-se a “*nossa Escola Técnica*” em plena atividade, com a dedicação e carinho de todos os envolvidos.

Todos os envolvidos... Difícil não errar ao escolher alguns... Difícil não cometer alguma omissão. Assim, peço desculpas, mas não me é possível citar todos. Mas, com certeza, mesmo que não explicitamente citados, todos estão aqui, presentes, pois são a história – produziram e produzem a história viva.

E por que falar de... alguns? Na verdade, escolhi falar não de alguns, mas sim de gente, de trabalhadores, pois uma instituição se faz com pessoas, com seu trabalho, suas decisões e escolhas. Esta gente faz a história cotidianamente. Então, ao citar, apenas contemplo minha participação ao lado de tantos.

Por exemplo, é difícil falar com poucas palavras de meu saudoso pai, o professor *Joaquim Botechia*. Meu pai, natural de Alfredo Chaves-ES, estudou nas Escolas Salesianas de Jaciguá-ES e Niterói-RJ e ingressou na antiga *Escola Técnica de Vitória (ETV)*, em 25 de setembro de 1945. Ele foi professor (chefe do Curso de Serralheria), padrão J. da cadeira de Forja e Serralheria da Escola Técnica de Vitória, da Divisão de Ensino Industrial do Departamento Nacional de Educação, do Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde, dos cursos de “Aprendizagem Industrial e Ginásio Industrial”. Nessa área, atualmente funciona o Laboratório de Soldas. Após a reforma do laboratório, foi professor do “Curso Técnico de Mecânica”, nas disciplinas de “Solda Elétrica e Oxi-acetilênica”, ajudando a formar grandes profissionais.

Recordo também o ano de 1964, quando eu e o professor *Wandoaley José Jeveaux*, muito incentivados pelo diretor da Escola à época, Dr. *Mauro Fontoura Borges*, fizemos o curso de “*Magistério de Eletricidade*” na então “*Escola Técnica de Curitiba*”. Essa pequena semente, com esforço do saudoso diretor, viria a frutificar em 1965. A “*oficina de eletricidade*” já funcionava na garagem de sua residência, em área de cerca de 50m<sup>2</sup>, com bancadas de carpintaria e com precariedade de materiais.

A “*oficina*” atendeu à aprendizagem industrial e parte do ginásio industrial. À custa de muita dedicação e coragem, transferiu-se, em 1969, a pequena oficina para a área onde funcionava o antigo Laboratório de Metrologia – hoje Laboratório de Hidráulica – e foram então criados os cursos técnicos de Eletrotécnica e de Eletromecânica, este último já extinto.

Com muito esforço, ampliou-se então a área da oficina para o local que compreenderia, hoje, o Laboratório de Hidráulica e Pneumática, a Coordenadoria de Mecânica e o corredor, utilizando mobiliário (mesas) do extinto refeitório.

Muito trabalho e dedicação foram necessários, de todos os que queriam ver a Escola crescer, sempre incentivados por Dr. *Mauro*. A partir de outubro de 1970, assumiu a direção da Escola o professor e engenheiro *Zenaldo Rosa da Silva*. Este, após detalhado planejamento, deu início a várias construções. A primeira delas foi a do pavilhão do Curso Técnico de Eletrotécnica.

Em 1972, com o apoio e empenho do professor *Wandoaley*, assumi a coordenação dos cursos de Mecânica e Eletrotécnica.

Desde o início de meu vínculo de trabalho, participei do esforço coletivo e integrado do desenvolvimento da Escola. Em todos os momentos e circunstâncias procurei, junto com os colegas e amigos desse tempo, colaborar para o crescimento da “*nossa Escola*”. Relembrar aqui todas as circunstâncias seria demasiado para um texto que não pretende ser longo. Mas aqueles que comigo conviveram à época e os outros amigos e colegas que chegaram depois, com o mesmo espírito de dedicação e interesse pela Escola, com certeza conhecem os resultados do esforço realizado pela “*comunidade eteviana*”.

Vi surgirem os resultados das reformas dos pavilhões de Mecânica e Eletrotécnica (1972-1978); relembro a construção dos pavilhões de salas de aula e de salas de desenho

(1972–1977) e da Praça de Esportes e Dependências (1980–1983); rememoro a participação no grupo de trabalho para a implantação do Curso Técnico de Metalurgia e do Curso de Processamento de Dados, além da sua instalação propriamente dita. Além disso, a partir de 1976, já como assessor do diretor à época, Dr. *Zenaldo Rosa da Silva*, continuei trabalhando sempre com os olhos voltados para o futuro da Escola.

Mais cenas retornam, como o desenvolvimento do “projeto MEC/BIRD”, executado com atenção às necessidades de todas as áreas, atendendo às solicitações de professores, coordenadores e funcionários, trazendo tantos equipamentos, acervo e obras para a Escola, na busca da melhoria e da qualidade dos cursos. Com esse projeto, pudemos construir a nova Biblioteca, o Canteiro de Obras, a Oficina de Manutenção, adquirir novos mobiliários e ainda ampliar o acervo bibliográfico e equipamentos para os Laboratórios de Cursos/Áreas/Disciplinas.

Chegamos a 1988, quando me tornei “Coordenador de Planejamento”, continuando a trabalhar da mesma forma simples e dedicada, dando o melhor de minhas reflexões e esforço para a Escola e para os amigos e colegas que aqui encontrei. Dediquei tempo e empenho na reorganização da coleta e análise de dados sobre a Escola, no orçamento, nas aquisições de materiais e equipamentos, para dotar nossa comunidade de condições sempre melhores de trabalho. E assim tivemos a nova central telefônica, digital, de moderna tecnologia, disponibilizando comunicação de voz e dados e os novos equipamentos para o Curso Técnico de Processamento de Dados, de tecnologia avançada, de acordo com os recentes aperfeiçoamentos da informática.

Tanto tempo, tanto trabalho, tantos fatos e histórias que não caberiam em poucas palavras. Dos dissabores eventuais da vida procuramos não falar. Valeu o esforço, valeram os resultados. A pequena semente frutificou e agora já tem *100 anos de história*, com nossa modesta colaboração, ao lado de tantas “gentes”, apoiados por tantos corações e mentes.

Por assim ser, continuo acreditando nos ideais das vidas dedicadas à “*nossa Escola*”, “*nosso Ifes*”. Assim, sem citar mais nomes, para não correr o risco de errar muito, agradeço, mais uma vez, aos amigos e colegas que comigo trabalharam, pois o Ifes é uma obra coletiva em permanente construção, fazendo história na educação brasileira.

Parabenizando a equipe escolhida para sua produção, concluo o prefácio desta nova obra com alegria por sua publicação. Essa equipe, em mais um esforço coletivo, pretendeu fazer uma pesquisa de acordo com as mais recentes tendências da historiografia, fundamentada na consulta a arquivos quase intocados, como os de antigos jornais de Vitória-ES e os do Ministério da Agricultura, guardados na Universidade de Chicago (EUA). Desse esforço surge mais uma obra de referência que, esperamos, sirva para ilustrar e fomentar ainda mais o progresso do Ifes, em estreita conexão com o progresso do estado do Espírito Santo.



# Sumário

INTRODUÇÃO.....	19
O PAPEL DO IFES NO ATUAL CONTEXTO CAPIXABA .....	23
<b>PARTE I</b>	
ESCOLA DE APRENDIZES ARTÍFICES E LICEU INDUSTRIAL DE VITÓRIA (1909–1942) .....	31
O Brasil em que nasceram os “jovens titãs” .....	33
A Escola de Aprendizes Artífices .....	36
No Parque Moscoso em Vitória .....	39
Três décadas .....	44
<b>PARTE II</b>	
A ESCOLA TÉCNICA DE VITÓRIA (1942–1965) .....	53
Nova sede em Jucutuquara .....	55
O voo dos jovens titãs .....	60
A Escola Técnica de Vitória .....	71
<b>PARTE III</b>	
A ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (1965–1999) .....	81
O Espírito Santo no cenário nacional .....	83
A Escola Técnica e o Golpe Militar de 64 .....	85
A Escola Técnica e o novo Espírito Santo .....	90
Presidentes, “reis” e um futuro brilhante .....	103
Escola Técnica, centro de excelência .....	108
E os titãs se mobilizam .....	118
<b>PARTE IV</b>	
O CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO ESPÍRITO SANTO (1999–2008) .....	129
O Espírito Santo e o Brasil no Século XXI .....	131
Os desafios do Cefetes .....	134
Os filhos caçulas .....	140
<b>PARTE V</b>	
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO .....	145
REFERÊNCIAS .....	159



# Introdução

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (Ifes) foi oficializado em 23 de setembro de 1909, no governo do presidente Nilo Peçanha e regulamentado pelo Decreto 9.070, de 25 de outubro de 1911, recebendo o nome de Escola de Aprendizes Artífices do Espírito Santo (EAA). Seu propósito era o de formar profissionais artesãos, voltados para o trabalho manual, um fator de efetiva importância social e econômica.

A partir de 1937, passou a formar profissionais para a produção em série, porém com características artesanais, denominando-se, então, Liceu Industrial de Vitória, que, em 25 de fevereiro de 1942, foi transformado em Escola Técnica de Vitória. Em 11 de dezembro de 1942, em regime de internato e externato, foi inaugurado o prédio com oficinas e salas de aula para atender aos cursos de Artes de Couro, Alfaiataria, Marcenaria, Serralheria, Mecânica de Máquinas, Tipografia e Encadernação. Em 3 de setembro de 1965, passou a ser chamada Escola Técnica Federal do Estado do Espírito Santo-ETFES. A partir de março de 1999, transformou-se em Centro Federal de Educação Tecnológica-Cefet, o que possibilitou novas formas de atuação e um novo paradigma de instituição pública profissionalizante. Em 2004, o Cefetes torna-se uma Instituição de Ensino Superior por meio dos Decretos 5.224 e 5.225, atualmente substituídos pelo 5.773. No final de 2008, o Cefetes foi transformado em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo ou, simplesmente, Instituto Federal do Espírito Santo, Ifes.

Em face dessas transformações, que importância tem para o atual desenvolvimento de nosso estado o crescimento de uma instituição como o Instituto Federal do Espírito Santo? Nesta obra, procuraremos tratar de aspectos que forneçam indicações úteis não só aos formadores de opinião, mas também àqueles que, na qualidade de discentes ou docentes, já passaram por essa experiência inesquecível de pertencer à família do Ifes. Naturalmente, aos formadores de opinião o histórico aqui relatado também servirá como fonte de reflexão, neste importante momento em que o Espírito Santo se prepara para um verdadeiro *boom* econômico, produzido pela questão petrolífera, pelo turismo e pelo incremento industrial das últimas décadas. Neste livro, esses formadores poderão encontrar algumas respostas às indagações, levantadas constantemente, a respeito do papel do Ensino Profissional em geral e do Ifes em particular, no desenvolvimento do Espírito Santo na atualidade.

Sem desprezar os aspectos econômicos – em geral muito focalizados nesse tipo de estudo –, a abordagem aqui procura, entretanto, fundamentar seus conceitos numa gama bem maior que a estritamente econômica e valorizar outros aspectos, tais como o político, o cultural e o cotidiano.

O embasamento teórico desse procedimento pode ser encontrado no conhecido homem de finanças da atualidade, Georges Soros, que se graduou pela London School of Economics e recebeu títulos honorários de doutor da New School for Social Research, da Universidade de Oxford e da Universidade de Yale. Ele afirma que a atividade econômica representa apenas uma faceta da existência humana que abrange diferentes esferas: “O ponto que procuro sustentar é que o comportamento econômico é apenas um tipo de

comportamento e que os valores que a teoria econômica aceita como dados não são as únicas modalidades de valores que prevalecem na sociedade”.<sup>1</sup>

Fundamentamo-nos não somente em estudos que já analisaram a história do Ifes, mas também em informações colhidas em atas da escola, jornais diários, jornais escolares, boletins e muitos depoimentos prestados por diretores, professores, alunos e funcionários (na ativa ou não). Desse modo, este livro acha-se impregnado de história oral, tão legítima em fonte como qualquer outra, não induzindo a mais erros do que os de outras fontes documentais e históricas, pois o conteúdo de uma reportagem de jornal, ou mesmo de uma correspondência, não é menos sujeito a distorções factuais do que uma entrevista gravada.<sup>2</sup>

Muito já se estudou e se tem estudado com relação à escola. Assim, já existe uma obra inteligente e preciosa, denominada “Visgo Eteviriano”, a qual contém informações e análises, todas aproveitadas na elaboração deste novo livro. Em contrapartida, vários estudiosos – servidores ou não da instituição – têm desenvolvido pesquisas, transformadas em dissertações de mestrado ou teses de doutorado, também com análises e dados utilíssimos para a pesquisa que deu origem a este livro. Somente à guisa de exemplo – mesmo correndo o risco de injustiça quanto à omissão de nomes –, gostaríamos de citar Marcelo Lima e Antônio Henrique Pinto, cujas teses de doutorado, embora tratassem de temas especificamente voltados para a área pedagógica, foram exaustivamente estudadas, com vistas à inclusão de suas informações em nosso texto final.

Além desse importante material já escrito, nosso grupo de pesquisas analisou inúmeras atas, antigas entrevistas, jornais e outras fontes de informação. Não foi possível entrevistar todos quantos queríamos. A escassez de tempo nos impôs essa injustiça, mas conversamos com muitos que, ou tiveram um papel explícito no desenvolvimento da instituição, ou são, por assim dizer, “heróis anônimos” que, como funcionários, professores ou estudantes, também colocaram preciosos tijolos na construção deste imenso edifício, que ainda hoje chamam de “Escola Técnica”.

Nosso livro pretende ser uma contribuição a mais para a reconquista dessa brilhante história, e não uma dissertação de mestrado ou uma tese de doutorado. Mesmo aplicando rigorosamente as regras de qualquer pesquisa científica, temos a intenção de aqui ancorar nossa narrativa naquilo que talvez possa chamar crônica, já que se fundamenta no fluxo de acontecimentos históricos experimentados de perto, ou quase tão perto. Trata-se, portanto, de uma crônica que assume “uma faceta historiográfica” e um caráter de “registro” que “coloca lado a lado as grandes decisões políticas e a vida acontecendo nas ruas, revirando e aproximando esses dois lados com um poder de relativização desconcertante”.<sup>3</sup> Talvez possamos dizer que este trabalho seja uma crônica que oscila entre o texto histórico e o jornalístico, tendo a seu favor esse vínculo com os acontecimentos.

Nesta obra, procurou-se articular o desenvolvimento desse importante tema com a grande tendência, hoje em vigor, de versar sobre assuntos dessa natureza, de modo mais fácil para a compreensão dos que não são especialistas, o que se deve provavelmente ao

fato de os livros de história escritos por jornalistas terem virado *hits* editoriais nos últimos tempos, levando muitos historiadores à necessidade de escrever também em linguagem inteligível para o grande público.<sup>4</sup> Trata-se de uma tradição anglo-saxônica, de narrativas de não ficção, com embasamento científico, mas escritas de maneira que o grande público não especialista as compreenda, o que só se desenvolveu no Brasil mais recentemente.<sup>5</sup> A propósito, podemos mencionar a inteligente observação da historiadora Francisca Azevedo: “[...] a universidade está fazendo uma autocrítica, os historiadores sabem que é importante fazer algo mais palatável, *light*. Antes era bacana escrever mostrando erudição. Não dá mais para ser assim”.<sup>6</sup>

Uma de nossas mais valiosas fontes de consulta foi o site da Universidade de Chicago, que, surpreendentemente, reúne documentos da História do Brasil, entre eles os relatórios do Ministério da Agricultura anteriores à fundação do Ministério da Educação da Era Vargas, que era encarregado de supervisionar as Escolas de Aprendizes Artífices, antecessoras das Escolas Técnicas Federais e, por conseguinte, do Ifes. É interessante observar o atual interesse dos norte-americanos pela História do Brasil, tanto que esse desejo os levou a escanear os relatórios do antigo Ministério da Agricultura brasileiro e a colocá-los à disposição de pesquisadores na Internet, facilitando, assim, nossa pesquisa para compor este livro. O historiador Kenneth Maxwell, do Centro de Estudos Brasileiros da conceituada Universidade de Harvard, argumenta que “há uma nova geração de pesquisadores que [...] aprendeu a observar a sociedade civil brasileira”.<sup>7</sup>

Narrando a história de uma instituição importante para os capixabas, este livro está especialmente voltado para a história das mentalidades e para a micro-história, com laços muito próximos da antropologia, e procura “não sacrificar o conhecimento dos elementos individuais a uma generalização mais ampla, e de fato acentua as vidas e acontecimentos individuais”.<sup>8</sup> Apesar de se fundamentar nas leis e decretos que estruturaram o Ensino Industrial no Brasil, este livro não se propõe a focalizar, sob esse aspecto, a nossa História. Nele procuramos seguir as indicações de Braudel, que considera ser a função do historiador contar uma história. Nessa afirmação, ele realça o papel da narrativa na descrição dos acontecimentos que marcaram a História.

São esses alguns traços que orientaram nossa pesquisa na busca desse formato final que, nesta obra, oferecemos ao leitor.



# O papel do Ifes no atual contexto capixaba

**C**orria o ano de 1909. Era setembro e, num dia de primavera, o presidente Nilo Peçanha dava início a uma grande realização: a “Escola de Jovens Titãs”, para usar o verso do refrão da marcha oficial da Escola Técnica de Vitória. Foi grande a caminhada desde o dia 23 de setembro, do final da primeira década do século XX até o século XXI, quando a antiga Escola de Aprendizes Artífices completa seu centenário. A ideia para compor um hino que expressasse os sentimentos dos alunos da escola foi incentivada pela professora Maria Penedo, autora da música. O aluno Jair Marino escreveu a bela letra. Era 1946, quando o hino foi cantado pela primeira vez.<sup>9</sup>



FOTO 1 - Da direita para a esquerda, professor Jadir José Pela, engenheiro Jair Marino, professor Tadeu Pissinatti Sant’Anna e professor José Carlos de Mello. Foto de 2008.

Fonte: Ifes.

## Hino da ETV

Na marcha incessante do progresso  
Os corações vibrando de ardor,  
Caminhamos, de par com o sucesso,  
Trilhando a vereda do labor.

Formamos com luta e sacrifício  
Desta terra, a vanguarda industrial,  
Somos todos irmãos em ofício,  
Ansiando por um Brasil sem igual.

Grande forja de homens viris,  
Impressora fiel de idéias sãs,  
Celeiro imenso de almas febris,

Salve, **Escola de jovens titãs!**  
>bis

A doce harmonia em nossa lida  
Ganha forças à luz do saber,  
Forma o ideal, a essência da vida,  
Dotando o homem de energia e poder.

Continuemos a nossa jornada  
Por esse fértil campo de estudos.  
Lutando e servindo à Pátria amada,  
Nossos peitos serão seu escudo.

E nós elevaremos a nação,  
Hinos cantando cheios de vigor,  
Renovando, na sua construção,  
As fontes do civismo e do valor.

A força, que nossa voz encerra,  
É o arrojo de nosso verde mar...  
É o brilho, a beleza desta terra...  
É a voz dum Brasil a caminhar.

*Escola de jovens titãs!* Titãs eram os gigantes que, segundo a mitologia clássica, queriam escalar o céu e destronar Júpiter. Bela imagem para significar uma instituição que nasceu para ser grande e para desenvolver um tipo de educação – a profissional – que visa a colocar no estudo e no mercado de trabalho pessoas que os atuais *jupíteres*, os “donos do poder”, para usar a expressão consagrada por Raimundo Faoro, não teriam normalmente interesse em apoiar. Como se deu esse voo, a começar de Vitória, em direção ao que é hoje o Ifes? Na capital do Espírito Santo, o gigante começa pequeno na Rua Presidente Pedreira, nº 13, onde se instalou a partir de 24 de fevereiro de 1910. Escola pequena, com 133 alunos matriculados<sup>10</sup>, que perde apenas para as escolas dos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná, fato que demonstra as potencialidades do futuro. A Escola de Aprendizes Artífices do Espírito Santo já nasce classificada entre as que registram os maiores índices de matrículas em um estado que é dos menores em população. O quadro a seguir indica as matrículas no final de 1911<sup>11</sup>, no qual já se nota um incremento no número de alunos, em relação ao ano anterior.

Estados	Matrícula
Amazonas	70
Pará	95
Maranhão	104
Piauí	83
Ceará	82
Rio Grande do Norte	83
Paraíba	134
Pernambuco	125
Alagoas	151
Sergipe	120
Bahia	68
<b>Espírito Santo</b>	<b>166</b>
Rio de Janeiro	273
São Paulo	120
Paraná	293
Santa Catarina	130
Minas Gerais	60
Goiás	68
Mato Grosso	84

QUADRO 1 - Matrículas na Escola de Aprendizes Artífices, ES (1911).

Fonte: Relatório do Ministério da Agricultura.

Compare-se esse modesto, mas glorioso início com o que é hoje o Instituto Federal do Espírito Santo, que não inclui apenas o campus Vitória, mas também outros, entre os quais o Colatina que, inaugurado em 13 de março de 1993, passou a ser a primeira Unidade de Ensino Descentralizada, seguida, 8 anos após, pela Unidade de Ensino Descentralizada da Serra, inaugurada em 12 de março de 2001, a qual oferece cursos técnicos em Automação Industrial e em Informática. Em 2005, a Unidade de Ensino Descentralizada de Cachoeiro de Itapemirim entra em funcionamento e oferece o Curso Técnico de Eletromecânica e o Curso Técnico de Rochas Ornamentais, este inédito no Brasil.

Em 2006, duas novas unidades de ensino iniciam suas atividades: a Unidade de Ensino Descentralizada de São Mateus, que oferece o Curso Técnico de Mecânica, e a Unidade de Ensino Descentralizada de Cariacica, que oferece o Curso Técnico de Ferrovias, também inédito no Brasil, fruto de uma parceria do Cefetes com a Companhia Vale do Rio Doce. Mais recentemente, iniciaram-se as unidades de ensino, hoje campi, de Linhares, Aracruz e Nova Venécia. Com a transformação em Instituto Federal, foram incorporadas também as Agrotécnicas de Colatina, Santa Teresa e Alegre, o que faz com que, atualmente, o Ifes possua doze campi.

Naquele fevereiro de 1910, a Escola de Aprendizes Artífices começava com quatro pequenos cursos de Carpintaria e Marcenaria, Alfaiataria, Ferraria e Fundição, Eletricidade. Atualmente, oferece cursos de nível médio, graduação e pós-graduação. Na primeira categoria, estão vários cursos técnicos subsequentes e cursos técnicos integrados ao ensino médio; na segunda, a instituição oferece diversos cursos superiores de Tecnologia, de Engenharia e de Licenciatura; na terceira, são ofertados cursos de especialização *latu sensu* e Mestrado. Com a incorporação dos campi das antigas Agrotécnicas, novos cursos passam a fazer parte daquele conjunto que, tradicionalmente, era oferecido pelo Instituto Federal do Espírito Santo.

Assim, do pequeno prédio da Rua Presidente Pedreira, nº. 13, a Instituição mudou-se para a monumental sede na Avenida Vitória, 1759, à qual somaram-se, depois, os prédios das outras unidades descentralizadas, Colatina, Cachoeiro de Itapemirim, Serra, São Mateus, Cariacica (esta ainda em construção), Linhares, Aracruz e Nova Venécia. Somem-se a esses prédios do antigo Cefetes os das ex-Agrotécnicas e teremos, desse modo, o espaço físico que compõe o Ifes, em 2009.

Tendo iniciado efetivamente em 1910, com poucos cursos e uma organização simples, composta por uns escassos professores dirigidos por José Francisco Monjardim, a Escola é atualmente gerida por meio de um complexo organograma que, antes de se transformar em Instituto Federal, englobava um Conselho Diretor e Diretorias do Sistema, incluindo Diretoria de Ensino Técnico e de Graduação, Diretoria de Desenvolvimento Institucional, Diretoria de Extensão, Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação e Diretoria de Administração e Planejamento.

Neste momento em que o Espírito Santo caminha para um grande *boom* econômico, cabem algumas perguntas: qual será o papel do Ifes no futuro que se aproxima? Como se deu a evolução dessa instituição, que nasceu como Escola de Aprendizes Artífices e, na atualidade, já é uma instituição de ensino superior?

Tendo essas questões como *background* de nossas análises, pode-se dar um passo adiante e analisar o papel do Ifes no atual processo de crescimento do estado do Espírito Santo em meio ao desenvolvimento do Brasil.

Na qualidade de membros da Federação, atualmente quem somos nós? Em seu artigo “Um pequeno grande estado”, importante estudo publicado pelo Instituto Evaldo Lodi (IEL), o jornalista J. C. Monjardim Cavalcanti lembra que o Espírito Santo é o maior produtor de mármore e granito do Brasil, maior produtor de gás por poço e detentor da maior indústria de pesca e exportação de atum do país, sem mencionar o café, a celulose, o chocolate, o aço, o cacau e a indústria moveleira. Dispomos do maior complexo de pelotização do mundo e somos o maior exportador de placas de aço e de minério de ferro. O estado do Espírito Santo detém 40% das descobertas de petróleo e gás do Brasil. Nosso complexo portuário é o maior do Hemisfério Sul. Há 20 anos, o PIB do estado supera o nacional. Temos a melhor capital para crianças até seis anos. A expectativa de vida no Espírito Santo supera a da média nacional. Nossa capital é a terceira do Brasil em qualidade de vida e também a terceira para iniciar carreira de sucesso. Somos a oitava economia do país.<sup>12</sup>

Entretanto, com base em documentos coletados pelo Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), o jornal *A Gazeta*, em reportagem do editor Eduardo Caliman,<sup>13</sup> mostra que, nos primeiros sete meses de 2004, o Espírito Santo ocupava o 25º lugar no *ranking* dos que mais receberam investimentos do governo federal, tendo recebido menos apenas que dois outros estados brasileiros: o Amapá e Rondônia. Veja-se o quadro apresentado pelo jornal *A Gazeta*.<sup>14</sup>

Estado	Previsto	Pago	Ranking
Acre	37.556	6.319	19°.
Alagoas	76.628	10.430	17°.
Amazonas	58.682	25.353	10°.
Amapá	91.622	2.235	26°.
Bahia	267.744	46.836	6°.
Ceará	202.549	54.738	3°.
Distrito Federal	36.462	15.921	12°.
<b>Espírito Santo</b>	<b>61.320</b>	<b>2.390</b>	<b>25°.</b>
Goiás	135.158	12.279	13°.
Maranhão	80.344	6.951	18°.
Minas Gerais	369.475	61.164	1°.
Mato Grosso do Sul	115.125	11.601	15°.
Mato Grosso	92.553	5.290	21°.
Pará	188.095	16.080	11°.
Paraíba	75.679	6.011	20°.
Pernambuco	219.407	58.554	2°.
Piauí	96.793	45.319	5°.
Paraná	130.784	10.835	16°.
Rio de Janeiro	158.257	51.136	4°.
Rio Grande do Norte	76.452	4.125	22°.
Rondônia	51.475	1.615	27°.
Roraima	52.377	3.398	23°.
Rio Grande do Sul	157.160	26.131	9°.
Santa Catarina	81.782	11.619	14°.
Sergipe	65.350	28.682	8°.
São Paulo	248.417	32.389	7°.
Tocantins	102.312	2.928	24°.
<b>Total</b>	<b>5.271.995</b>	<b>1.129.814</b>	

QUADRO 2 - O repasse de verbas federais aos estados.

Fonte: A Gazeta (2004).

Não só estamos classificados como 25° no ranking de investimentos pagos, mas ainda precisamos levar em consideração que, do total desses investimentos, apenas 2,11% foram destinados ao Espírito Santo, ao lado de Minas Gerais, que recebeu vinte e cinco vezes mais, e da Bahia, com vinte vezes mais. Também é de notar que estados de menor importância política, como o de Sergipe, receberam bem mais do que recebeu nosso estado. Nos anos subsequentes, os dados sobre o *ranking* pouco se modificaram. É

suficiente ver a manchete de *A Gazeta* (ES) de 27 de março de 2008 (p. 22): *Estado é o penúltimo em repasses da União*.

Roberto Garcia Simões<sup>15</sup> comentou esses resultados e afirmou que, apesar do bom relacionamento entre o atual governador do estado e o atual Presidente da República, “[...] não há mudanças efetivas no segundo e terceiro escalões [...]”, pois “[...] nos escalões mais baixos, com suas visões históricas sobre o Espírito Santo, há uma inércia que não é quebrada”. Nota-se, nesses comentários, que é urgente

a necessidade de mudar a visão sobre a importância do Espírito Santo no contexto do Brasil.

Sabe-se, porém, que não se trata de um conjunto de dados excepcionais, prestes a não se repetir. É assim que do total orçado, para chegar ao estado em 2006, apenas 3,16% foram efetivamente pagos pelo governo federal. Esse foi o menor percentual entre todos os dos estados brasileiros, o que levou o jornal *A Gazeta* a publicar uma reportagem a respeito do tema, sob o título “Estado fica na lanterna dos investimentos federais no país”.<sup>16</sup> Entre as causas do fenômeno, Roberto Garcia Simões lista vários fatores, entre os quais a quase inexistente inserção capixaba nos ministérios e a falta de cobrança por parte da sociedade.<sup>17</sup>

É curioso notar que, conforme dados divulgados por pesquisadores<sup>18</sup>, durante a Primeira República (1889–1930), o Espírito Santo não teve sequer um político presente em nenhum ministério, nem mesmo por um dia.

Num painel da História do Espírito Santo, ocorrido em dezembro de 2001, na Assembleia Legislativa Estadual, um dos palestrantes<sup>19</sup> afirmava:

[...] o descompasso entre a posição econômica do Espírito Santo e os resultados políticos são flagrantes. O Espírito Santo é o oitavo estado no ranking de competitividade nacional [...]. Porém, o Espírito Santo não está colocado entre os quinze estados divulgados que, em 2000, conseguiram mobilizar o maior volume de recursos federais para investimentos [...]. Na última década, o Espírito Santo não conseguiu atrair nenhum empreendimento significativo.

Não é supérfluo comparar as palavras desse palestrante com as reflexões do governador Moniz Freire<sup>20</sup> referentes à situação do estado em seu primeiro mandato (1892–1896): “O Espírito Santo já é o nono estado brasileiro pela importância de sua renda, e relativamente à população pode ser considerado um dos primeiros”. Jerônimo Monteiro<sup>21</sup>, que governou o estado entre 1908 e 1912, também reafirmou posteriormente essa posição, quando declarou: “[...] em movimento de produção e exportação, [o Espírito Santo] ocupa o 9º lugar entre os demais estados”. Entretanto, declararam esses mesmos políticos capixabas que o estado não tinha autonomia nem fazia

parte do “clube” dos que recebiam as benesses de que São Paulo se beneficiava. Assim, observa-se que, no discurso dos atuais políticos e intelectuais capixabas, continuam válidas as observações feitas por antigos presidentes do estado do Espírito Santo.

Trata-se evidentemente da continuidade de um mesmo processo do qual a autonomia do Espírito Santo se acha ausente, pelo menos, há quase um século. Isso talvez permita ao historiador Braudel encaixar o fenômeno naquilo que ele chama de longa duração e ele mesmo define como uma realidade que o tempo tende a preservar, uma vez que se compõe de elementos estáveis, contínuos e permanentes. É por essa razão que “[...] o tempo de hoje data, ao mesmo tempo, de ontem, de antontem, de outrora”.<sup>22</sup>

A ciência histórica não visa a ressuscitar o passado nem a cultuar tal personagem ou acontecimento, mas a tornar compreensíveis as relações que unem ou dividem seres humanos, grupos sociais, governantes e governados, sem deixar de analisar as complexidades e as dificuldades de tal relacionamento. E tudo isso, numa função ímpar, nas sociedades democráticas: colaborar para que cada geração receba a herança do passado e a altere em consonância com as necessidades do presente.

É possível à atual geração de formadores de opinião capixaba mudar essa continuidade, para que, nas pegadas de Moniz Freire e Jerônimo Monteiro<sup>23</sup>, “[...] possamos ver colocado, na sua legítima e elevada posição, o nosso estremecido Espírito Santo?” Tomar consciência dessa problemática já é um grande passo.

Entretanto, para possibilitar ao Espírito Santo usufruir os “bons ventos” que atualmente por aqui sopram, dois caminhos, a nosso ver, devem ser trilhados: um caminho diz respeito ao aspecto político no sentido mais estrito da palavra, ou seja, é preciso que os atores políticos se movimentem, a fim de articular as elites capixabas com as elites nacionais, de maneira que tragam para o estado os investimentos de que ele necessita. Sem isso, nada será possível fazer para mudar a velha posição do Espírito Santo como um estado “satélite” em meio ao pacto federativo; outro caminho precisa ser per-

corrido para que estejamos à altura desse futuro. Entretanto, nota-se que, também aqui, a Política tem um importante papel a desempenhar: diz respeito à Educação e é, sob esse viés, que se pode avaliar a importância do Ifes no atual cenário em que se desenvolve o crescimento de nosso estado.

O tema Educação é demasiado profundo para merecer apenas algumas considerações, em finais de um capítulo de livro, sobre a história de uma instituição educativa. Na realidade, merece pesquisas que envolvam tese de doutorado. Aqui vão, entretanto, algumas reflexões que podem orientar o leitor em suas análises do papel da educação profissional e do Ifes no atual contexto histórico do estado do Espírito Santo.

Nesse sentido, merecem destaque as considerações do professor Arlindo Villaschi, doutor em Economia pela Universidade de Londres, diretor do Bird e professor da Universidade Federal do Espírito Santo:

(...) os processos de desenvolvimento regional estão muito mais embebidos da história do que na geografia física. Daí a necessidade de serem levadas em consideração questões mais ligadas ao não tangível das relações sociais envolvidas na produção, circulação e distribuição de bens, serviços e conhecimento, não tangíveis e nem sempre intermediáveis pelo mercado.<sup>24</sup>

Conclui o estudioso que, no ambiente dinâmico da competitividade do mercado mundial, as estratégias do desenvolvimento não podem limitar-se àquilo que ele chama de *hardware* do desenvolvimen-

to, ou seja, a infraestrutura, tampouco ao *software*, que é o aparato institucional. Isso porque “devem incluir, de forma explícita, o *humanware* – a dimensão humana, razão maior de toda interação envolvendo questões do desenvolvimento [...]”<sup>25</sup>

Nessa “dimensão humana” está obviamente incluída a questão educacional. Para isso, vejam-se os dados estatísticos sobre a condição socioeconômica do Espírito Santo ao longo dos últimos anos.<sup>26</sup> O produto interno bruto capixaba tem estado entre os maiores do Brasil. A proporção de pobres foi menor que a média brasileira, como também o índice de analfabetismo da população com 15 anos ou mais. Por outro lado, o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) capixaba está acima de 0,80, o que coloca nosso estado na faixa de alto grau de desenvolvimento e também superior ao do Brasil.

Segundo esses dados, o estado do Espírito Santo encontra-se em situação superior a muitos estados quanto ao PIB e quanto à proporção de pobres na população, mas não está bem posicionado quanto ao índice de analfabetismo, ou seja, sob alguns aspectos, estamos despreparados com relação a uma face fundamental do *humanware*: a educação. Assim, se estamos no 5º lugar com relação ao PIB, estamos em 13º lugar no que diz respeito ao índice de analfabetismo da população com 15 anos ou mais de idade. Esses dados tornam-se preocupantes quando se observa também o quadro que fornece dados sobre os investimentos previstos para o estado, entre 2007 e 2012.

INVESTIMENTOS PREVISTOS PARA O ESPÍRITO SANTO 2007-2012		
Setores	Valor dos investimentos (R\$ milhão)	%
Infraestrutura	26.575,6	47,9
Indústria	21.851,1	39,4
Comércio/Serviço e Lazer	4.531,6	8,2
Saúde e Educação	969,2	1,6
Outros	1.510,5	2,9
<b>Total</b>	<b>44.150,5</b>	<b>100,0</b>

QUADRO 3 - Investimentos previstos para o Espírito Santo.

Fonte: 200 Maiores Empresas: Espírito Santo (2008, p. 200).

Esse quadro nos leva também à mesma preocupação suscitada pelos dados anteriores: o investimento em educação é irrisório. É bom investir em infraestrutura, mas é também indispensável qualificar o Espírito Santo no campo educacional. Essa necessidade que, por si só, é evidente torna-se

bastante óbvia quando se analisa o quadro 4 que reúne os dados que compõem o Índice de Competitividade Estadual Fatores (ICE-F) para o ano de 2006, estabelecendo uma comparação entre o *ranking* do Espírito Santo e o de alguns estados da federação:

Estados selecionados	ICE-F	Qualificação da força de trabalho	Conhecimento e Inovação	Infraestrutura
São Paulo	1º	2º	1º	2º
Rio de Janeiro	2º	3º	2º	1º
Espírito Santo	9º	11º	12º	7º

QUADRO 4 - Índice de competitividade estadual.

Fonte: MBC (Movimento Brasil Competitivo).

Aqui, os dados também falam por si sós, embora estejam melhorando ao longo dos anos. Chegamos ao 9º lugar em competitividade, embora fôssemos então classificados em 8º no PIB nacional. Que fatores levaram o Espírito Santo a esse posicionamento não muito bom quanto ao índice de competitividade? O próprio quadro nos oferece a resposta: apesar de estarmos medianamente bem em *Infraestrutura*, nosso posicionamento é prejudicado pelos fatores *Qualificação da força de trabalho* e *Conhecimento e inovação*, ou seja, é preciso investir na qualificação e na melhoria do conhecimento. Como poderemos fazer isso? Só a educação o fará. Uma análise do quadro, apesar de superficial, permite-nos concluir que o empecilho do momento é a educação.

Em nossas reflexões, entra o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo com todas as suas possibilidades de colaborar na qualificação da força de trabalho e melhorar o *ranking* do Conhecimento e da Inovação no estado do Espírito Santo.

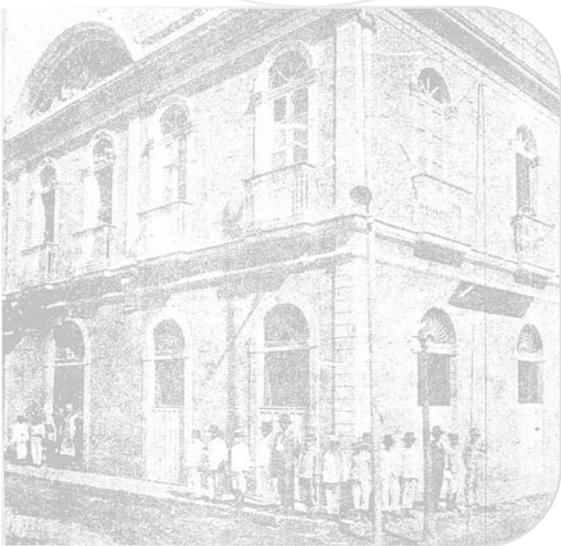
Pelo Espírito Santo, ao longo de sua história, passaram diversas oportunidades. No período colonial, a descoberta do ouro não nos

trouxe os benefícios outorgados a Minas Gerais e a outras áreas, apesar de o início da mineração ter sido na capitania do Espírito Santo. Do século XIX em diante, o café deu ao Espírito Santo possibilidades de dialogar com as elites nacionais, mas não colocou o estado em posição de decisão na política nacional. Mais tarde, com os grandes projetos industriais, o Espírito Santo cresceu, chegou atualmente ao 5º lugar no *ranking* do PIB nacional, mas é o último na lista dos estados que receberam investimentos federais no ano de 2006. Assim, chegamos ao século XXI, com este grande desafio: conseguiremos pegar o bonde da História ou vamos perdê-lo? Se não houver melhoria no campo educacional, em vão terá sido qualquer outro investimento.

Assim, nesse caminhar do Espírito Santo em direção ao futuro, está o Ifes, pronto para dar sua indispensável contribuição para o estado na importante área da educação profissional. Conhecer sua trajetória, desde 1909 até os dias atuais, vai-se constituindo cada vez mais importante para oferecer ao Espírito Santo alternativas que lhe possibilitem aproveitar bem as oportunidades que a História lhe está oferecendo neste início de milênio.<sup>27</sup>



## PARTE I



# ESCOLA DE APRENDIZES ARTÍFICES E LICEU INDUSTRIAL DE VITÓRIA (1909-1942)

*"... Caminhamos, de par com o sucesso,  
Trilhando a vereda do labor."*

(HINO DA ETV)



## O Brasil em que nasceram os “jovens titãs”

O ano de 1909 é bastante significativo no início de um século de duas grandes guerras mundiais, com tudo o que delas se pode analisar quanto a avanços da tecnologia e dos conhecimentos científicos.

As Escolas de Aprendizes Artífices foram fundadas em 1909, sob o bafejo da invenção do avião pelo brasileiro Santos Dumont, quando já sopravam no mundo os ventos que iriam fazer voltarem para o alto as atenções de uma humanidade embevecida com os progressos da aviação. A 13 de setembro de 1906, Santos Dumont realizou no campo de Bagatelle, em Paris, o primeiro voo oficial em que as três rodas do aparelho deixaram de estar em contato com o solo, voando a 1m da superfície, numa distância de 200 metros.<sup>28</sup>

Eram efervescentes aqueles primeiros anos do século XX. O *Jornal do Brasil* já noticiava as polêmicas teorias do jovem Einstein. Em crônica para a *Gazeta de Notícias*, Olavo Bilac registrava, em 1907, a existência de 18 salas de projeção no Rio de Janeiro. Graça Aranha já brindava o público acadêmico com seu *Canaã*, que trata da vida de imigrantes no Espírito Santo, mesma ocasião em que Euclides da Cunha oferecia seus *Sertões* ao público brasileiro, numa tentativa de analisar esse homem forte que é o sertanejo. Poucos anos depois, *Canaã* foi traduzido para o francês e divulgado em Paris. Em 1904, Machado de Assis lançava *Esau e Jacó* e quatro anos depois publicava o *Memoorial de Aires*. Em 1907, Olavo Bilac era eleito o primeiro príncipe dos poetas brasileiros, mesmo ano em que ocorreu a Conferência Internacional de Haia, na qual brilharia Rui Barbosa, designado pelo *Times*, de Londres, em 15 de julho, como o “irrepressible Brazilian delegate”, que defendeu intransigentemente o princípio da absoluta igualdade jurídica dos Estados contra a pretensão das grandes potências que queriam ostentar sua superioridade. Pouco tempo depois, em 1909, Rui pronunciava, na Academia Brasileira de Letras, o

famoso discurso de saudação a Anatole France, literato francês mundialmente conhecido, que visitava o Brasil naquele momento.

Concluída desde 1907 e lançada só cinco anos depois, a *História da Literatura Espírito-santense*, de Afonso Cláudio, constituiu-se num marco na vida intelectual capixaba, evidenciado por Clovis Beviláqua, que assinalou: “fica-se vendo melhor que, se o Espírito Santo não se tem constituído um foco luminoso de irradiação literária, não lhe passaram ao longe as correntes que têm movimentado a literatura pátria”.<sup>29</sup>

O mundo operário também já entrava em ebulição: em 1903, Edgard Leuenroth fundara o Centro Tipográfico de São Paulo, transformado logo em seguida em União dos Trabalhadores Gráficos, nos dias atuais Sindicato dos Gráficos. Em 1904, quinze corporações operárias e uma federação de sete associações, representando cerca de seis mil operários dos estados de Sergipe, Bahia, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Alagoas, dirigiram ao Congresso Nacional uma petição em que solicitavam a aprovação de uma lei sobre sindicatos profissionais. Em meados de maio de 1906, havia eclodido em São Paulo uma violenta greve, abrangendo todos os setores das indústrias de então, que reclamavam regime mais humano de trabalho, aumento de salários e oito horas diárias. Em poucos dias, o movimento se espalhava pelo estado, recebendo apoio dos estudantes da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco. Já existiam, no Rio de Janeiro e em São Paulo, nove jornais anarquistas, dos quais dois diários. Também o mundo camponês brasileiro já entrava em efervescência, pois, em 8 de janeiro de 1903, o Decreto nº 979 facultou a criação de sindicatos agrícolas.

No ano anterior ao da fundação das Escolas de Aprendizes Artífices, o Brasil comemorou o centenário da chegada da corte portuguesa ao Brasil, que inaugurava a Exposição Nacional de 1908, ocasião em que ficaram célebres, nos anais

artísticos brasileiros, os concertos sinfônicos, por meio dos quais o público entrou, pela primeira vez, em contato com a música moderna de então. Em dois meses foram realizados 26 concertos e pode-se dizer que, em música, essa foi a entrada oficial do Brasil no século XX. Já era admirado o poeta nordestino Catulo da Paixão Cearense, autor do “Luar do Sertão”. São numerosas as composições musicais de Heitor Vila-Lobos, que valorizou o violão. Em 1905, ele compõe *Brasil* e, em 1909, *Suíte dos Cânticos Sertanejos*.

Muito divulgados foram os espetáculos teatrais, embora o público já começasse a repudiar o teatro em favor da última novidade, o “cinematógrafo”, que começava a substituir o circo como forma de divertimento popular por excelência.

Na primeira década do século XX, era mais caro viver no Rio de Janeiro, capital brasileira, do que em Londres ou em outras cidades de igual porte. Uma família de quatro pessoas de classe pobre necessitava, no mínimo, de 250\$000 mensais para simplesmente sobreviver. Na Inglaterra, um operário qualificado podia viver com 130\$000 e, na Alemanha, com 80\$000. É por essa razão que, por volta de 1910, duas eram as principais diversões do povo: o cinema, que era uma diversão barata, e o passeio dominical pela cidade.

No terreno religioso, nesse início do século XX, a Igreja católica já havia praticamente reconquistado o *status* como parte do governo brasileiro, o que havia perdido logo após a proclamação da República em 1889, com a separação entre a Igreja e o Estado.

Por iniciativa e esforços do barão do Rio Branco, que dirigia o Ministério do Exterior, o Vaticano criara, em 1905, o primeiro cardinalato da América do Sul, confiado a D. Joaquim Arcoverde, cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro.

É interessante notar também a presença de protestantes na educação brasileira nessa época. Em Vitória, por exemplo, em 1907, foi fundado o Colégio Americano Batista pelos missionários norte-americanos Loren e Alice Reno, na própria residência do casal, na Avenida Schimit, n°. 70, hoje Rua Florentino Avidos, local próximo ao primeiro

prédio onde funcionara a Escola de Aprendizes Artífices (EAA) da capital do Espírito Santo.

O ano em que foi fundada a EAA de Vitória corresponde também ao da criação do Serviço de Proteção aos Índios por Nilo Peçanha, que propõe para a questão indígena uma abordagem inteiramente nova, claramente laica e, na medida do possível, científica, influenciada pelo tenente-coronel Cândido Mariano Rondon.

No campo da ciência, e não só a brasileira, o ano de 1909 foi palco de fato culminante: a descoberta do “Trypanosoma Cruzi” por Carlos Chagas, que identificou a doença que passou a levar o seu nome.

No contexto de um Rio de Janeiro livre da febre amarela, higienizado por Oswaldo Cruz, entusiasta das conferências literárias, é que se inaugura o Teatro Municipal em 1909, uma miniatura da Ópera de Paris, no feriado nacional brasileiro de 14 de julho, estabelecido para comemorar a Queda da Bastilha. Em setembro do mesmo ano, Nilo Peçanha assinava o decreto de fundação das Escolas de Aprendizes Artífices. No ano seguinte, foi inaugurado, na Avenida Rio Branco, o prédio da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, a qual era, na ocasião, considerada como a mais importante de todas as instituições congêneres na América do Sul.

É curioso que, nesse ano de 1909, Afonso d’Escagnolle Taunay publicou seu *Léxico de termos técnicos e científicos*, de um valor simbólico, pois concordava em que o Brasil do século XX seria o país da ciência e da técnica moderna. Também nesse mesmo ano, foi publicado o capítulo *Viação Sul-Americana*, um dos mais importantes no livro póstumo, de Euclides da Cunha, *À Margem da História*. Nessa obra, o autor de *Os Sertões* fazia apologia das estradas de ferro e de rodagem, bem como da rede de comunicações fluviais, como um imperativo nacional de nossa “marcha para o oeste”, num momento em que a Amazônia se destacava pela exportação da borracha que, naquele contexto histórico, tanto capital injetou naquela região do território brasileiro.

O ano de 1911 marca o apogeu da exploração da borracha na Primeira República (1889–1930).

Entretanto, não passou despercebido a Euclides da Cunha que o sistema econômico dos seringais “era a mais criminosa organização do trabalho que ainda engenhou o mais desaçamado egoísmo”, reclamando “uma lei do trabalho que nobilite o esforço do homem; uma justiça austera que lhe cerceie os desmandos; e uma forma qualquer [...] que o consorcie definitivamente à terra”.<sup>30</sup> O ano de 1909 também foi o da morte trágica de Euclides da Cunha.

Afonso Penna, que exerceu seu mandato presidencial a partir de 1906, morre em junho de 1909, e assume a presidência o vice Nilo Peçanha que, em setembro desse ano, assina o decreto de fundação das Escolas de Aprendizes Artífices. Nilo governa o país até 1910, quando apoia Rui Barbosa, candidato à sucessão presidencial e concorrente do marechal Hermes da Fonseca, sendo este eleito.

O centro intelectual do Brasil era o Rio de Janeiro, capital do País, cidade remodelada por Rodrigues Alves, Presidente da República entre 1902 e 1906. Entretanto, no seu livro de viagem *Le Brésil d’Aujourd’hui*, o jesuíta Joseph Burnichon argumentava que nela o comércio de livraria não parecia muito florescente, com no máximo duas ou três editoras de alguma importância, vendo-se, nas vitrines das livrarias da Rua do Ouvidor, quase que exclusivamente livros franceses, o que denota, segundo o sacerdote, a preferência que os brasileiros têm pela língua, ciência e cultura francesa.

Nota-se também, nesse início do século XX, a proliferação de times de futebol, considerada por muitos como o triunfo da moda inglesa sobre a chamada indolência do brasileiro. Flamengo, Fluminense, São Paulo e América já participavam de competições que entusiasmavam a torcida brasileira, embora, na imprensa da época, comentaristas qualificassem o futebol como “ballet para homens”.

Em 5 de abril de 1910, revistas estampavam uma carta de Olavo Bilac, a qual afirmava que ele, “sofrendo de uma bronquite pertinaz”, ficou “radicalmente curado com o uso do Bromil”.<sup>31</sup> Em muitos bondes de então, podiam-se ler os famosos versos de Ernesto de Souza (1864-1928), que continham propaganda de remédio:

Veja, ilustre passageiro,  
O belo tipo faceiro  
Que o Senhor tem a seu lado;  
E, no entanto, acredite:  
Quase morreu de bronquite;  
Salvou-o o RUM CREOSOTADO.

A partir de março de 1910, Santos Dumont subitamente resolveu afastar-se de todas as atividades relacionadas com a aviação. Foi o mesmo ano em que, no dia 25 de dezembro, os brasileiros conheceram o avião, cujo aparecimento na capital paulista foi descrito por escritores e jornalistas. Chegava assim o avião ao Brasil, se não como uma invenção estrangeira, pelo menos como uma técnica estrangeira. Faltava-nos a infraestrutura que já existia na Europa e nos Estados Unidos.

Em novembro de 1910, sob a liderança de João Cândido, marinheiros de vários navios ancorados na baía de Guanabara revoltaram-se contra o uso da chibata, um péssimo costume mantido desde o tempo da escravidão. Foi uma rebelião contra a maneira como a elite republicana tratava os ex-escravos e os filhos destes que labutavam na marinha brasileira.

Em meio ao poder dos fazendeiros, do coronelismo, da política do café-com-leite, crescia a atividade cafeeira no sudeste brasileiro, com a decisiva contribuição do braço imigrante. São Paulo chegou a receber cerca de 2 milhões de imigrantes entre 1889 e 1930. Muitos outros se destinaram a Minas Gerais e ao Espírito Santo. Também o cacau e o açúcar contribuíram para a riqueza nacional, nesse momento em que foram criadas as Escolas de Aprendizes Artífices.

Nos primeiros anos da República, o número de fábricas cresceu cinco vezes, passando de pouco mais de 600 em 1889 – ano da queda da monarquia – para 3.258, alguns anos depois. Um terço delas ficava no Distrito Federal, outro terço se dividia entre São Paulo e Rio Grande do Sul. O setor têxtil ocupava o primeiro lugar, seguido pelo alimentício. Mais tarde, na década de 1920, São Paulo se tornaria o maior centro industrial do país, reunindo 40% da produção. Desde o início desse século, já funcionava a primeira usina elétrica paulista, financiada por

capitais ingleses, belgas e franceses. Entretanto, o grande impulso veio com a Primeira Guerra Mundial (1914–1918). Para o desenvolvimento industrial era indispensável a formação de mão-de-obra.

Nota-se aí a visão profética de Nilo Peçanha. Em sua obra *Impressões da Europa*, ele rememora sua passagem pela Suíça, Itália e Espanha e, entusiasta do ensino profissional, relembra que, durante sua curta presidência (1909–1910), abriu de um só golpe vinte Escolas de Aprendizes Artífices nas capitais dos diversos estados. E nessa obra, ele conclui: “E no que nos diz respeito, se quando

exercia a Presidência da República, já conhecesse a extensão dos seus resultados (na Suíça), ao invés de vinte institutos profissionais que fundei nas capitais dos estados, teria certamente criado duzentos (...)”.<sup>32</sup>

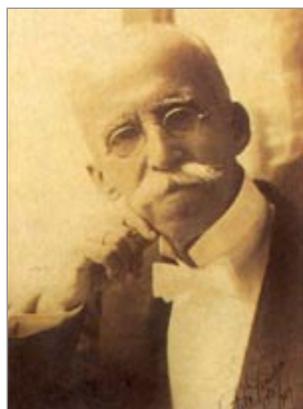
Em um Brasil com 15 milhões de habitantes e uma capital – o Rio de Janeiro – com 1 milhão de habitantes, Nilo Peçanha deu início a essa semente que, mais tarde, se transformaria em Cefetes e, atualmente, em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Também Vitória recebeu a primeira semente: a Escola de Aprendizes Artífices, inaugurada oficialmente em 24 de fevereiro de 1910.

## A Escola de Aprendizes Artífices

**N**ilo Procópio Peçanha presidia o Brasil em 1909 e contava com 42 anos de idade. Assinou o Decreto 7.566, de 23 de setembro de 1909, que criou 19 Escolas de Aprendizes Artífices nas capitais de todos os estados brasileiros e em Campos dos Goytacazes (RJ), cidade em que nasceu. Nesse ano, proferiu esta famosa frase que indicou suas intenções para o ensino profissionalizante no país: “O Brasil de ontem saiu das academias, o de amanhã sairá das oficinas”.<sup>33</sup>

Rui Barbosa de Oliveira nasceu em Salvador, em 5 de novembro de 1849, e estava na maturidade de seus 60 anos quando seu amigo Nilo Peçanha assinou o Decreto 7.566. Formado pela conceituada Faculdade de Direito de São Paulo, engajou-se na política e teve papel relevante na Primeira República (1889–1930). Ganhou projeção internacional durante a Conferência da Paz em Haia (1907), na qual defendeu, perante os grandes, a tese da igualdade entre as nações. Com seu enorme prestígio, Rui Barbosa candidatou-se duas vezes, em 1910 e 1919, ao cargo de Presidente da República e, em ambas as ocasiões, foi derrotado.

Rui Barbosa faleceu em Petrópolis (RJ), em 1923. Pode ser considerado como um dos principais idealizadores do ensino industrial no Brasil. Em sua plataforma política para o pleito de 1910, ele pensava que, em matéria de ensino, “a instrução do povo, ao mesmo tempo em que o civiliza e melhora, tem especialmente em mira habilitá-lo a se governar a si mesmo” conforme o velho esquema: “liberdade, igual a democracia; democracia, igual a instrução do povo”.<sup>34</sup> Sua visão do futuro o levou a propor que, ao lado do ensino médio geral – com estudos que levavam ao bacharelado de Ciências e Letras –, houvesse também cinco outros, de natureza técnico-profissional. Também pretendia que a escola primária tivesse um ciclo superior que seguisse aos quatro anos preliminares, para que contribuísse na formação de homens destinados ao trabalho artesanal e técnico. E, para justificar essa inovação, ele argumenta a necessidade de desenvolver-se a indústria: “Se o Brasil é um País especialmente agrícola, por isso mesmo cumpre que seja um País ativamente industrial”, emancipado da dependência à indústria estrangeira.<sup>35</sup>



FOTOS 2 E 3 - Nilo Peçanha e Rui Barbosa, considerados como os pais do ensino profissionalizante na República.

Fontes: <http://www.estacoesferroviarias.com.br> e [www.algosobre.com.br](http://www.algosobre.com.br).

Nilo Peçanha fora eleito vice-presidente na chapa do mineiro Afonso Pena, que deveria ter governado de 1906 a 1910, mas morrera antes de completar o mandato, fato que levou seu vice a assumir a Presidência em 1909 e a governar até 1910, quando passou a faixa presidencial para seu sucessor, o gaúcho Hermes da Fonseca (1910–1914).

O decreto de criação das Escolas de Aprendizes Artífices, datado de 23 de setembro de 1909, indica as intenções de Nilo Peçanha com relação ao ensino industrial a que ele procedia no Brasil republicano. Nos considerandos, o decreto ressalta que “*o aumento da população das cidades exige que se facilitem às classes proletárias os meios de vencer as dificuldades*”, ou seja, ele tem em vista a população menos favorecida das cidades, com enfoque nas classes proletárias. Ainda nessa parte introdutória do decreto, estabelece-se a conclusão prática do que fora exposto anteriormente: “se torna necessário [...] habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna, com o indispensável preparo técnico e intelectual [...]”, novamente colocando os *desfavorecidos da fortuna* como alvo do decreto. Na realidade, o art. 6º estabelece um viés ligeiramente diferente e afirma que, na matrícula, seriam “**preferidos** os desfavorecidos da fortuna”. Para eles, então, é planejado um *preparo técnico e intelectual*. O objetivo social também está entre os considerandos: afastá-los “*da ociosidade ignorante, escola do vício e do crime*”. Como se pode constatar,

encontra-se aí uma ideologia presente na época: a criminalidade tinha origem na ociosidade da classe popular. A educação das classes populares visava também ao fim da violência e do crime. E as Escolas de Aprendizes Artífices estavam incluídas nesse projeto social.

Nesse sentido, pode-se bem imaginar o papel dessas novas escolas na inclusão do negro, uma vez que elas propiciaram a escolarização profissional de uma determinada parcela da população negra. É nesse propósito que se podem mencionar Geraldo da Silva e Márcia Araújo, quando afirmam:

“[...] as primeiras oportunidades concretas de educação escolar e ascensão da população negra surgem ainda no Estado Republicano, quando o desenvolvimento industrial dos anos finais do século XIX impulsiona o ensino popular e o ensino profissionalizante”.<sup>36</sup>

Em seu estudo, os referidos autores concluem que “vislumbramos a educação técnica e/ou tecnológica como uma das possibilidades de içamento da população negra”.<sup>37</sup>

Depois da introdução ao decreto, vinham os artigos que estabeleciam, então, as bases do funcionamento do novo modelo escolar, destinado aos *desfavorecidos da fortuna*. Desse modo, pode-se ver que as Escolas de Aprendizes Artífices (EAAs) se destinavam ao ensino profissional primário gratuito ministrado em edifícios pertencentes ao governo federal ou em outros que fossem cedidos pelos governos locais. Em contrapartida, nelas só ingressariam candidatos destituídos de recursos – característica atestada por pessoas idôneas – cuja idade oscilasse entre 10 anos e 13 anos. O Decreto 9.070 regulamentou a rede das Escolas de Aprendizes de Artífices e estabeleceu que as idades de ingresso poderiam variar entre 12 anos e 16 anos.

Em 1918, o Decreto 13.064 fixava para a matrícula a idade mínima, que antes era de 14 anos, novamente em 10 anos<sup>38</sup>. Estava inteiramente de acordo com a mentalidade higienista da época a letra b do art. 6º, que estabelecia só aceitar o can-

didato que não sofresse moléstia infectocontagiosa nem tivesse defeitos que o impossibilitassem para o aprendizado do ofício. O curso primário deveria ensinar a ler, escrever e contar. Também deveria funcionar um curso de desenho. A meta era formar operários e contramestres, ministrando-se o ensino prático e conhecimentos técnicos necessários aos menores que desejassem aprender um ofício, em regime de externato que funcionasse das 10 horas às 16 horas. Cada escola deveria estabelecer até o número de cinco oficinas de trabalho manual ou mecânico, conforme a conveniência da região em que funcionasse, consultadas as “especialidades das indústrias locais”.<sup>39</sup>

O produto dos artefatos que saísse das oficinas da escola constituiria uma renda, repartida em quinze quotas iguais, uma das quais pertencerá ao diretor, quatro, ao respectivo mestre e dez serão distribuídas para todos os alunos da oficina sob forma de prêmios, conforme o julgamento de uma comissão. Mais tarde, a escola também passou a receber pelas obras e consertos realizados, continuando a distribuição de uma parcela da renda aos alunos. Como não havia ainda o Ministério da Educação, as EAAs estavam subordinadas ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio e eram custeadas pelos estados, municípios ou associações particulares, podendo desfrutar subvenção da União.<sup>40</sup>

O decreto também estabelecia a organização administrativa: um diretor, um escriturário, tantos mestres de oficinas quantos fossem necessários e um porteiro contínuo. É curioso notar que o diretor receberia um salário anual de 4:800\$000, o escriturário, 3:000\$000 e o porteiro, 1:800\$000. Os mestres das oficinas seriam contratados pelo prazo máximo de quatro anos e receberiam salários anuais de 2:400\$000, complementados por uma parte do lucro correspondente à venda dos artefatos que saíssem de suas oficinas. É curioso notar a proporção entre os diversos salários. A partir de 1926, modificaram-se os ordenados que, acrescentados de gratificações, passaram a ser os seguintes conforme os dados do Ministério:

<b>Categoria</b>	<b>Ordenado</b>
Diretor	8:400\$000
Escriturário	5:400\$000
Professor primário	4:560\$000
Professor de desenho	4:560\$000
Mestre da oficina	4:560\$000
Porteiro-almoхарife	3:720\$000
Adjunto de professor	3:720\$000
Contramestre	3:720\$000
Servente	2:370\$000

QUADRO 5 - Salários nas Escolas de Aprendizes Artífices (1926).

Fonte: Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.<sup>41</sup>

Em 13 de novembro de 1926, foi estabelecida uma portaria que modificou certas determinações anteriores e consolidou outras.<sup>42</sup> O art. 10º, por exemplo, determinava que as EAAs deveriam ter, além do diretor e do escriturário, um professor ou professora do curso primário, um de desenho, um mestre para cada oficina, um porteiro–almoхарife e dois serventes. O escriturário não só desenvolvia as tarefas que hoje corresponderiam à da secretaria da escola, mas também substituía o diretor durante sua ausência. O porteiro-almoхарife deveria morar no edifício, sempre que houvesse compartimento para tal fim apropriado.

O ano escolar abrangia o espaço de dez meses. As aulas teóricas e práticas não poderiam ter duração inferior a 50 minutos, obedecendo à seguinte disposição quanto às aulas semanais: primeiro ano – 36 aulas; segundo ano – 38 aulas; terceiro ano – 42 aulas; quarto ano – 48 aulas. Os cursos primários e de desenho englobavam as seguintes disciplinas: Português, Aritmética, Geometria Prática, Lições de Coisas, Desenho e Trabalhos Manuais, Caligrafia, Ginástica e Canto Coral, História do Brasil, Instrução Moral e Cívica, Elementos de Álgebra, Noções de Trigonometria, Rudimentos de Física e Química, Desenho Industrial e ofereciam tecnologia de cada ofício. O art. 38 da Portaria de 1926 também direcionava, em cada escola, a organização de um museu escolar, destinado a facilitar ao aluno o estudo de Lição de Coisas e desenvolver-lhe a faculdade de observação.

Eis um boletim escolar com as disciplinas vigentes, quando a Escola de Aprendizes Artífices de Vitória ainda funcionava em prédio próximo ao Parque Moscoso.

1º Ano 1935		2º Ano 1936		3º Ano 1936	
MATERIAS	Nota	MATERIAS	Nota	MATERIAS	Nota
Letura	6	Letura	85	Portugues	54
Escrita	6	Escrita	70	Aritmetica	50
Caligrafia	5	Aritmetica	60	Geometria	---
Contas	8	Geometria	65	Geografia	55
Lições de coisas	5	Geografia	60	Historia patria	46
Des. a mão livre	5,5	Historia patria	55	Lições de coisas	50
Des. geometrico	5	Caligrafia	60	Caligrafia	55
Trabalhos manuais	7	Inst. moral e civica	60	Inst. moral e civica	55
-----	-----	Lições de coisas	55	Des. ornamenta	50
-----	-----	Desenho	---	Desenho de escola	---

DOCUMENTO 1 - Boletim da Escola de Aprendizes Artífices, década de 1930.

Fonte: Ifes.

O art. 18 da Portaria, de 13 de novembro de 1926, estabelecia que, para preencher o cargo de diretor de cada escola, seria aberto concurso de documentos de idoneidade moral e técnica, quando fosse verificada a vaga. A Diretoria-Geral de Indústria e Comércio deveria apresentar ao Ministro uma lista tríplice, para que ele fizesse a escolha. Para a escolha de professores, mestres e contramestres, a mesma portaria estabelecia um concurso de provas práticas, com demonstrações orais e escritas, que ocorreriam após a publicação na imprensa. Os concorrentes de-

veriam ter entre 21 anos e 50 anos, atestar capacidade física, provar que não eram portadores de moléstia contagiosa e que não tinham nenhum defeito físico, especialmente de visão e audição. Os examinadores deveriam ser, de preferência, estranhos à escola. As disciplinas do exame eram: Português, Aritmética Prática, Geografia (especialmente do Brasil), noções de História do Brasil e Instrução Moral e Cívica, além de Caligrafia para os candidatos do curso primário e Geometria prática para os do curso de Desenho. Os candidatos a mestres e contramestres deveriam mostrar habilidade prático-técnica de oficina.

Como era o Brasil da Primeira República (1889–1930) ainda influenciado pelo regime de coronelismo e clientelismo, os candidatos precisavam ter uma indicação positiva por parte do diretor da escola, que deveria enviar à Diretoria-Geral de Indústria e Comércio – departamento do Ministério encarregado de inspecionar as EAAs – a ata do julgamento do concurso, as provas e uma informação reservada sobre o merecimento e moralidade de cada concorrente. Entravam aí, portanto, a preferência e a influência pessoal do diretor, o qual era obviamente ligado aos coronéis que mandavam na política local.<sup>43</sup>

Em Vitória, a Escola de Aprendizes Artífices seguiu a mesma trajetória das escolas das outras 18 cidades brasileiras, que tiveram a ventura de ver funcionando a primeira semente do ensino industrial, lançada por Nilo Peçanha, da qual nasceram os “jovens titãs”.

## No Parque Moscoso em Vitória

**T**endo sido criadas em setembro de 1909, as Escolas de Aprendizes Artífices começam a ser instaladas nas 19 cidades para as quais elas foram planejadas: todas as capitais, exceto Campos dos Goytacazes, terra de Nilo Peçanha. Como se deu esse processo em Vitória?

Apesar de incluído na rica e influente Região Sudeste, naquele início da vida republicana brasileira, o estado do Espírito Santo apresentava-se em considerável plano secundário na política e na economia brasileiras.<sup>44</sup> Mesmo com a expressiva produção de café, o estado capixaba padecia das crises cíclicas

geradas pela superprodução do grão, o que levou até a um pedido de moratória, no início do século XX, pelo governo Moniz Freire, que dirigiu o estado em dois mandatos (1892-1896; 1900-1904). Vários governadores procuraram fixar-se também nos outros setores da economia, a fim de a diversificarem. No Espírito Santo, porém, foram pequenos os esforços nesse sentido. Somente a atividade madeireira foi estimulada. Formou-se, então, uma consciência da necessidade de criar um parque industrial que pudesse absorver a produção de uma fortuita diversificação da matéria-prima. Desse modo, Jerônimo Monteiro (1908-1912) pôde desenvolver uma política econômica orientada para a criação de indústrias no estado. Foram assinados inúmeros contratos para que se concretizassem esses projetos industriais: uma fábrica de tecidos em Vitória, uma fábrica de produtos silícico-calcários em Vila Velha e outra de beneficiamento da mandioca. Em compensação, o governo estadual se lançou em um empreendimento ímpar de criar um Distrito Industrial em Cachoeiro de Itapemirim: fábrica de tecidos, indústria de cimento, de papéis e de beneficiamento de óleos vegetais, usina de açúcar e serraria industrial. Como órgão financeiro de apoio a esses projetos, foi criado o Banco Hipotecário e Agrícola do Espírito Santo.

Era preciso, porém, “incrementar outros fatores tais como **tecnologia**, preços competitivos, facilidade de **mão-de-obra especializada**, transporte adequado, além da matéria-prima fácil e abundante”<sup>45</sup> (grifo nosso). Ressaltamos as palavras *tecnologia* e *mão-de-obra especializada*, uma vez que elas estão ligadas a ações indispensáveis aos esforços “industrializantes” que caracterizaram o governo de Jerônimo Monteiro. Note-se, por exemplo, que a fábrica de tecidos Vitória, em janeiro de 1912, às vésperas da inauguração, deparava-se com a carência de mão-de-obra especializada e convocava “operários para preenchimento das vagas existentes, inclusive para meninos e meninas para trabalharem com mestres habilitados que, evidentemente, deviam ser originários de outros centros mais adiantados”<sup>46</sup>. Afirma o historiador Gabriel Bittencourt que “a falta de mão-de-obra especializada posicionou-se como um dos mais sérios problemas aos empreendimentos fabris

do período [...]”<sup>47</sup>. Vê-se, aí, a importância do surgimento da Escola de Aprendizes Artífices, inaugurada exatamente nesse contexto, em Vitória.

Segundo o Recenseamento Geral da República, o Espírito Santo iniciou o século XX com uma população de 209.783 habitantes, dos quais mais de 30.000 eram estrangeiros<sup>48</sup>. Embora fosse pequeno o número de operários, em novembro de 1908 entraram em greve 800 trabalhadores da Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo que, por alguns dias, cruzaram os braços em Cachoeiro de Itapemirim. No governo de Jerônimo Monteiro, Vitória transformou-se em Cidade Moderna, dotada dos serviços de água, esgotos, luz e bondes elétricos, todos inaugurados entre 1909 e 1912. Cachoeiro de Itapemirim, entretanto, tinha sido a primeira localidade espírito-santense a desfrutar as vantagens da iluminação elétrica, tendo sido inaugurado o serviço em novembro de 1903.<sup>49</sup>

Inaugurada na região do Parque Moscoso – o qual foi aterrado em 1911 e inaugurado festivamente em maio de 1912<sup>50</sup> –, a Escola de Aprendizes Artífices ficava em área nobre da cidade, pois ali estavam concentradas as residências da elite. Próximo ao prédio da escola, estava também um dos locais de intensa vida social, sobretudo da classe média e da elite: o Clube Vitória, conhecido como o “Aristocrático do Moscoso”<sup>51</sup>, construção que, mesmo sem conservação, pode ser vista na região, ostentando com orgulho a data de 1929.



FOTO 4 - Palacete de Anísio Fernandes Coelho, situado na Rua Marcos de Azeredo, nas proximidades do Parque Moscoso, e construído quando ali perto funcionava a Escola de Aprendizes Artífices.<sup>52</sup> Foto de 2008.

Fonte: Ifes.

Quando recebeu o telegrama do Ministério da Agricultura sobre a possibilidade de o estado oferecer um prédio para o funcionamento da EAA em Vitória, o presidente do estado (nome com que eram conhecidos os governadores na Primeira República), Dr. Jerônimo Monteiro, logo respondeu, afirmando que desejava que o Espírito Santo fosse um dos primeiros a colocar em prática o funcionamento do Ensino Profissional, conforme desejo do presidente Nilo Peçanha. Imediatamente ofereceu um prédio espaçoso, com a promessa de construir, no futuro, outro adequado “à nobilíssima finalidade”<sup>53</sup>, conforme palavras da sobrinha de Jerônimo Monteiro, a historiadora Maria Stella de Novaes.



FOTO 5 - Jerônimo de Souza Monteiro, governador do estado do Espírito Santo (1908–1912). Galeria de Retratos do Palácio Anchieta-Vitória.

Fonte: OLIVEIRA (2009).

Para diretor da EAA foi escolhido o filho do barão de Monjardim, Dr. José Francisco Monjardim (1870–1944), que estudou direito nas conceituadas Faculdades de Direito de São Paulo e Recife. Político influente, filho e irmão de vários políticos atuantes na vida pública capixaba, Dr. José Francisco Monjardim<sup>54</sup> exerceu, até 1909, vários mandatos na Câmara de Deputados Federais, onde defendia<sup>55</sup> com ardor a liberdade dos estados, frente à centralização da União. Anteriormente, já havia sido nomeado Presidente da cidade de Vitória, cargo que hoje corresponde ao de prefeito municipal.<sup>56</sup> Foi contemporâneo e amigo particular do presidente Washington Luiz (1926–1930), deposto

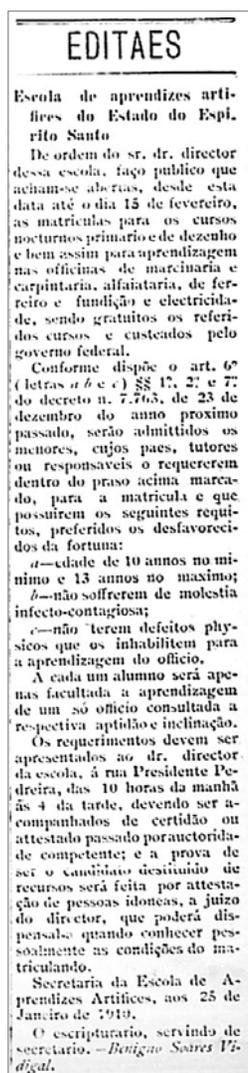
pela Revolução de 30. Dirigiu a Escola de Aprendizes Artífices de Vitória desde 1910 até 1932. Sua escolha fora certamente motivada por influência política, pois era filho de influente político capixaba, coronel Alpheu Adelpho Monjardim de Andrade e Almeida, o qual, por seu relacionamento com os então dirigentes da República brasileira, tinha sido colocado governador do estado do Espírito Santo em junho de 1891. O pai do Dr. José Francisco Monjardim era deputado federal quando se deu a criação das Escolas de Aprendizes Artífices.<sup>57</sup>

Não se pode garantir, porém, que o Dr. José Francisco Monjardim tenha sido escolhido por seu relacionamento com Dr. Jerônimo Monteiro, pois era grande a disputa política no estado, entre os jeronimistas e os monizistas, cada grupo com seu projeto de governo, embora tenha sido feita uma pacificação provisória que resultou na eleição de Dr. Jerônimo. O fato é que, à página três do *Diário da Manhã*, de Vitória, no dia 25 de fevereiro de 1910, logo após a inauguração da EAA, apareceu um artigo assinado por J. Machado, que abertamente defendia a ideia de que a escola tinha sido criada por influência de Moniz Freire:

A escola de aprendizes artífices também é obra dele; foi ele quem presenteou a idéia no governo da República, foi ele quem justificou no senado a verba para o custeio de semelhantes estabelecimentos, portanto a ele, só a Demuniz<sup>58</sup>, é que devemos tudo isto. É um benemérito de sete fôlegos.

De qualquer forma, o prédio para o funcionamento da escola tinha sido oferecido pelo governo do estado, a quem se devia, então, gratidão pelo ato. O mesmo *Diário da Manhã*<sup>59</sup> noticiou a tomada de posse<sup>60</sup> do prédio pelo diretor Dr. José Francisco Monjardim, ressaltando que fora “espontaneamente oferecido pelo governo do estado ao ministério da agricultura, a fim de ser nele instalado aquele estabelecimento de ensino”. No dia seguinte, o jornal<sup>61</sup> anuncia que Dr. Monjardim tinha ido a palácio, para agradecer ao governador o oferecimento do prédio, para que nele fosse instalado o estabelecimento de ensino.

Em 27 de janeiro de 1910, o *Diário da Manhã* publica o primeiro edital<sup>62</sup>, anunciando as matrículas na escola:



DOCUMENTO 2 - Primeiro Edital de convocação de matrícula da EAA (1910).

Fonte: *Diário da Manhã*, 1910 (Arquivo Público Estadual).

A partir daí, em quase todos os dias, o *Diário da Manhã* publicava notas, fornecendo informações com os nomes dos alunos matriculados na escola<sup>63</sup>. É interessante notar que se tratava de alunos “*desfavorecidos da fortuna*” que viam seus nomes publicados em jornais.

No dia 25 de fevereiro de 1910, o *Diário da Manhã* publica a notícia de inauguração da escola, ocorrida às vésperas. Era na Rua Presidente Pedreira, nº. 13, esquina com o Parque Moscoso, na qual funcionou a Escola<sup>64</sup> de Aprendizes Artí-

fices até 1917, quando se mudou para o nº 14 da mesma rua.

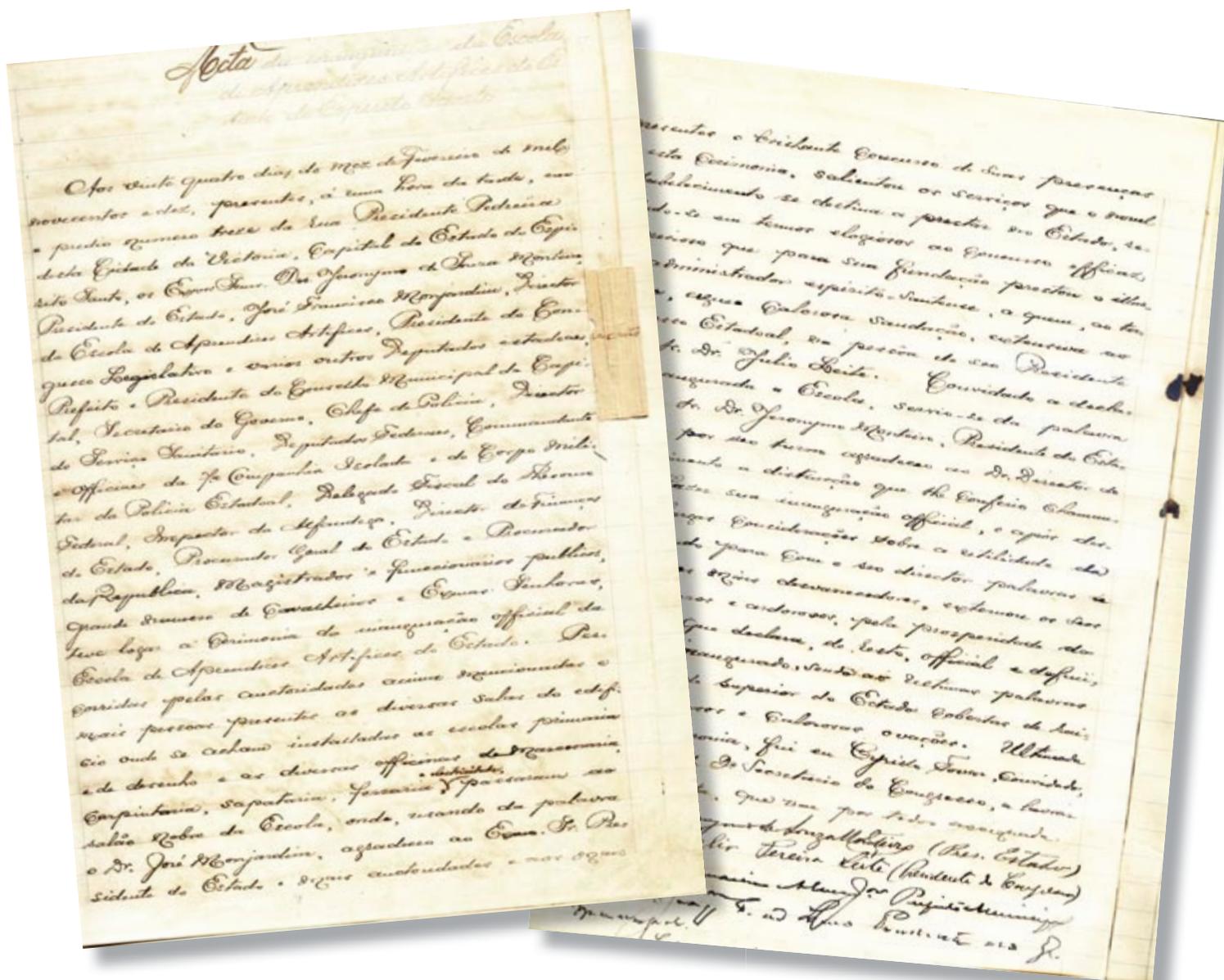


Foto 6 - Primeiro prédio da EAA, no Parque Moscoso.

Fonte: Ifes.

A cerimônia de inauguração se deu às 14 horas, em 24 de fevereiro de 1910, e contou com a presença do Dr. Jerônimo Monteiro, acompanhado dos seus auxiliares, de membros do congresso, da oficialidade da polícia e de muitas outras pessoas da sociedade capixaba. Depois que descansou por alguns minutos, o governador visitou as salas de aula, situadas na parte inferior do edificio, consideradas pela imprensa como “bem aparelhadas para o fim a que se destinam”<sup>65</sup>. Em todas as salas estavam dispostos os utensílios necessários à aprendizagem. A escola já dispunha de um salão nobre, onde discursou o Dr. José Francisco Monjardim, que afirmou ser aquele estabelecimento “destinado a prestar tão grandes serviços ao estado e ao país”. Depois discursou o governador, mostrando os benefícios que a escola profissional poderia proporcionar à nossa mocidade. Em seguida, inaugurou o estabelecimento. Às 15 horas, retirou-se o governador, mas antes fora apresentado ao corpo docente e aos funcionários. À noite, houve brilhante sarau dançante “a que compareceu a elite de nossa sociedade e na qual reinou a maior cordialidade”, segundo a imprensa.<sup>66</sup>

Foi lavrada uma ata de inauguração, que o Arquivo do Ifes guarda com imenso carinho:



DOCUMENTO 3 - Ata inaugural da EAA, em 1910.

Fonte: Ifes.

Nota-se destacada, entre as assinaturas, a do presidente de Estado Dr. Jerônimo Monteiro. Em seguida, aparecem as dos inúmeros políticos e de pessoas da sociedade presentes à cerimônia. É curioso que, na primeira página da ata, pode-se observar uma colagem de uma pequena tira mostrando que também estava presente um “representante do Ex<sup>mo</sup>. Rev<sup>mo</sup>. Sr. Bispo Diocesano” e que alguém observou posteriormente essa

falha de registro. Para algo tão importante, não seria possível a ausência de representantes do clero local.

Começam a funcionar a escola primária e a de desenho, bem como as cinco oficinas de Marcenaria e Carpintaria, Sapataria, Ferraria e Fundição, Alfaiataria e Eletricidade. Daí em diante, inicia-se a árdua e gloriosa trajetória dos jovens titãs pelas terras capixabas.

## Três décadas

**E**ra tão prestigioso estudar na Escola de Aprendizes Artífices de Vitória, que o jornal *Diário da Manhã* publicava, em vários de seus números, antes da inauguração da escola, os nomes dos alunos nela matriculados. Assim, no dia 16 de fevereiro de 1910, por exemplo, à página dois, nesse importante diário, achava-se estampada a seguinte nota:

Matricularam-se ontem nos cursos primário e de desenho e nas oficinas da escola de aprendizes artífices desta capital os menores Adelino Pinto das Virgens, Adonis Damasceno Goulart, Walter Francisco Goulart, Celso de Freitas Calazans, Francisco Prior, Adelino Alves Pinto, José Baptista do Espírito Santo, Paulino dos Santos, Antonio Fabiano Alvarenga, Mario de Vasconcelos Calmon, Sylvestre de Vasconcelos Calmon, Salvador Busatto e José Busatto.

Já em 10 de fevereiro, antes mesmo da inauguração, percebia-se que tudo estava caminhando para proporcionar boa estrutura para o funcionamento desse importante estabelecimento de ensino. Era noticiado pela imprensa que os alunos já matriculados deveriam comparecer à secretaria para receber os cartões que continham os respectivos nomes e a designação dos cursos e oficinas em que estavam matriculados.<sup>67</sup>

Também os nomes dos professores eram noticiados pela imprensa, que deu a conhecer, por exemplo, o nome de Francisco Daiello, contratado para ocupar o cargo de mestre da oficina de Sapataria.<sup>68</sup> O primeiro mestre da oficina de Alfaiataria era Vicente Mannato.<sup>69</sup> O mestre de Carpintaria e Marcenaria, Juvenal José da Rosa e o de Eletricidade, João José Cabas.<sup>70</sup> Amaro Borges de Sant'Anna era mestre de Ferraria e Fundição<sup>71</sup>. D. Edith da Fonseca e Silva Guimarães era a professora do curso primário, que trabalhava com a professora adjunta do curso primário, Hortência Araújo Mello.<sup>72</sup> O professor de Desenho era Dr. Joaquim Fernandes de Andrade e Silva, que trabalhava com Adolpho Fernandes Ribeiro de Oliveira, seu adjunto.<sup>73</sup> Havia também o

contramestre José Giesen e já se conhecia o nome do primeiro porteiro, Antônio José de Salles Borges.<sup>74</sup> Esses nomes faziam parte dos funcionários da escola, além do diretor Dr. José Francisco Monjardim e do secretário Benigno Soares Vidigal, que assinava os editais.

Em 24 de dezembro de 1910, às 13 horas, foi encerrado o ano letivo e inaugurada a 1ª exposição de artefatos confeccionados pelos alunos da escola. Não era um fato comum, pois a ela compareceram Dr. Ubaldo Ramallete e o coronel João Antônio Tavares, respectivamente, representante e ajudante de ordens do governador Jerônimo Monteiro. Em meio a oficiais militares, juiz federal, cônsul da Itália, imprensa, deputados estaduais e “diversos cidadãos e muitas ex.<sup>mas</sup> famílias”<sup>75</sup>, os trabalhos foram julgados por uma comissão que distribuiu prêmios, depois dos quais “foi servido um copo de água a todos os convidados presentes, e distribuídos presentes de festas aos alunos”. No total de 63 pessoas, estavam apenas nove mulheres que, juntas, no final e em sequência, assinaram a ata. Houve cerimônias de encerramento às quais não estava presente nenhuma mulher.<sup>76</sup> De qualquer forma, nos anos seguintes, elas eram sempre minoria. Entretanto, em dezembro de 1913, embora estivessem presentes oito pessoas do sexo feminino, o texto da ata menciona, pela primeira vez, nomes de três delas: Edith de Fonseca Silva Guimarães, prof.<sup>a</sup> Hortência Araújo Mello e Senhorita Izilda Monjardim, parenta do diretor Dr. José Francisco Monjardim.<sup>77</sup>

Sempre, no final do ano, às vésperas do Natal, dava-se o encerramento do ano letivo, seguido pelas exposições de artefatos produzidos pelos alunos da escola. Normalmente, estavam presentes representantes do governo do estado, deputados e imprensa. Desse modo, publicamente se procedia à leitura “da Ata de classificação dos aprendizes nas oficinas, de conformidade com as provas de frequência, conduta e aproveitamento a que foram submetidos”, e “ao julgamento dos artefatos confeccionados pelos

alunos”. Em 1911, havia na sala uma árvore de natal. Não foi oferecida a água, como no ano anterior, mas “uma taça de champagne às autoridades; e aos alunos e professores, lanche”.<sup>78</sup> É possível imaginar, nessas ocasiões natalinas, os alunos ouvirem as badaladas melodiosas de um sino que fora doado pela família Monjardim e que outrora ficava à entrada do velho casarão de Jucutuquara, anunciando todos os dias a hora da missa que lá se celebrava.<sup>79</sup>

A festa de encerramento de 1914 foi especial para a escola, porque, pela primeira vez, esteve presente o próprio governador, Coronel Marcondes Alves de Souza, a quem presentearam com “um bonito móvel, ao qual ele agradeceu”.<sup>80</sup> Eram 11 horas da manhã. O salão principal da escola achava-se festivamente adornado com bandeiras nacionais, galhardetes, quadros e símbolos históricos e de artes. Em uma mesa armada em grande círculo, estava colocada uma “belíssima árvore de natal”, em torno da qual tomaram lugar todos os funcionários, alunos e “pessoas gradas”. Feitas as

saudações à Escola, doces foram servidos. Houve também distribuição de prêmios: livros, medalhas e dinheiro a cada um dos alunos, “tendo-se em consideração o grau de adiantamento e mérito dos trabalhos por eles apresentados”.<sup>81</sup> Era muito comum a distribuição de prêmios em dinheiro, calculado sobre a renda líquida das oficinas da escola naquele ano letivo. Por exemplo, no ano de 1923, a cada um dos alunos aprovados com distinção foram entregues prêmios pecuniários na importância de 4.500 réis; aos aprovados plenamente, 2.800 réis a cada um; 1.400 réis aos aprovados simplesmente. No total, foram distribuídos 118.000 réis.<sup>82</sup> O prêmio aos alunos era uma forma de evitar a evasão escolar e incentivar a conclusão do curso iniciado, já que muitos alunos abandonavam o curso para trabalhar.<sup>83</sup>

No ano de 1917, a escola passou a funcionar na mesma Rua Presidente Pedreira, mas um pouco adiante, nº 150, na qual ficou até mudar-se para Jucutuquara, em 1942.



FOTO 7 - Segundo prédio da EAA, na R. Presidente Pedreira, em 1917.

Fonte: Botechia, Rogério V. (arquivo pessoal).

Aos poucos, as festas tornavam-se mais elaboradas e com um toque cívico cada vez mais acentuado. Assim, às 3 horas da tarde do Natal de 1917, diante de representantes da imprensa, os alunos reuniram-se na calçada da escola, onde cantaram o Hino Nacional, os hinos à República e à Bandeira; em seguida, entraram no salão de honra para assistir à abertura por Dr. José Francisco Monjardim da 8ª Exposição anual com os artefatos produzidos por eles.

Também o dia de Natal do ano de 1918 foi especial para os alunos da EAA de Vitória, pois, pela primeira vez, apareceu o bispo diocesano. Lá estavam o representante do governador, outras autoridades, como também a imprensa. Dr. José Francisco Monjardim convidou o bispo diocesano para presidir à sessão solene de encerramento do ano letivo. A autoridade religiosa teceu os maiores elogios à escola. O diretor distribuiu livros de Educação Cívica e de História do Brasil para todos os alunos e premiou os melhores. Terminada a solenidade, os alunos cantaram o Hino Nacional, os hinos à República e à Bandeira e “algumas canções patrióticas”.<sup>84</sup>

Obviamente, essas festas sucediam aos exames dos alunos de curso primário, de desenho e das oficinas, com provas escritas e orais, tudo registrado em atas. A prova escrita incluía um ditado e durava geralmente uma hora.<sup>85</sup> Quanto à de desenho, os alunos eram arguidos sobre o desenho em geral e principalmente o desenho geométrico e industrial.<sup>86</sup> Nos exames da oficina de carpintaria e marcenaria, por exemplo, os alunos eram arguidos sobre a nomenclatura das ferramentas, utilidade do manejo delas, e sobre sua arte.<sup>87</sup> A avaliação era, até 1916, apenas conceitual. A partir desse ano, houve uma mistura de valores numéricos com conceitos, embora estes últimos predominassem.<sup>88</sup> Desse modo, os aprovados poderiam sê-lo “com distinção” (às vezes, acrescentava-se “louvor”), “plenamente” ou simplesmente “aprovados”.<sup>89</sup> É curioso notar que dos primeiros alunos aprovados no curso primário e de desenho, em 1910, somente 8% tinham sobrenomes que levariam um estudioso a supor que fossem de descendência não brasileira<sup>90</sup>, ou seja, 92% eram

crianças pobres que não descendiam provavelmente de imigrantes, com sobrenomes *Leal, Silveira, Nascimento, Martins da Victoria* e outros.

Quanto ao número de alunos matriculados, é significativo o quadro montado com base nas informações disponíveis nos relatórios do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, ao qual estavam subordinadas as Escolas de Aprendizes Artífices. Vê-se, assim, que a média de alunos oscilou entre 166 e 101 matriculados.

Ano	Nº. de matrículas
1910	133
1911	166
1912	127
1913	128
1914	103
1915	105
1916	101
1919	103
1922	101
1923	145
1924	135
1925	106
1926	118
1927	104

QUADRO 6 - Matrículas da EAA de Vitória, de 1910-1927.

Fonte: Relatórios do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.

Somente o Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo ofereciam o Curso de Eletricidade. Em Vitória, os alunos chegaram a fabricar quadros para instalação de luz elétrica e até lâmpadas<sup>91</sup> e peças fundidas para lanchas a vapor.<sup>92</sup> A produção das outras oficinas levou à fabricação de ternos, botinas, sapatos, guarda-louças e camas, trabalhos que eram revertidos em renda para a escola. Infelizmente, com base nos relatórios de 1920, não mais se vê a presença da Oficina de Eletricidade na escola de Vitória.

As matrículas nas Escolas de Aprendizes Artífices de todo o Brasil acusaram o expressivo

número de 3.267 alunos em 1915. A renda das 19 escolas atingiu, nesse mesmo ano, a quantia de 58:089\$165. Esses dados estão assim distribuídos entre as diversas unidades:

Localização da Escola	Alunos matriculados	Renda
Amazonas	52	498\$400
Pará	168	3:358\$039
Maranhão	301	3:758\$330
Piauí	163	3:210\$750
Ceará	260	2:572\$400
R.G.Norte	148	1:216\$800
Paraíba	200	3:636\$400
Pernambuco	153	1:267\$591
Alagoas	325	3:105\$300
Sergipe	164	4:246\$000
Bahia	96	1:036\$700
Espírito Santo	105	2:230\$450
Rio de Janeiro	224	3:483\$925
São Paulo	225	3:616\$500
Paraná	309	3:743\$840
Santa Catarina	129	5:485\$840
Minas Gerais	86	3:299\$300
Goiás	61	2:253\$200
Mato Grosso	98	6:069\$400

QUADRO 7 - Renda oriunda de trabalhos dos alunos das EAAs, em 1915.

Fonte: Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (1916).<sup>99</sup>

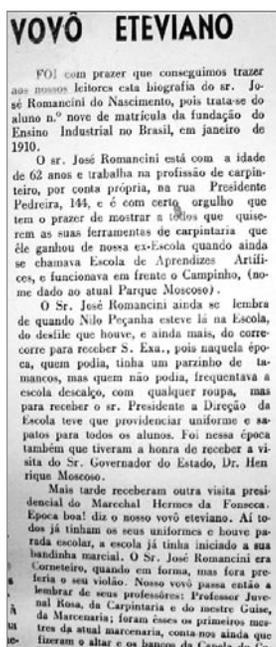
A média nacional de rendimento por aluno atinge 17,78. Entretanto, a Escola de Aprendizes Artífices do Espírito Santo apresenta 21, 23, sendo ultrapassada apenas por alguns poucos estados, como o Mato Grosso, Goiás, Santa Catarina e Sergipe, que, embora contassem com poucos alunos matriculados, estes geravam bom rendimento financeiro. Infelizmente, apesar desses dados positivos, a escola do Espírito Santo não mereceu das autoridades federais a atenção que essas dispensaram às Escolas de Aprendizes Artífices de outros estados, o que não era novidade para a política de então, uma vez que também, em outras circunstâncias, o

estado do Espírito Santo sofreu essa discriminação que até o caracterizou como um estado “satélite” na federação.<sup>94</sup> Assim, por exemplo, o relatório do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio de 1922<sup>95</sup> apresenta melhorias nos edifícios de Escolas de Aprendizes Artífices de Florianópolis, Campos (RJ), São Paulo, Aracaju, Paraíba e Natal. Entre outras capitais, Vitória não foi contemplada com as verbas destinadas às reformas do prédio onde funcionava sua escola, embora os relatórios ministeriais registrassem que “continuam precisando de restauração os próprios federais em que funcionam as Escolas do Maranhão, Ceará e Espírito Santo”<sup>96</sup>. Típico dessa exclusão do estado do Espírito Santo é o conjunto de dados do relatório do ano de 1925<sup>97</sup>, que noticia compras de máquinas, ferramentas e carteiras escolares, como também de “material de desenho” e “grande quantidade de quadros, hinários, mapas, cadernos e outros livros didáticos (...), os quais foram distribuídos pelas Escolas de Manaus, São Luiz, Natal, Paraíba, Recife, Aracaju, Bahia, Belo Horizonte, Cuiabá, Campos, São Paulo, Curitiba e Florianópolis.”<sup>98</sup> Vitória novamente não estava incluída. Nota-se também essa condição de “satélite”, por exemplo, no relatório ministerial de 1929, que relaciona créditos para montagem das oficinas, compras de ferramentas e aquisição de móveis. O Espírito Santo ou não está incluído, ou recebe sempre a menor verba. Compare-se, assim, a verba recebida para a montagem de oficinas: Alagoas recebeu 9:800\$000 e o Espírito Santo, 1:000\$000. Para a compra de artigos de expediente, a Paraíba é agraciada com 4:000\$000 e o Espírito Santo novamente, com 1:000\$000. Essa diferença de tratamento deve-se, provavelmente, a motivos políticos.<sup>99</sup>

A metodologia de ensino, nesse período, era fundamentada em autores alemães e norte-americanos.<sup>100</sup> Em 1923, foram distribuídos pelas diversas escolas livros, tais como Manual Cívico, do Dr. Araújo Castro, e História Natural, de Rocha Pombo.<sup>101</sup>

Criado em fins da década de 1950, o jornal “O Eteviriano”, de dezembro de 1960, registra a entrevista feita ao então avô – chamado pelo jornal como “vovô eteviriano” – que tinha sido matriculado na Escola de

Aprendizes Artífices, em 1910. Fora, portanto, um dos fundadores. Chamava-se José Romancini e, ao longo da entrevista, mostrava com orgulho as ferramentas de carpintaria que ganhara da escola.



DOCUMENTO 4 - Entrevista com ex-aluno da EAA de Vitória.  
Fonte: O Eteviriano, 1960 (Ifes).

José Romancini participara da Banda Marcial que tocou em 1911, quando o presidente Hermes da Fonseca visitou a Escola, ainda no Parque Moscoso. Era uma época em que muitos alunos, por serem pobres “desfavorecidos da fortuna”, frequentavam, descalços, as aulas. Segundo o “vovô eteviano”, os que tinham um pouco mais de recursos compravam o simples tamanco. Relativamente à visita que o presidente Nilo Peçanha fizera à Escola um ano antes, o ex-aluno afirma que “a Direção [...] teve que providenciar uniforme e sapatos para todos os alunos”.

Gerada pela crise mundial aberta em 1929, a conjuntura de instabilidade que caracterizou toda a América Latina de então também gerou, no Brasil, um movimento revolucionário que culminou com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, nele permanecendo até 1945. Os vitoriosos da chamada Revolução de 30 compunham “um quadro heterogêneo, tanto do ponto de vista social quanto político”, e se uniram contra um mesmo

adversário, embora com perspectivas diferentes. “A partir de 1930, ocorreu uma troca da elite do poder sem grandes rupturas. Caíram os quadros oligárquicos tradicionais; subiram os militares, os técnicos diplomados, os jovens políticos e, um pouco mais tarde, os industriais”.<sup>102</sup> O estado do Espírito Santo começou a ser dirigido pelo interventor major João Punaro Bley, que ficou no poder até 1943, quando foi dirigido a Cia. Vale do Rio Doce. Seu sucessor na direção do estado do Espírito Santo foi Jones dos Santos Neves.

Em 1930, pelo Decreto 19.402, foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública e, assim, as Escolas de Aprendizes Artífices passaram a ter nova orientação, não mais pertencendo à área do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Foi criada a Inspetoria do Ensino Profissional Técnico para orientar a Educação Profissional, começando, assim, novas políticas públicas educacionais.

Muda-se também a direção da Escola de Aprendizes Artífices do Espírito Santo. Dr. José Francisco Monjardim era amigo particular do presidente Washington Luís, deposto pela Revolução de 30<sup>103</sup> e, em 14 de maio de 1932, deixa a direção da escola e a passa ao carioca Dr. Dario Tavares Gonçalves que, com 32 anos, começa a dirigir os “jovens titãs”. Durante dois anos, enquanto se desligava de importante cargo no Gabinete do Diretor-Geral da Educação, colocava como substituto interino Benigno Soares Vidigal, até que, em 6 de janeiro de 1934, assumiu definitivamente a direção da Escola de Aprendizes Artífices do Espírito Santo. Trabalhou muito para conseguir uma sede própria em bom local e obteve que o governo estadual colocasse duas áreas à disposição da escola: uma próxima a São Torquato e outra no bairro de Jucutuquara. Com a ajuda de colaboradores, como Benigno Soares Vidigal e Edith Fonseca Guimarães, escolheu-se Jucutuquara, onde hoje funciona o campus Vitória do Ifes. A oficialização da doação deu-se em 31 de dezembro de 1936, quando ele já estava no Rio de Janeiro, para onde foi a fim de exercer cargo federal. Foi o coautor do projeto de engenharia e arranhou o início das obras da escola em Jucutuquara.

Foi substituído pelo jovem carioca de 33 anos Augusto Alfredo Barbosa Carneiro de Farias, que dirigiu a Escola de Aprendizes Artífices de 1936 a 1938, nomeado por decreto presidencial. Por motivos de saúde, em dezembro de 1938, foi transferido para Belo Horizonte. Durante sua gestão, pela Lei 378, de 1937, a Escola passou a denominar-se Liceu Industrial de Vitória. Ratificou o termo de doação do terreno e acompanhou as obras do prédio onde hoje funciona a escola. Por causa de seus problemas de saúde, em sua gestão, na realidade, foi o servidor Oswaldo Silva quem, na prática, dirigiu a escola e oficializou todas as transformações que então se processavam.

Em janeiro de 1939, por decreto presidencial, foi nomeado para dirigir a Escola o cearense Dr. Antônio Carlos de Mello Barreto, professor de Desenho Técnico e engenheiro. Sua administração foi marcada pelo Decreto-Lei 4.127, de fevereiro de 1942, que deu novas orientações para o Ensino Industrial e substituiu o nome Liceu Industrial de Vitória por Escola Técnica de Vitória.

Criadas em 1909, as Escolas de Aprendizes Artífices encontravam-se, naquele início do século XX, num contexto em que se debatia a necessidade do ensino profissional como uma iniciativa voltada à preparação para o trabalho, a fim de evitar, “nos segmentos mais pobres, a ociosidade, a desordem pública, sobretudo devido à influência dos ‘agitadores’ – referência aos anarco-sindicalistas”. Paralelamente, também, “argumentava-se sobre a importância de adequar o Brasil ao progresso que, em outras nações, se devia ao desenvolvimento industrial”.<sup>104</sup> Entretanto, analistas estudam também a hipótese de ter havido interesse político na fundação das escolas, pois a dispersão delas não resultou da escolha dos locais mais adequados, já que as indústrias se concentravam no centro-sul. Acresce a isso o fato de ensinar ofícios artesanais, e não os manufatureiros exigidos pelo surto industrial que começava. A sistematização só ocorreria em 1942, com a reforma educacional do ministro Capanema. A escola dos “jovens titãs” transformou-se em Escola Técnica de Vitória.



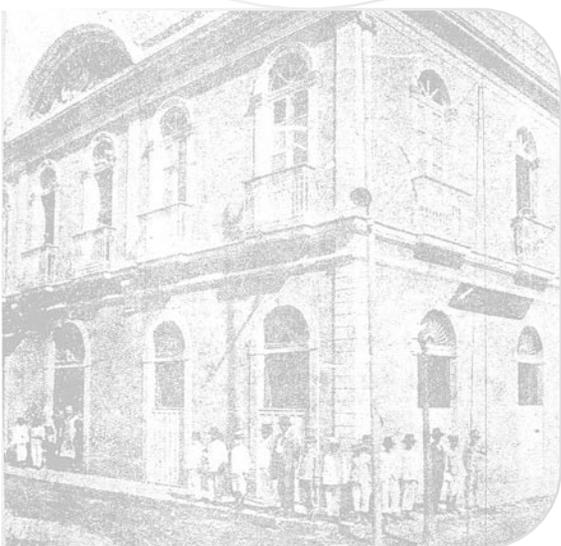
## Notas

- 1 SOROS, Georges. **A crise do capitalismo**. Tradução de Afonso Celso da Cunha Serra. Rio de Janeiro: Campus, 1998, p. 87.
- 2 Para mais dados em defesa da autenticidade das informações fornecidas pela história oral, ver VERENA, Alberti. **Manual de História Oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- 3 FRANCO Gustavo H.B. **A economia em Machado de Assis: o olhar oblíquo do acionista**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007, p. 15.
- 4 Ver COLOMBO, Sylvia. Confronto e Calmaria. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 2 mar. 2008. Caderno Especial, p.2.
- 5 Ibidem.
- 6 Ibidem.
- 7 “AMERICANO vê Brasil com outros olhos”. **A Tribuna**, Vitória, p. 57, 13 jul 2008.
- 8 LEVI, Giovanni. Sobre a Micro-história. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992. p. 158.
- 9 ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. **O Visgo Eteviriano**. Vitória, 1979, p. 24.
- 10 BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. **Relatório apresentado ao presidente da república dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado da Agricultura, Indústria e Comércio Rodolpho Nogueira da Rocha Miranda, no ano de 1910**. Rio de Janeiro: Oficinas da Diretoria Geral de Estatística, 1910. p. 136.
- 11 BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. **Relatório apresentado ao presidente da república dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado da Agricultura, Indústria e Comércio Dr. Pedro Toledo, no ano de 1911**. Rio de Janeiro: Oficinas da Diretoria Geral de Estatística, 1911. p. 312.
- 12 CAVALCANTI, J. C. M. Um pequeno grande estado. **200 Maiores Empresas: Espírito Santo 2006**. Vitória, ES, a.10, n. 10, p. 28-30, 07 nov. 2006.
- 13 CALIMAN, Eduardo. Investimentos federais no ES só superam os de Rondônia e Amapá. **A Gazeta**, Vitória, p. 15, 13 ago. 2004.
- 14 **A Gazeta**, p. 15, 13 ago. 2004.
- 15 Professor da UFES e Especialista em Políticas Públicas. Conforme suas declarações em **A Gazeta**, Vitória (ES), p. 15, 13 ago. 2004.
- 16 **A Gazeta**, Vitória, p. 15,31 mar. 2007.
- 17 Ibidem.
- 18 CARDOSO, Fernando Henrique et al. **O Brasil republicano: estrutura de poder e economia (1889-1930)**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1979. v 1, p. 118.
- 19 SIMÕES, Roberto Garcia. Desenvolvimento econômico do Espírito Santo no século XX. In: BITTENCOURT, Gabriel Augusto de Mello. **Espírito Santo: um painel da nossa história**. Vitória: Imprensa Oficial/ES, 2002, p. 242-243.
- 20 ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente (1892-1896: Freire). **Relatório apresentado pelo Exmo. Sr. Dr. J. de M. C. Moniz Freire, presidente do Estado do Espírito Santo, ao passar o governo ao Exmo. Sr. Dr. Graciano dos Santos Neves em 23 de maio de 1896**. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1896, p. 157.
- 21 ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente (1908-1912: Monteiro). **Mensagem dirigida pelo Dr. Jeronymo de Souza Monteiro presidente do Estado ao Congresso espírito-santense, na segunda sessão da sexta Legislatura**. Vitória: Papelaria e Typographia Nelson Costa, 1908. p. 49.
- 22 BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a História**. São Paulo: Perspectiva, 1992. p. 54.
- 23 ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente (1908-1912: Monteiro). **Mensagem dirigida pelo Dr. Jeronymo de Souza Monteiro presidente do Estado ao Congresso espírito-santense, na segunda sessão da sexta Legislatura**. Vitória: Papelaria e Typographia Nelson Costa, 1908, p. 51.
- 24 VILLASCHI, Arlindo. Regiões, competitividade e desenvolvimento. **200 maiores empresas: Espírito Santo 2006**, Vitória, a. 10, n° p. 20, 10, 07 nov. 2006.
- 25 Ibidem
- 26 Todos os dados que aqui se referem ao Espírito Santo na atualidade encontram-se em **200 maiores empresas: Espírito Santo 2008**, Vitória, a. 12, n. 12, p. 194 e ss., 30 out. 2008.
- 27 Com pequenas modificações, este texto foi publicado na Revista Capixaba de Ciência e Tecnologia por SUETH, José Cândido Rifan et al. Cefetes, Educação profissional e o futuro do Espírito Santo. **Recítec**, Vitória, n.3, 2. sem. p. 7-43, 2007.
- 28 Todos os dados referentes aos eventos nacionais e mundiais relatados neste capítulo foram colhidos em MARTINS, Wilson. **História da Inteligência brasileira**. São Paulo: T.A.Queiroz, 1996.
- 29 Ibidem, p. 489.
- 30 Ibidem, p. 433.
- 31 Ibidem p. 442.
- 32 Ibidem p. 523.
- 33 Ver ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. **O Visgo Eteviriano**. Vitória, 1979.
- 34 LOURENÇO FILHO, Rui (org.). **A pedagogia de Rui Barbosa**. Brasília: INEP (MEC), 2001, p. 39.
- 35 Ibidem, p. 49.
- 36 SILVA, Geraldo da e ARAÚJO, Marcia. Da interdição escolar às ações educacionais de sucesso: escolas dos movimentos negros e escolas profissionais, técnicas e tecnológicas. In: ROMÃO, Jeruse (org.). **História da Educação do Negro e outras histórias**. Brasília,DF: Ministério da Educação:UNESCO, 2005. p. 72.
- 37 Ibidem, p. 75
- 38 LIMA, Marcelo. **O desenvolvimento histórico do tempo necessário para a formação profissional**. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense, 2004
- 39 Ver o art. 2º do Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909.
- 40 Ver o Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909.
- 41 BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. **Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado da Agricultura, Indústria e Comércio Geminiano Lyra Castro no ano de 1926**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1928. p. 260.
- 42 Para essas determinações da portaria de 13 de novembro de 1926, ver Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado da Agricultura, Indústria e Comércio Geminiano Lyra Castro no ano de 1926. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1928, p. 246 e ss.
- 43 Nesse sentido, afirma Victor Nunes Leal, uma das grandes autoridades no tema Coronelismo: “Com o chefe local – quando amigo – é que se entende o governo do estado em tudo quanto respeite aos interesses do município. Os próprios funcionários estaduais, que servem no lugar, são escolhidos por sua indicação. Professores primárias, coletor (...), inspetores do ensino primário, servidores da saúde pública etc, para tantos cargos a indicação ou aprovação do chefe local costuma ser de praxe. (...) A influência do chefe local nas nomeações atinge os próprios cargos federais, como coletor, agente do correio, inspetor do ensino secundário e comercial etc. (...)” (LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997. p. 65). Sobre o Coronelismo na Educação, ver também João Gualberto M. Vasconcelos, especialista no tema, no que diz respeito ao estado do Espírito Santo: [A Secretaria de Estado da Educação] “era, tradicionalmente, uma das bases do clientelismo através da política de nomeações e de transferências de professoras, o maior contingente de funcionários públicos.” (VASCONCELOS, JoãoGualberto. **A invenção do coronel**. Vitória: Gráfica ITA, 1995. p. 208)
- 44 Para isso ver SUETH, José Cândido Rifan. **Espírito Santo, um estado “satélite” na Primeira República**: de Moniz Freire a Jerônimo Monteiro (1892-1912). Vitória: Flor & Cultura, 2006.
- 45 BITTENCOURT, Gabriel Augusto de Mello. **História Geral e econômica do Espírito Santo: do engenho colonial ao complexo fabril-portuário**. Vitória: Multiplicidade, 2006. p. 309.
- 46 Ibidem, p. 313.
- 47 Ibidem.
- 48 FRANCO, Sebastião Pimentel ; HEES, Regina Rodrigues. **A República e o Espírito Santo**. Vitória: Multiplicidade, 2003. p. 101.
- 49 OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do estado do Espírito Santo**. 3.ed. Vitória: Arquivo Público do estado do Espírito Santo/Secretaria de Estado da Cultura, 2008. p. 442.
- 50 Para isso ver ELTON, Elmo. **Logradouros antigos de Vitória**. Vitória: EDUFES/Secretaria Municipal de Cultura, 1999. p. 64.
- 51 FRANCO, Sebastião Pimentel; HEES, Regina Rodrigues. **A República e o Espírito Santo**. Vitória: Multiplicidade, 2003. p. 106.

- 52 ELTON, Elmo. **Logradouros antigos de Vitória**. Vitória: EDUFES/Secretaria Municipal de Cultura, 1999. p. 139.
- 53 NOVAES, Maria Stella de. **Jerônimo Monteiro: sua vida e sua obra**. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1979. p. 139.
- 54 MONJARDIM, Leonardo. **História política da família Monjardim**. Vitória: Prefeitura Municipal de Vitória, 2003. p. 73 e ss.
- 55 BRASIL. Congresso Nacional. **Câmara dos deputados**: sessão de 12-11-1903. Brasília [s.d.]: Centro de Documentação e Informação (Cedi). Nominata de deputados brasileiros 5ª Legislatura: 1903-1905.
- 56 MONJARDIM, Leonardo. **O antigo casarão**. Vitória: Do autor, 2003. p. 49.
- 57 Ibidem, p. 45.
- 58 Nome com que muitas vezes era chamado José de Melo Carvalho Moniz Freire.
- 59 Diário da Manhã, Vitória, p. 4, 26 jan.1910.
- 60 Também o jornal *Estado do Espírito Santo*, que fazia oposição a Dr. Jerônimo Monteiro, de 26/01/1910, p. 2, dá a informação de que Dr. José Monjardim tomou posse do prédio da Escola de Aprendizes Artífices.
- 61 Diário da Manhã, Vitória (ES), p. 4, 27 jan. 1910.
- 62 O Edital foi, depois, publicado pelo menos quatro vezes pelo mesmo jornal.
- 63 O Diário da Manhã publicou essas notas, pelo menos nos seguintes dias: 28/01, 29/01, 31/01, 2/02, 3/02, 4/02, 5/02, 7/02 e 8/02 de 1910.
- 64 Conferir com as informações de ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. **O Visgo Eteviriano**. Vitória, 1979. p. 7.
- 65 Diário da Manhã, Vitória (ES), 25 fev. p. 3.
- 66 Ibidem.
- 67 Ibidem.
- 68 Ibidem, p. 28 fev.1910.
- 69 Ver Acta de encerramento das Aulas, 24/12/1910, Livro Acta da Inauguração da EAA do ES. Arquivo do Ifes.
- 70 Acta do julgamento da Exposição dos artefactos das Oficinas da EAA deste estado, 23/12/1911, Livro de Actas e exame dos Alumnos da EAA do ES (1910-1917). Arquivo do Ifes.
- 71 Acta do julgamento da Exposição dos artefactos das Oficinas da EAA deste estado, 24/12/1912, Livro de Actas e exame dos Alumnos da EAA do ES (1910-1917). Arquivo do Ifes.
- 72 Acta do julgamento da Exposição dos artefactos das Oficinas da EAA deste estado, 24/12/1912, Livro de Actas e exame dos Alumnos da EAA do ES (1910-1917). Arquivo do Ifes.
- 73 Acta do julgamento da Exposição dos artefactos das Oficinas da EAA deste estado, 24/12/1912, Livro de Actas e exame dos Alumnos da EAA do ES (1910-1917). Arquivo do Ifes.
- 74 Ata de encerramento das Aulas, 24/12/1910, Livro Acta da Inauguração da EAA do ES. Arquivo do Ifes.
- 75 Ata de encerramento das Aulas, 24/12/1910, Livro Acta da Inauguração da EAA do ES. Arquivo do Ifes.
- 76 Ata de encerramento das Aulas, 23/12/1911, Livro Acta da Inauguração da EAA do ES. Arquivo do Ifes.
- 77 Ata de encerramento das Aulas, 24/12/1913, Livro Acta da Inauguração da EAA do ES. Arquivo do Ifes.
- 78 Ata de encerramento das Aulas, 23/12/1911, Livro Acta da Inauguração da EAA do ES. Arquivo do Ifes.
- 79 MONJARDIM, Leonardo. **O antigo casarão**. Vitória: Prefeitura Municipal de Vitória ES, p. 10, 2003.
- 80 Ata de encerramento das Aulas, 25/12/1914, Livro Acta da Inauguração da EAA do ES. Arquivo do Ifes.
- 81 Acta do encerramento dos trabalhos escolares, 25/12/1914, Livro de Actas e exame dos Alumnos da EAA do ES (1910-1917). Arquivo do Ifes.
- 82 Acta de encerramento do ano, 24/12/1923, Livro de Actas (1918-1923). Arquivo do Ifes.
- 83 KUNZE, Nádia Cuiabano. **A Escola de Aprendizes Artífices de Mato Grosso (1909-1941)**. Cuiabá: CEFETMT, 2006. p. 127.
- 84 Acta do encerramento do ano lectivo, 25/12/1918, Livro de Actas (1918-1923), Arquivo do Ifes.
- 85 Actas dos exames dos alumnos do 1º e 2º anos primário, 21/12/1915, Livro de Actas e exame dos Alumnos da EAA do ES (1910-1917). Arquivo do Ifes.
- 86 Acta dos exames dos alumnos dos 1º e 2º anos do Curso de Desenho, 21/12/1915, Livro de Actas e exame dos Alumnos da EAA do ES (1910-1917). Arquivo do Ifes.
- 87 Acta dos exames dos aprendizes dos 1º, 2º, 3º e 4º anos da oficina de Carpintaria e Marcenaria, 23/12/1915, Livro de Actas e exame dos Alumnos da EAA do ES (1910-1917). Arquivo do Ifes.
- 88 Acta dos exames de Desenho geométrico, 21/12/1916, Livro de Actas e exame dos Alumnos da EAA do ES (1910-1917). Arquivo do Ifes.
- 89 Acta dos exames dos alumnos do curso de Desenho, 9/12/1910, Livro de Actas e exame dos Alumnos da EAA do ES (1910-1917). Arquivo do Ifes.
- 90 Acta dos exames dos alumnos do curso primário, 28/12/1910, Livro de Actas e exame dos Alumnos da EAA do ES (1910-1917). Arquivo do Ifes.
- 91 BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. **Relatório apresentado ao presidente da república dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro Pedro de Toledo, no ano de 1912**. v.1 Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1912. p. 275.
- 92 BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. **Relatório apresentado ao presidente da república dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro Pedro de Toledo, no ano de 1913**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1913. p. 256.
- 93 BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. **Relatório apresentado ao presidente da república dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro José Rufino Beserra Cavalcanti, no ano de 1916**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1916 v. 1, p. 111.
- 94 Para isso, ver SUETH, José Candido Rifan. **Espírito Santo, um estado “satélite” na Primeira República**: de Moniz Freire a Jerônimo Monteiro (1892-1912). Vitória: Flor & Cultura, 2006.
- 95 BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. **Relatório apresentado ao presidente da república dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro Miguel Calmon du Pin e Almeida, no ano de 1922**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1925. p. 139 e 140.
- 96 BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. **Relatório apresentado ao presidente da república dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro Geminiano Lyra Castro, no ano de 1926**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1928. p. 241.
- 97 BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. **Relatório apresentado ao presidente da república dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro Miguel Calmon du Pin e Almeida, no ano de 1925**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1929. p. 503 e ss.
- 98 BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. **Relatório apresentado ao presidente da república dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro Miguel Calmon du Pin e Almeida, no ano de 19**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1929. p. 505.
- 99 Para isso, ver SUETH, José Candido Rifan. **Espírito Santo, um estado “satélite” na Primeira República**: de Moniz Freire a Jerônimo Monteiro (1892-1912). Vitória: Flor & Cultura, 2006.
- 100 BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. **Relatório apresentado ao presidente da república dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro Geminiano Lyra Castro, no ano de 1927**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1929. p. 258.
- 101 BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. **Relatório apresentado ao presidente da república dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro Miguel Calmon du Pin e Almeida, no ano de 1923**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1926. p. 243.
- 102 FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. São Paulo: USP 2001. p. 182.
- 103 Todas as informações sobre os primeiros diretores foram colhidas em ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. **O Visgo Eteviriano**. Vitória, 1979. p. 26.
- 104 ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação e da Pedagogia: geral e Brasil**. São Paulo: Moderna, 2006. p. 308.



## PARTE II



## A ESCOLA TÉCNICA DE VITÓRIA (1942-1965)

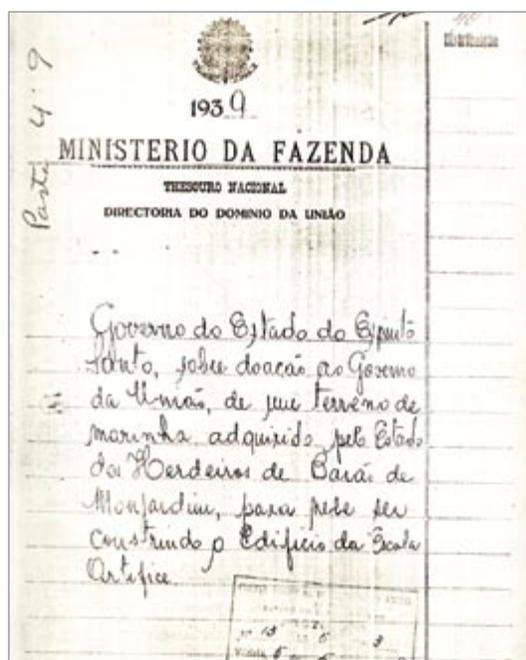
*"... somos todos irmãos em ofício,  
Ansiando por um Brasil sem igual."*

(HINO DA ETV)



## Nova sede em Jucutuquara

A partir de fevereiro de 1942, ainda no Parque Moscoso, o Liceu Industrial de Vitória transformava-se na Escola Técnica de Vitória. Já estavam praticamente prontas as novas instalações em local que outrora pertencera ao barão proprietário da fazenda que é hoje o Museu Solar de Monjardim. Veja-se o documento, datado de 1939, que introduz o processo pelo qual foi cedido o terreno para a construção da escola.



DOCUMENTO 5 - Capa do processo de cessão do terreno para a Instituição, em Jucutuquara, em 1939.

Fonte: Ifes.

Em visita ao Brasil, entre 1816 e 1822, o naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire esteve na fazenda do barão de Monjardim, quando visitava a província do Espírito Santo, a respeito da qual escreveu *Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce*, publicado em Paris, em 1833. O francês estudioso de nossa flora e fauna descreve a casa grande que ficava nessa fazenda, em cujo terreno estão agora as novas dependências da Escola Técnica Federal, com a entrada principal voltada para a Avenida Vitória. Segundo sua descrição, na Vitória colonial, em frente à casa do rico fazendeiro, estendia-se um vale cortado

por um regato ladeado por montanhas cobertas de mato, com muitos rochedos espalhados pelo vale. Em uma de suas extremidades, havia elegantes palmeiras, seguidas do mangue e da baía.<sup>105</sup>

Mais de 200 anos se passaram para que a antiga vila de Vitória começasse a se estender para a Ilha de Santa Maria, Enseada do Suá e Praia do Canto. A partir dos anos 30, deram início às obras desse verdadeiro monumento, que é o novo prédio da escola, inaugurado em dezembro de 1942. A Avenida Vitória era cortada pelos trilhos de bonde que conduziam a população entre o centro e a Praia do Canto.

O então governador, João Punaro Bley, autorizava, por meio da Lei 189, de 31/12/1936, a doação do terreno destinado à construção do prédio da Escola de Aprendizes Artífices. Assim, garantia a posse dessa área comprada da família Monjardim, no valor de 209:635\$293 (duzentos e nove contos, seiscentos e trinta e cinco mil e duzentos e noventa e três réis). Desse modo, nas antigas salinas, arrabalde de Vitória, em 1937, foi lançada a pedra fundamental do novo prédio.<sup>106</sup> O governo estadual não só cedeu o terreno, mas também levou a cabo as empresas de aterro e drenagem, entregando aos encarregados da construção “a área em que iria levantar-se o belo edifício”.<sup>107</sup>

O governo do interventor Punaro Bley apoiou ou iniciou importantes instituições que passaram a fazer parte do que podemos hoje chamar de identidade capixaba. Assim é que foi instituído, em 9 de agosto de 1935, o Instituto de Crédito Agrícola do Espírito Santo, que se transformaria, mais tarde, no Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo e, por fim, no Banco do Espírito Santo (Banestes).<sup>108</sup>

Em 10 de dezembro de 1942, o jornal *A Gazeta*, em sua primeira página, noticiava, para tarde do dia seguinte, às 16 horas, a cerimônia de inauguração da escola. Essa cerimônia contou com a presença do Dr. Francisco Montojos, representante do Ministro da Educação, e de muitas outras autoridades federais, estaduais e municipais. Dando início à cerimônia, discursou o major João Punaro Bley, interventor federal, seguido do Dr. Montojos, diretor da Divisão de Ensino

Industrial do Ministério de Educação e Saúde. Depois, fez uso da palavra o professor Américo Guimarães, que agradeceu em nome dos alunos. Por fim, discursou o diretor Dr. Mello Barreto, que afirmou a certeza de que “a Escola Técnica de Vitória satisfaria plenamente as finalidades a que se destina”.<sup>109</sup> A cerimônia terminou com a fala do major Bley. Certamente estavam presentes muitos dos 400 alunos que receberiam “assistência social e educacional”. Depois de muitos aplausos, cantou-se o Hino Nacional. Dr. Montojos e o major Bley cortaram as fitas e todos visitaram as dependências da nova escola.

Era uma tarde quente de 11 de dezembro de 1942. No dia seguinte, em sua primeira página, o jornal *A Gazeta* noticiava o importante evento:

**FOI INAUGURADO, ONTEM, O NOVO EDIFÍCIO DA ESCOLA TÉCNICA DE VITÓRIA**

Com grande assistência, presentes as altas autoridades estaduais, federais e municipais, civis e militares, foi levada a efeito, ontem à tarde, a inauguração do novo edifício da Escola Técnica de Vitória, construído no bairro de Jucutuquara pelo Governo Federal, como parte de um plano que comporta a edificação de idênticos estabelecimentos de ensino em vários Estados da União.

Conforme noticiado ontem, detalhadamente, o Governo do Estado colaborou com entusiasmo e dedicação para a construção desta importante obra, que foi erguida em terreno cedido pelo Estado e o empreendimento direcionado, pronto para receber os trabalhos da edificação.

A cerimônia foi levada a efeito no esplêndido auditório do edifício, sob a presidência do exmo. sr. major Punaro Bley, Interventor Federal, que compareceu acompanhado de sua exma. esposa, a sra. Alzira Bley.

Dando início à solenidade e ao declarar instalada a escola cede para a inauguração do edifício, o sr. Interventor Federal concedeu a palavra ao sr. dr. Francisco Montojos, diretor do Divisão de Ensino Industrial do Ministério da Educação e Saúde e representante especial do sr. ministro Gustavo Capanema, naquele ato.

O dr. Francisco Montojos, numa oração que foi por vezes entrecortada de aplausos, traçou ligeiro histórico sobre Vitória e sua evolução através seus vários governos; estudou com minúcia o plano de ensino a ser executado na Escola Técnica de Vitória, de acordo com a legislação recentemente decretada para a espécie e concluiu num agradecimento à Interventoria Federal no Estado, na pessoa do sr. major Punaro Bley, pela colaboração empreendida à União, pelo Ministério da Educação e Saúde, para a concretização da obra que, no ato, e em nome do ministro Gustavo Capanema, que tinha a honra de representar, declarava inaugurada.

Sequiu-se com a palavra o professor Américo Guimarães Costa, do corpo docente do estabelecimento, para falar em nome dos discentes, agradecendo ao Governo da União a nova casa de ensino que lhes era entregue, e sobre o proveitoso resultado que certamente ali aufeririam.

O dr. Mello Barreto, diretor da Escola Técnica de Vitória, foi o orador que a seguir assumiu a tribuna. Aprecou S. S. a obra do Governo Federal através os 23 anos de existência do ensino industrial no país, e as várias reformas introduzidas no sentido de melhorá-lo sem pre, até chegar à moderna legislação que visa o ensino técnico e o industrial, em cursos distintos, preparando os candidatos aos cursos superiores de especialização. Disse da certeza em que estava de que a Escola Técnica de Vitória satisfaria plenamente as finalidades a que se destina, e confessou o agradecimento da direção e corpos docente e discente do estabelecimento, ao Ministério da Educação e Saúde, pela dada que representava a

nova sede da Escola, que vinha de ser inaugurada.

Encerrando a sessão, fez uso da palavra o exmo. sr. Interventor Federal, major Punaro Bley.

Após apreciar o vulto e o valor da obra realizada pelo Governo Federal neste Estado, notadamente nos setores da educação e assistência social, de que é prova os vários edifícios já inaugurados e, como encorajamento, a instalação e inauguração do novo edifício da Escola Técnica de Vitória, cuja solenidade prazerosamente presidiu solitário do sr. Francisco Montojos, representante de s. excia, o sr. ministro da Educação e Saúde, no ato, que se dignasse de ser o intérprete do sincero e profundo agradecimento do Povo e do Governo do Espírito Santo, junto de Sua Excelência o senhor Presidente da República, dr. Getúlio Vargas, e de s. excia, o sr. ministro Gustavo Capanema, pela grande obra que vinha de ser concluída e inaugurada, agradecimento esse que antecipava, também, em nome das 400 crianças espíritas-santenses, que anualmente, nesse Instituto, recebem educação e ensino técnico e industrial, preparando-se para a vida prática, profissional, sob os cuidados do Governo, na concretização da grande obra de assistência social e educacional que vem empreendendo.

Concluídas as palavras com que foi acaudada a conclusão da oração do sr. excia, foi o Hino Nacional cantado pelos alunos da Escola Técnica e pelos presentes. A seguir, encerrada a sessão, sendo feito, antes, o convite aos presentes para a visitação ao edifício e instalações da Escola, que foi feita da após terem o sr. Interventor Federal e o dr. Francisco Montojos, cortado as fitas que uniam o acesso dos visitantes às dependências da Escola inaugurada.

De solenidade e das instalações da Escola, foram batidas várias fotografias.

**Para evitar o ataque dos submarinos**

LESOA, 11 — U. P. — As companhias de navegação portuguesas, segundo a sugestão apresentada pela direção da Marinha Alentejana, receberam fazer pular as chaminés de todas as suas unidades com as cores vermelha e verde, da bandeira portuguesa, como medida de precaução, afim de evitar confusões aos submarinos beligerantes.

**Bôas Notícias**

Não se compreende fiadas eferentes. L. ABERTO, NALIN dos radiaz “V” da Vito SENSINEL, UNIVERSAL, e TECIDOS PO

Rua do Comercio — 416. 1

**Cain e Franco francês**

LESOA, 11 — U. P. —

DOCUMENTO 6 - A *Gazeta* noticia inauguração da Escola Técnica de Vitória.

Fonte: A *Gazeta*, 1942 (Arquivo Público Estadual).

Numa área de construção que atingia 4.640m<sup>2</sup>, o governo federal gastou a importância superior a dois milhões de cruzeiros (a nova moeda que, na década de 1940, substituiu os antigos réis) na construção do edifício, que apresentava inúmeras dependências, conforme se pode ver na foto tirada pouco depois da inauguração, que mostra a escola tal qual era em 1942.

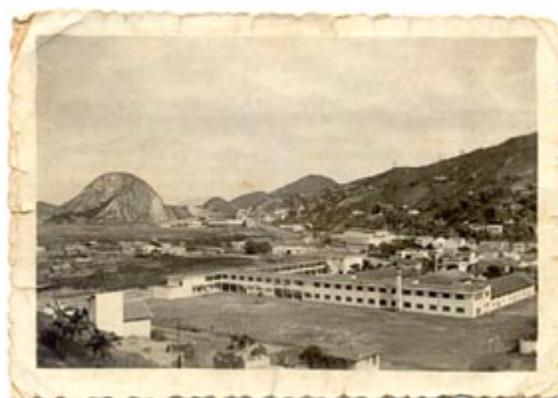


FOTO 8 - A ETV na década de 1940.

Fonte: Ifes.

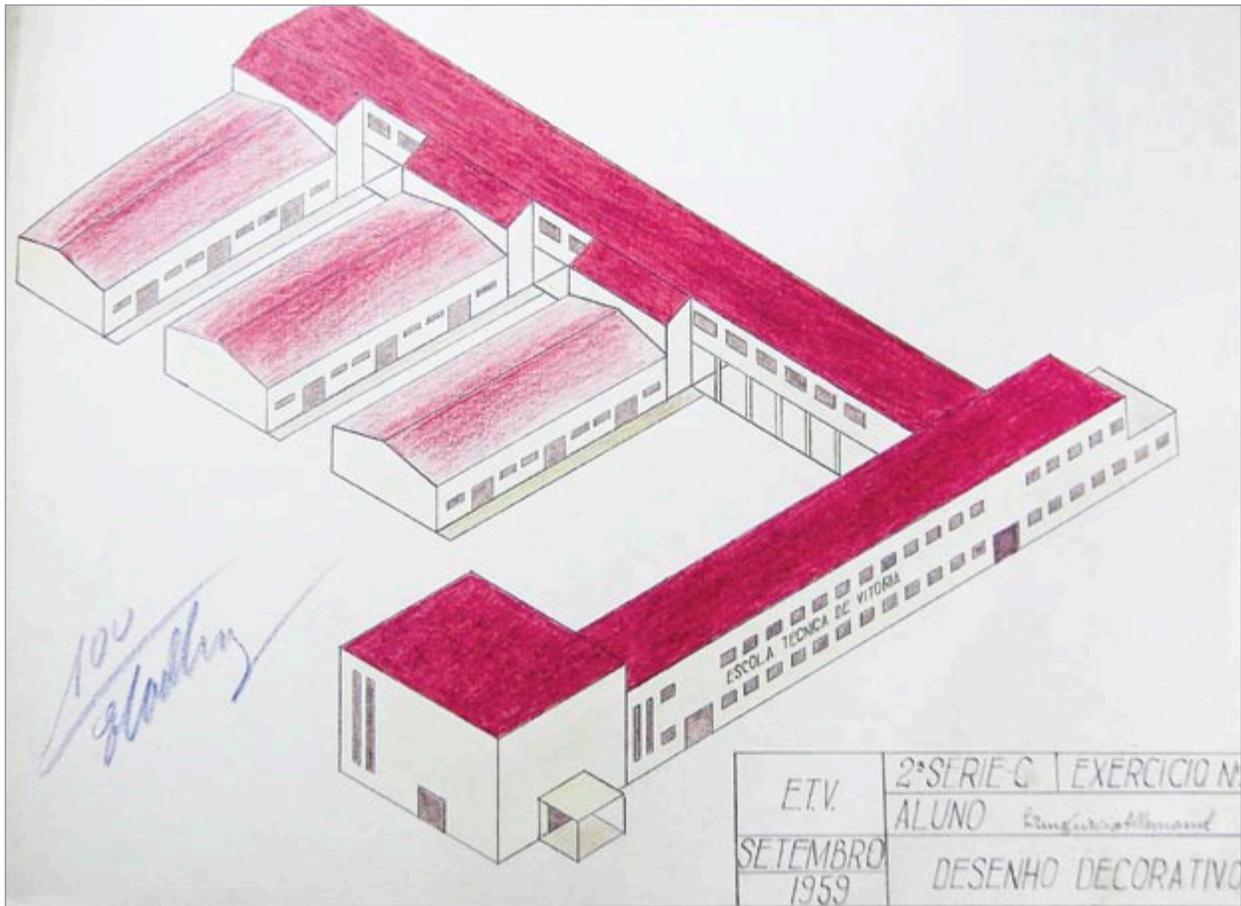
Compare a foto aérea da escola, de 1940, com a de 1990, bastante diferente no que diz respeito ao espaço físico:



FOTO 9 - A ETFS na década de 1990.

Fonte: Botechia, Rogério V. (arquivo pessoal).

Entretanto, pode-se visualizar melhor o prédio e suas dependências por meio de um desenho feito em 1959 por um de seus alunos que, nesse ano, cursava a 2ª. série, que corresponde atualmente à 6ª série do Ensino Fundamental.



DOCUMENTO 7 - Trabalho de aluno da ETV da década de 1950.

Fonte: Machado Filho, Pedro (Arquivo pessoal).

No edifício principal, em seu pavimento térreo, encontram-se o *hall*, a diretoria, a secretaria, os gabinetes médico e dentário, a inspetoria, os gabinetes de física, química e história natural, a sala de desenho, um museu tecnológico (termo usado por *A Gazeta*, quando noticiou a inauguração da escola) e o grande auditório, que mede cerca de 300 m<sup>2</sup>. No andar superior, encontram-se seis salas de aula e uma biblioteca, salas de desenho e instalações sanitárias.<sup>110</sup> Transversalmente a esse edifício frontal, acha-se outra construção que abriga, no primeiro pavimento, banheiros, refeitório, dispensa e cozinha e, no segundo, dormitórios com capacidade para 100 alunos cada um, enfermaria e compartimentos para o zelador. Paralelamente à construção frontal, estão três pavilhões para oficinas, cada qual com sua instalação sanitária completa.

No terreno da escola, também ficava a residência do diretor, a qual possuía dois pavimentos

com salas, três quartos, cozinha, copas, banheiros e outras dependências.<sup>111</sup> Era hábito que os diretores das várias escolas técnicas do Brasil morassem na própria escola.

Um dos dormitórios localizados no primeiro piso pode ser visto na foto seguinte:

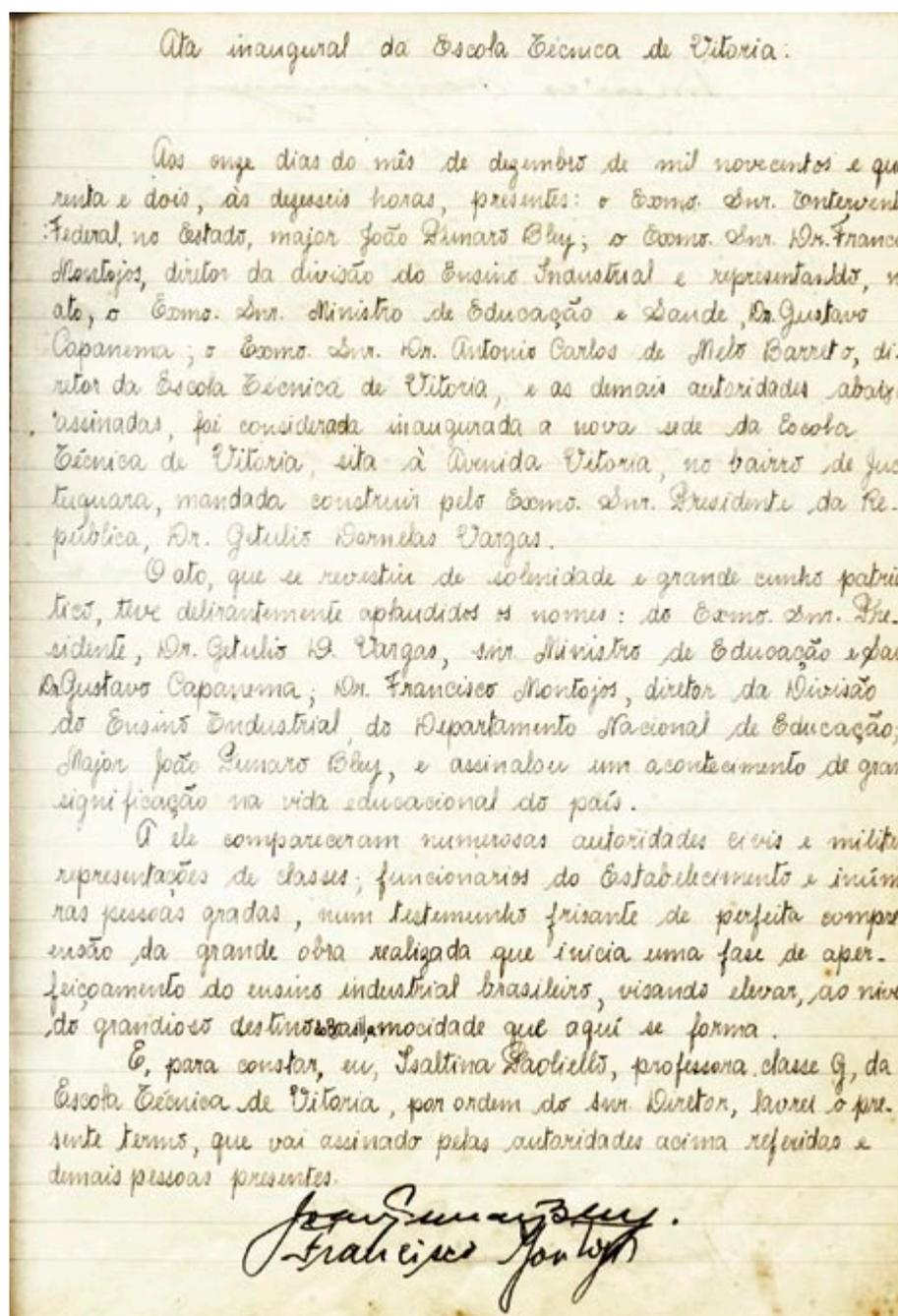


FOTO 10 - Dormitório da ETV, na década de 1940.

Fonte: Ifes.

Desse modo, em novo prédio localizado na confluência da Rua Alberto Torres com a Avenida Vitória, no bairro de Jucutuquara, funcionaria a Escola Técnica de Vitória – com internato e externato, oficinas, teatro, salas de aula e outras dependências –, toda equipada para atender, de modo satisfatório, aos cursos de Alfaiataria, Artes de Couro, Marcenaria, Serralheria, Mecânica de Máquinas e Tipografia e Encadernação.

Assinada por várias autoridades, entre as quais o major João Punaro Bley e o ministro Dr. Francisco Montojos, a ata inaugural do novo prédio da Escola assinalava o início de uma nova etapa que coincidia com a mudança de nome: Escola de Aprendizes Artífices, Liceu Industrial de Vitória e, agora, Escola Técnica de Vitória, nome pelo qual é popularmente conhecida até nossos dias.



DOCUMENTO 8 - Ata de inauguração do prédio da ETV, em Jucutuquara, em 1942.

Fonte: Ifes.

É interessante reunir alguns dados sobre a cidade de Vitória, para compreender, em toda sua amplitude, o papel da Escola Técnica, que passou a funcionar em prédio próprio no bairro que funcionará, em certo sentido, como um istmo entre a velha cidade e a nova metrópole que surgiria.

Em 1945, a cidade possuía apenas 45.000 habitantes e ainda não havia perdido alguns de seus traços de beleza colonial, apresentando um velho casario em ruas estreitas e sinuosas, cobertas com paralelepípedos e, em alguns casos, com o calçamento de pedras irregulares e toscas, conhecido como pé-de-moleque. Poucas eram as construções de mais de dois andares. Dois anos antes da inauguração da escola em Jucutuquara, havia sido concluída a construção do edifício Antenor Guimarães, de seis andares, no início da escadaria São Diogo, no centro da cidade. Durante anos, foi considerada como a mais alta construção de Vitória.

No período em que a instituição se transformou em Escola Técnica de Vitória, entre as décadas de 1940 e 1960, a principal artéria da cidade era a Avenida Jerônimo Monteiro, que reunia as principais lojas da cidade, como o *Empório Capixaba*, que vendia louças e presentes, o armazinho *Mimosa* ou a *Flor de Maio*, que vendiam malas e chapéus, e muitas outras lojas. Cortada por essa importante avenida, encontrava-se a Praça Oito, famosa pelo seu relógio mantido por técnicos especiais, alguns deles professores da Escola Técnica. No final das tardes, à sombra de velhos oitizeiros, ou nos cafés, reuniam-se jornalistas, comerciantes e profissionais liberais, para falar de política e comentar o dia a dia. Nas tardes de domingo, as pessoas iam passear na Praça Costa Pereira ou no Parque Moscoso.

Ao redor da Praça Costa Pereira, ficavam os teatros Carlos Gomes e Glória, que funcionavam também como cinemas e exibiam os filmes em cartaz no circuito nacional. Por ali passavam as linhas de bonde que ligavam o centro da cidade a Santo Antônio e Praia Comprida, atual Praia do Canto, onde as pessoas iam tomar banho de mar. Dessa forma, utilizavam os bondes como meio de transporte, já que os automóveis ainda não compunham o cenário da cidade, como ocorre hoje.

Os clubes Álvares Cabral e Saldanha da Gama promoviam regatas que eram acompanhadas por imenso público. Também organizavam bailes com orquestras que, em muitos casos, vinham do Rio de Janeiro. Entretanto, as principais diversões do grande público eram os comícios políticos, os carnavais de rua e as festas religiosas. A alta sociedade, porém, frequentava bailes no Clube Vitória, que tinha sede no Parque Moscoso, próximo à antiga Escola de Aprendizes Artífices. Ali ocorriam os concursos de misses, os bailes de debutantes e os bailes de carnaval.



FOTO 11 - Foto atual do prédio onde funcionava o antigo Clube Vitória, no Parque Moscoso, do ano de 1929.

Fonte: Ifes.

Do ponto de vista político, o Espírito Santo atravessou momentos muito difíceis entre 1942 e 1965. Os anos do final do Estado Novo coincidiram também com os da participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial e tudo quanto daí decorreu. Desse modo, tiveram início também em Vitória as perseguições aos imigrantes ou a seus descendentes cujos países de origem fossem nações do Eixo e, portanto, inimigas do Brasil. Foi assim que, por exemplo, a atual fábrica de Chocolates Garoto S.A., que então se chamava H. Meyerfreund & Cia, passou por intervenção federal, tendo sido preso seu proprietário, Sr. Henrique Meyerfreund. A população sofreu os efeitos da guerra, como o racionamento da gasolina e do trigo. Como Vitória exportava minério de ferro, por causa da Cia. Vale do Rio Doce fundada nessa ocasião, tornava-se uma cidade vulnerável a pos-

síveis ataques. Foi até criado um serviço de defesa antiaérea, com treinamento de *black-out*. Muitos capixabas foram convocados para lutar na Itália. Portanto, Vitória viveu, nessa ocasião, um verdadeiro clima de guerra, que se refletiria também no dia a dia da Escola Técnica.

Com o fim da Guerra e do Estado Novo (1945), o povo passou a eleger novamente os governadores e o Presidente da República. Nesse novo período, destacaram-se três governadores do estado. Um deles foi Carlos Fernando Monteiro Lindenberg (1947-1950), em cujo governo foi reaberta a Faculdade de Odontologia e criada a Faculdade de Medicina, atualmente incorporada à UFES. De 1951 a 1954, o

estado foi governado por Jones dos Santos Neves, que criou a Universidade Federal do Espírito Santo. Seu sucessor foi Francisco Lacerda de Aguiar. De características populistas, Chiquinho governou o estado por duas vezes, não terminando o segundo mandato, já que não suportou as pressões políticas ocasionadas pelo Golpe de 1964. Licenciou-se em 1966, não mais retornando ao poder.

Foi nesse Espírito Santo ávido por mudanças, mas ainda conservador, numa Vitória ainda antiga e quase moderna, que, em terras de um barão do Império, no local das antigas salinas de Jucutuquara, desenvolveu-se a Escola Técnica de Vitória entre 1942 e 1965.<sup>112</sup>

## O voo dos jovens titãs

O período em que a escola funcionou com o nome de Escola Técnica de Vitória – 1942–1965 – pode ser considerado, em certo sentido, como aquele em que os *jovens titãs* evoluíram para a maioridade e se firmaram no conjunto das escolas profissionalizantes que davam uma formação destinada ao mercado de trabalho industrial. Aos poucos, a antiga profecia de Nilo Peçanha vai-se realizando: “O Brasil de ontem saiu das academias, o de amanhã sairá das oficinas”. Também das oficinas da Escola Técnica de Vitória começa a sair o Brasil do futuro.

Emblemático desse amadurecimento foi o projeto de avião, desenhado pelo professor Eugênio Trombini Pellerano em 1946. Esse projeto está registrado em diversas fotografias guardadas na Escola.



FOTO 12 - Montagem de aviões na ETV, na década de 1940.

Fonte: Ifes.

## A ESCOLA TÉCNICA DE VITÓRIA (1942–1965)

A escola funcionou, na década de 1940, como um local de montagem de aviões de pequeno porte, pois a história do atual sítio aeroportuário de Vitória teve início em 1942, quando a antiga fazenda para a criação de gado sofreu confisco de guerra e foi militarmente ocupada no governo de Getúlio Vargas.

Nessa área, construiu-se uma base para abrigo de militares e aviões que vigiavam a costa brasileira nesse momento difícil da 2ª Guerra Mundial. Com o fim do conflito, a base militar foi melhorada e passou a ser usada pela aviação civil, sendo posteriormente batizada com o nome de Aeroporto Eurico Salles.<sup>113</sup>



FOTO 13 - Avião em reparos no pavilhão, em 1946, onde posteriormente funcionou uma das cantinas da escola até 2007.  
Fonte: Botechia, Rogério V. (arquivo pessoal).

O professor e cientista Eugênio Trombini Pelerano havia cursado a antiga Escola de Aprendizes Artífices, onde passou a lecionar, depois, Desenho. Também ministrou aulas no Ginásio Espírito Santo e no Colégio Salesiano. No final dos anos 40, transferiu-se para a Escola Técnica Nacional do Rio de Janeiro. Na qualidade de inventor, obteve patentes em Construção Aeronáutica e motores de aviação. Era piloto civil e construiu, em parte, o primeiro protótipo

brasileiro de motor a jato. Formou-se em Física e foi professor na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ).<sup>114</sup> A Escola Técnica de Vitória levantava voo em direção a grandes horizontes.

Grandes nomes passaram pela ETV, nessa ocasião: por exemplo, o artista e professor Álvaro Conde (1898–1968), que tem na escola um pavilhão com seu nome, foi ex-aluno da Escola de Aprendizes Artífices, da qual se tornou professor de Desenho em 1931, cargo que ocupou durante

anos. Tinha sido aluno de outro artista e professor, Júlio Pinto de Almeida Brandão, que, desde 1916, aparece como professor de Desenho na Escola de Aprendizes Artífices de Vitória. Em 1957, o professor Álvaro integrou a banca examinadora do primeiro e segundo concurso de habilitação à Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Espírito Santo.<sup>115</sup>



FOTO 14 - Quadro pintado pelo ex-aluno da EAA e professor da ETV Álvaro Conde. Encontra-se localizado, atualmente, na sala da Reitoria do Ifes.

Fonte: Ifes.

É interessante notar, nesse período, o incentivo que os alunos da escola recebiam para desenvolver seus talentos para o desenho. Foi assim que, na década de 1940, por exemplo, a ETV produziu um Haroldo Boechat, talentoso pintor que se tornou caricaturista e autor de desenhos de ilustração que viriam para as capas da revista Tico-Tico, precursora dos conhecidos gibis.<sup>116</sup>

Em 1943, incentivada pela orientação educacional do Estado Novo, foi implantada a Educação Física no currículo da escola. Para apoiar as atividades esportivas dos alunos, pensou-se na formação de um órgão, o Grêmio literoesportivo Rui Barbosa, criado em 19 de julho de 1944, cujo primeiro presidente foi Djalma Benedito Cavatti. No nome do Grêmio está a homenagem a um

ator político que, amigo de Nilo Peçanha, muito defendeu a causa do Ensino Industrial no Brasil. Inspirado pelo lema “o importante não é somente vencer, é competir”, a agremiação desfraldava as cores azul e branca.

Por meio da coordenação do Sr. Silvio Egito Sobrinho, formou-se a primeira agremiação juvenil, o Ipiranga Sport Clube, que, com as cores preta e branca, foi o primeiro time de futebol do Grêmio. Em 1950, nasceu o Atlético Esporte Clube por iniciativa de Hermes Casotti e outros, entre os quais o jovem Zenaldo Rosa da Silva, posteriormente diretor da escola. Mais tarde, foram organizados também o Novo Brasil Esporte Clube e o Independente Futebol Clube, todos com alunos da escola.<sup>117</sup>

O Grêmio Rui Barbosa teve seu hino oficializado em 1956. A música era da professora Maria Penedo e a letra era composição do aluno Avary da C. Prado, que, mais tarde, nas comemorações dos 70 anos da escola, já professor da Universidade de Goiânia, escreveu um entusiasmado artigo em *A Gazeta*, no qual dizia que “a ETV nos ensinou a viver”.<sup>118</sup> Em concurso de oratória promovido, em 1945, pelo *Grêmio Loren Rheno*, Avary Prado conquistou o primeiro lugar, com uma medalha de ouro.

#### HINO DO GRÊMIO RUI BARBOSA

O nosso grêmio, o Grêmio Rui Barbosa,  
Ao apogeu da glória chegará.  
Aceita, sempre, as suas derrotas  
Pois a vitória, um dia alcançará.  
Avante! Atleta eteviano!  
Os triunfos procura conquistar  
Para a glória do teu grêmio estremeado  
Todo o vigor dos teus braços a lutar.  
O nosso grêmio, o Grêmio Rui Barbosa,  
É uma turma de real valor;  
À sombra do idealismo e da bravura,  
Louros conquista com nobreza e ardor.



FOTO 15 - Pelotão do Grêmio Rui Barbosa, em desfile de Sete de Setembro, entre 1951 e 1952, em frente ao Porto de Vitória.

Fonte: Ifes.

Entretanto, o Grêmio não tinha por único objetivo os esportes. Ele realizava também reuniões sociais e culturais, programas de auditório, teatro e viagens de intercâmbio.<sup>119</sup> Dentre as atividades educacionais do grêmio, vale destacar o incentivo que deu à divulgação do jornal *O E.T.V.*, que, na apreciação do professor Rogério Botechia, era um “órgão de maravilhosa atuação no conagraçamento de alunos e professores”.<sup>120</sup> O importante jornal foi fundado em 19 de julho de 1943 e teve sua primeira tiragem de 300 exemplares em 7 de setembro do mesmo ano. Seu redator-secretário era o aluno Avary da Costa Prado e o diretor, professor Américo Guimarães Costa, que substituíra Dr. Mello Barreto, aguardando a chegada do novo diretor. Os alunos redigiam os artigos e dirigiam a publicação, que continha reportagens sociais, charges, concursos e outros temas. A circulação era trimestral e gratuita. Seu último número foi publicado em agosto/setembro de 1960.

Em junho de 1961, alunos e professores dedicaram-se à tarefa de publicar um novo jornal, agora com outro nome: *O Eteviriano*. O estilo editorial era o mesmo de *O E.T.V.* Infelizmente, o pequeno jornal só resistiu a seis números, tendo terminado no primeiro semestre de 1963.<sup>121</sup> Mais tarde, surgiram outras tentativas de jornais estudantis na escola.

Assim, no final da década de 1990, foram editados, em épocas diferentes, três jornais estudan-

tes, voltados para a discussão de temas relacionados com o interesse do corpo discente de uma escola que já se havia transformado em Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo. Foram editados, então, os jornais *O Grito* e *O Eteviriano*, este manteve o nome do antigo jornal da década de 1960. Foram todos de curta duração.

DOCUMENTO 9 - Jornal O Grito, editado na década de 1990.

Fonte: Ifes.

Na década de 1960, quando surgiu o jornal O E.T.V., veio também, por iniciativa da professora Juraci L. Machado, a ideia de fundar uma rádio, a PRG-4, que, de início, não era propriamente uma rádio, mas uma seção que permanentemente ocupava a última parte do jornal. A “rádio” obtinha certo lucro com as propagandas que fazia, por meio de versos, como os que divulgavam o nome das Casas Pernambucanas:

Quem tiver casamento marcado  
E for comprar enxoval,  
Deve ir às “Pernambucanas”  
P’ra defender seu Capital.

Em 13 de setembro de 1946, foi inaugurado o serviço de alto-falante da PRG-4, em programa irradiado na própria escola, no horário de descanso do almoço, às 12h, sempre com o apoio da professora Juraci L. Machado. O primeiro trabalho irradiado foi apresentado pelo aluno Hélio Porto de Oliveira.<sup>122</sup>

No ano seguinte, por iniciativa da professora Maria Penedo, foi criado o *Orfeão Lorenzo Fernandes*, composto de alunos da escola e de moças

que estudavam em outros educandários de Vitória. Cantavam-se músicas sacras, folclóricas e profanas. Com a morte da ilustre mestra, em 1974, o orfeão passou a se chamar *Coral Maria Penedo*.<sup>123</sup>



FOTO 16 - Coral Maria Penedo, na Catedral Metropolitana no final de 1989.

Fonte: Ifes.

Além do Coral, a escola também possuía um conjunto musical de alunos que tocavam violões, cavaquinho e pandeiro. Havia também muitas representações teatrais feitas pelos alunos e por moças que estudavam em outros colégios da cidade.<sup>124</sup>



FOTO 17 - Peça representada em 1943 no teatro da ETV.

Fonte: Ifes.

A mesma professora Maria Penedo compôs a bela marcha que passou a ser o hino da Escola Técnica de Vitória em 1946. A letra coubera ao jovem Jair Marino que, com 15 anos, venceu o concurso promovido pela instituição.

O voo dos jovens titãs já atingia, assim, alturas invejáveis. Em 1944, foi formada a Fanfarra da ETV, composta aproximadamente de 30 instrumentos de percussão. A meta era promover o desfile da escola nas paradas que ocorriam a cada 7 de setembro, em comemoração da Independência do Brasil.



FOTO 18 - Fanfarra da ETV, em 7 de setembro de 1946.

Fonte: Ifes.

Encabeçados pela Fanfarra, os desfiles de 7 de setembro eram repletos de belas alegorias, cujo idealizador fora o professor Américo Guimarães Costa, que, vindo da Bahia, chegou a Vitória em 1939 e ingressou como professor no Liceu Industrial de Vitória, onde lecionou até se aposentar no final dos anos 60. Em 1945, organizou o altar do 1º Congresso Eucarístico Diocesano de Vitória. Dois anos depois, classificou-se entre os melhores pintores que participaram da 1ª quinzena de arte capixaba. Na ETV, organizava a representação de várias peças teatrais,

entre as quais “Uma festa na casa do coronel Ozebo”, em 1943.<sup>125</sup>

Até 1955, a Fanfarra era dirigida pelo ex-corneteiro da PM do Espírito Santo Antônio Rodrigues Pontes. A partir dessa data, o comando passou para o aluno Luís Cláudio da Silva, que conseguiu dinamizar a fanfarra, introduzindo novos instrumentos musicais que, três anos depois, chegaram a 40. Até então os treinos só ocorriam no mês de agosto, véspera da parada da Independência. Luís Cláudio intensificou os ensaios, que passaram a ter início em maio e só terminavam depois das comemorações de aniversário da escola, em 23 de setembro. Datan Coelho ajudava “Lulu” quando este se ausentava. Com a posse de Dr. Mauro Fontoura Borges na direção da escola (1961-1970), novos instrumentos foram adquiridos: tubas, cornetas, pratos e outros. De 40 membros, a Banda passou a ter 86 e trocou de categoria: transformou-se em Banda Marcial. Os treinos se intensificaram e as evoluções se aprimoraram. O grande momento da Banda foi o desfile de 1962, quando Maria Penedo e Luís Cláudio treinaram os alunos para saudarem as autoridades, cantando a linda marcha eteviana, ao som de um tarol e de um surdo. Testemunhas afirmam que foi uma cena realmente emocionante. Em 1966, na abertura do primeiro JEBEI (Jogos Brasileiros Estudantis do Ensino Industrial), em Vitória, a Banda foi ovacionada e aplaudida de pé por representantes de Escolas Técnicas de quase todo o Brasil.<sup>126</sup>

Eram solenes e muito esperados os desfiles de 7 de setembro. Sempre com garbo, a escola desfilava com uniforme especial. Usava-se um traje composto de calça comprida e camisa de manga comprida, ambos de cor cáqui. Colocava-se uma gravata preta e calçava-se uma botina, também de cor preta. Havia pelotões que desfilavam com roupa branca e um quepe azul, no estilo italiano da época. Eram chamados uniformes de parada militar.



FOTO 19 - Manequim exposto durante a visita do Presidente Eurico Gaspar Dutra, em 1949, indicando o uniforme usado pelos alunos nos desfiles de 7 de setembro.

Fonte: Ifes.

O uniforme diário, entretanto, era diferente desses que poderíamos considerar como o de gala. Havia, para as aulas comuns, uma roupa branca. Para as oficinas, usava-se macacão de manga curta. Às vezes, permitia-se entrar em aula teórica sem uniforme, usando calça tipo jeans e camisa de uniforme. Veja-se, por exemplo, a foto dos alunos do início da década de 1950.



FOTO 20 - Alunos à frente da Oficina de Artes do Couro, trajando os dois uniformes típicos do dia a dia no início da década de 1950.

Fonte: Ifes.

A escola funcionava em regimes de internato, externato e semi-internato. Todo aluno interno precisava ter um responsável, procurador de seu pai ou mãe, pessoa idônea e residente em Vitória, que respondesse pelo aluno perante a escola. Os internos residiam na escola e tinham saída às quintas-feiras, à tarde, e aos domingos e feriados. Eram por volta de 120, mas, em 1949, o presidente Eurico Gaspar Dutra visitou a escola e inaugurou a ampliação do dormitório, que, a partir desse momento, passou a comportar 200 alunos. O dormitório ficava no andar superior ao do refeitório, com camas e guarda-roupas, e, à noite, sempre permanecia nele um inspetor, para fiscalizar a ordem e a disciplina.

Os semi-externos ficavam até as 20 horas, depois de terem participado do jantar e da banca de estudos que funcionava entre 19 h e 20 h para internos e semi-externos. Os externos chegavam para o café-da-manhã, recebiam também o almoço, faziam um lanche às 15h e só se retiravam às 17 horas.<sup>127</sup> No período de férias de dezembro a fevereiro, o aluno interno deveria retirar-se para a residência dos seus pais, ficando o internato fechado. Nas férias de julho, a retirada era facultativa, podendo ficar na escola os que assim desejassem.<sup>128</sup>



FOTO 21 - Refeitório da ETV na década de 1950.

Fonte: Ifes.

O aluno interno recebia desde a pasta de dentes até o terno de formatura, acompanhado do estigma de estudar em escola correccional e assistencialista. Tanto mais que o antigo Instituto Maruípe, uma espécie de reformatório famoso em Vitória daquele tempo, enviava à Escola Técnica de Vitória seus assim chamados “meninos-problemas”. Simultaneamente, as prefeituras do interior mandavam para o instituto os meninos que mais se destacavam nos estudos, a fim de que tivessem formação profissional.<sup>129</sup>

Quando o aluno do interior não encontrava vaga no internato da escola, era encaminhado para o dormitório Santo Antônio, que ficava em Fradinhos, com as despesas pagas pela Caixa Escolar. Muitos alunos só voltavam para casa no período de férias, já que não tinham nenhum apoio financeiro de suas famílias. Eram sustentados pela escola.<sup>130</sup> Durante anos, a Caixa Escolar era coordenada pela professora Juraci Machado, conhecida pela sensibilidade em descobrir os alunos necessitados. Um deles foi diagnosticado com mancha no pulmão e internado por essa razão. Todo o tratamento foi pago pela escola.<sup>131</sup>

Com o objetivo de ensinar o controle de gastos, os cadernos dos alunos, na década de 1940, tinham suas folhas numeradas pelos professores. Os lápis e as borrachas eram marcados com os números dos alunos e recolhidos ao fim das aulas. No dia seguinte, os lápis apontados e as borrachas eram novamente distribuídos no início dos trabalhos escolares.<sup>132</sup>

Percebe-se, sem dúvida, um *glamour* em torno da Escola Técnica de Vitória. Não se pense, porém, que se tratava de uma escola de elite; exemplo da pobreza que caracterizava o corpo discente era o fato de que se fazia educação física de pés no chão, conforme depoimentos de alunos que estudaram na década de 1950. Não se usava tênis nem outro calçado. Não havia, portanto, entre os alunos aqueles que poderiam ser chamados de “filhinhos do papai”. A elite estudava no Salesiano, Americano Batista e Carmo. “A ETV ainda era tida como escola correccional, embora ninguém falasse disso explicitamente”.<sup>133</sup>

A escola sempre foi bem cuidada e era considerada como “novinha e limpinha” pelos alunos, que habitualmente não manchavam paredes nem quebravam portas, pois, se ocorressem problemas, a disciplina era rígida. Durante muito tempo, sua estrutura física permaneceu praticamente como na época de sua construção em 1942, sendo somente modificada na década de 70, quando muitos acréscimos foram feitos.

O dia começava às 5h30min da manhã, quando se acordava com um apito do inspetor. Arrumava-se a cama e fazia-se a higiene matinal. Às 6 da manhã, praticava-se a educação física. Em seguida, tomava-se o café-da-manhã e, depois, assistia-se às aulas, todas com duração de 50 minutos. Avaliava-se por meio de prova escrita e prova oral. Esta funcionava com base no sorteio do tema, para que os professores arguissem. Para isso, era formada uma banca composta por dois examinadores. No Ginásio Industrial, estudava-se matemática, português, ciência, história e geografia, sobretudo desenho, matéria fundamental para a Escola Técnica. Não se estudavam línguas. Havia também a parte técnica, como mecânica. No primeiro ano, fazia-se rodízio dos alunos nas várias oficinas, para escolher sua especialidade. Os cursos eram Mecânica, Marcenaria, Tipografia, Serralheria, Artes do Couro e Alfaiataria. Só no 2º. ano, o aluno ia para a oficina de sua aptidão. Somente na década de 1960, começou a funcionar o Técnico. Com isso, a tendência foi terminar com o Ginásio, o que efetivamente se deu em 1973.<sup>134</sup>

Especialmente na década de 1950, o ginásio industrial recebeu muitas influências do sistema de ensino norte-americano. Havia um intercâmbio realizado pela Comissão Brasileiro-Americana do Ensino Industrial (CBAI), estabelecida como uma compensação ao Brasil pela participação na 2ª Guerra, ao lado dos Estados Unidos. Essa comissão levou para os EUA os professores Antônio Luís Valiatti e Manuel Virgínio, que lá fizeram cursos relacionados com o ensino industrial, estudando, sobretudo, a parte prática da educação profissional. Desse modo,

até livros adotados nos EUA serviam de base para as aulas ministradas na ETV, nessa ocasião.<sup>135</sup>

Dentre os professores de educação física da década de 1940 se destacaram Orlando Ferrari, Darci Grijó e Altivo Barreto Duarte, que preparavam na escola aquele que era tido como um dos melhores times de futebol da cidade. Merecem ser lembrados os professores de Matemática: Expedito Bogéa, Carlos Lopes Rodrigues, Frederico Teixeira Filho e Lea Penedo; de Português: Isaltina Paoliello, Juraci Machado e Clóvis Rabelo; de História: Américo Guimarães Costa; de Mecânica: Antônio Luis Valiatti, Osvaldo Gomes e Docastel Cardoso; das outras oficinas: Joaquim Botechia, Itaboraí Nascimento, João Có, Zildon Zambelli, Humberto Manato, Rubens Ferreira, Manuel Virgínio da Silva, Ivan Gasparini e tantos outros que contribuíram com seus conhecimentos e seu caráter no desenvolvimento da Escola Técnica de Vitória.<sup>136</sup>

A rigidez da disciplina podia levar a punições que poderiam chegar até a suspensão. Em casos de reincidências, havia a expulsão. Os inspetores eram muito rígidos. Eles atravessaram as décadas de 1940 e 1950, alguns deles marcaram presença na escola até a década de 1950. Um deles era o Admercil Silva<sup>137</sup>, apelidado de Dade e conhecido em toda a Vitória. Também famosos na época eram o Sílvio Egito Sobrinho e o Baiano Mauro que, às vezes, era obrigado a ouvir os alunos cantarolarem: “Adeus, Baiano Mauro / Adeus, querida ETV / Levamos muita saudade / Muita saudade de você / Fica, baiano / com seu apito na mão / e o jeito de valentão”. Tudo funcionava, segundo depoimentos de ex-alunos, de maneira semelhante ao exército: era proibido o uso de cabelo grande até a década de 1970, quando essa regra, então, foi modificada. Verificavam-se até as unhas. Havia barbeiro que, em determinados dias, ia à escola para fazer cabelo e barba dos

alunos do internato. Aí todos cortavam o cabelo, escolhendo o corte que queriam. Muitos usavam o estilo chamado “príncipe Danilo”, que consistia em passar a máquina zero na metade da cabeça, deixando cabelo apenas no tampo. Quem quisesse, também podia raspar o cabelo.<sup>138</sup>

Especialmente no início da década de 1940, quando o Brasil passava pelo período da ditadura getulista e da Segunda Guerra Mundial, a disciplina escolar confundia-se muitas vezes com o regime militar, tanto que alguns dos inspetores de disciplina tinham vindo do exército. Foi assim que havia até treinamento de tiro para os alunos da escola, que aprendiam a montar e desmontar os fuzis. Marchava-se com aqueles passos característicos dos soldados nazistas. Note-se que eram meninos que não passavam dos 16 anos de idade.<sup>139</sup>

No refeitório<sup>140</sup>, com lugares para 120 alunos, trabalhavam aproximadamente 14 cozinheiros e copeiros. Quando acabou o internato, no final da década de 1960, também foi suspenso o serviço de alimentação. Alguns dos funcionários foram, então, trabalhar na cantina. Todos os dias, um médico vinha para ver a comida. Ou era Dr. Teófilo Costa ou Dra. Monsueta dos Santos Abreu. Tanto na gestão de Dr. Artur Seixas, quanto na de Dr. Mauro Borges, todos os dias um copeiro levava uma tigela de sopa, um pão e café, para que os diretores provassem e vissem se a comida estava em condições de servir aos alunos.<sup>141</sup> Durante o período em que Dr. Artur Seixas dirigiu a escola, o refeitório funcionava sob a supervisão de D. Elza, sua esposa. Na Semana Santa, servia-se bolinho de bacalhau. A comida era sempre boa e farta. No almoço, não se servia suco, mas leite gelado com uma pitadinha de sal. Usavam-se canecas.<sup>142</sup> No café-da-manhã, servia-se, por exemplo, pão com manteiga, uma caneca de café e um prato de mingau de fubá, que os alunos consideravam excelente.



FOTO 22 - Servidores (garçons e copeiros) em frente ao antigo refeitório do Escola Técnica de Vitória, em 1955.

Fonte: Ifes.



FOTO 23 - O servidor aposentado Sr. Lourival Fernandes (nascido em 1928) em frente à entrada do antigo refeitório, onde trabalhou como copeiro, entre 1953 e 1967. Na foto anterior, ele é o quarto da direita para a esquerda. Foto de 2007.

Fonte: Ifes.

Coube à Escola Técnica um trabalho pioneiro de prevenção sanitária, especialmente para os alunos que vinham do interior. Dr. Teófilo Costa iniciou, na Escola Técnica, o processo de obrigatoriedade da vacinação nas escolas. Hoje, o Posto Médico da escola ostenta o nome desse profissional da saúde.

Em face da instalação do Curso Técnico na década de 1960, muitos dos professores vieram

da UFES. Ministravam na Escola Técnica a mesma matéria que lecionavam na Universidade. Eram, em geral, professores do Curso de Engenharia. Vários entravam por indicação. Na Escola Técnica eram regidos pela CLT e, só mais tarde, passou-se para o regime de estatutário. O professor ganhava um salário muito bom e próximo ao de desembargador.<sup>143</sup> Como era feita a escolha desses professores? Em 1942, houve nomeações interinas, sujeitas a concurso. No final da década de 1950, houve um concurso, por meio do qual muitos entraram. Foi aí que começaram a lecionar na escola os professores Francisco Árabe Filho, Cristiano Dias Lopes<sup>144</sup> e Dr. Mauro Borges, futuro diretor da escola. A partir de certo momento, passou-se ao regime da CLT, quando então o Conselho de Representantes estabelecia as normas de recrutamento e remuneração, tendo então professores estatutários e celetistas, trabalhando em conjunto. Até o final da década de 1950, era comum o professor ministrar suas aulas, usando terno e gravata. Em geral, liam os jornais diários e revistas.<sup>145</sup>

Nesse mesmo período, era comum um empresário chegar à escola com uma peça, pedindo que se fizesse outra igual. Aí se contactava um professor da área que pedia a um aluno que fizesse a peça solicitada. E cobrava-se. O dinheiro era repassado aos alunos que tinham feito o serviço. Era pouco dinheiro, mas era um incentivo para os jovens fabricantes.<sup>146</sup>



FOTO 24 - Aluno da primeira turma do Curso Técnico de Estradas e Pontes, o professor Pedro Machado Filho, em sua residência, mostra uma furadeira fabricada por ele, quando era aluno do ginásio industrial, entre 1956 e 1960. Foto de 2007.

Fonte: Ifes.

A principal diversão era futebol e baile nos fins de semana. A biblioteca não dispunha de muitos livros e encontrava-se em um espaço muito pequeno. Não era propriamente uma biblioteca, era uma pequena sala onde se colocavam alguns livros disponibilizados para os alunos. Lia-se pouco jornal.

A partir de certo momento, as tardes de sábado, entre 16h e 18h, passaram a ser marcadas por um baile no refeitório. Afastavam-se as mesas e cadeiras e os pares se formavam para um divertimento sadio. Colocava-se o vinil para tocar e os pares dançavam coladinhos, como era o costume da época. Vinham alunas das vizinhanças, trazidas por professoras as quais tinham interesse em que se travasse um relacionamento que pudesse, depois, dar origem a um eventual casamento, fato que, algumas vezes, ocorreu. Tudo transcorria na base de muito respeito.<sup>147</sup>

De vez em quando, havia missa na escola. Entretanto, a educação religiosa era normalmente dada pelas professoras, que não forçavam os alunos a frequentar a missa dominical. Muitos assistiam à missa no Colégio Salesiano, que ficava próximo. O vigário de Jucutuquara também, às vezes, ia visitar a ETV. Em muitas ocasiões, entretanto, os alunos eram conduzidos militarmente pelos inspetores da escola, em fila indiana pelas calçadas, para assistir à missa dominical na paróquia de S. Sebastião, no bairro de Jucutuquara. Somente a partir dos anos 60, começou a marcar presença o padre Ayrolla, como professor e guia espiritual dos alunos. Ele tinha uma pequena sala à sua disposição e lá dava conselhos aos que necessitavam.



FOTO 25 - Missa celebrada na ETV. À esquerda, no alto, vê-se a chaminé da cozinha.

Fonte: Borges, Mauro Fontoura (arquivo pessoal).

Algumas vezes projetavam-se filmes não só para os alunos, mas também para a vizinhança, em especial nos fins de semana. Veja-se a máquina que, até 2008, estava em exposição na escola, à entrada da biblioteca Nilo Peçanha. Adquirida em 1942, foi útil durante muitos anos, sendo operada pelo professor Alberto Trombini Pelerano.<sup>148</sup> Nota-se como a escola procurava adaptar-se aos novos meios de comunicação, para desenvolver, de maneira atualizada, o processo de ensino-aprendizagem. Essa postura também pôde ser observada posteriormente, quando, em 1962, nos festejos do 53º aniversário da escola, o Conselho de Professores comunicou “[...] a boa nova da inauguração da televisão, adquirida pela caixa escolar”.<sup>149</sup>



FOTO 26 - Projetor de filmes, adquirido em 1942.

Fonte: Ifes.

Por tudo isso, compreende-se que, anos mais tarde, um ex-aluno e então professor<sup>150</sup> da Universidade de Goiânia, tenha escrito em *A Gazeta*:

*E quantas epidermes porejavam de suores viris, disputando pau-a-pau um lugarzinho ao sol, para transformar uma escola de gente pobre, como então muitos entendiam, no embrião de uma doutrina, mais do que uma instituição, que faz cada aluno da Escola Técnica membro de uma sociedade esotérica, fechada, exclusivista: um aluno que se julga único, que se julga melhor porque aprendeu com seus professores, com cada funcionário, que a ETV não era uma escola. Era um estado de espírito. E se o espírito é o único veículo e instrumento para a eternidade, o que pensamos e sentimos é o que fica. Depois que todos os rostos conhecidos se acotovelarem em sombras, as paredes da Escola Técnica ficarão pintadas de lembranças.*

Trata-se, assim, de um “estado de espírito” que, a partir de 1965, deu um grande salto e alçou altos voos: os *juvens titãs* transformaram-se em Escola Técnica Federal do Espírito Santo.

## A Escola Técnica de Vitória

Foi assim denominada desde 1942 até 1965. Neste ano, já na Ditadura Militar (1964–1985), passou a se chamar Escola Técnica Federal do Espírito Santo mediante a Portaria Ministerial 239, de 3 de setembro de 1965. Foi um período muito rico em memória, pois sobre essa etapa há muitos depoimentos de pessoas que ainda vivem e que se lembram com saudades de uma época e de uma escola que muito marcou suas trajetórias de vida.



FOTO 27 - Cerimônia de hasteamento da Bandeira no pátio da ETV, entre 1950 e 1955.

Fonte: Ifes.

Pode-se dizer que, no contexto nacional e internacional, esse período 1942-1965 divide-se, política e culturalmente, em duas etapas, uma das quais, de 1942 a 1945, correspondia aos anos da 2ª Guerra Mundial (1939–1945) em que os Aliados (Estados Unidos da América, União Soviética, Inglaterra e França) vão firmando sua vitória sobre as nações do Eixo (Alemanha, Itália e Japão) e obtendo apoio de países como o Brasil, que autoriza a formação de uma base norte-americana no Nordeste e envia para a Itália a Força Expedicionária Brasileira (FEB). No Brasil, desenvolvia-se o Estado Novo (1937–1945), que era o período ditatorial do Governo Vargas. O ano de 1945, porém, dá início a uma nova etapa da história mundial e brasileira. Terminam a 2ª Guerra Mundial e a Ditadura Vargas e vem a Guerra Fria, em que os antigos aliados (EUA e URSS) agora lutam entre si pela hegemonia mundial, acirrando os ânimos com relação à oposição capitalismo/comunismo. É também o momento em que, com Juscelino Kubitschek (1956–1961), o Brasil dá seu grande salto para a industrialização. Em 1964, momento grave da história brasileira, um golpe militar instaurou a ditadura que durou 21 anos. Todos esses eventos produziram seus efeitos na Escola Técnica de Vitória.

No que diz respeito ao Brasil, esse período engloba situações díspares que influenciarão o desenvolvimento da economia e da educação. Entre 1942 e 1965, o Brasil viveu ditaduras – o final da Ditadura Vargas e, duas décadas depois, o início do militarismo, com o mandato do marechal Humberto de Alencar Castelo Branco (1964–1967) – e democracia, com os governos que se instalaram por meio de eleições livres: Eurico Gaspar Dutra (1946–1951), Getúlio Vargas (1951–1954), Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956–1961)<sup>151</sup>, Jânio Quadros (1961) e João Goulart (1961–1964).

Quanto à ditadura getulista (1937–1945), estudiosos afirmam que ela possuía “um agudo senso da importância política da cultura popular como um meio de aglutinar apoio ao governo, fazendo o Brasil aparecer sob um ângulo positivo no contexto internacional.”<sup>152</sup> Exemplo disso foi o apoio dado pelo Estado Novo ao futebol, que, já a partir da década de 1920, incorporava afro-brasileiros em seus times.

Outro exemplo de promoção de nossa cultura popular foi o incentivo dado pelo governo ao Carnaval do Rio e ao samba, fortalecendo, assim, “o novo senso que a nação tinha de sua própria identidade como, ao menos parcialmente, afro-brasileira”.<sup>153</sup> É dessa época o sucesso de *Aquarela do Brasil*, de Ari Barroso (1903–1964), bem como da atuação artística e musical de Carmem Miranda (1909–1955).

Paralelamente, em face da entrada do Brasil na 2ª Grande Guerra ao lado dos EUA, é fortalecida a ligação entre os dois países. O presidente Roosevelt chegou a recrutar talentos, como Orson Welles e Walt Disney, para produzirem filmes que estimulassem o apoio da opinião pública brasileira aos norte-americanos. Daí surgiu o papagaio Zé Carioca que deleitou o povo brasileiro de então.

Sob o aspecto econômico, o aumento da produção siderúrgica, a instalação e a ampliação de plantas complexas que iam caracterizar o Estado Novo demandavam o emprego de técnicos em razão das necessidades tecnológicas que deveriam ser empregadas muito especialmente com a criação da CSN (Companhia Siderúrgica Nacional), em 1941, e da FNM (Fábrica Nacional de Motores), em 1942. Essas mudanças concorreram para que houvesse uma organização sistemática do ensino profissional no Brasil.

Em contrapartida, o crescimento industrial ocasionou o aumento da importância do mundo operário. Desse modo, para resolver as questões trabalhistas, o governo organizou, em 1939, a Justiça do Trabalho. Em seguida, sistematizou e ampliou a legislação trabalhista mediante a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em 1943. Foi construído o imaginário de Getúlio como *guia, amigo e pai dos brasileiros*, especialmente dos trabalhadores, aos quais doava benefícios e deles esperava fidelidade e apoio.<sup>154</sup>

Os vencedores da Revolução de 1930 também voltaram seus olhos, desde cedo, para o problema educacional brasileiro, para formar uma elite intelectualmente mais bem preparada. Um marco importante foi a criação do Ministério da Educação e Saúde já em 1930. Com isso, as Escolas de Aprendizes Artífices deixaram de se subordinar ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio para se filiarem ao novo Ministério. O getulismo procurou organizar

a educação segundo uma inspiração autoritária, de cima para baixo, mas procurava concomitantemente abranger muitos aspectos do variado universo cultural, sobretudo por intermédio de dois ministros dessa área, Francisco Campos e Gustavo Capanema.<sup>155</sup> Refletiu-se na Educação o enorme interesse do governo Vargas em promover a industrialização do Brasil, mormente no estabelecimento do Estado Novo em 1937. Desse modo, o ministro Capanema promoveu uma reforma no ensino secundário, mas com suas preocupações voltadas especialmente na organização do ensino industrial, tendo como objetivo “preparar mão-de-obra fabril qualificada”.<sup>156</sup>

O Decreto-Lei 4.073, de 30 de janeiro de 1942, estabelecia a chamada Lei Orgânica do Ensino Industrial. Em certo sentido, tem início aí uma nova etapa na caracterização do ensino profissionalizante no Brasil.

As especificidades “pré-industriais” são elucidativas nesse sentido. Até por volta dos anos 30, o tipo de ofício ministrado nas Escolas de Aprendizes Artífices dava mais ênfase ao artesanato local que ao emprego industrial. Ensinava-se Sapataria, Marcenaria, Alfaiataria e Encadernação, por exemplo. Eram poucas as escolas com o curso de Eletricidade. Vitória teve essa especialidade apenas durante certo período, anteriormente à reforma Capanema. O mesmo se pode dizer da Mecânica e Tornearia, ofícios propriamente industriais que não eram enfatizados nessa primeira etapa que vai até 1942. Pode-se até dizer que essa data deu fim<sup>157</sup> ao modelo correcional-assistencialista<sup>158</sup> e início ao chamado modelo taylorista-fordista<sup>159</sup> que, no século XX, caracterizou a produção em massa dos países industrializados. Obviamente o primeiro modelo continuava, enquanto o segundo engatinhava.



FOTO 28 - Primeira turma formada na nova sede de Jucutuquara, da ETV, em 1946. Na primeira fila, o segundo da esquerda para a direita, é o ex-aluno e ex-servidor aposentado, Loadir Carlos Pasolini, e o quinto é Admercil Silva (Dade), ex-inspetor de disciplina. Na última fila, o segundo da esquerda para a direita é o aluno Jair Marino, autor do hino da instituição.

Fonte: Ifes.

Influenciado, assim, pelo modelo taylorista-fordista, surgia em 1942 o Decreto-Lei 4.127, que fixava as bases de organização dos estabelecimentos de ensino industrial da rede federal, instituindo as diferenças entre as Escolas Técnicas e as Escolas Industriais. Nesse momento, surgia a Escola Técnica de Vitória que inaugurava suas instalações em Jucutuquara, alguns meses depois.

A Escola Técnica do Espírito Santo demorou um pouco para se identificar como instituição eminente de formação de técnicos. Assim, até a década de 1950, por exemplo, seu Curso Industrial básico ainda oferecia as modalidades de Alfaiataria, Artes do Couro, Tipografia e Encadernação, Marcenaria, Mecânica de Máquinas e Serralheria.<sup>160</sup> Quem o finalizasse não poderia ir diretamente para o que na época seria o Ensino Médio. Portanto, o Curso Industrial básico ainda não era propriamente o Ginásio Industrial, que só foi criado em 1961.



FOTO 29 - Móveis fabricados, entre 1945-1950, no setor Marcenaria da ETV.

Fonte: Ifes.

Na década de 1940, por causa do aumento das verbas escolares, os estudantes passaram a receber assistência mais completa e ensino mais eficiente: serviço médico e dentário, coral e biblioteca, tudo contribuindo para a melhoria no ensino técnico.<sup>161</sup> Os alunos do internato recebiam roupa para o trabalho e o esporte, com um refeitório que fornecia comida abundante e saudável. O material didático era oferecido pelo governo.<sup>162</sup>



FOTO 30 - Livro didático usado entre 1955 e 1960 na ETV.

Fonte: Machado Filho, Pedro (arquivo pessoal).

A partir de 1947, foi instituído um quadro de honra destinado a premiar os alunos que se distinguiram pelo seu aproveitamento nos trabalhos escolares, comportamento e assiduidade.<sup>163</sup> Por outro lado, foi criada em 1945 a *Sociedade dos Amigos da Escola Técnica*, para realizar um controle rígido da disciplina, convencendo todos os alunos a acatar as ordens vindas dos superiores e fazendo-os compreender que “o dormitório, refeitório, salas de aula e demais dependências da escola, são locais de silêncio, onde deve imperar a ordem e o respeito”.<sup>164</sup> As sanções chegavam até a expulsão da escola.

Nos anos de 1940, algumas mulheres começaram a frequentar a escola, mas foram consideradas inaptas para os trabalhos de oficina, o que as levou a desaparecer da Instituição, somente reaparecendo na década de 70.<sup>165</sup>

No ano seguinte à inauguração do prédio em Jucutuquara e já como Escola Técnica de Vitória, a escola passa a ter um novo diretor. Saiu o cearense Dr. Antônio Carlos de Mello Barreto e assumiu o jovem amazonense de 35 anos Dr. Arthur Seixas, que dirigiu a escola até 1954. De formação salesiana, seu trabalho inspirava-se no estilo de D. Bosco.<sup>166</sup> Fez uma escola festiva e repleta de atividades extracurriculares.

Dr. Artur Seixas só saiu em 1954, porque foi convidado para trabalhar na Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial – CBAI –, um programa de cooperação em educação mantido pelos governos dos dois países signatários. Dr. Artur deixou então a ETV para ocupar o cargo de Assistente do Superintendente da CBAI. Assume a escola o capixaba de 41 anos, advogado Dr. Fernando Alves Duarte, que, desde 1943, exercia o cargo de secretário da escola.

Entre 1954 e 1961, dirigida por Dr. Fernando Alves Duarte, a Escola Técnica de Vitória recebeu os bons impactos do mandato presidencial de Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956–1961). O presidente imprimiu no país um grande desenvolvimento industrial por meio de seu Plano de Metas, cujo lema era “50 anos em 5”, que colocou o Brasil em um nível muito próximo ao dos países desenvolvidos de então.

Não era sem razão que houvesse, nesse período, uma grande consciência da identidade dessa instituição grandiosa, que era a Escola Técnica de Vitória, o que deu origem provavelmente à criação de um dos mais sugestivos símbolos da escola: a Bandeira da ETV.<sup>167</sup>

Em 1955, como parte dos preparativos para o programa das atividades com que a escola comemoraria a data de seu aniversário, 23 de setembro, a direção promoveu um concurso entre os alunos para definir a bandeira da instituição, porque até então a bandeira apresentada ao público era a do Grêmio Rui Barbosa. Apresentaram-se dezenas de projetos. As primeiras seleções foram feitas pelos próprios professores em cada série. Os trabalhos assim selecionados foram então submetidos ao exame de uma comissão composta pelo diretor Dr. Fernando A. Duarte, pelo orientador educacional, professor Ewerton Comaru e pelos professores Orlando Ferrari, Antônio Luís Valiatti, Juraci Loureiro e Humberto Manato. Foram escolhidos os desenhos dos alunos da 2ª. série Severino Ramos Grampinha e Mathuzalem de Paulo Cruz, cujos desenhos combinados e finalizados pela professora Enila Firme Coelho deram na bela bandeira que durante anos simbolizou a Escola Técnica de Vitória. A confecção coube à Irmã Teresa de Novaes, do Colégio do Carmo.

Benzeu-se a bandeira após a missa de ação de graças que a escola mandou celebrar na capela dos salesianos, em 23 de setembro de 1955. Nesse dia, esse símbolo da escola foi apresentado, em desfile, ao público na sessão solene de comemoração da fundação das escolas industriais, quando foram entregues prêmios aos vencedores.

A bandeira tinha faixas entrelaçadas em cor azul que, na concepção dos vencedores, simbolizava a Fé. O fundo era branco, significando a Paz. Ao centro, uma engrenagem dourada funcionava como brasão, circundada pela imortal frase de Nilo Peçanha: “O Brasil de ontem saiu das academias; o de amanhã sairá das oficinas”. Dentro dessa engrenagem, simbolizando a escola, despontava uma grande estrela circundada por seis pequenas estrelas, representando o número de oficinas dos cursos daquela época.



FOTO 31 - Jantar de formatura dos alunos no refeitório da Escola Técnica de Vitória, em 1955.

Fonte: Ifes.

Foi na gestão do Dr. Fernando Alves Duarte que, em 1959, a Escola foi elevada a autarquia, por meio da Lei 3.552, que deu às Escolas Técnicas as autonomias administrativa, financeira e didática, proporcionando novo alento e permitindo um ensino mais adequado às necessidades da indústria e à formação dos futuros técnicos.<sup>168</sup> Até o ano de 1959, os orçamentos eram rígidos e tudo tinha de ser pedido ao MEC, por meio de sistema burocrático que tornava bastante lento o funcionamento da máquina administrativa. Fundamentado na Lei 3.552, assinada na presidência de Juscelino Kubitschek, o diretor da escola passou a ter o orçamento nas mãos.<sup>169</sup>

Em 1961, foi promulgada a Lei 4.024/61, que estabelecia as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/EN). Ela possibilitou às Escolas Técnicas instalar cursos chamados pré-técnicos, com duração de um ano e com disciplinas de caráter geral, obrigatórias para todo o curso técnico, mas desenvolvidas em três séries comuns.

Nesse mesmo ano, a ETV passou a ter uma nova estrutura de gestão. A diretoria de cada Escola Técnica passou a ser formada por um Conselho de Representantes, composto por membros escolhidos por entidades de classe<sup>170</sup> que se reuniam semanalmente na escola. Cuidadosamente guardadas na escola, as atas desse conselho registram as reuniões rigorosamente a cada semana. Tratava-se de um organismo voltado para a parte administrativa e financeira da escola. O conselho contava com representantes da Federação das Indústrias, da Escola de Engenharia, do CREA e da própria Escola Técnica, eleito pelo Conselho dos Professores. Era, portanto, a sociedade colaborando na direção da escola. Fizeram parte do Conselho de Representantes da ETV: Aristóbulo Barbosa Leão, Américo Buaiz, Dido Fontes de Faria Brito, Luiz Paula Lima, Guilherme Santos e outros. Todos detinham o título de conselheiros e representavam segmentos da sociedade com voz na Escola Técnica de Vitória. Como representante dos professores, destacou-se Balbino de Lima Pitta.



DOCUMENTO 10 - Primeiro Conselho de Representantes da ETV, em 1973.

Fonte: A Gazeta (1973).

Uma das mais importantes atribuições desse conselho era escolher o diretor da escola mediante uma lista tríplice elaborada pelo Conselho dos Professores.<sup>171</sup>

Para compor o Conselho de Professores, escolhia-se representante de cada uma das disciplinas, de cada um dos cursos e de cada uma das oficinas. Era um órgão pedagógico-didático da escola, com reuniões frequentemente quinzenais, para discutir os programas das disciplinas, dos cursos e de tudo quanto envolvesse a organização pedagógica da escola. Nesse conselho foram criados os primeiros cursos técnicos. Durante anos, esse conselho foi secretariado pela professora Maria do Perpétuo Socorro B. de Castro, maranhense que chegou a Vitória em agosto de 1950 e trabalhou na escola, até o início da década de 1980.<sup>172</sup>



FOTO 32 - Reunião do Primeiro Conselho dos Professores, em 1960, com Dr. Mauro F. Borges ladeado pela professora Maria do Socorro.

Fonte: Ifes.

O Conselho de Professores defendia a autonomia da escola e procurava os melhores meios de preparar os alunos para o mundo do trabalho, enquanto o Conselho de Representantes procurava garantir que a formação desses novos profissionais atendesse às demandas do mundo do trabalho. Isso representava, muitas vezes, em comparação com a metodologia dos professores, visões do mundo<sup>173</sup> nada fáceis de coadunar.

O primeiro Conselho de Representantes escolheu, entre três professores indicados, o catariense e professor de História e Geografia, o jovem

advogado de 33 anos Dr. Mauro Fontoura Borges, para dirigir a Escola, permanecendo oficialmente no cargo até 1970.<sup>174</sup>

Dr. Mauro Fontoura Borges deu à Escola nova estrutura administrativa, criando os Departamentos Educacional e Administrativo, de Assessorias de Obras e de Relações Públicas. Em 1961, formou-se a última turma do Curso Industrial Básico, que foi substituído pelos cursos de Aprendizagem e Ginásio Industrial.

O novo diretor deu cumprimento ao Decreto 50.492, de 1961, que criara o Ginásio Industrial, e à Lei 4.024, do mesmo ano, que regulamentava o novo ensino a ser ministrado nas Escolas Industriais Federais.<sup>175</sup> Assim, em 1961, o ensino foi elevado à

categoria de “técnico”. No ano seguinte, foi instalado o Curso Técnico de Estradas, cuja implantação contou com a presença do Dr. Armando Hildebrando, diretor de ensino industrial.<sup>176</sup>

Desse modo, a partir da década de 1960, a ETV passou a oferecer cursos de Aprendizagem Industrial, Ginásio Industrial e o Curso Técnico. Vê-se que a escola vai, aos poucos, tornando-se cada vez mais *técnica*, o que se institucionaliza em 1965, quando a ETV, por meio da Lei 4.759, de 20 de agosto de 1965, e da Portaria do MEC 239, de 3 de setembro de 1965, passou a ser denominada Escola Técnica Federal do Espírito Santo (ETFES). O objetivo era atender às exigências que a sociedade industrial e tecnológica estabelecia<sup>177</sup>.



## Notas

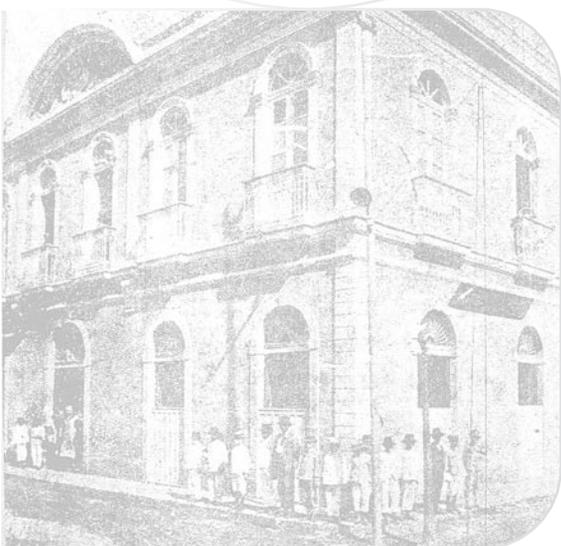
- 105 SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce*. Tradução de Milton Amado. Belo Horizonte: USP, 1974. p. 40.
- 106 ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. *O Visgo Eteviriano*. Vitória, 1979. p. 14. O jornal A Gazeta (11 de dezembro de 1942, p. 1) afirma, entretanto, que a pedra fundamental teria sido lançada em janeiro de 1935.
- 107 “Será inaugurada hoje, solenemente, a nova sede da Escola Técnica de Vitória”. A Gazeta, Vitória (ES), 11 de dezembro de 1942, p. 1.
- 108 Cfr. em A Gazeta, Vitória (ES), 11 de setembro de 2008, p. 16.
- 109 “FOI inaugurado ontem o novo edifício da Escola Técnica de Vitória”. A Gazeta, Vitória, ES, p. 1, 12 dez. 1942.
- 110 Ainda não havia sido construída a área que, hoje, incorpora a Caixa Econômica Federal.
- 111 Todos esses dados foram colhidos na Gazeta. A Gazeta, Vitória, ES, p. 1, 11 dez. 1942.
- 112 Os dados referentes à cidade de Vitória entre os anos 1940 e 1960 foram colhidos em FRANCO, Sebastião Pimentel; HEES, Regina Rodrigues. *A República e o Espírito Santo*. Vitória: Multiplicidade, 2003. p. 110-113.
- 113 Ver A Gazeta, Vitória (ES), p. 16, 11 set. 2008.
- 114 Os dados referentes ao prof. Eugênio Trombini Pellerano encontram-se na internet: [www.sefa.es.gov.br/PAINEL](http://www.sefa.es.gov.br/PAINEL). Disponível em 16/03/2008. O departamento de Eletrotécnica da Escola, atualmente, está no pavilhão de nome Alberto Trombini Pellerano, seu parente e também professor.
- 115 Os dados referentes ao prof. Álvaro Conde acham-se em [www.sefa.es.gov.br/PAINEL](http://www.sefa.es.gov.br/PAINEL) e [www.alvaroconde.com.br](http://www.alvaroconde.com.br), capturados da Internet no dia 16/03/2008.
- 116 PRADO, Avary. Os vapores da saudade. A Gazeta, ES, 23 set. 1979. Ver também o Depoimento do Dr. Jair Marino, em março de 2008.
- 117 ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. *O Visgo Eteviriano*. p. 35 e 36.
- 118 *Os vapores da saudade*. A Gazeta, Vitória, ES, 23 set. 1979.
- 119 ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. *O Visgo Eteviriano*. p. 37 e ss.
- 120 *Ibidem*, p. 40.
- 121 Todos os dados referentes aos jornais estão em ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. *O Visgo Eteviriano*. p. 37 e ss.
- 122 ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. *O Visgo Eteviriano*. p. 44 e 45.
- 123 *Ibidem*, p. 46 e 47.
- 124 A Escola Técnica de Vitória. Folheto datado de setembro de 1948. Arquivo do Ifes.
- 125 Os dados a seu respeito acham-se no [www.poetas.capixabas.nom.br](http://www.poetas.capixabas.nom.br), capturado em 16/03/2008. Em Carapina Grande, na Serra (ES), há atualmente uma escola com seu nome.
- 126 ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. *O Visgo Eteviriano*. p. 48.
- 127 Na década de 1970, acabará o internato e o serviço gratuito de refeições aos alunos.
- 128 A Escola Técnica de Vitória. Folheto datado de setembro de 1948. Arquivo do Ifes.
- 129 A Gazeta, Vitória (ES), 01/04/1973.
- 130 Depoimento da professora Maria do Perpétuo Socorro B. de Castro. In: Tese de doutorado do prof. Dr. Antônio Henrique.
- 131 Depoimento da professora Maria do Perpétuo Socorro B. de Castro. In: Tese de doutorado do prof. Dr. Antônio Henrique.
- 132 Jornal ETV, jul/agosto de 1945. Arquivo do Ifes.
- 133 MACHADO Filho, Pedro. Depoimento oral em 2007.
- 134 MACHADO Filho, Pedro. Depoimento oral em 2007 e Zenaldo Rosa da Silva, depoimento de outubro/2007.
- 135 O CBAI foi um programa de cooperação educacional para a formação de docentes para o ensino industrial, assinado em 1946, sendo renovado anualmente até 1963. As atividades do CBAI iniciaram-se oficialmente em 1947, quando se realizou o primeiro curso para professores das escolas industriais federais, na Escola Técnica Federal do Rio de Janeiro. Procurava-se inculcar nos docentes do ensino industrial a necessidade de se buscar o máximo de eficiência com o mínimo de perdas, tanto de tempo quanto de materiais, através da padronização de procedimentos. Predominava, nesses cursos, uma certa concepção messiânica de que a modalidade de ensino industrial era imprescindível para o desenvolvimento do país.
- 136 Depoimento de Dr. Zenaldo Rosa da Silva, em outubro de 2007.
- 137 Foi também professor de Educação Física. Era excelente jogador de basquete da seleção capixaba.
- 138 Depoimento de Dr. Zenaldo Rosa da Silva, em outubro de 2007.
- 139 Depoimento do Dr. Jair Marino, em março de 2008.
- 140 O refeitório funcionava no 1º piso, no pavilhão em que atualmente está o laboratório de Metrologia, ao lado do toalete masculino.
- 141 Informações fornecidas pelo Sr. Lourival Costa, depoimento oral em 2007.
- 142 Informações do professor MACHADO Filho, Pedro, depoimento oral em 2007, tornado professor da escola em 1965.
- 143 Informações do professor MACHADO Filho, Pedro, depoimento oral em 2007, tornado professor da escola em 1965.
- 144 Futuro governador do estado do Espírito Santo, entre 1967 e 1971.
- 145 Depoimento do Dr. Zenaldo Rosa da Silva. In: Tese de doutorado do prof. Dr. Antônio Henrique.
- 146 Informações do professor MACHADO Filho, Pedro, depoimento oral em 2007, tornado professor da escola em 1965.
- 147 Depoimento do Dr. Zenaldo Rosa da Silva, em outubro de 2007.
- 148 Informações do Dr. Zenaldo Rosa da Silva, afixadas na própria máquina que está na entrada da Biblioteca Nilo Peçanha.
- 149 Ata do Conselho de Professores, 21 de setembro de 1962. Arquivo do Ifes.
- 150 PRADO, Avary. Os vapores da saudade. A Gazeta, Vitória, ES, 23 set. 1979.
- 151 Omitimos, aqui, os mandatos intermediários dos presidentes Café Filho, Carlos Luz e Nereu Ramos, que governaram o país entre agosto de 1954 (mês em que Getúlio Vargas suicidou-se) e a posse de Juscelino Kubitschek em 1956.
- 152 SKIDMORE, Thomas E. *Uma história do Brasil*. S.Paulo: Paz e Terra, 1998. p. 167.
- 153 *Ibidem*, p. 168.
- 154 Para os dados referentes à Era Vargas, consultar FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. São Paulo: USP e Imprensa Oficial do Estado, 2001.
- 155 FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. São Paulo: USP e Imprensa Oficial do Estado, 2001. p. 188 e ss.
- 156 *Ibidem*, p. 202.
- 157 Na realidade, a formação dos Liceus Industriais já preparava o caminho para essa mudança de rumos que, de fato, concretizou-se em 1942. Para isso, ver LIMA, Marcelo. *O desenvolvimento histórico do tempo necessário para a formação profissional*. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense, 2004. p. 80.
- 158 LIMA, Marcelo. *O desenvolvimento histórico do tempo necessário para a formação profissional*. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense, 2004. p. 59.
- 159 Trata-se de um modelo de produção em massa, que revolucionou a indústria automobilística na primeira metade do século XX, quando Ford utilizou à risca os princípios de padronização e simplificação de Frederick Taylor e desenvolveu outras técnicas avançadas para a época.
- 160 LIMA, Marcelo. *O desenvolvimento histórico do tempo necessário para a formação profissional*. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense, 2004. p. 101.
- 161 ETV, n. 15, 1945, p. 1
- 162 ETV, n. 13, 1943, p. 4.
- 163 ETV, n. 35, 1947, p. 2.
- 164 ETV, n. 20, 1945, p. 3 e ETV, n. 28, 1946, p. 8, em LIMA, Marcelo, Tese de Doutorado, p. 99.
- 165 LIMA, Marcelo. *O desenvolvimento histórico do tempo necessário para a formação profissional*. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense, 2004. p. 99 e 100.

## A ESCOLA TÉCNICA DE VITÓRIA (1942–1965)

- 166 ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. **O Visgo Eteviriano** p. 30
- 167 Na íntegra, o texto sobre a bandeira da ETV foi literalmente copiado do Visgo Eteviriano, p. 21, 22 e 23.
- 168 ETV, n. 66, 1959, p. 4-5, em LIMA, Marcelo. **O desenvolvimento histórico do tempo necessário para a formação profissional**. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense, 2004, p. 101.
- 169 Depoimento de Dr. Zenaldo Rosa da Silva, em dezembro de 2007.
- 170 O Conselho de Representantes da Comunidade é composto por membros escolhidos pelo Presidente da República, em número de seis membros, através da apresentação de uma lista triplíce pelo Ministério da Educação e Cultura. Esse conselho, que se identificava como órgão legislador na Escola, era que escolhia e contratava o Diretor Executivo do estabelecimento, ouvidos os órgãos competentes do MEC. Para isso, ver “O Grande Passo”, **A Gazeta**, ES, Vitória, 1 abr. 1973. Caderno de Comunicação e Desenvolvimento, p. 4.
- 171 Depoimento de Dr. Zenaldo Rosa da Silva, em dezembro de 2007.
- 172 Depoimento de Maria do Perpétuo Socorro B. de Castro. In: Tese de doutorado do prof. Dr. Antônio Henrique Pinto.
- 173 PINTO, Antonio Henrique. **Educação matemática e formação para o trabalho: práticas escolares na Escola Técnica de Vitória, 1960 a 1990**. 2006. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Campinas, 2006, p. 100.
- 174 LIMA, Marcelo. **O desenvolvimento histórico do tempo necessário para a formação profissional**. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense, 2004. p. 102.
- 175 ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. **O Visgo Eteviriano**, Vitória, 1979, p. 32.
- 176 LIMA, Marcelo. **O desenvolvimento histórico do tempo necessário para a formação profissional**. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense, 2004. p. 103.
- 177 *Ibidem*.



## PARTE III



# A ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (1965–1999)

*"A doce harmonia em nossa vida  
Santa forças à luz do saber..."*

(HINO DA ETV)



## O Espírito Santo no cenário nacional

**E**sse novo período da vida dos *juvencos titãs* corresponde, na história do Espírito Santo, a uma fase em que o estado se firmou no cenário nacional, no que diz respeito ao seu desenvolvimento econômico e ao seu crescimento industrial. Quanto à política, todo o país sofreu os impactos do Golpe Militar de 64 e da ditadura militar que foi implantada no Brasil e durou até 1985.

Foi estabelecido, então, um regime autoritário que suprimiu direitos, decretou Atos Institucionais dos quais o mais ditatório foi o AI-5, perseguiu os opositores com força policial, praticou inúmeras torturas e penas de prisão sem julgamento, cassou mandatos e suspendeu direitos políticos. Foi implantada a censura. E o terror amedrontou o país, com mortes nos distritos policiais ou em lugares isolados para onde muitos foram conduzidos, por serem considerados suspeitos. Muitos fugiram do Brasil, deixando aqui seus familiares e amigos. Os governadores passaram a ser escolhidos pelas Assembleias Legislativas por meio do voto indireto, a exemplo dos presidentes da República.

Como aconteceu por todo o Brasil, também no Espírito Santo houve prisões e cassações de políticos. O governador Francisco Lacerda de Aguiar, apelidado de *Chiquinho*, foi acusado de corrupto e subversivo. Deixou o governo em 1966.

Os estudantes capixabas, como os de outros estados, também organizaram passeatas. Em 1968, manifestaram-se na praça em frente à Catedral Metropolitana, com o apoio de Dom João Batista da Motta e Albuquerque, arcebispo metropolitano pertencente à ala da Igreja Católica contrária à ditadura.<sup>178</sup>

Embora fizesse parte da Região Sudeste que já desenvolvia acelerado processo de industrialização, o estado do Espírito Santo era um estado de pouco crescimento econômico nos anos 60, voltado essencialmente para a agricultura, cujo principal produto era o café. Foi então que a queda do preço da rubiácea determinou, em âmbito nacional, a

erradicação de grande parte dos cafezais, o que afetou especialmente o Espírito Santo.

As consequências dessa erradicação dos cafezais ocorreram no momento em que se deu o Golpe de 1964, que levou os militares ao poder. Começou a existir, então, uma interferência total do Estado no modelo econômico em vigor no país, com a união das multinacionais, da empresa nacional e do capital estatal em busca de novas bases para o desenvolvimento brasileiro. Para atrair o capital estrangeiro, o Estado ofereceu grandes incentivos fiscais às indústrias que se estabeleciam no país e que aqui encontravam mão-de-obra barata e numerosa. Era o período em que governavam o Brasil os generais Emílio Garrastazu Médici (1969–1974) e Ernesto Geisel (1974–1979).

No Espírito Santo, para a implantação e ampliação de indústrias, os governos capixabas promoveram o financiamento de investimentos privados por intermédio do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S.A. (Bandes), do Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias (Fundap) e do Fundo de Recuperação Econômica do estado do Espírito Santo (Funres). Também desenvolveram os Grandes Projetos Industriais, com a implantação de empresas, como a Aracruz Celulose, a então Companhia Siderúrgica Tubarão (CST) e a Samarco Mineração. Houve a ampliação da então Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), a criação do Centro Industrial de Vitória (CIVIT), a ampliação das rodovias e ferrovias, a doação de terrenos e a concessão de bônus fiscais.

Foi o período em que dirigiram o Espírito Santo os governadores biônicos, Dr. Cristiano Dias Lopes (1967–1971) e Dr. Arthur Carlos Gerhard Santos (1971–1975), que imprimiram ao estado um crescimento acelerado com a produção voltada não só para o mercado interno, mas também para o externo, adotando a prática do incentivo à exportação<sup>179</sup>. Desse modo, o estado começa a receber recursos para a implantação de grandes projetos industriais,

o que lhe possibilita colocar-se em condições de deixar de ser aquele estado “satélite”<sup>180</sup> que até então o caracterizava.

Entretanto, a euforia do chamado “milagre brasileiro” não durou muito, já que, por volta de 1973, começou a declinar, sobretudo por causa dos efeitos da crise mundial do petróleo, que provocou uma grande recessão da economia mundial, gerando desequilíbrio na balança comercial brasileira e um grande crescimento da inflação. A crise se avolumou e, a partir de 1979, o Brasil começou a se abrir para a democracia. Veio o governo presidencial do general João Batista Figueiredo (1979–1985), a campanha das Diretas-Já, o fim da ditadura com a eleição indireta de Tancredo Neves e a posse de José Sarney, em 1985.

No Espírito Santo, sucedendo ao governo de Dr. Arthur Gerhardt, vieram os de Elcio Álvares (1975–1979), Eurico Rezende (1979–1983) e Gerson Camata (1982–1986), primeiro governador eleito novamente por eleição direta, após a revogação do Ato Institucional n° 3, que estabeleceu a eleição indireta para governadores no início da ditadura militar.

A partir de então, o Brasil mudou, em vários aspectos, de fisionomia: eleição de Fernando Collor de Mello (1990–1992), *caras-pintadas*, *impeachment* e Itamar Franco (1992–1994). O Plano Real transforma o quadro da inflação, enquanto a globalização lança o Brasil no mercado mundial. Fernando Henrique Cardoso (1994–2002) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003–2010) enfrentam problemas e propõem soluções que dividem as opiniões do Brasil. Depois da queda do muro de Berlim (1989), o país e o mundo debatem, então, sobre os problemas relacionados com o neoliberalismo, as privatizações, a globalização e a doutrina Bush, todos com suas implicações políticas, socioeconômicas e culturais.

Nas terras capixabas, depois do primeiro governador eleito por eleição direta, o estado foi governado por Max Mauro (1986–1990), Albuíno Azeredo (1990–1994), Vítor Buaiz (1994–1998), José

Ignácio Ferreira (1998–2002) e Paulo Hartung, reeleito para um segundo mandato (2002–2010).

A partir dos anos 60, o Espírito Santo vem-se firmando, no cenário econômico nacional, como um estado com grandes possibilidades. Durante o “milagre brasileiro”, a década de 1970, por exemplo, registrou no Espírito Santo um aumento de 106% na renda domiciliar per capita, contra um crescimento de 70% para o resto do país. Também nos destacamos com relação ao crescimento do PIB per capita que, nesse mesmo período, cresceu 125,6%, quando os outros estados brasileiros cresceram 80%.

Vitória atraiu, então, trabalhadores vindos de toda parte, interessados no emprego urbano, já que, para o trabalhador qualificado, abriam-se muitos postos de trabalho na CVRD, na Companhia Ferro e Aço de Vitória (COFAVI), na CST, Aracruz Celulose, e muitas outras fontes de emprego, o que teve efeitos na formação da classe média da Grande Vitória.<sup>181</sup>

O crescimento exagerado da população fez que a região da Grande Vitória perdesse várias de suas características básicas. Assim, regiões predominantemente rurais transformaram-se em áreas urbanas rapidamente, o que se deu, por exemplo, com Cariacica, Viana e Serra. Foi tão grande o êxodo rural que, enquanto apenas 28% da população vivia na zona urbana, na década de 1960, esse índice cresceu para 65,5% em 1980. No início, os Grandes Projetos Industriais absorveram boa parte dos trabalhadores que vinham do campo. Posteriormente, entretanto, boa parte dessa mão-de-obra ficava ociosa, porque lhe faltava qualificação.<sup>182</sup>

Esse foi um grande cenário de oportunidades, crescimento e profunda movimentação política. Nele se firmou e se desenvolveu a Escola Técnica Federal do Espírito Santo (ETFES), fornecendo mão-de-obra qualificada para as grandes empresas que aqui atuavam e ainda atuam. O estudo dessa interação é importante para entender o papel da educação profissional naquele mundo novo que estava sendo gerado no Espírito Santo.

## A Escola Técnica e o Golpe Militar de 64

Quando ocorreu o Golpe Militar que estabeleceu, em 1964, uma ditadura de direita no Brasil, a Escola Técnica de Vitória era dirigida pelo jovem catarinense Dr. Mauro Fontoura Borges, professor de História e Geografia e bacharel em Direito. Tornou-se professor da ETV em 1956 e assumiu a direção em 1961, nomeado pelo Conselho de Representantes. Deixou oficialmente a direção em 1970.

Da mesma maneira que os diretores das escolas de outros estados, também Dr. Mauro residia com sua família na escola. A casa do diretor ficava à direita da entrada do portão do estacionamento, exatamente onde hoje se encontra o prédio de três andares, de serviços administrativos. Seus filhos muitas vezes faziam refeições no refeitório da escola junto com os outros alunos ou até dormiam no dormitório. Um de seus filhos<sup>183</sup> nasceu na própria escola.



FOTO 33 - Dr. Mauro Fontoura Borges, acompanhado de familiares e professores, em refeição no quintal de sua residência, hoje local próximo ao Posto Médico.

Fonte: Borges, Mauro Fontoura (arquivo pessoal).

Dr. Mauro tinha formação humanística e apresentava ideias e planos coerentes com o Direito e com as mais novas propostas educacionais apresentadas naquele momento histórico. Foi assim que, na década de 1960, propôs mudanças educacionais no que diz respeito à formação humana dos alunos

que cursavam a área técnica. Os cursos técnicos tinham começado, então, a ganhar uma grande solidez na preparação para o mercado de trabalho. Entretanto, Dr. Mauro preocupava-se também com a incorporação de aspectos formativos no currículo, frisando, conforme suas palavras, “a necessidade de dar ao aluno uma base humanística e, paralelamente, conhecimentos específicos com o objetivo de formar o técnico de nível médio”.<sup>184</sup>



FOTO 34 - Dr. Mauro desfila com os alunos em parada de 7 de setembro.

Fonte: Borges, Mauro Fontoura (arquivo pessoal).

Também com relação ao critério de avaliação dos alunos, Dr. Mauro tinha propostas que combinavam pouco com as ideias conservadoras daquele início da década de 1960: ele defendia a extinção de notas de provas e a substituição delas por atividades desenvolvidas em salas de aula, o que deu origem a inúmeros debates nas reuniões do Conselho de Professores, que decidiu manter a avaliação pelo sistema em vigor.<sup>185</sup>

A autorização que Dr. Mauro deu, em 1963, a um grupo teatral da cidade para apresentar a peça “Mandrágora”, de Maquiavel, foi motivo de muitas discussões dentro da escola, uma vez que se tratava de uma sátira contra a Igreja católica. Esse fato causou constrangimentos a alguns que participavam da direção da escola, que argumentavam

tratar-se de uma encenação que comprometia a educação cristã dos alunos, colocando em questão o princípio da obediência e do respeito às autoridades. Havia, então, um clima de dúvida acerca do diretor, que cedeu o teatro para a exibição dessa peça. Foi até redigido um manifesto de repúdio à iniciativa desse grupo teatral.<sup>186</sup>

Vê-se, assim, que Dr. Mauro se articulava em um ambiente conservador, muitas vezes pouco propício ao respeito pelas diferenças, sobretudo quando essas sinalizavam para um posicionamento religioso discordante do que era habitual naquele recorte cronológico. Emblemática desse momento em que atuou Dr. Mauro era, por exemplo, a ata em que o Conselho de Professores registrou, também no início da década de 1960, uma queixa quanto ao contato dos alunos com membros do grupo Testemunhas de Jeová:

prográfico Com a palavra a Conselheira Maria Lúcia lembrando ao Sr. Presidente que disse o perigo que poderia ter a convivência dos alunos com as Testemunhas de Jeová que julga prejudicial especialmente à formação física dos mesmos. O Sr. Presidente encaminha

DOCUMENTO 11 - Ata do Conselho dos Professores, de 5 de outubro de 1962.

Fonte: Ifes.

Quando irrompeu o Golpe Militar de 64, o Brasil foi varrido por uma onda de denúncias e de “caça às bruxas” com relação a todos aqueles que discordavam ou pareciam discordar do pensamento dos novos “donos do poder”. Foi assim que Francisco Lacerda de Aguiar, governador do estado do Espírito Santo, passou por uma série de denúncias de corrupção e de possível envolvimento com as esquerdas, o que o levou a deixar o poder em 1966. Também Dr. Mauro, udenista convicto, sofreu pelas denúncias que lhe moveram seus inimigos políticos, já que, no Espírito Santo, alguns partidários da União Democrática Nacional (UDN) não eram bem vistos pela Ditadura Militar. Já antes

de 1964, Dr. Mauro resistia a investidas políticas, conforme declarações de Dr. Zenaldo Rosa da Silva à imprensa.

**ELE SOUBE RESISTIR**

Falando da administração altamente significativa do professor Mauro Borges (o homem que trabalhava de manhã, de tarde, de noite e de madrugada), seu substituto, o atual diretor Zenaldo Rosa da Silva, revela o seu poder de resistência às investidas políticas antes da Revolução de 64.

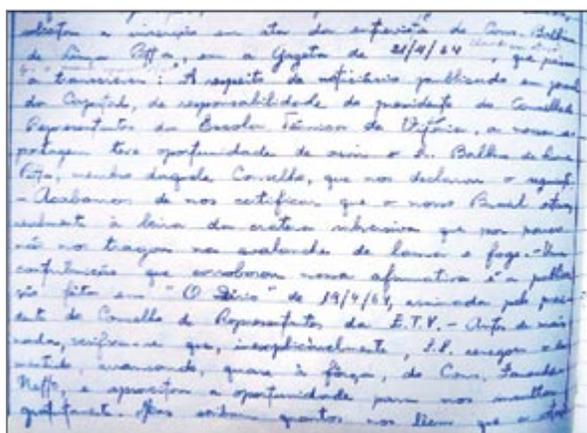
Ele era um homem político, no bom sentido, e resistiu bravamente a todas as investidas dos que estavam no poder, antes de 1964. Ao peleguismo, à politicagem que desejava se imiscuir nos assuntos da Escola Técnica e para ela traçar normas. Durante aquele período muito fídicil, ele conseguiu manter a Escola Técnica de Vitória imune a todas as investidas malélicas do poder político dominante.

DOCUMENTO 12 - Dr. Zenaldo Rosa da Silva comenta a atuação política do Dr. Mauro Borges.

Fonte: A Gazeta (1979).

Quando veio o Golpe de 64, Dr. Mauro Borges caiu em desgraça com o governo ditatorial. Acusações infundadas de um antigo funcionário, que ele havia tirado da escola, levaram seu nome à imprensa.<sup>187</sup> Dr. Mauro prestou, durante doze horas, depoimento perante oficiais do Exército, aos quais mostrou muitos documentos, na tentativa de provar sua inocência quanto a supostas irregularidades de sua administração. Em setembro de 1966, o diretor pediu férias, a fim de deixar agir a Comissão de Inquérito estabelecida contra ele pela ditadura militar.<sup>188</sup>

Entretanto, por trás dessas acusações de corrupção, existiam também denúncias – fundadas ou não – sobre possíveis ligações de Dr. Mauro com as ideias de esquerda, tão perseguidas pelos que derubaram João Goulart naquele 31 de março de 1964. Assim, já em 21 de abril, poucos dias após o Golpe Militar, o jornal *A Gazeta* (ES) havia publicado uma nota, sugerindo o envolvimento do diretor da ETV com movimentos então tidos como subversivos. Veja-se, nesse sentido, a ata do Conselho de Professores, de 27 de abril de 1964.



DOCUMENTO 13 - Ata do Conselho de Professores do ano de 1964.

Fonte: Ifes.

Ainda em 1966, sob o bombardeio de acusações, Dr. Mauro Borges teve a ideia de organizar, em todo o Brasil, os Jogos Esportivos Brasileiros do Ensino Industrial (JEBEÍ), com certa conotação política. Como tinha sido extinta a União Nacional dos Estudantes Técnicos Industriais – a UNETI –, tida por castrista, os alunos das escolas técnicas não podiam reunir-se. A política da ditadura era acabar com as organizações que pudessem atuar politicamente naquela quadra histórica. Em combinação com outros diretores de escolas técnicas de todo o Brasil, Dr. Mauro idealizou uma possibilidade de esses estudantes se encontrarem por meio de competições esportivas. O primeiro JEBEÍ foi em Vitória. Essa era “uma forma de congregar os alunos que, a partir de 64, estavam dispersos e não podiam se encontrar”.<sup>189</sup> Dr. Mauro também construiu na ETV a cancha de basquete e voleibol, novos banheiros, almoxarifado, Posto Médico e Odontológico, como também reformou cozinha, refeitório, salas de aula e oficinas.<sup>190</sup>

Em 1966, Dr. Mauro Borges<sup>191</sup> era afastado para responder aos inquéritos, enquanto a escola sofria uma intervenção. Recebeu ameaça de morte durante esse período e até passou a andar armado. Eram ameaças feitas por telefone ou até mesmo diretamente por pessoas que o procuravam. Diziam que ele estava “marcado”. Era acusado de comunista.<sup>192</sup> Assim, quem passou a responder pela escola durante um ano foi o professor Filemon Tavares,

diretor da escola de engenharia, conhecida como Escola Politécnica, o qual se posicionou claramente contra Dr. Mauro, embora a Comissão nada apurasse contra ele. Pouco depois de terminada a intervenção, a Comissão de Representantes escolheu para dirigir a escola, em 1970, o engenheiro Dr. Zenaldo Rosa da Silva que, desde 1965, já ocupava o papel de diretor substituto.

Não somente Dr. Mauro prestou declarações no 38° BI, mas também a professora Maria do Perpétuo Socorro foi intimada a responder a acusações. É assim que ela conta sua passagem pelo quartel do exército de Vila Velha:

*“Até eu fui averiguada. Eu fui chamada para comparecer ao Trigésimo Oitavo Batalhão de Infantaria e, quando cheguei lá, encontrei dois fiscais e uma moça que tinham vindo de Brasília. Eles perguntaram para mim: ‘A senhora é acusada de receber por três cargos, isso é verdade?’. E eu respondi: ‘Quem me dera’. Isso foi porque eu era coordenadora pedagógica, chefiava a escolaridade e era secretária do Conselho. Mas eu só recebia por uma função. Então eles perguntaram: ‘O que a senhora diz sobre isso?’. Na hora eu fui iluminada e perguntei: ‘Como é o nome da senhora, mesmo?’. Ela falou: ‘Odete’, e eu continuei, ‘Pois bem, dona Odete, melhor que a minha resposta é a senhora verificar na folha de pagamento’. Então, eu estava tranqüila, pois realmente exercia três cargos, mas só recebia por um”.*<sup>193</sup>

Seguindo a orientação educacional da ditadura, a escola também implantou em seu currículo a disciplina Educação Moral e Cívica que, embora tivesse sido implantada desde 1962, passou por remodelação, em obediência às novas determinações do governo ditatorial.<sup>194</sup>

É bastante significativo que, durante todo o período militar, as atas relativas aos Conselhos de Classe – realizados regularmente – quase não contenham referência política explícita alguma. Trata-se de uma atitude que se pode compreender em razão da possibilidade de alguma denúncia, o que não era pouco comum naqueles difíceis momentos por que passava a democracia brasileira. Entretanto, no final de 1967, numa dessas reuniões, Dr. Mauro

Borges deixou que ficasse registrado em ata: “estamos vivendo um ano sob o signo da euforia, em que pese a política [...]”<sup>195</sup>. A euforia dizia respeito aos jogos do JEBEÍ, já que a escola obteve muitas vitórias e comemorava. E a política era a do Brasil governado por Costa e Silva.

A presença militar que se configurava em todo o país também se fazia notar na escola de Vitória. Assim, no início de 1968, foi ministrado aos professores um curso de didática sob a orientação de um oficial da Marinha brasileira, professor Francisco Cascardo, que até sugeriu os nomes dos professores que deveriam dar a aula inaugural da escola naquele ano. Essas aulas constituíam uma tradição que se mantinha desde muito tempo. Foram escolhidos os professores que obtiveram o conceito “muito bom” no referido Curso de Aperfeiçoamento, entre os quais se encontrava Dr. Zenaldo Rosa da Silva, o futuro diretor.<sup>196</sup>

Ainda em 1968, ano carregado de significado em todo o mundo, ganharam ímpeto as manifestações contrárias à ditadura no Brasil. O ponto alto da reunião das forças que se empenhavam na luta pela democratização do país foi a chamada passeata dos 100 mil, realizada em junho daquele ano, que também se notabilizou por grandes greves operárias. Alguns grupos de esquerda optavam pela luta armada contra a ditadura. No final do ano, ministros militares requereram ao Supremo Tribunal Federal (STF) que abrisse um processo criminal contra o deputado Márcio Moreira Alves, por ofensas à dignidade das Forças Armadas. Em uma decisão inesperada, o Congresso negou-se a suspender as imunidades parlamentares do deputado. Menos de 24 horas depois, Costa e Silva baixava o Ato Institucional nº 5 e fechava o Congresso. Era 13 de dezembro de 1968. A partir do AI-5, “o núcleo militar do poder concentrou-se na chamada comunidade de informações, isto é, aquelas figuras que estavam no comando dos órgãos de vigilância e repressão”.<sup>197</sup> Durante todo o período em que vigorou a ditadura militar, cassaram-se mandatos e houve expurgos no funcionalismo, abrangendo um grande número de professores. A censura e a tortura passaram a fazer parte integrante dos métodos de governo.

Dois meses depois de vigência do AI-5, reuniam-se os professores da Escola Técnica Federal do Espírito Santo em conselho de classe habitual, antes do início de cada ano letivo. Naquele ano, a abertura do período letivo foi diferente, conforme está registrado em ata: “por razões diversas, a nossa solenidade de abertura do ano letivo, constará simplesmente do hasteamento do Pavilhão Nacional”<sup>198</sup>, sem palestras, o que era um fato inédito, já que sempre uma pequena conferência marcava o início das atividades escolares. Com a presença de mais de 100 professores, a reunião foi presidida pelo diretor executivo interino Dr. Zenaldo Rosa da Silva, já que Dr. Mauro estava licenciado por “problemas de saúde”.

O clima de medo e delações gradativamente se foi instalando no país. Já em 1964, o regime militar tinha dado um passo importante no controle dos cidadãos, com a criação do Serviço Nacional de Informações (SNI), que tinha como principal objetivo “coletar e analisar informações pertinentes à Segurança Nacional, à contra-informação e à informação sobre questões de subversão interna”.<sup>199</sup> O SNI tornou-se, na prática, um verdadeiro centro do poder quase tão importante quanto o Executivo, agindo por conta própria na luta contra o que chamavam de “inimigo interno”.

No final do ano de 1969, em meio a essa onda de delações que varria o país, o diretor da escola comunicou ao Conselho de Representantes “as acusações formuladas [...] contra a Administração da Escola, e que o mesmo teria que apresentar no prazo de 8 dias a sua defesa”. Uma semana depois, o diretor fez ao conselho a apresentação da documentação de sua defesa, contra as acusações feitas.<sup>200</sup>

No final do ano de 1970, a Escola recebeu a visita do Dr. Paulo Dutra de Castro, diretor do Departamento do Ensino Médio, que já havia visitado outras instituições de ensino e que, na Escola Técnica Federal do Espírito Santo, “afirmou sua luta para que esta Escola não sofresse junto aos órgãos de informação, em vista das denúncias que existiam”.<sup>201</sup>

Nesse período da ditadura militar, não houve prisão de professor ou de aluno da Escola

Técnica Federal do Espírito Santo, embora alguns tivessem sido chamados para prestar esclarecimentos a funcionários do serviço de informação, que tinha representantes na Universidade Federal do Espírito Santo.<sup>202</sup> Para admitir qualquer funcionário, a direção precisava ouvir os chamados órgãos de informação. Mandava-se o currículo do pretendente para o setor de informação do governo, dizendo que se queria admitir aquela pessoa. Como ainda não havia telex, a resposta chegava por meio da rede de comunicações do MEC, que utilizava o rádio, via Universidade Federal do Espírito Santo. As respostas eram frias, como “para a admissão do professor X, não recomendamos”. Não diziam o porquê. Houve casos em que o diretor Dr. Zenaldo Rosa da Silva foi procurar a Polícia Federal, para saber o porquê da rejeição. Diziam, então, que o pretendente até poderia ser admitido, desde que a direção da escola assinasse um termo de responsabilidade. Houve até o caso de um servidor que não foi aprovado pelos órgãos da ditadura, porque tinha pertencido à União Nacional de Estudantes (UNE) e fizera amizade com José Serra, então atuante nos movimentos estudantis.<sup>203</sup>

Houve também um caso de dois alunos da Eletrotécnica, filhos de um dono de pequeno bar de Jucutuquara, que começaram a operar uma rádio pirata, entrando no ar com o nome de Rádio Paranoia. Certo dia, os órgãos de informação descobriram e localizaram a rádio, que funcionava no depósito de bebidas do pai. Os alunos foram presos. Dr. Zenaldo Rosa da Silva, diretor da escola, foi chamado, já que se tratava de alunos da Escola Técnica Federal do Espírito Santo. O agente da polícia dizia que eram *subversivos*, termo na época utilizado para designar aqueles que se manifestassem contra o regime militar. Dr. Zenaldo os libertou e hoje são profissionais de renome no estado.<sup>204</sup>

O Grêmio Rui Barbosa<sup>205</sup> parece não ter escapado dessa onda de medos e delações e deixou de atuar em determinado momento da década de 1970.<sup>206</sup> Em 1983 foi reaberto<sup>207</sup> e tornou-se “importante instituição do movimento estudantil capixaba e membro privilegiado dos processos decisórios na direção da Instituição (...)” em um processo de

abertura “gerado pela mobilização da comunidade escolar e da própria sociedade em geral”.<sup>208</sup>

Em seu afã de centralizar para controlar, o governo militar, em dezembro de 1974, colocou fim à velha estrutura organizacional da escola, por meio do Decreto 75.079, que extinguiu o Conselho de Representantes e o Conselho de Professores, estabelecendo que não mais haveria escolha ou eleição para a contratação de diretor, cujo cargo passou a ser de inteira confiança do Presidente da República.<sup>209</sup>

Relacionado ou não com o caráter centralizador em vigor na ditadura militar, a partir de 1976 foram estabelecidas as coordenações por curso e por área, para que todos “trabalhassem com objetivos definidos”.<sup>210</sup>

A década de 1980, porém, começou a trazer novos ventos e novos rumos para o país. Curiosamente, entram na escola as ideias de um sacerdote católico francês, mal visto pelos movimentos conservadores a que estavam ligados os militares que dirigiam o Brasil. Foi assim que, durante o Conselho de Classe de 1º/2/1983, foram lidos trechos de palestra do padre Eugène Charbonneau sobre “Adolescente do 2º grau: Expectativa”, nos quais o sacerdote ressaltava as ideias da nova pedagogia, para “atingir o homem inteiro, isto é, na sua inteligência, na sua vontade, na formação moral”.<sup>211</sup>

O ano de 1984 notabilizou-se pela campanha das diretas-já, que mobilizou todo o país para o fim da ditadura. A 15 de janeiro de 1985, Tancredo e Sarney obtiveram uma nítida vitória no Colégio Eleitoral, fazendo que, por intermédio do próprio sistema eleitoral imposto pelo regime autoritário, a oposição chegasse ao poder.<sup>212</sup> Entretanto, Tancredo adoeceu gravemente, não pôde tomar posse e José Sarney torna-se, então, o primeiro presidente civil da Nova República. Terminara, enfim, a ditadura militar.

Era fevereiro de 1985, quando 201 servidores da Escola Técnica Federal do Espírito Santo se reuniram, às 20h10min, em Conselho de Classe, padre José Ayrola Barcellos, de presença sempre constante na escola, dirigiu aos presentes algumas palavras no sentido do perdão: “... precisamos cada

vez mais nos identificar como irmãos (...) É bom estarmos juntos como irmãos, distribuindo o pão da compreensão, do perdão”. E todos rezaram o Pai-Nosso.<sup>213</sup> Novamente, no início do ano seguinte, ele foi convidado para dirigir aos presentes palavras de perdão o pe. Ayrola, que afirmou: “caminhamos com um só objetivo que é a formação da juventude [...] e exortou para que caminhássemos juntos como irmãos [...]”<sup>214</sup> Mais tarde, em 1988, novamente o referido sacerdote solicitou a palavra para elogiar o alto astral da reunião e convidar todos a que re-

zassem de mãos dadas o Pai-Nosso.<sup>215</sup> Obviamente com o objetivo cristão de unir as pessoas, essas palavras, entretanto, tinham provavelmente profunda relação com o momento político por que passava o Brasil. Era esse pedido de confraternização que se ouvia em muitos ambientes que se envolviam com a política nacional.

Como ocorreu em todo o país, vê-se que também a Escola Técnica Federal do Espírito Santo passou por dramas, delações, medos e perseguições movidos pela Ditadura Militar.

## A Escola Técnica e o novo Espírito Santo

A transformação da instituição em Escola Técnica Federal do Espírito Santo (ETFES) coincidiu economicamente com a fase de grande crescimento do Espírito Santo, em decorrência da implantação dos Grandes Projetos Industriais. Sob o aspecto político, esse momento abrangeu o período ditatorial, a transição para a nova república e o novo período que se inaugura em 1985, com o retorno da normalidade democrática.

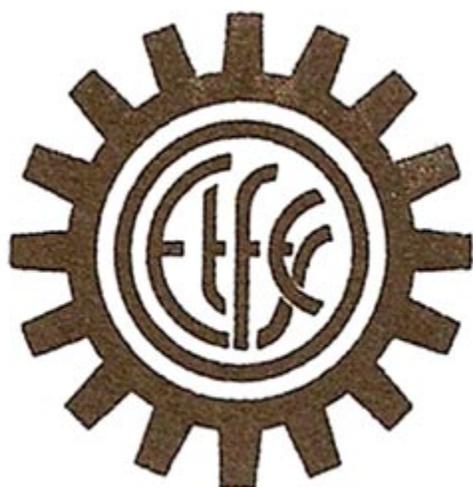


FIGURA 1 - Símbolo da Escola Técnica Federal do Espírito Santo.

Fonte: Ifes.

Para os *juvencos titãs*, esses 33 anos (1965-1999) foram os da afirmação como instituição formadora, não só do mercado, mas também do que poderíamos provavelmente chamar de identidade capixaba. Dois ex-governadores foram professores da Escola Técnica Federal do Espírito Santo: Dr. Arthur Gerhard Santos e Dr. Albuíno Azeredo.

Foi um período que coincidiu com três gestões na direção da escola: Dr. Mauro Fontoura Borges (1961-1970), Dr. Zenaldo Rosa da Silva (1970-1994) e Carlos Alberto Alves dos Santos (1994-1998). Ao aspecto institucional, a Escola Técnica Federal do Espírito Santo recebeu, nessa longa fase, o impacto de várias modificações, entre as quais a do Decreto 66.296 que, em 1970, deu nova estrutura ao Ministério da Educação e Cultura, criando o Departamento de Ensino Médio (DEM) e unificando o Ensino Industrial, Agrícola e Comercial. Em 1971, a Lei 6.692 determinou novas atribuições ao Ensino de 2º grau e reformulou a estrutura escolar, extinguindo o Ginásio Industrial, o que levou, a partir desse momento, a ETFES a formar só técnicos de 2º grau em nível profissionalizante. Ainda na década de 1970, outros decretos e leis vieram enriquecer e modificar a organização das escolas, fazendo que as Escolas Téc-

nicas adquirissem uma estrutura organizacional que perdurou praticamente até a década de 1990.<sup>216</sup>

Como a escola extinguiu o Curso Industrial Básico em 1961, o de Aprendizagem Industrial em 1968 e teve suas últimas turmas do Ginásio Industrial em 1973, o Curso Técnico passou a ser hegemônico.

A escola caracterizou-se, então, durante quase todo esse longo período de 33 anos, pela formação de técnicos que seguiam um currículo de segundo ciclo, equiparado aos então chamados científico e clássico, mas com a inclusão de disciplinas técnicas, dando diploma após a conclusão do estágio. O primeiro curso técnico criado na escola tinha sido o de Estradas em 1961. Depois vieram os de Edificações (1962), Mecânica (1964), Agrimensura, Eletrotécnica e Eletromecânica (1967). No final da década de 1970, foi criado o de Metalurgia.<sup>217</sup> Ainda na década de 1960, foram criados os chamados “cursos especiais”, destinados a concluintes do científico ou do clássico que necessitassem de formação técnica, com duração de dois anos e estágio orientado. Tão grande foi o sucesso que as empresas encaminharam muitos de seus funcionários para receberem aperfeiçoamento técnico em suas áreas de atuação.



FOTO 35 – Carteira de identidade do então estudante José Geraldo das Neves Orlandi, atualmente professor doutor do curso de Engenharia de Controle e Automação do Ifes, campus Serra.

Fonte: Ifes.

Desse modo, a escola chegou à década de 1980 com seis cursos técnicos regulares, dois cursos técnicos de complementação e mais dois cursos técnicos auxiliares, contribuindo sobremaneira para a formação do mercado de trabalho no estado do Espírito Santo. Assim, por exemplo, no ano letivo de 1979, a escola contou com mais de 3.000 alunos matriculados, com quase 1.000 concluintes técnicos.<sup>218</sup>



FOTO 36 - Oficina do Curso de Mecânica da ETFES, em 1976.

Fonte: Ifes.



FOTO 37 - Alunos do Curso de Mecânica do Cefetes, com o prof. Rogério Bolzan Mathias na Tornearia. Foto de 2007.

Fonte: Ifes.

Pode-se notar o progresso da escola por meio do quadro seguinte, que indica as matrículas desde 1943 até 1980:

Ano	Matrículas
1943	360
1944	212
1945	197
1946	240
1947	249
1948	257
1949	301
1950	313
1951	287
1952	260
1953	301
1954	313
1955	320
1956	337
1957	334
1958	340
1959	321
1960	327
1961	419
1962	456
1963	615
1964	615
1965	684
1966	766
1967	790
1968	1137
1969	1354
1970	1657
1971	1748
1972	1811
1973	2066
1974	2205
1975	2792
1976	3077
1977	3300
1978	3122
1979	3071
1980	2979

QUADRO 8 – Demonstrativo de matrículas da Instituição do período de 1943 e 1980.

Fonte: ETFES (O Visgo Eteviriano).<sup>219</sup>

Pelo número de matrículas, pode-se notar também quão grande era a procura dos cursos ministrados pela escola. Nesse sentido, pode-se observar que, em 1968, passou de mil o número de matriculados

e que, dez anos depois, esse número havia triplicado. Crescia o prestígio dos jovens titãs na sociedade capixaba. O número de concludentes que a escola colocou no mercado chegou a 1.776 até o final da década de 1960. Entre 1970 e 1980, em apenas dez anos, a Escola Técnica Federal do Espírito Santo colocou mais 6.453 de seus alunos no mercado de trabalho do Espírito Santo, sendo o ano de 1978 o melhor de todos sob esse aspecto, já que a escola teve cerca de 800 concludentes.<sup>220</sup> Em 1970, conforme o cadastro industrial da Federação das Indústrias do Espírito Santo (FINDES), a economia capixaba ocupava 13 mil trabalhadores em meio a uma população de 1.599.324 habitantes, centralizada na Grande Vitória, que possuía 720.000 pessoas.<sup>221</sup> No início da década de 1980, o número de trabalhadores na indústria chegou aos 80.000. Vê-se aí o papel sobremaneira importante que essa Instituição teve na formação do mercado de trabalho capixaba e, por conseguinte, no processo de industrialização e de crescimento econômico por que passou o estado do Espírito Santo nessa fase histórica que se caracterizou, por exemplo, pela expansão da Companhia de Ferro e Aço de Vitória (COFAVI), pela construção da então Companhia Siderúrgica de Tubarão (hoje ArcelorMittal Tubarão), pelo início das operações da Aracruz Celulose, Chocolates Vitória, Samarco Mineração e Antártica.

Era bastante importante o conjunto das empresas que recebiam estagiários da escola.<sup>222</sup> Desde a década de 1960 até o ano de 1987, a empresa que mais absorveu estagiários da Escola Técnica Federal do Espírito Santo foi a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), concedendo 1.760 estágios; em seguida, a então Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST), 780; Escelsa, 605; Telecomunicações do Espírito Santo (Telest), 273; Cofavi, 249; Mendes Júnior, 180; Companhia espírito-santense de saneamento (Cesan), 165; Aracruz Celulose, 119 e Empresa Brasileira de Telefonia (Embratel), 72.<sup>223</sup>

Para se ter ideia do tipo de técnico que a escola colocava no mercado de trabalho, nesse período, pode-se analisar o resultado do ano de 1978, quando a Instituição levou para as indústrias 792 concludentes, distribuídos assim: mecânica (231); edificações (195); eletrotécnica (134); estrada

(92); agrimensura (74); mecânica especial (36) e eletrotécnica especial (30). Por outro lado, convém também notar que dos 2.297 técnicos diplomados pela ETFES entre 1965 e 1977, o mercado capixaba absorveu 92% do total.<sup>224</sup>

Para esse crescimento do produto gerado pela ETFES, fizeram-se necessários vários outros crescimentos, entre os quais o da infraestrutura material,

aí englobando novos prédios, novas instalações e máquinas, o que se deu a partir do final dos anos 1960, em pleno “milagre brasileiro”. De poucas oficinas e dois pavilhões, a escola transformou-se num complexo de dez pavilhões, abrangendo mais de duas dezenas de salas de aula, treze laboratórios, cinco oficinas, quatro salas especiais de desenho, uma imensa praça de esportes e uma piscina semiolímpica.<sup>225</sup>

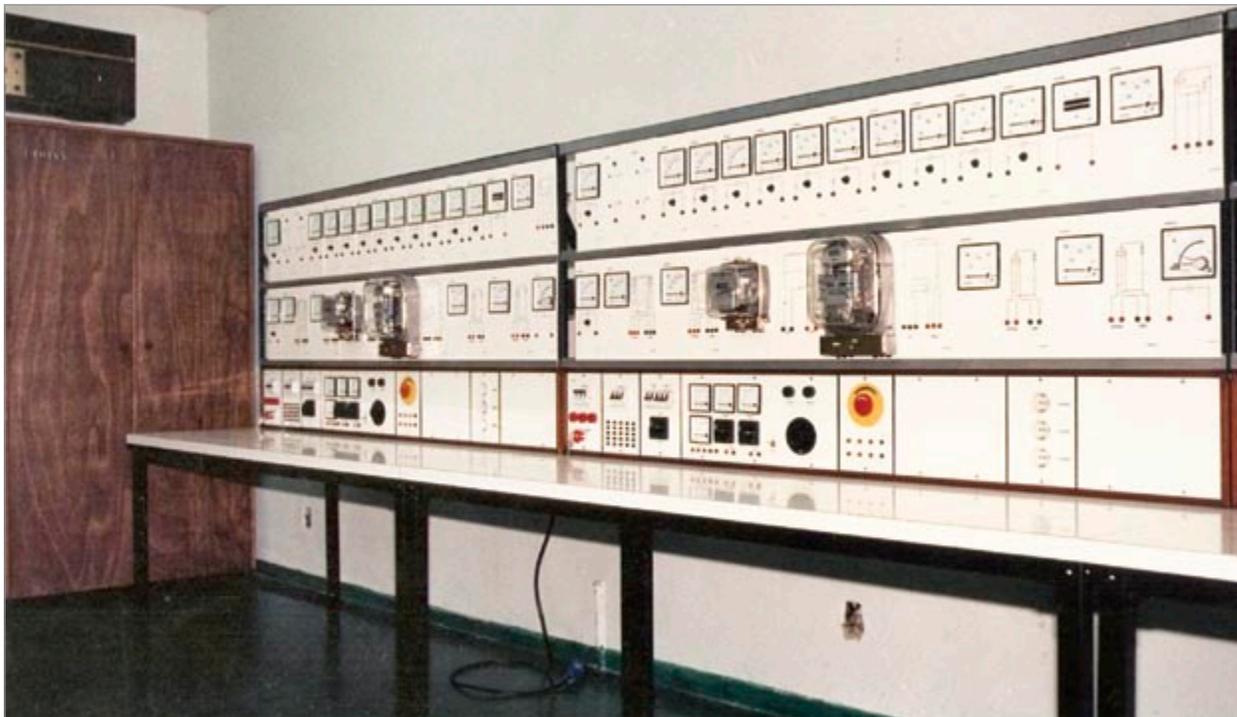


FOTO 38 - Bancada de experiências do laboratório de medidas elétricas da ETFES.

Fonte: Ifes.

No início da década de 1970, foi adquirida para a escola toda a área pertencente ao Rio Branco Atlético Clube, por meio de um processo trabalhoso, mas eficiente. Foram, então, inauguradas a Praça de Esportes e a piscina semiolímpica. No que diz respeito a todas essas reformas, é impossível esquecer-se não só da pessoa do Dr. Zenaldo Rosa da Silva, como também da Comissão Permanente de Obras, composta pelo Dr. Edison Moreira dos Santos, Dr. Rogério V. Botechia e Dr. José Carlos Drews, que atuaram em colaboração com a arquiteta Maria do Carmo de Novaes Schwab e da professora Enila Firme Coelho que executava todos os desenhos.<sup>226</sup>



FOTO 39 - Dr. Zenaldo Rosa da Silva, indicando, no saguão da Biblioteca Nilo Peçanha, o conjunto das obras construídas na instituição, durante sua gestão. Foto de 2007.

Fonte: Ifes.

Como o setor secundário da economia tinha se tornado bastante complexo e tecnologicamente mais desenvolvido, isso exigiu da escola também muito aperfeiçoamento e profundidade em seus cursos, o que levou a Instituição a usar mais de um expediente letivo, para conseguir dar conta do conteúdo a ser ministrado. Assim, em meados da década de 1980, a escola até mudou a duração dos cursos para quatro anos, em vez do tradicional Curso Técnico em três anos.

Naturalmente, todo esse crescimento do ensino profissionalizante estava de acordo com as estratégias de desenvolvimento adotadas especialmente pelo governo do presidente Médici, com vistas à manutenção do crescimento da economia brasileira nos níveis obtidos pelo chamado “milagre brasileiro”.

Assim, nesse período, todo o processo de ampliação da escola contou com amplos recursos provenientes do governo federal, que possibilitou a construção de novas áreas e a montagem de laboratórios e aquisição de máquinas e equipamentos sofisticados que tornaram a escola uma instituição de alto padrão tecnológico até os dias atuais.

Entre os recursos recebidos, podem-se citar os provenientes dos Projetos Leste Europeu<sup>227</sup>, Fundo Tecnológico (Funtec), Eletricité de France e MEC/BIRD (Ministério da Educação brasileiro e Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento), que possibilitaram a recepção de equipamentos destinados à área técnica, mobiliário, aparelhos para laboratórios, acervo bibliográfico e até a construção da nova biblioteca, inaugurada em 1986.<sup>228</sup>



FOTO 40 - Formado em 1973, na última turma do Ginásio Industrial, o professor João Francisco Freire Corrêa, ao lado da fresadora vertical “Van Norman”, fabricada na antiga Tchecoslováquia e chegada à escola nessa ocasião. Foto de 2007.

Fonte: Ifes.

Para a integração com as empresas, a instituição dispunha de um órgão, o Serviço de Integração Escola-Empresa (SIE-E), que, durante anos, funcionou sob a direção cuidadosa e inteligente da professora Maria do Perpétuo Socorro Braga de Castro.



FOTO 41 - Professora Maria do Socorro, servidora aposentada e ex-coordenadora do CIE-E ladeada pelos prof. Mariluz Sartori Deorce e Marco Antônio Campo Dall'Orto dos Santos. Foto de 2008.

Fonte: Ifes.

Mais tarde, esse organismo transformou-se na atual CIE-E, Coordenadoria de Integração Escola-Empresa, que até hoje funciona com eficiência na instituição. Esse é um setor diretamente ligado à Gerência de Ensino da escola.<sup>229</sup> Ainda é por meio dessa Coordenadoria que a escola encaminha seus alunos para estágios. A esse respeito, referia-se *A Gazeta* (ES), em 1973:

Tendo como maior firma absorvente de seus recém-formados a Companhia Vale do Rio Doce, a Escola Técnica Federal do Espírito Santo é solicitada pelas mais diferentes e conceituadas empresas brasileiras, até mesmo dos mais longínquos pontos do território nacional.<sup>230</sup>

Nesse ano de 1973, a escola obteve estágios para 196 alunos em inúmeras empresas públicas ou privadas, tais como a Companhia Vale do Rio Doce, Escelsa, Mendes Jr., Cesan, Departamento Nacional de Estrada de Rodagem (DNER), Moimbuá, Xerox, Refrigerantes Zanotti e outras. Muitos alunos, depois, tornaram-se funcionários efetivos das empresas em que estagiavam. A prof<sup>ta</sup>. Maria do Socorro dedicou-se com carinho e muito afinho à direção desse organismo que providenciava

estágios para alunos da instituição. Várias vezes ela viajou por outras capitais, para entrar em contato com grandes empresas que se interessavam pelo trabalho dos alunos da escola. Assim, muitos deles foram encaminhados para trabalhar até no exterior, contratados pela Mendes Jr., por exemplo.<sup>231</sup>

Não é sem razão que o jornal *A Tribuna* (ES), em 1978, numa reportagem sobre a Escola Técnica Federal do Espírito Santo, trazia como manchete a sugestiva ideia: “A classe média perdeu o complexo de bacharel. Agora, é a vez dos técnicos”.<sup>232</sup>



FOTO 42 - Formatura dos alunos dos cursos de 1989, com missa celebrada na Catedral Metropolitana de Vitória.

Fonte: Ifes.

Era tal o crescimento daquilo que poderíamos chamar de “identidade eteviana” que, em 1979, um grupo de professores liderados pelo prof. Rogério Vassalo Botechia decidiu escrever a epopeia dos 70 anos da instituição. Foi produzido, então, o primeiro livro da História da então chamada “Escola Técnica”, intitulado “Visgo Eteviano”, como uma metáfora que lembrava a atração, a mística e o carisma que envolviam aqueles que tinham contato com a instituição, conforme explica seu autor:

O visgo está na escola, que “apanha”, que envolve os que aqui chegam, para aqui vêm, e aqui se deixam nutrir por tal seiva. Amor, carinho e desprendimento em face das dificuldades por que passou Da. Juraci [Prof<sup>ta</sup>. Juraci Loureiro Machado, já falecida] na caminhada eteviana, foram sustentados pelo tal visgo. Eis o motivo por que assim intitulamos este histórico.<sup>233</sup>

Nesse mesmo ano, por ocasião das comemorações do setuagésimo aniversário da escola,

três ex-diretores reuniram-se com o então diretor Dr. Zenaldo.



FOTO 43 - Dr. Artur Seixas, Dr. Fernando Alves Duarte, Dr. Dario Tavares Gonçalves e Dr. Zenaldo Rosa da Silva, ex-diretores da instituição, em gabinete desse último, em setembro de 1979.

Fonte: Botechia, Rogério V. (arquivo pessoal).

Por ocasião do aniversário da escola, sempre houve grandes comemorações e importantes registros históricos. Assim aconteceu no quinquagésimo aniversário em 1959:



DOCUMENTO 14 - Folheto comemorativo do quinquagésimo aniversário da ETV, em 1959.

Fonte: Botechia, Rogério V. (arquivo pessoal).

Veja-se a comemoração em setembro de 1969, em desfile no bairro de Jucutuquara:



FOTO 44 - Desfile comemorativo do 60º aniversário da ETFES, em 1969.

Fonte: Botechia, Rogério V. (arquivo pessoal).

## A ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (1965–1999)

Em 1979, Dr. Zenaldo Rosa da Silva conseguiu que a Caixa Econômica Federal lançasse seus bilhetes de loteria, comemorando os 70 anos da Escola Técnica Federal do Espírito Santo e, por isso, ostentando uma foto aérea da escola:

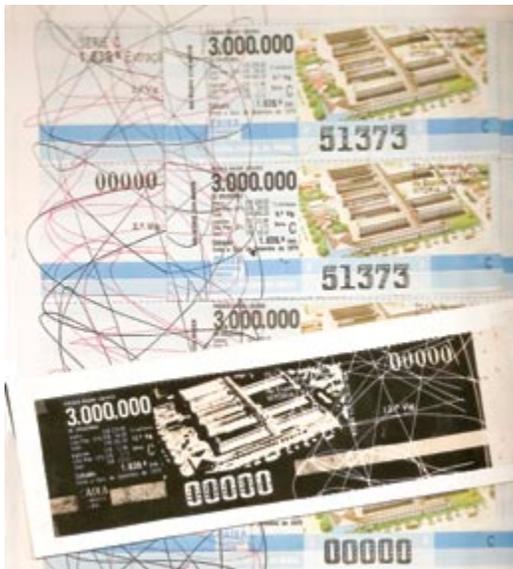
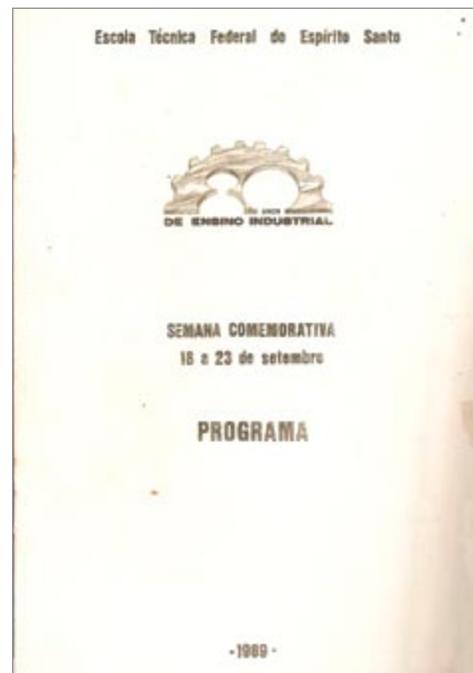


FOTO 45 - Selo comemorativo do 70º aniversário da ETFES, lançado pela Caixa Econômica Federal em 1979.

Fonte: Botechia, Rogério V. (arquivo pessoal).

Em 1989, foi publicado um programa para festejar os 80 anos dos jovens titãs:



DOCUMENTO 15 - Folheto do programa comemorativo do 80º aniversário da ETFES, em 1989.

Fonte: Botechia, Rogério V. (arquivo pessoal).

Nos festejos do nonagésimo aniversário, a escola já se transformara em Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo. Nas fotos a seguir, o então diretor, prof. Jadir José Pela, acompanhado de antigos servidores.



FOTOS 46 E 47 - Comemorações do 90º aniversário do Cefetes, em 1999.

Fonte: Botechia, Rogério V. (arquivo pessoal).

Por meio de seu doce e eficiente “visgo”, a escola crescia em idade e expandia seu campo de ação por toda a Grande Vitória. Foi assim que, dos 928 alunos que nela ingressaram em 1988, por exemplo, a maioria proveio da capital, mas vinha de toda a região metropolitana. Observe-se o quadro a seguir:

Município	Número	Porcentagem
Vitória	357	38,48
Vila Velha	271	29,2
Cariacica	151	16,27
Serra	122	13,15
Outros	27	2,91
<b>Total</b>	<b>928</b>	<b>100,00</b>

QUADRO 9 - Municípios de origem dos ingressantes na ETFES, em 1988.

Fonte: Ifes.<sup>234</sup>

Também é curioso notar a procedência escolar dos alunos que faziam os cursos técnicos na escola, nesse período. Nesse sentido, podem-se buscar informações referentes também ao ano de 1988, emblemático de algum modo, já que refletem dados do final da fase ETFES e quase no início da transição para a fase Cefetes. Veja-se o quadro seguinte:

Rede	Porcentagem
Municipal	11,21
Estadual	32,76
Federal	0,21
Particular	48,71
Outras	0,97
<b>Total</b>	<b>100,00</b>

QUADRO 10 - Procedência escolar dos ingressantes na ETFES, em 1988.

Fonte: Ifes.<sup>235</sup>

Trata-se de uma interessante informação que, de certo modo, justifica as afirmações dos jornais da época, de que a classe média havia

entrado na Escola Técnica Federal. Quarenta anos antes, ainda vigorava a regra original de que só os *desfavorecidos da fortuna* deveriam ingressar na instituição. Em 1988, praticamente a metade dos ingressantes vinha da rede particular de ensino, não frequentada pelos de nível econômico modesto.

Também os dados referentes à renda familiar dos ingressantes podem fornecer indicativos sobre a presença da classe média na Escola Técnica Federal do Espírito Santo. Veja-se a tabela abaixo, que se refere aos ingressantes de 1988:

Rendimento	Número	Porcentagem
0 a 2 salários mínimos	111	11,96
2 a 7 salários mínimos	401	43,20
7 a 20 salários mínimos	360	38,80
Mais que 20 salários	56	6,04
<b>Total</b>	<b>928</b>	<b>100,00</b>

QUADRO 11 - Renda familiar dos ingressantes na ETFES, em 1988.

Fonte: ETFES.<sup>236</sup>

Assim, nesse fim da década de 1980, não se pode dizer que, na ETFES, a força predominante tenha sido da elite, tampouco dos desafortunados da sorte. Os dados estatísticos do início da década seguinte também indicam permanência dessa mesma situação socioeconômica.<sup>237</sup>

Ainda na década de 1980, os jovens titãs iniciam um processo de reprodução de suas unidades de ensino pelo estado do Espírito Santo. Surgem os planos para a construção de Unidades de Ensino Descentralizadas (UNEDs) em Colatina, Serra, Cachoeiro do Itapemirim e Linhares. Excetuando a última – que só bem mais tarde foi implantada –, todas as outras desencadearam o processo de construção. A de Colatina foi inaugurada em 13 de março de 1993.



FOTO 48 - Campus Colatina do Ifes, em 2008.

Fonte: Ifes.

Hoje, o campus Colatina oferece Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio regular, Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio para Jovens e Adultos, Cursos Técnicos Subsequentes em Construção de Edifícios, Informática e Segurança do trabalho e Cursos Superiores de Tecnologia em Sistemas de Informação e em Redes de Computadores e de Saneamento Ambiental.

Tendo sido criada, em setembro de 1985, por decreto presidencial, a Unidade de Ensino Des-

centralizada (UNED) da Serra iniciou suas atividades letivas apenas em março de 2001, oferecendo Cursos Técnicos em Automação Industrial e em Informática. Em 2008, a UNED da Serra já contava com quase mil alunos, que frequentam Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio para Jovens e Adultos, Cursos Técnicos Subsequentes em Automação Industrial e em Informática e Cursos Superiores de Tecnologia em Sistemas de Informação, em Redes de Computadores e Engenharia de Controle e Automação.



FOTO 49 - Campus Serra do Ifes, em 2008.

Fonte: Ifes.

A Unidade de Cachoeiro de Itapemirim iniciou suas atividades em 2005, embora sua inauguração oficial acontecesse posteriormente, em 2008. Para a

expansão de todas essas unidades, muito contribuíram as verbas federais provenientes do Proep (Programa de Expansão da Educação Profissional).<sup>238</sup>



Foto 50 - Campus Cachoeiro de Itapemirim do Ifes, em 2008.

Fonte: Ifes.

Entretanto, no ano de 1990, a escola – ainda somente com a Unidade de Vitória – já contava com 3.700 alunos matriculados, distribuídos nos cursos de Estradas, Metalurgia, Edificações, Eletrotécnica, Agrimensura e Mecânica. Na metade da década, havia, porém, 3.400 alunos matriculados nos cursos de Segurança do Trabalho, Agrimensura, Edificações, Estradas, Eletrotécnica, Mecânica e Metalurgia.<sup>239</sup> Trata-se obviamente de uma diminuição no número dos alunos matriculados, coincidindo com “o processo de reestruturação produtiva decorrente das privatizações e desnacionalizações das empresas mais importantes do Estado”, tais como Aracruz Celulose, CVRD, CST e outras, quando grandes empresas capixabas adotaram processos de terceirização, reduzindo sua força de trabalho e, conseqüentemente, demandando menos mão-de-obra.<sup>240</sup>

Ainda em 1994, toda a rede de escolas técnicas basicamente oferecia cursos de ensino médio e técnico integrado de qualidade. Mas, a partir daí, todo o processo começou a tender para novos rumos

relacionados com a orientação que o neoliberalismo ia imprimindo cada vez mais nas práticas educativas, o que se tornou mais evidente em 1995, quando, em seu primeiro mandato, o presidente Fernando Henrique Cardoso sinalizou claramente para a separação entre a parte profissional e a acadêmica, no sistema técnico de educação.<sup>241</sup> Desde o final da década de 80, o movimento do neoliberalismo também sinalizava para um enfraquecimento da mediação do Estado no que diz respeito à educação, com o objetivo premeditado de diminuir os custos públicos com a reprodução da força de trabalho. Daí as propostas de alteração do sistema de formação profissional e, por consequência, do modelo que caracterizava a rede de escolas técnicas.<sup>242</sup> Durante um longo período dessa etapa histórica, até se chegou a pensar na estadualização das escolas técnicas, tema que envolveu também a escola do Espírito Santo.<sup>243</sup>

No final de 1996, foi promulgada a Lei 9.394, a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), seguida pelo Decreto-Lei 2.208/97, que compuseram os novos instrumentos da forma-

ção profissional no Brasil, adequados ao processo de “diminuição dos custos com a reprodução da força de trabalho”.<sup>244</sup> Nesse sentido, para a rede das escolas técnicas,

[...] foi baixada a Portaria Ministerial nº 646 do MEC, de 14 de maio de 1997, que regulamenta a implantação do disposto nos artigos 39 a 42 da nova LDB, no sentido de radicalizar ainda mais a separação entre ensino médio, chamado “acadêmico”, onde as escolas técnicas poderiam, no máximo, oferecer a metade de vagas de 1997 para o ensino médio e cada escola deveria aumentar, em cinco anos, em 50% o número de vagas oferecidas nos cursos técnico e médio<sup>245</sup>

A Escola Técnica Federal do Espírito Santo preparou-se para se transformar, assim, no Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo, com a oferta de cursos de nível médio, pós-médio e de graduação, mudança que se efetivaria em 1999.

Essa fase de transição e de preparação para o sistema Cefetes – que poderíamos chamar de cefetização – coincidiu com a gestão do prof. Carlos Alberto Alves dos Santos (1994–1998), eleito pelo regime de escolha direta, apesar de mesclado com o sistema de lista tríplice, conforme estabelecido após o término da ditadura.

Terminado o período da ditadura militar, partiu do Conselho de Representantes<sup>246</sup> um movimento para que houvesse eleições para diretor-geral do Cefetes, em contraposição ao sistema utilizado até então, que era o da simples apresentação de uma lista tríplice feita pelo referido Conselho. Este a indicava ao Ministro da Educação, o qual escolhia e nomeava o diretor-geral. Começou, então, um sistema novo de nomeação do diretor-geral. Esse sistema misturava eleição com lista tríplice, de modo que o mais votado seria o primeiro dessa lista. Foi assim que Dr. Zenaldo permaneceu no cargo até 1994.

A primeira proposta efetiva de transformação da ETFES em Cefetes ocorreu durante a campanha para eleição de diretor-geral, em 1994. A proposta foi defendida pelos candidatos-professores Wagner Alves da Rocha e Herbert Barbosa Carneiro, este apoiado pelo diretor Dr. Zenaldo. Também concorreram os professores Paulo Cesar Zambelli, José Luiz de Souza<sup>247</sup>, e Carlos Roberto Alves dos

Santos (professor Carlinhos), que foi eleito. Este parecia manter-se um tanto indeciso quanto à cefetização, uma vez que seu grupo de apoio, bastante vinculado às áreas de cultura geral, parecia temer, segundo estudiosos, o enfraquecimento político com a cefetização.<sup>248</sup> Logo após a posse, o professor Carlinhos e representantes do Sindicato Nacional dos Servidores da Educação Básica e Profissional (SINASEFE) organizaram um plebiscito interno sobre o tema. O resultado foi 85% a favor da cefetização, o que facilitou um projeto nessa direção no final do prazo estabelecido pelo MEC, que coincidiu com o término do mandato de Carlos Roberto Alves dos Santos. No ano de sua posse, a unidade de Vitória possuía 3.833 alunos matriculados. No ano seguinte, essa mesma unidade já possuía 4045 alunos.<sup>249</sup>

Além de dar continuidade ao processo democrático para a eleição do novo diretor da escola e de servir de ponte entre a ETFES e o Cefetes, o prof. Carlinhos deu continuidade a todo um processo de informatização da escola: foram comprados muitos computadores e foi estabelecido um sistema de redes muito moderno para a época.<sup>250</sup> Nesse sentido, foram adquiridos, em 1996, 105 microcomputadores Pentium e 35 impressoras coloridas, o que para a época representava grande sucesso da administração.<sup>251</sup> Dentre suas realizações, pode-se destacar também o início da participação dos representantes de turmas nos conselhos de classe. Também em sua gestão, por determinação do MEC, foi implantado o Ensino Médio regular de três anos, que teve sua última turma no ano letivo de 2007. Foi estabelecido o sistema de avaliação institucional que passou a ser de grande utilidade para tomadas de decisão, como também foi construído o centro administrativo Rogério Eduardo Zane, que possibilitou reunir, no mesmo espaço físico, os docentes de cultura geral e permitiu a liberação de área física para a construção de laboratórios e salas de aulas.<sup>252</sup>

Logo no início de seu mandato, colocou em funcionamento o primeiro curso de Radialismo<sup>253</sup> no estado do Espírito Santo e segundo no Brasil. O Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Radiodifusão e Televisão no estado do Espírito Santo (Sintertes) manteria o corpo docente e de apoio enquanto a ETFES forneceria espaço, instalações e

apoio pedagógico. Houve uma elevada procura, já que 256 se inscreveram para um total de 42 vagas.<sup>254</sup>



DOCUMENTO 16 - Convite para formatura do Curso de Radialismo, em 1996.

Fonte: Rosetti Jr., Hélio (arquivo pessoal).

É de destacar também que, nessa ocasião, o processo seletivo passou a ocorrer em várias cidades do interior, sendo as inscrições feitas nas agências da Caixa Econômica Federal de todo o estado, o que facilitava o acesso aos candidatos que não residissem

na capital. De maneira inovadora, as provas passaram a ser interdisciplinares e, às vezes, temáticas, adotando-se temas como “O Negro” e “A Fome”.

Vale também ressaltar que, com base em discussões internas e com a comunidade, a equipe dirigida pelo diretor Carlos Roberto Alves dos Santos decidiu implantar, no exame de seleção de 1998, um sistema de cotas proporcionais com base na rede escolar de origem do candidato: as vagas passaram a ser distribuídas conforme a rede escolar, pública ou privada, dos inscritos. Assim, se a origem dos candidatos chegasse a 30% e 70% respectivamente da rede pública e particular, a distribuição das vagas também obedeceria a essa proporção. Justificava-se essa tomada de posição o fato de que, com base em pesquisa feita pela escola, dos 14.181 candidatos para o processo de admissão para o ano de 1995, 64% eram egressos da rede pública, mas só 56,4% das vagas foram preenchidas por alunos da referida rede, o que levou o prof. Hélio Rosetti Jr, então Diretor do Departamento de Ensino da ETFES, a afirmar no jornal *A Tribuna* (Vitória, ES) que “esses dados demonstram que, na admissão, são preteridos muito mais alunos da rede pública que da rede particular, apesar de a maioria ingressante ser da rede pública”.<sup>255</sup> Houve protestos não só na imprensa, como também na justiça, contra esse sistema de cotas proporcionais que, assim, vigorou por pouco tempo.<sup>256</sup>



FOTO 51 - No centro da foto, o diretor Carlos Roberto em Encontro Nacional de Reformulação Curricular, em 1995.

Fonte: Ifes.

Funcionou durante esse período um boletim informativo da escola, denominado *Folha da ETFES* que funcionava como fonte de notícias não só pedagógicas, mas também de conteúdo geral, como teatro, exposições e outros.

Em 1998, na eleição para diretor-geral, o tema da cefetização voltou a polarizar a campanha. Foi eleito o prof. Jadir José Pela, defensor da ideia, o qual tomou posse no final de julho de 1998, iniciando um mandato que, renovado posteriormente, concretizou a realização da grande virada em direção à universidade tecnológica. Oriundo de família de imigrantes italianos, por indicação do pai fez Mecânica Geral no Senai, no início da década de 1970. Aconselhado por um professor, fez concurso para a então Escola Técnica Federal do Espírito Santo, tendo passado em boa colocação. Tinha 15 anos, quando começou a cursar Mecânica. Morava em Campo Grande, município de Cariacica (ES) e, sendo de família pobre, muitas vezes fazia as refeições com a ajuda de algum amigo. Estudante

dedicado, também tocava na banda da escola como corneteiro. Foi monitor e, quando terminou o curso, foi admitido como professor, o que, na ocasião, era comum àqueles que se destacavam nos estudos. Em 1983, tornou-se coordenador da Mecânica. Também exerceu o cargo de professor orientador, atuando na Coordenadoria de Orientação Educacional e Supervisão Pedagógica. No final da década de 1980, a convite, assumiu a Coordenadoria de Integração Escola-Empresa. E, em 1998, foi eleito diretor da escola.<sup>257</sup> De aluno a diretor, ele é, ao longo de sua história centenária, sob certo aspecto, uma imagem da trajetória dos jovens titãs.

Em sua gestão, de 1999 a 2009 (de início, como diretor *pro-tempore*; depois, eleito em 2001; posteriormente, reeleito em 2005), surgiu o Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo (Cefetes). Daí, os titãs iniciam o processo de transformação rumo ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, o que se deu ainda no final da gestão do prof. Jadir José Pela.

## Presidentes, “reis” e um futuro brilhante

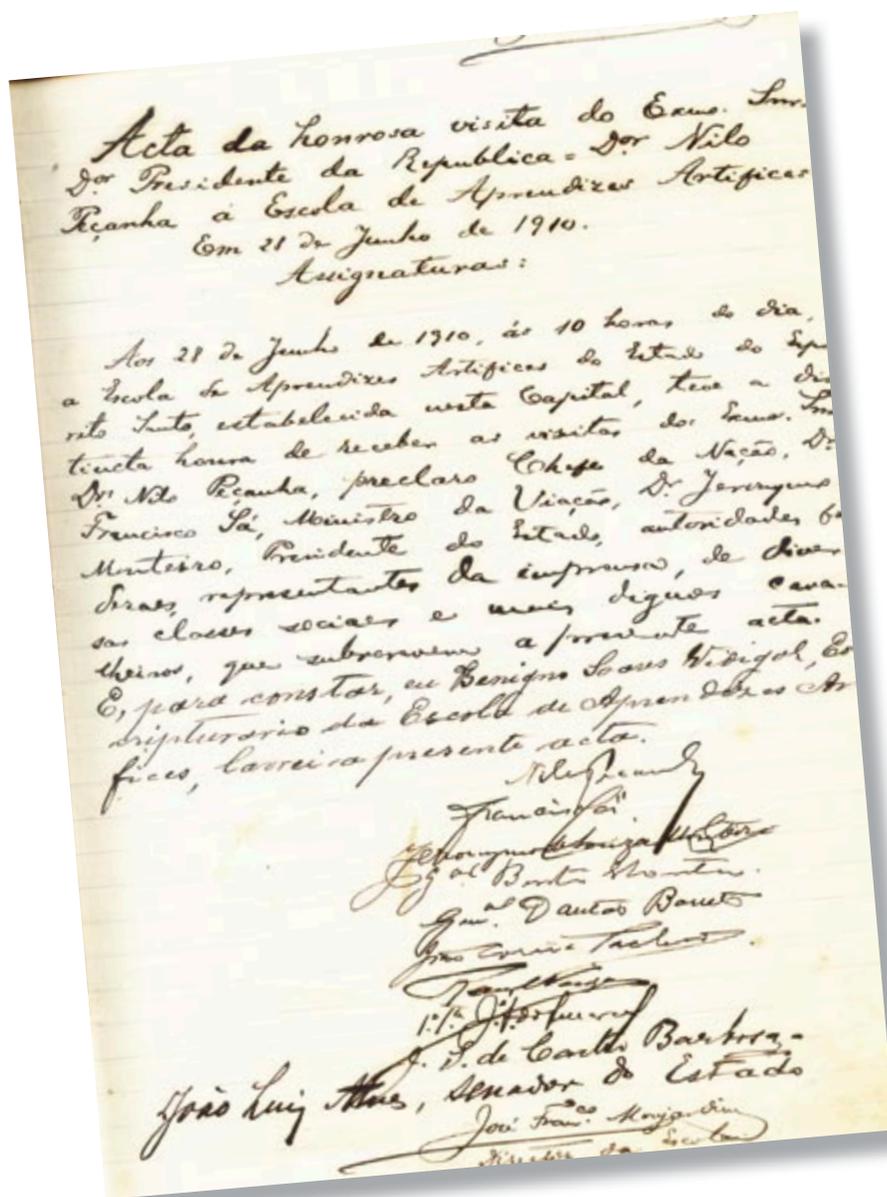
Neste espaço de um século, foram vários os ministros de Estado, governadores estaduais, autoridades militares e inúmeras personalidades que visitaram os diversos prédios em que se estabeleceram as escolas que compuseram no passado e compõem atualmente a instituição denominada Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo. No início, era apenas centrada em Vitória e, posteriormente, espalhada por todo o estado capixaba. Dessas visitas, entretanto, algumas chamam mais a nossa atenção pela importância dos personagens. Foram, até a década de 1990, três presidentes da República e dois “reis” que, por uma razão ou outra, colocaram seus pés nessa instituição que se tornou fundamental não só na formação profissional do estado do Espírito Santo, mas também naquilo que

hoje se poderia chamar de identidade capixaba. Tais eventos nunca se dão por acaso. E são emblemáticos da importância de que se revestem os jovens titãs nessa sua árdua tarefa de contribuir para a formação do mercado de trabalho em um estado que, a cada dia, vai adquirindo destaque no cenário nacional.

A primeira dessas visitas deu-se nos idos de 1910, quando a jovem escola ainda funcionava no Parque Moscoso com o nome de Escola de Aprendizizes Artífices. Eram 10 horas de uma manhã fria, em 28 de junho de 1910, quando chegava ao belo prédio da Rua Presidente Pedreira o então presidente da República, Dr. Nilo Peçanha. Estava acompanhado do ministro da Viação, do governador do Espírito Santo e de diversas outras personalidades, entre as quais o diretor da Escola de Aprendizizes Artífices, Dr. José Francisco

Monjardim. A ata dessa ilustre visita registra esses nomes e ostenta as assinaturas dessas personalidades presentes no momento em que a escola é privilegiada

pela presença daquele que dirigia a Nação e que, por decreto, fundou as Escolas de Aprendizes Artífices, naquele memorável setembro de 1909.



DOCUMENTO 17 - Ata da visita do presidente da República Nilo Peçanha à Escola de Aprendizes Artífices, em 28 de junho de 1910.

Fonte: Ifes.

Conforme noticiado pela imprensa, a escola apresentava uma esplêndida ornamentação, caprichosamente preparada pelos “seus operosos membros”, a fim de receber o ilustre visitante, presidente do Brasil e fundador das Escolas de Aprendizes Artífices. Na porta

principal fora colocado um sofisticado arco triunfal que possuía, no alto, duas colunas que ostentavam as iniciais do nome do presidente da República: NP. Liam-se também inscrições que simbolizavam o ideal de vida traçado para aqueles que frequentassem aquele

“acreditado estabelecimento”: Honra, Trabalho e Pela Pátria. Muitas lâmpadas pendiam desse belo arco, ao qual emprestavam um brilho especial à noite. Também nas proximidades do solene edifício localizado no Parque Moscoso os “operosos membros” homenageavam os “einentes fundadores” com postes que ostentavam escudos com os nomes de todos os estados brasileiros. Havia também um escudo em homenagem à imprensa. Ligando os postes, pendiam filas de bandeiras de outros países, indicando talvez a importância daquele evento, no sentido de preparar o Brasil para se colocar no mesmo nível de todas as nações.

Pode-se imaginar o presidente Nilo Peçanha, acompanhado do governador Dr. Jerônimo Monteiro e demais autoridades, entrando no belo e imponente edifício e visitando aquilo que a imprensa chamou de verdadeiros “salões de aulas”, artisticamente enfeitados, vendo-se escudos com o nome do presidente da República e do ministro da Agricultura, que chefiava o ministério a que estavam subordinadas as Escolas de Aprendizes Artífices.<sup>258</sup> A escola causava uma “impressão agradabilíssima”.<sup>259</sup>

À chegada do presidente da República, por volta das 10 horas da manhã de uma terça-feira, os alunos achavam-se formados ao longo da calçada e ergueram vivas a Nilo Peçanha e a Jerônimo Monteiro. Foi então que o Dr. José Francisco Monjardim, acompanhado de sua esposa, aproximou-se do chefe da nação e lhe apresentou todos os professores da escola. Em seguida, a comitiva subiu ao salão de visitas onde a todos foi oferecida uma taça de *champagne*. Então, falou o Dr. José F. Monjardim, que salientou os esforços feitos para a inauguração da escola pelo governador Dr. Jerônimo Monteiro, a quem se deve “em grande parte” a sua instalação. Foi breve o discurso do presidente da República, que declarou que escolas desse gênero “preparam cidadãos, não para o campo da burocracia, mas para o campo das indústrias”, o que provocou muitos aplausos dos presentes.

À saída da escola, as autoridades puderam ver o belo espetáculo de ginástica sueca executado por um grupo de alunos, sob as ordens do instrutor Sosthenes Barreto.<sup>260</sup>

Pouco depois de ter sido completado um ano da visita de Nilo Peçanha, a Escola de Apren-

dizes Artífices de Vitória recebe outro presidente da República em 21 de julho de 1911: marechal Hermes da Fonseca.

Eram 10h30min da manhã de sexta-feira, quando o mais alto chefe de Estado, após a cerimônia de inauguração da eletrificação da Carris Urbanos, dirigiu-se, em companhia do governador Jerônimo Monteiro e demais autoridades, para o Parque Moscoso, a fim de visitar a Escola de Aprendizes Artífices, à frente da qual já estavam dispostos os alunos e uma companhia do corpo militar da polícia, que prestaram continências. Após um brinde ao presidente, com taça de *champagne*, foi inaugurado um retrato de Hermes da Fonseca, que saudou os presentes com um discurso. O retrato achava-se coberto com tecidos de seda verde e amarelo, e foi descerrado pelos alunos da escola, “corretamente uniformizados”.<sup>261</sup> Também falou Dr. José Francisco Monjardim, diretor da escola, num discurso qualificado de “belo” pelo importante jornal *Diário da Manhã*.<sup>262</sup> Em seguida, o marechal Hermes e sua comitiva visitaram as oficinas e todas as dependências da escola.

Às 16 horas, os alunos da Escola de Aprendizes Artífices, sob o comando do capitão Urbano Salgueiro, fizeram uma passeata militar pelas principais ruas da cidade, desfilando em continência ao presidente da República. O *Diário da Manhã* não economiza elogios, quando afirmava: “A marcha dos inteligentes alunos foi geralmente apreciada pelo garbo, corretismo e prontidão com que obedeciam a voz do comando”.<sup>263</sup>

No dia seguinte, o marechal Hermes da Fonseca despediu-se de Vitória sob um verdadeiro “delírio popular” e “entusiásticas” manifestações, conforme informam jornais diários. Ao chegar à Praça Marcelino Tostes, lá se encontravam com o diretor e o corpo docente, os alunos da Escola de Aprendizes Artífices que, sob o comando do capitão Salgueiro, formaram duas extensas alas pelas quais passaram o presidente da República e o governador do Espírito Santo. Sempre ovacionadas, as autoridades receberam as continências, enquanto as bandas de tambores e cornetas executavam hinos marciais. Dali a comitiva presidencial dirigiu-se ao então cais do imperador, onde tomou uma lancha e se despediu de Vitória.<sup>264</sup>

Passam-se os anos, a escola cresce e transforma-se no Liceu Industrial de Vitória. Em seguida, em 1942 ganha seu novo prédio de Jucutuquara, com salas de aula, oficinas e também dormitório e refeitório, destinados aos internos e àqueles que, em regime de externato ou semi-internato, faziam suas refeições na escola.

No final de 1949, mais uma vez a escola – agora com o nome de Escola Técnica de Vitória e em novo prédio – recebe a autoridade máxima da Nação. A escola recebe a visita do presidente Eurico Gaspar Dutra, que sucedeu a Getúlio Vargas a partir de 1946. O crescimento da Escola Técnica de Vitória exigia aumento na capacidade de receber alunos para o internato. Foi então ampliado o dormitório, que passou a contar com mais leitos. Ele se localizava sobre o refeitório, logo na saída do hall da escada intermediária que conduz ao primeiro andar.



FOTOS 52 E 53 - Visita do presidente da República Eurico Gaspar Dutra à Escola Técnica de Vitória em 10 de setembro de 1949.

Fonte: Ifes.

Naquele sábado, 10 de setembro de 1949, chegara pela manhã, a Vitória, ao aeroporto de Goiabeiras, o chefe da Nação, presidente Eurico Gaspar Dutra. Chegou em meio a uma grande rivalidade da política estadual que até dificultou a divulgação de sua visita pela imprensa, já que, por exemplo, o jornal *A Tribuna* não foi sequer convidado para comparecer ao palanque presidencial, ao banquete, nem a nenhum local onde se efetuaram as cerimônias e homenagens ao chefe da Nação.<sup>265</sup> Visitou locais de importância, entre os quais o Convento da Penha, e dirigiu-se ao Palácio Anchieta, onde almoçou. Fez uma visita à Escola Técnica de Vitória, onde inaugurou as novas dependências

O sr. Marechal Hermes da Fonseca, após a cerimônia da inauguração da electrificação da Carris Urbanos, dirigiu-se hontem em companhia dos srs. drs. Jeronymo Monteiro, J. J. Seabra e outros membros de sua comitiva, á escola de aprendizes artifices. Em frente daquelle estabelecimento de ensino acabam-se extendidas em alas u na companhia do corpo militar de policia e os alumnos daquelle escola, que prestaram ao sr. Presidente da Republica por occasião de sua chegada, as continencias devidas. S. exa. assistiu á inauguração do seu refeitório. Estando n'essa occasião o director da escola, que produziu um bello discurso, tendo o sr. dr. Gama Cerqueira, representante do sr. ministro da agricultura, saudado o dr. José Monjardim. Foi então o sr. Presidente da Republica que penhorado, agradeceu as homenagens que lhe prestava a Escola de Aprendizes Artifices inaugurando o seu refeitório. Em seguida o sr. Marechal Hermes e demais pessoas que acompanharam s. exa., visitaram as officinas e todas as suas dependencias.

DOCUMENTO 18 - Notícia da visita do presidente da República Mal. Hermes da Fonseca à EAA, em 1911.

Fonte: *Diário da Manhã* (Arquivo Público Estadual, ES).



do dormitório e visitou suas instalações, conforme indicam as fotos anteriores.<sup>266</sup> A Escola Técnica de Vitória foi a única repartição pública federal que teve a honra de receber a visita do Presidente da República. Precisamente às 16 horas chegou o carro presidencial ao pátio interno da escola, onde o presidente foi recebido pelo diretor, Dr. Artur Seixas, funcionários, alunos e grande número de famílias, sob prolongados aplausos. Achava-se acompanhado pelo governador do estado, Dr. Carlos Lindenberg, e pelo ministro Clemente Mariani. Além de inaugurar o novo dormitório, também visitou uma exposição de trabalhos escolares executados por alunos de diferentes cursos.<sup>267</sup>

Em 1951, Dr. Getúlio Vargas é empossado na Presidência da República e governa até agosto de 1954, quando há o episódio de seu suicídio. Vem, em seguida, o conjunto de episódios referentes à sua sucessão, até que, em 1956, toma posse Juscelino Kubitschek, sucedido por Jânio Quadros e, depois, João Goulart, deposto pelo Golpe Militar de 1964. Em 1965, a escola transforma-se em Escola Técnica Federal do Espírito Santo.

Já no período da ditadura militar (1964–1985), surgem e crescem os movimentos culturais – de resistência ou não ao regime de direita – que marcarão para sempre a história das mentalidades neste país. Tivemos, então, o Cinema Novo, as músicas de protesto, o tropicalismo e a Jovem Guarda, por exemplo. Como expoente desse último movimento, desponta o “rei” Roberto Carlos, fazendo sucesso em todo o país. Convidado para vir a Vitória, seu show seria exibido no Clube Álvares Cabral que, supervisionado pelas autoridades competentes, foi declarado incapaz de receber com segurança o público esperado para ouvir o “rei”. O estado do Espírito Santo era, então, governado por Dr. Eurico Rezende (1979–1983), que entrou em contato com Dr. Zenaldo Rosa e Silva, diretor da Escola Técnica Federal do Espírito Santo, a fim de lhe solicitar que o show do “rei” fosse realizado no estádio do Rio Branco, recentemente comprado pela ETFES. Tudo nele estava bem, do ponto de vista da segurança, exceto o sistema de iluminação que, então, o governo do estado providenciou para que fosse solucionado. O show ocorreu nas dependências da escola. O “rei” Roberto Carlos precisou trocar de roupa e, para isso, utilizou como camarim o gabinete do próprio diretor que, assim, se sentiu honrado de receber na escola um expoente da música popular brasileira. Dr. Zenaldo e um repórter da Rede Globo escoltaram o “rei” da Jovem Guarda até o estádio onde se realizou o show. Após receber três presidentes da república, a escola, agora, recebia o “rei” da jovem guarda.<sup>268</sup>

Alguns anos depois, visita Vitória outro “rei”, dessa vez, do futebol: Arthur Antunes Coimbra, o maior goleador do Flamengo, Zico. Em 1986, ficou famoso por perder um pênalti e, por isso, não trazer a vitória para o Brasil na final de uma copa

do mundo, em jogo contra a França. Disputou as copas de 1978, 1982 e 1986. Visitou a Escola Técnica Federal do Espírito Santo em 1990, quando estava no auge de sua gloriosa carreira. Esteve também no gabinete do diretor Dr. Zenaldo e tirou fotos com professores da instituição. Fora, assim, o segundo “rei” a visitar a escola.<sup>269</sup>



FOTO 54 - Segundo da direita para a esquerda, o jogador Zico ladeado por servidores da ETFES: Ricardo Paiva, Rogério V. Botechia e Sergio Leandro da Silva.

Fonte: Silva, Zenaldo Rosa da (arquivo pessoal).

A ditadura militar terminou em 1985. Tivemos, anos depois, a primeira eleição direta da Nova República, que colocou no poder Fernando Collor de Mello. Tendo saído pelo processo do *impeachment*, Collor foi sucedido por Itamar Franco. Vem, então, o Plano Real, Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva. Nesse ínterim, em 1999, a Escola Técnica Federal do Espírito Santo (ETFES) transforma-se no Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo (Cefetes). Suas unidades começaram a se espalhar pelo estado. Em 2005, entrou em funcionamento a Unidade de Cachoeiro de Itapemirim, inaugurada oficialmente em 19 de fevereiro de 2008, quando recebeu, então, a visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que foi, assim, o quarto presidente da República a visitar os prédios dos jovens titãs. Em capítulo posterior serão narradas as duas importantes visitas que o presidente Lula fez aos jovens titãs: a de fevereiro de 2008 e a de março de 2009.

Desse modo, em sua trajetória de 100 anos, os jovens titãs já podem orgulhar-se de ter recebido, em seus estabelecimentos, governantes e personalidades que, de toda maneira, sinalizam para a instituição um futuro brilhante.

## Escola Técnica, centro de excelência

“Qualquer pessoa que entre na Escola Técnica Federal sente, num primeiro contato, que está diante de uma instituição de ensino diferente da grande maioria. Suas paredes brancas estão sempre limpas, raramente se vêem papéis jogados pelo chão e suas salas de aula, laboratórios, bibliotecas e oficinas estão constantemente ocupados por alunos e professores que dão vida à escola das sete da manhã às dez e meia da noite. Para se ter uma idéia desse movimento, a biblioteca recebe uma média de três mil pessoas diariamente atendendo aos alunos e à comunidade de um modo geral.”

Era assim que o jornal *A Gazeta* (Vitória-ES) comentava a escola em 1988, ressaltando a eficiência do ensino nela ministrado, com um “baixíssimo índice de reprovação” e comentando a “estrutura física invejável”, com 26 salas de aula, quatro salas de desenho, uma biblioteca, um auditório, dezenas de laboratórios e de oficinas e um completo parque esportivo.<sup>270</sup>

Nessa mesma reportagem do final da década de 1980, o prof. Herbert Barbosa Carneiro, chefe do Departamento de Ensino da escola, declara que o aluno, ao chegar à escola, passa a ser parte integrante de todas as atividades, porque, quando ele entra na Escola Técnica, passa a ter voz, vive intensamente a semana na instituição, sem esquecer todo o lado cultural e esportivo, transformando a escola num complemento de sua família de tal maneira que os estudantes, quando não estão na sala de aula, se encontram nas oficinas e laboratórios, “participando das atividades culturais, como do grupo de teatro ou coral, por exemplo”.<sup>271</sup>

Trata-se de observações válidas não somente para aquele final da década de 1980, mas também para toda a ETFES, considerada a partir de 1965. A dedicação aos estudos era integral. As aulas funcionavam o dia todo, quase todos os dias da semana. Eram aulas teóricas pela manhã e oficinas à tarde,<sup>272</sup> nestas se colocava mão na massa e montavam-se aparelhos, trabalhando nas máquinas e produzindo objetos. Enquanto ainda existia o ginásio, eram dois modelos de uniformes. Assim, os alunos do ginásio industrial usavam

calças brim cáqui, com a camisa de malha, tendo ao peito o símbolo da escola, a grande engrenagem medindo cerca de um palmo. Também fazia parte do uniforme o jaleco de algodão azul-marinho, usado nas atividades de oficinas e laboratórios. Os alunos do curso técnico usavam calças de tergal azul-marinho e quase sempre olhavam para os primeiros com superioridade. Sempre impressionou aos que nessa escola estudaram a limpeza das salas de aula. No ginásio, os alunos tinham a obrigação de limpar as oficinas ao término dos ofícios. Na sexta-feira, os alunos arregaçavam as calças até os joelhos e, descalços, limpavam tudo, utilizando vassoura, água e sabão.

Às seis horas da manhã, davam-se as aulas de Educação Física, tidas muitas vezes como cansativas e pouco prazerosas. Começava-se com muitas flexões, pulos e corridas pelas ruas e morros de Jucutuquara. No inverno, corria-se ao frio por trilhas repletas de lama. Somente depois, podia-se fazer uso da bola.

A Escola Técnica Federal do Espírito Santo se destacou não apenas pela sua qualidade de ensino voltado para a área técnica, mas também pela preocupação em praticar atividades culturais que contribuíssem para a integração aluno/escola e preparassem o concludente para uma saudável inserção no mercado de trabalho. Nesse sentido, é interessante citar o canto nostálgico do prof. Hélio Rosetti Júnior, aluno da escola no início dos anos 1970:

*“Momentos de afeto quebravam a rotina rígida, quase fabril da escola naqueles tempos. Um desses momentos eram as doces aulas de canto e música no auditório, à beira do piano de cauda, com a professora Ângela [Aquino]. Nessas aulas, meninos, muitas vezes sujos das máquinas, cantavam canções em coro de vozes afinadas, em contraposição ao som ritmado ouvido ao longe dos tornos e serras nas oficinas. Outro desses momentos ocorria no horário de recreio das atividades de aprendizagem*

*industrial. Nas tardes calorentas, na sombra do velho pavilhão central, sentados na grama rala do espaço reservado à prática de educação física, os meninos descansavam uns de costas para os outros, apoiando costas com costas, contando piadas, lendo gibis ou simplesmente esperando o tempo do recreio passar, para dar início à última jornada do dia, na escola dos meninos operários”.*<sup>273</sup>

No longínquo ano de 1988, o Brasil empolgava-se com a volta da democracia. No ano anterior, havia sido instalada a Assembléia Constituinte que votaria a nova Constituição, promulgada em setembro de 1988. Entre uma data e outra, o país vivia a euforia do retorno dos princípios democráticos e do respeito pela diferença. Foi assim que, em maio de 1988, a ETFES fez uma bela homenagem ao negro, no centenário da abolição da escravatura. Organizada pelo Departamento de Pedagogia e Apoio Didático, desenvolveu-se, de março a junho, uma programação cultural composta de interessantes palestras, análise de filmes como “A cor púrpura”, apresentação de grupos de capoeira e de peças de teatro. A Banda de Música da escola homenageou cantores e compositores negros e Grupos de Dança apresentaram coreografias afro-brasileiras.<sup>274</sup> Era a escola que se colocava na vanguarda daquilo que mais tarde daria origem a uma das maiores conquistas do movimento negro, a Lei 10.639/03, que estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana na educação brasileira.

Esse ano de 1988 também se caracterizou pela grande presença feminina na escola. Assim, entre 3.189 alunos, se encontravam 848 mulheres, o que significava 26,6 % do total de seus estudantes.<sup>275</sup>

Com a consolidação do sistema capitalista no século XIX, algumas leis passaram a beneficiar as mulheres, mas mesmo assim, somente com o passar do tempo, elas conquistaram seu espaço. As estatísticas revelam que, no Brasil do século XXI, há mais mulheres do que homens e elas vêm conseguindo emprego com mais facilidades, vendo seus rendimentos crescerem a um ritmo mais acelerado que os dos homens. A escola acompanhou esse crescimento da presença feminina.

Era tímida a presença feminina na escola, conforme seus primeiros registros. A inauguração da exposição de artefatos confeccionados por alunos da escola, em dezembro de 1910, registra, por exemplo, a assinatura de 63 pessoas, entre juizes, políticos e militares. Estavam presentes somente nove mulheres que, todas juntas, assinaram a partir do 44º lugar.<sup>276</sup> Nas atas subsequentes, percebe-se o mesmo hábito. Nota-se também que essas mulheres eram possivelmente parentas de professores ou autoridades presentes ao evento, uma vez que têm os mesmos sobrenomes, tais como Monjardim, Có, Malisek e outros. Esse hábito de estarem poucas mulheres presentes a essas solenidades e de assinar sempre no final reflete a posição da mulher na sociedade capixaba de então.<sup>277</sup> No corpo discente, porém, ocorreram matrículas de meninas, entre 1950 e 1951, no Curso Industrial Básico. Mais tarde também, entre 1961 e 1973, constatou-se a presença de alunas no Ginásio Industrial, mas em número reduzido.<sup>278</sup>

Somente a década de 1960 vai modificar radicalmente esse posicionamento da sociedade ante a mulher. Vagarosamente, as mulheres começaram a ocupar seu lugar no mercado de trabalho. Era 1968, quando Muriel Siebert se tornou a primeira mulher com uma cadeira na Bolsa de Valores de Nova York. Era também 1968, quando, pela primeira vez, uma mulher acendeu a tocha olímpica na XIX Olimpíada do México.<sup>279</sup>

Nesse sentido, para a Escola Técnica Federal do Espírito Santo é emblemática a Ata do Conselho de Representantes de 4 de dezembro de 1969, que registra a aprovação da primeira mulher nos chamados Cursos Técnicos:

O Senhor Diretor [Zenado Rosa da Silva] informou ao Conselho o número de aprovações nos exames de seleção realizados nesta Escola, para os cursos ginásiais e técnicos, tendo como novidade a classificação de uma senhorita para o Curso Técnico de Edificações.<sup>280</sup>

A partir daí, a presença das mulheres alunas se foi tornando habitual, de maneira que elas chegaram a ser mais de 30% dos matriculados, escolhendo especialmente cursos como Edificações, o que não ocorria, por exemplo, no de Eletrotécnica e Mecânica.



FOTO 55 - Apresentação do Coral dos alunos “Maria Penedo” em comemoração ao Dia das Mães, em 1973. Ao lado das mães homenageadas vê-se, da direita para a esquerda, o padre José Ayrolla, José Carlos Drews e Maria Helena Teixeira de Siqueira.

Fonte: Ifes.

Foi assim que, no ano de 1988, registrou-se um interessante quadro de distribuição por gênero, entre os 928 ingressantes nos cursos que a escola então oferecia.

Curso	Masculino - %	Feminino - %
Agrimensura	5,71	2,48
Edificações	4,53	13,47
Eletrotécnica	18,76	2,80
Estradas	5,82	2,91
Mecânica	21,12	1,18
Metalurgia	17,02	4,20
<b>Total</b>	<b>72,96</b>	<b>27,04</b>

QUADRO 12 - Cursos da ETFES, distribuídos por gênero, em 1988.

Fonte: ETFES.<sup>281</sup>

Assim, nesse ano de 1988, dos 928 ingressantes, a escola recebeu 251 mulheres, das quais

125 entraram no Curso de Edificações e 39 no de Metalurgia. Essa preferência era, provavelmente, em virtude de o trabalho nessas duas áreas poder ser desenvolvido em ambientes, segundo a visão cultural de nossa sociedade, adequados ao sexo feminino, o que justificaria o fato de o Curso de Mecânica ter somente 11 alunas ingressantes, alcançando o mais baixo índice entre todos os cursos.

Entretanto, era tão grande a rigidez da disciplina que elas, até o início da década de 1980, só podiam colocar no cabelo enfeites de cor preta, não sendo permitida outra cor.<sup>282</sup> Para os homens, era o rigor do cabelo bem cortado, o que motivava da parte dos alunos uma procura por uma barbearia próxima da escola, que lhes aparava o cabelo, quando tinham sido impedidos de entrar devido a isso.<sup>283</sup> Somente no início de 1972, a escola deixou de estabelecer restrições ao corte de cabelo dos alunos.<sup>284</sup>

Nesse mesmo ano de 1972, pela primeira vez foi escolhida uma professora, e não um professor, para proferir a saudação durante o hasteamento da Bandeira, cerimônia que se realizava em todo início do ano letivo. A escolhida foi a profa. Maria Helena Teixeira de Siqueira.<sup>285</sup> Curiosamente fora esse também o ano em que se criaram condições para o ingresso de mulheres nos cursos técnicos, tendo sido inaugurados os banheiros e vestiários para alunas. Também foi nesse ano que os registros da escola assinalaram os primeiros nomes femininos na lista de formandos de cursos técnicos: Lucinea Gonçalves da Silva e Arlete de Vargas Guimarães, do Curso Técnico Especial de Edificações.<sup>286</sup>

Nota-se que esse fenômeno da presença feminina na escola mostra, de um lado, a superação do preconceito contra a admissão de mulheres; de outro, mostra também que a sociedade começou a empregar mulheres em profissões dominadas pelo sexo masculino. Já se podia afirmar, por exemplo, em 1996, que, “na ETFES, o número de alunas é quase igual ao de alunos [...]”<sup>287</sup>

Compare-se, por exemplo, a ata de 1969 que registra a entrada da primeira mulher no Curso Técnico, com os dados sobre a presença feminina entre os matriculados em 2008, perfazendo um total de 36,5%:

Unidade	Gênero		Total
	Masc.	Fem.	
Aracruz	90	38	128
Cachoeiro	361	165	526
Cariacica	240	119	359
Colatina	607	482	1.089
Linhares	86	43	129
Nova Venécia	63	59	122
São Mateus	268	102	370
Serra	913	225	1.138
Vitória	2.018	1.441	3.459
<b>Total</b>	<b>4.646</b>	<b>2.674</b>	<b>7.320</b>

QUADRO 13 - Matrículas do Ifes, por campus/gênero, 2008.

Fonte: Ifes.



FOTO 56 - Turma V14, do curso técnico de Estradas em 2009. Nessa foto se pode ver a presença de 24 alunas em meio a poucos alunos.

Fonte: Ifes.



FOTO 57 - Ana Lígia Oliveira Teixeira, servidora do Ifes e Tânia Raquel Corrêa Gomes (da esquerda para a direita) formaram-se no Curso Técnico de Edificações em 1974. Fizeram parte das pioneiras que abrem as portas da escola para a presença feminina.

Fonte: Ifes.

A Escola Técnica Federal do Espírito Santo sempre mantinha duas bandas, uma marcial e outra de música – vencedora de vários campeonatos brasileiros –, como também dispunha de corais e uma biblioteca bastante atuante. Até poucos anos atrás, dispunha também de um grupo de teatro *Hiante*, comandado pela professora de Educação Artística Leda Brambate Carvalhinho, com a participação também de ex-alunos.<sup>288</sup>

A velha *Fanfarra ETV*, nascida na década de 1940, em meio a Segunda Guerra Mundial e duran-

te a Ditadura de Getúlio Vargas, tinha características de banda militar. Naquele momento histórico, era essa uma forma de incentivar o nacionalismo estudantil por meio de hinos e marchas patrióticas. A *Fanfarra ETV* contava aproximadamente com 40 músicos até o final da década de 1950, mas no início da década seguinte algumas mudanças fizeram que a antiga *Fanfarra ETV* mudasse de nome e de aspecto. Nascia, assim, em 1961, a *Banda Marcial da Escola Técnica Federal do Espírito Santo* (BMEFES), sob a regência do Professor Luis Cláudio, que a dirigiria por longos 20 anos de dedicação. O número de músicos passou para 80 e novos instrumentos promoveram maiores possibilidades para seus músicos e para o próprio regente, que assim podiam promover apresentações com maior desenvoltura e qualidade.

A partir de 1976, já sob a gestão do diretor Zenaldo, assume a coordenação da *Banda Marcial* o maestro Wilson Couto Lírio, profissional gabaritado que instituiu novas e importantes mudanças estruturais na forma de apresentação, levando-a à maturidade. A partir de 1976, além de se apresentar na escola, a *Banda Marcial* começou a fazer exibição em outros espaços, apresentando-se em outros estados e ganhando reconhecimento nacional.

Nesse cenário de novas conquistas, a *Banda Marcial* da Escola Técnica Federal do Espírito Santo interagiu com várias bandas militares, trocando experiência, materiais e conhecimento. Em 1983 já possuía cerca de 160 músicos, que se apresentavam em diversas ocasiões, em vários locais do país. Uma prova de desenvolvimento e sucesso nos é revelado pela quantidade de músicos que a integravam em 1985: 200 ao todo. Todas essas inovações, incentivos e apoio fomentaram um nível de profissionalização ímpar que propiciou a conquista de diversos prêmios capixabas e nacionais.

Em 1985, concretizando um antigo sonho do então diretor Dr. Zenaldo, foi criada paralelamente à *Banda Marcial* a *Banda de Música da ETFES*. O professor de música Célio Paula da Costa foi contratado e passou a ministrar aulas de música e prática instrumental para todos os músicos da *Banda Marcial* e para os alunos das novas turmas de 1985 inscritos para formar a nova “Banda de Música”.

Após alguns meses, o professor Célio decidiu estreiar com seus melhores rebentos. Apresentação inesquecível para todos que ali estavam, pois, durante a apresentação, o fornecimento de energia foi interrompido, fazendo que a situação fosse contornada com profissionalismo e paixão pelos integrantes da nova Banda de Música do ETFES, que continuaram tocando. Feito reconhecido por longos minutos de aplausos (de pé) por toda a plateia, que reconheceu a mestria dos integrantes e o momento de tão grande comoção que a todos contagiou.

Como a Banda de Música da ETFES, a *Banda Marcial* também mudou de nome e passou a se chamar *Banda Musical*, a partir de 1988. As mudanças no nome, no repertório e na forma de apresentação foram necessárias para que a própria banda se adequasse à nova realidade dos concursos e exigências para as apresentações. Todavia, a *Banda Musical* acabou encerrando seus trabalhos em 1996, devido à aposentadoria de seu coordenador, o maestro Wilson, após 20 anos de dedicação.



FOTO 58 - Estandarte que seguia à frente da antiga *Banda Marcial* da ETFES. Foto de 2008.

Fonte: Ifes.

Em 1987, a Banda de Música passou a se chamar *Orquestra Pop & Jazz* e foi ao encontro do público ao definir o seu novo “paradigma” musical, passando a caminhar com nitidez nos trilhos da MPB e do Jazz e trazendo um aspecto mais jovial para interagir com maior fluidez com a plateia. Ela inclui em seu repertório melodias e ritmos admirados pelos brasileiros, como o choro, o samba, a salsa, o merengue e até mesmo o rock e o baião.

Atualmente, os alunos e toda a comunidade cefetiana se beneficiam dos cursos, das aulas e das apresentações que fazem novas oportunidades se descortinarem para aqueles que veem na música um caminho ou mesmo um sentido para o futuro. No passado, muitos ingressaram tímidos, mas, com o passar do tempo e das aulas, descobriram-se talentosos. Alguns não continuaram a trajetória musical, porém se tornaram profissionais de renome. O diretor, prof. Jadir José Pela, foi membro da Banda Marcial. Outros, empolgados com o desenvolvimento individual, especializaram-se e tornaram-se músicos de sucesso. Muitos integrantes de bandas capixabas de renome da atualidade são talentos oriundos das aulas teóricas e práticas da Orquestra Pop & Jazz. Alguns alunos também dão continuidade a seus estudos de música, fazendo cursos na Escola de Música do Espírito Santo (EMES) e em instituições, como a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Entre os que participaram das bandas, estão vários ex-alunos que já terminaram seu doutorado em Música. Eram alunos de cursos técnicos (Mecânica, Eletricidade e outros) que se embrenharam pelos caminhos da música. É a face completa – talvez holística – de uma escola que ministra as ciências exatas e práticas, mas não se esquece de que o ser humano é polifacial.



FOTO 59 - Maestro Célio Paula da Costa em meio aos troféus conquistados pela música e aos uniformes que fizeram a glória das bandas da Instituição.

Fonte: Ifes.

Toda essa trajetória musical rendeu à banda da ETFES muitos prêmios, entre os quais registramos:

**Campeã** estadual do Concurso de Bandas no Espírito Santo – 1977

**Bicampeã** estadual do Concurso de Bandas no Espírito Santo – 1978

**Tricampeã** estadual do Concurso de Bandas no Espírito Santo – 1979

**Campeã nacional** no VII Concurso de Bandas de Franco da Rocha (SP) – 1983

**Tricampeã nacional** no V COFABAN (SP) – 1987 (o regente Célio foi premiado como melhor maestro da categoria de Banda Marcial especial)

**Campeã** Geral do concurso de Bandas e Fanfarras de Vila Velha (ES) – 1987

**Campeã** no Campeonato Nacional de Fanfarras e Bandas em São Paulo – 1991

**Vice-campeã** no III Campeonato Nacional de Fanfarras e Bandas de São Paulo – 1992

QUADRO 14 - Premiações das bandas da Instituição.

Fonte: Ifes.



FOTO 60 - Desfile da Banda da Escola Técnica Federal, como bicampeã, em Bragança Paulista (SP), em dezembro de 1986.

Fonte: Ifes.

Todo o trabalho desenvolvido com as bandas e a *Orquestra Pop & Jazz* não seria possível se não fosse a existência da Oficina de Música do IFES, criada em 1º de fevereiro de 1985, para a qual foi contratado o maestro Célio Paula. Por meio dos cursos de musicalização, teoria musical, harmonização, improvisação e prática de banda e orquestra, a oficina prepara os músicos que, mais

tarde, dependendo de seu desenvolvimento, podem participar da *Orquestra Pop e Jazz*. Todos os cursos mencionados são oferecidos para os alunos e ex-alunos que desejarem participar dessa oficina. Para os jovens da comunidade o maestro disponibiliza, todos os anos, algumas vagas.<sup>289</sup>

Também de grande atuação nesse período foi o Coral Maria Penedo, nome dado ao antigo Orfeão Lorenzo Fernandes que fora fundado na década de 1940 e que, desde a morte de sua maestra, passou a ser chamado com o nome daquela eminente professora. Funciona com brilho e é um coral composto por alunos da instituição. Seus maestros foram a profa. Maria Penedo, Glaucio Ovande Metzger, Cristiano Dalvi e Patrick do Val. Desde 1993, o Coral Maria Penedo é dirigido, com brilhantismo, pelo servidor Heraldo Silva Filho<sup>290</sup>, que também rege o Camerata Ifes, composto de coralistas alunos, ex-alunos, professores, servidores e membros da comunidade em que funciona a escola. Heraldo Filho também havia fundado, em 1994, o ETFESincanto, depois transformado em Cefetincanto (hoje inexistente), embora estivesse em atividade durante dez anos, com quase 100 coralistas, tendo participado de diversos eventos e concursos não só no estado, mas em todo o Brasil.

Entre as inúmeras e gloriosas conquistas, o Coral Maria Penedo esteve presente, em 1997, em concurso organizado no Rio de Janeiro pela Fundação Nacional de Artes (Funarte)<sup>291</sup>, do qual participaram cerca de 200 corais. O Coral da então Escola Técnica Federal do Espírito Santo foi classificado entre os seis melhores e obteve o 4º lugar. No ano seguinte, estiveram em excursão pela Argentina, na província de La Pampa, onde fizeram diversas apresentações para o público de importantes cidades daquele país vizinho.

Desde 1976 atuou na escola um grupo de teatro, conhecido por Gaivota, criado pela profª Leda Brambate Carvalhinho e constituído por alunos, ex-alunos e membros da comunidade, apresentando-se não só em Vitória, mas também em outros municípios e até outros estados. Em 1986, o grupo tornou-se entidade jurídica com o nome oficial de Grupo

Hiante – Teatro da ETFES, totalizando então 50 membros efetivos e aproximadamente 100 alunos iniciantes.<sup>292</sup>

Em 1984, iniciou suas atividades um Grupo de Dança, formado por alunas e ex-alunas da escola e dirigido pela profª Dulce Beatriz Schwartz. Não era um grupo permanente, pois se renovava a cada ano, mas surpreendeu a todos com belíssimas apresentações e lindas coreografias nas festividades da comunidade escolar.<sup>293</sup>

No período da ditadura militar, o regime militarista em vigor influenciou todas as disciplinas das escolas, o que também ocorria com a prática da Educação Física, voltada para a formação de atletas que, em algum aspecto, podiam encarnar certo ideal nacionalista, tão característico das manifestações políticas daquele período da história brasileira. Na ETFES, isso não acontecia de maneira diferente. Desse modo, o ensino da Educação Física era mais voltado para a preparação de atletas, com exercícios em quadra, piscina e pistas. Nessa disciplina, o aluno era considerado um mero atleta e o professor, seu técnico. Entretanto, para estimular a competição, já existiam, desde 1966, os JEBEÍs – Jogos Escolares Brasileiros do Ensino Industrial – que perduraram até a década de 1970. A ETFES participava sempre dessas competições.

Ainda dentro do espírito nacionalista que permeava as atividades escolares do período ditatorial, a ETFES – como outros segmentos do ensino público ou privado – participava ativamente dos desfiles em comemoração do Sete de Setembro, organizados em todo o país. Nas sextas-feiras de agosto, a escola já começava a se preparar para os famosos desfiles, nos quais a banda e a ETFES brilhavam diante da sociedade capixaba, maravilhada com tanta garra, organização e determinação, demonstradas pelos jovens que desfilavam nas vias públicas. A prefeitura de Vitória organizava os desfiles e colocava a ETFES em último lugar, a fim de segurar o público, que, embevecido, assistia à passagem da banda marcial, que tocava conhecidos dobrados e trajava elegantes e suntuosos uniformes. Muito marcantes, nesse conjunto, eram aqueles alunos que, com força e

muita garra, tocavam bumbo. E o público aplaudia com entusiasmo esse verdadeiro *grand finale* dos desfiles de 7 de setembro.



FOTO 61 - Banda Marcial da ETFES em desfile de 7 de setembro de 1993.

Fonte: Ifes.

Ao fim dos JEBEÍs, começavam os jogos regionais – Jogos Escolares Brasileiros (JEBs) –, nos

quais nossos atletas sempre se destacaram. Havia também os campeonatos regionais que, na década de 1980, agitavam os atletas das várias escolas do estado, levando os jovens titãs ao destaque no basquete, vôlei, handball, futebol, entre outras modalidades esportivas.

Pode-se dizer que as décadas de 80 e 90 representaram o auge do desenvolvimento esportivo e atlético da Escola Técnica Federal do Espírito Santo. Foi então que alguns de nossos ex-alunos obtiveram repercussão nacional no atletismo. Assim, por exemplo, Claudio Brandão, ex-aluno da Metalurgia, jogou no Flamengo e fez parte da Seleção Brasileira de basquete. Outro ex-aluno de destaque foi Ailton Tesch Jr, que também jogou na mesma seleção. Até hoje, muitos dos antigos alunos de Educação Física reúnem-se para relembrar os velhos tempos em que aprenderam com seus professores as regras do esporte e da competição na Escola Técnica Federal do Espírito Santo.



FOTO 62 - Desfile escolar em 1988, vendo-se à frente três professoras de Educação Física: Eliza Maria Zago, Marta Mirian Perim e Dulce Beatriz Schwartz.

Fonte: Ifes.

Quando a ditadura se aproximou de seu final, o enfoque dado até então ao atletismo nas escolas começou a mudar tanto no Brasil como na Escola Técnica Federal do Espírito Santo. Pensou-se, nesse momento, em uma Educação Física que preparasse o cidadão para a vida profissional, e não só para as quadras de esporte.

Imbuídos dos novos ideais democráticos que emergiram no final da ditadura, a virada dos

anos 80 para os 90 foi então marcada, na ETFES, não mais pelos desfiles de 7 de setembro, mas pelos eventos para os quais se convidava a comunidade em torno para participar. Havia demonstrações esportivas e culturais, até com grupos de dança, que mostravam para a comunidade reunida no estádio da escola a vibração e o garbo com que se apresentavam os alunos da Escola Técnica Federal do Espírito Santo.

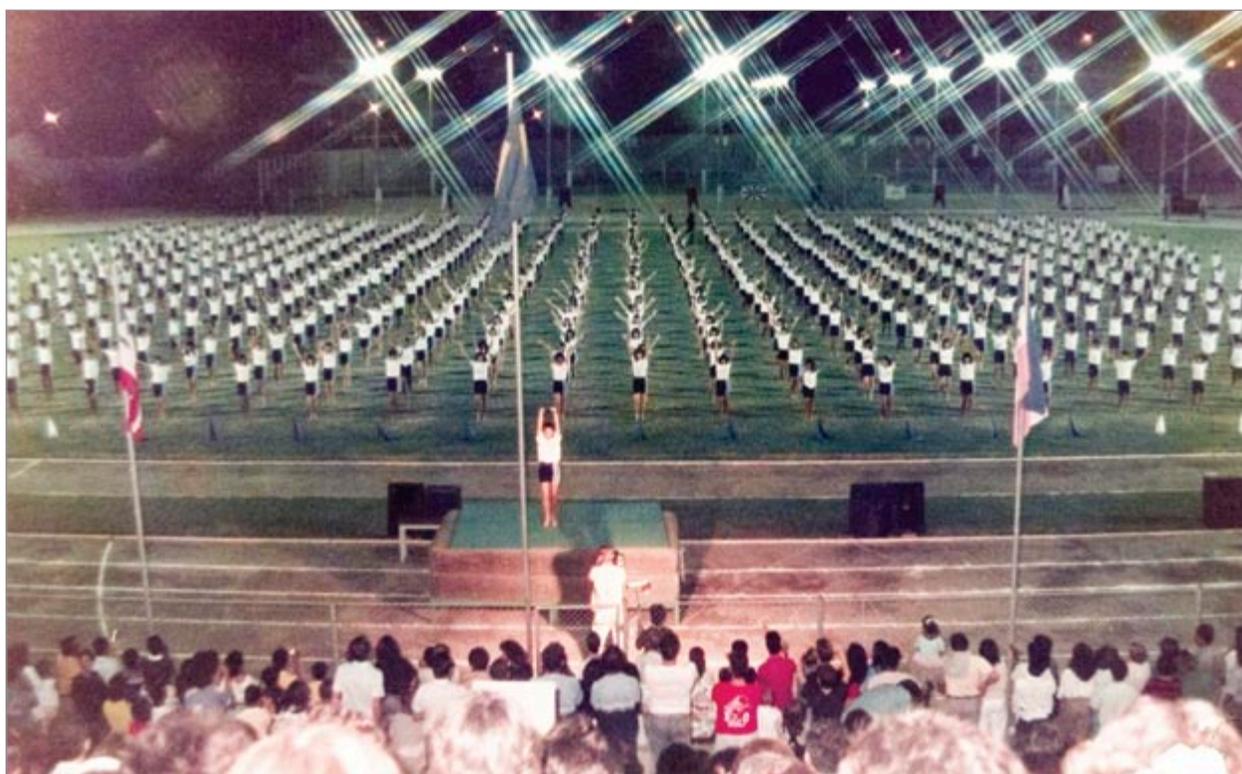


FOTO 63 - Evolução de atletas da ETFES, no estádio, em 1988.

Fonte: Ifes.

A partir do início da década de 1990, tiveram início os Jogos das Instituições Federais de Ensino Tecnológico (JIFETs), que, em 2008, se nacionalizaram. A primeira competição nacional se realizou em Fortaleza. A ETFES sempre participou com brilho e obteve muitas vitórias. A segunda competição nacional do JIFET deu-se com grande sucesso em Vitória, em 2009, organizada pelo Instituto Federal do Espírito Santo, tendo dela participado muitos jovens titãs. A Unidade de Vitória abrigou atletas das instituições federais de todo o país. Atualmente, procuram-se também estimular competições de xadrez e de tênis de mesa.<sup>294</sup>

Voltar-se para o lado lúdico e humanístico não impede passar nos vestibulares. É o que se verificou na Escola Técnica Federal do Espírito Santo, cuja grande preocupação nunca foi a de simplesmente ingressar seus alunos nos cursos superiores, embora isso ocorresse com muita frequência. Em contrapartida, ao tornar-se atrativa para a classe média, a escola eleva a concorrência às vagas. Nessa situação, a

seleção de alunos permitiu formar um corpo discente preparado para prosseguir os estudos.

Foi assim que, no vestibular de 1966, quatro alunos se inscreveram na Escola Politécnica (antigo nome dado às engenharias) dos quais passaram três, o que mereceu da parte do diretor Dr. Mauro Borges o seguinte comentário: “este fato vem demonstrar o alto ensino desta casa e eu me congratulo com todo o corpo docente”.<sup>295</sup> No ano seguinte, registrou-se em ata a aprovação de dois alunos na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e um na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN).<sup>296</sup> Em 1968, no vestibular passaram oito dos dez alunos, o que levou Dr. Mauro a comentar que se tratava de um “salário invisível”.<sup>297</sup> Em 1969, Pedro Augusto Nascimento, aluno do 3º ano do Curso Técnico de Estradas, obteve o 1º lugar no Concurso de Literatura organizado pela Secretaria de Educação.<sup>298</sup> E novamente passaram no vestibular da UFES oito dos dez alunos inscritos.<sup>299</sup> No ano seguinte, tal é o sucesso no vestibular, que o novo diretor, Dr. Zenaldo, declara em ata: “embora a nossa preocupação não seja preparar alunos para

a Escola de Engenharia, entre 20 alunos que se inscreveram, 18 foram aprovados”. Obtiveram as melhores classificações: 1º, 2º, 3º e 4º lugares.

Ao longo das décadas seguintes, a escola sempre brilhou com alta porcentagem de aprovação de seus alunos nos vestibulares da UFES. Em 2007, obteve os primeiros lugares dos diversos cursos na área de Exatas e de Humanas, como ocorreu com o primeiro lugar em Jornalismo, Arquitetura e Urbanismo.

Os jovens titãs vão, assim, atingindo um grau de excelência que lhes dá fundamentos para os futuros passos, a fim de se transformarem, posteriormente, naquilo que é atualmente o Instituto Federal.

Presente à escola há mais de trinta anos, embora não seja servidor, o pipoqueiro “tio Anísio”, Sr. Anísio Motta, é bem o retrato daquilo que, de todo, a instituição representa: oriundo da classe popular – é bem o símbolo da escola dos idos de 1910 – ele é, atualmente, um microempresário de sucesso, proprietário de diversos imóveis e tem uma filha que reside no exterior. Talvez esteja aí a fonte da admiração e o carinho com que todos o veem, desde 1973, no pátio da escola, a presença desse neto de escravos que, nascido em Castelo-ES, completou 75 anos em 2009 e vende pipocas a gerações de

alunos que por ele passaram<sup>300</sup>, tendo até merecido dois artigos a seu respeito no jornal *A Gazeta*<sup>301</sup>, um deles sob o título “De grão em grão, ele se tornou a lenda viva do Cefet”. Considerado “seguramente, a figura mais popular e carismática da escola”, em sua homenagem os alunos criaram no Orkut a comunidade “Tio Anísio, a lenda!”<sup>302</sup>.



FOTO 64 - “Tio Anísio” em março de 2008, no local onde, com tanta dignidade, vende suas pipocas a gerações de alunos, desde 1973.

Fonte: Ifes.

Chegamos ao ano de 1999 e podemos apresentar à sociedade capixaba os números correspondentes ao período em que a escola começou a funcionar no bairro de Jucutuquara:

Cursos	1941	1942	1943	1944	1945	1946	1947	1948	1949	1950	1951	1952	1953	1954	1955	1956	1957	1958	1959	1960
Industrial Básico	<---	<---	<---	<---	9	45	33	26	20	36	44	42	35	54	44	59	43	49	43	65
Ginásio Industrial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aprend. Industrial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Técnico Industrial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ensino Médio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	-	-	-	-	9	45	33	26	20	36	44	42	35	54	44	59	43	49	43	65

QUADRO 15 – Concludentes dos cursos do período de 1945-1999.

Fonte: Silva, Zenaldo Rosa da (arquivo pessoal).

Cursos	1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980
Industrial Básico	59	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ginásio Industrial	-	59	74	75	72	106	104	127	36	84	220	288	405	-	-	-	-	-	-	-
Aprend. Industrial	-	-	-	43	66	35	57	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Técnico Industrial	-	-	-	9	16	22	37	51	99	117	162	180	265	423	434	723	793	844	704	618
Ensino Médio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	59	59	74	127	163	198	198	178	135	201	382	468	670	423	434	723	793	844	704	618

Continuação do QUADRO 15.

Cursos	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	Total
Industrial Básico	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	706
Ginásio Industrial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.650
Aprend. Industrial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	201
Técnico Industrial	638	669	708	677	685	654	635	670	54	470	580	555	561	488	501	486	553	594	641	15.596
Ensino Médio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
<b>Total</b>	<b>638</b>	<b>669</b>	<b>708</b>	<b>677</b>	<b>685</b>	<b>654</b>	<b>635</b>	<b>670</b>	<b>54</b>	<b>470</b>	<b>580</b>	<b>555</b>	<b>561</b>	<b>488</b>	<b>501</b>	<b>486</b>	<b>553</b>	<b>594</b>	<b>641</b>	<b>18.153</b>

Continuação do QUADRO 15.

Assim, como Escola Técnica de Vitória e Escola Técnica Federal do Espírito Santo, os jovens titãs ofereceram ao mundo profissional 706 formandos do Industrial Básico (com alunos matriculados até 1961), 1650 do Ginásio Industrial (que funcionou de 1961 a 1973), 201 de Aprendizagem Industrial (que operou entre 1964 e 1967)<sup>303</sup> e

15.596 Técnicos Industriais (cuja primeira turma se formou em 1964). Embora não se possa simplesmente reduzir essa linda história a números, o fato é que, desde que começou a funcionar em sua sede da Avenida Vitória, a escola dos jovens titãs colocou no mercado, até o ano de 1999, quase 20.000 profissionais.

## E os titãs se mobilizam

Tendo sido fundado em 1944, o Grêmio Rui Barbosa atravessou os anos da Escola Técnica de Vitória com muita atuação nos campos esportivo e cultural. A transformação da Instituição em Escola Técnica Federal do Espírito Santo coincidiu com o período em que o Brasil viveu os anos de chumbo da ditadura. O Grêmio precisou adaptar-se aos novos e trágicos tempos.

Do Grêmio Rui Barbosa (GRB), os poucos documentos de que dispomos<sup>304</sup>, relativos à década de 1970, indicam uma associação que é, simultaneamente, mencionada como Grêmio Rui Barbosa nos documentos datilografados em papel não timbrado, mas, sobretudo, como Centro Cívico Rui Barbosa nos documentos oficiais:



DOCUMENTO 19 - Timbre dos documentos da Diretoria do Centro Cívico Rui Barbosa, em 27 de março de 1976.

Fonte: Ifes, Grêmio Rui Barbosa.

Percebe-se aí que, diante das forças de repressão da ditadura, um *Centro Cívico* certamente soaria melhor que um *Grêmio*. Entende-se facilmente:

No tocante à educação o governo militar orquestrou uma série de ações que buscavam, em síntese, adequar a política e a organização educacional às determinações econômicas. Assim, o conjunto de medidas tomadas no período refletiu a intenção velada de criar um instrumento de controle e de disciplina sobre a comunidade estudantil e o operariado, possíveis opositores ao regime [...] <sup>305</sup>

Entre as medidas tomadas pelo governo militar para criar esse “instrumento de controle [...] sobre a comunidade estudantil”, esteve em vigor o Decreto-Lei 68.065/71, que, além de regulamentar o ensino de Educação Moral e Cívica, estabeleceu em seu art. 32 do Título IV<sup>306</sup> que,

nos estabelecimentos de qualquer nível de ensino, público e particulares, será estimulada a criação de Centro Cívico [grifo nosso], o qual funcionará sob

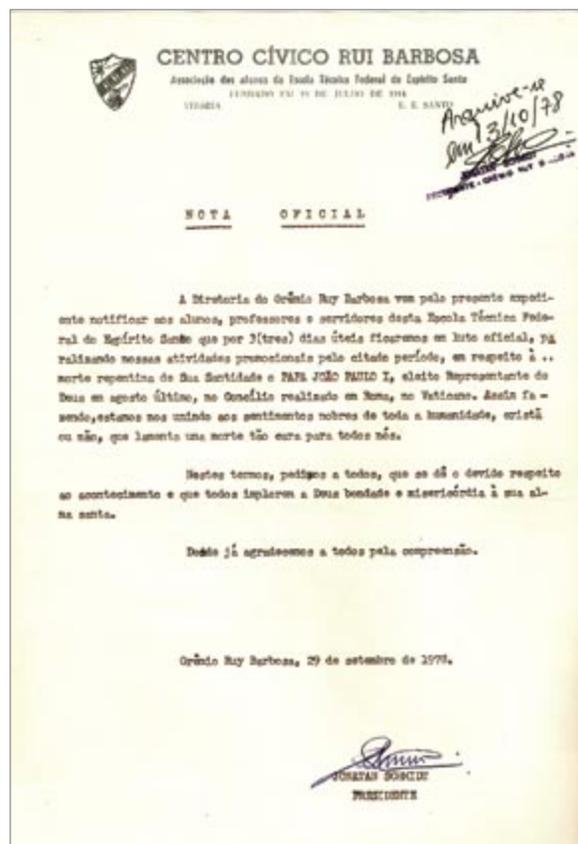
a assistência de um orientador, elemento docente designado pelo Diretor do estabelecimento, e com a diretoria eleita pelos alunos [...]

No § 1, esse artigo também determina que “as chapas concorrentes às funções da diretoria deverão ser submetidas à aprovação prévia do diretor do estabelecimento”. Não era diferente na ETFES, uma vez que a diretoria do GRB era nomeada pelo diretor da Instituição.<sup>307</sup> É nesse sentido que, no início de 1976, o então Centro Cívico Rui Barbosa divulga não somente uma lista que contém os nomes dos membros da diretoria, mas também uma lista de seis professores e um sacerdote católico que fazem parte da “Assistência Técnica”.<sup>308</sup>

Emblemático das atividades do Grêmio no período foi o ano de 1976, quando foi organizado pelo GRB o 1º Festival de Música Etefesiana<sup>309</sup>. Os músicos se inscreviam e apresentavam-se a um júri composto de seis servidores, que julgavam letra, música, interpretação, harmonia e arranjos. Nesse mesmo ano, a agremiação agendou palestras com o diretor e com professores. No fim do ano, organizou-se a festa de encerramento das atividades, com culto ecumênico na Catedral Metropolitana, coquetel e jantar de confraternização em bom restaurante da cidade.<sup>310</sup>

Não só eventos musicais, mas também literários eram planejados. Desse modo, em 1977, por exemplo, foi organizado um concurso de contos, com o “intuito de descobrir novos valores, além de incentivar os alunos [...] na arte de escrever [...]”.<sup>311</sup> Os alunos deveriam inscrever-se e seriam julgados por uma comissão que analisaria originalidade, recursos estilísticos, técnica de conto e correção gramatical. Os ganhadores receberiam medalhas e livros na data de aniversário da escola, em 23 de setembro. Nesse mesmo ano, foram organizados os Primeiros Jogos Internos da ETFES<sup>312</sup>, quando se disputaram todas as modalidades de esportes, com exceção do basquete. Em seu afã de divulgar o evento, o GRB mandou nota para o jornal A Gazeta.<sup>313</sup> Também se organizaram competições internas de tênis de mesa.<sup>314</sup>

É curioso notar o interesse da agremiação pelos temas internacionais que abalavam o mundo de então. Assim, por exemplo, a notícia da morte do Papa João Paulo I que, em 1978, motivou uma Nota Oficial assinada pelo seu presidente:



DOCUMENTO 20 - Nota do GRB sobre o falecimento do papa João Paulo I, em 1978.

Fonte: Ifes, Grêmio Rui Barbosa.

Em 28 de abril de 1977, um comunicado assinado pelo presidente do GRB dá notícia de que “o Grêmio Rui Barbosa, da Escola Técnica Federal do Espírito Santo, encontra-se novamente (grifo nosso) em atividade [...]”.<sup>315</sup> E, entre junho e agosto do mesmo ano, são emitidos documentos que exoneravam 11 alunos “por motivos de não atender ao regimento interno desta associação”. Entre eles, estavam dois secretários da agremiação.<sup>316</sup>

Mesmo não dispondo de dados que permitam uma análise segura, é interessante registrar que o ano de 1977 se caracterizou pela retomada das atividades da União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES), que havia sido silenciada pela

Ditadura Militar. “A reconstrução veio aos poucos, a partir de 1977. Algumas entidades secundaristas conseguiram fortalecer a sua atuação nos chamados centros cívicos de algumas cidades e começaram a reaparecer alguns grêmios e um movimento nacional pelo renascimento da UBES”, que efetivamente renasceu em 1981.<sup>317</sup>

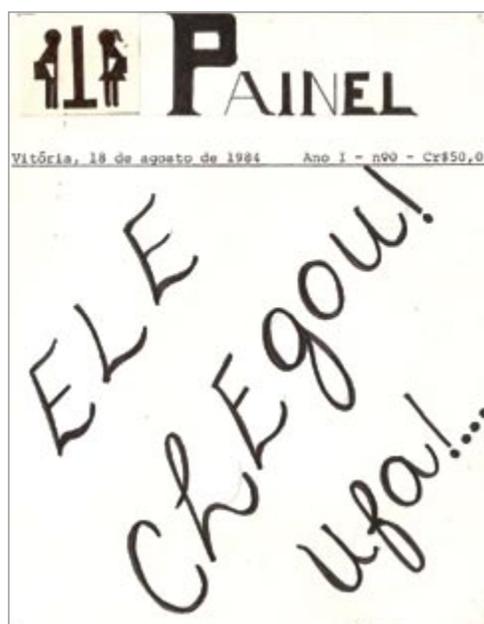
Quando o regime militar no Brasil vai chegando a seu fim, no início da década de 1980, alunos da Escola Técnica começam a programar reuniões clandestinas, para tentar colocar novamente o grêmio em funcionamento conforme os antigos moldes de ação política, de maneira a transformá-lo de Centro Cívico em Grêmio novamente. São organizadas gincanas e até vendas de camisetas, tendo em vista a arregimentação de interessados nesse objetivo.<sup>318</sup> Então, são programadas eleições. Em 28 de abril de 1983, o Diretor da ETFES, Dr. Zenaldo Rosa da Silva, assina portaria, aprovando o Estatuto do Grêmio Rui Barbosa que, em seu capítulo I, art. 1º, estabelece que o Grêmio “funcionará nos moldes de ‘Centro Cívico’, nos termos do Decreto 68.065, de 14 de janeiro de 1971 (...)”. O mesmo decreto era novamente citado no art. 5º do capítulo III, quando determina que “A Diretoria Executiva [do Grêmio] indicará dois professores da Escola, a fim de que um deles, mediante a escolha pelo diretor, desempenhe as funções de Orientador do Grêmio, na forma estabelecida no art. 12 do Decreto 68.065/71”. O presidente do Grêmio, pelo estatuto, deveria manter o orientador sempre informado de tudo que dizia respeito ao Grêmio.<sup>319</sup> Em junho, tomaram posse, entre outros, os eleitos Marcelo Lima, Marcelo Fernandes Rocha e Estanislau Tallon Bosi como presidente, vice-presidente e secretário-geral respectivamente.<sup>320</sup>

Em 25 de agosto de 1983, o Grêmio partiu para a ação e realizou a 1ª Assembleia Geral de alunos da Escola Técnica Federal do Espírito Santo, colocando uma interessante discussão a respeito da cantina que funcionava dentro da escola. Registraram-se queixas relativas aos preços ali cobrados e

à higiene e relacionaram-se algumas propostas de soluções.<sup>321</sup>

Em outubro do mesmo ano, o Grêmio convidou os alunos para participar de um encontro com a presença de simpatizantes da reestruturação da UMES, União Metropolitana Brasileira dos Estudantes Secundaristas, desativada pelo regime militar.<sup>322</sup> Numa espécie de manifesto, afirmavam em outro documento que “nossa condição de estudante é a todo momento ameaçada através dos constantes ataques ao ensino público e gratuito e da repressão” e sugeriam a construção de uma UMES para cumprir a tarefa de reverter essa situação e de “unificar e centralizar o movimento secundarista e a luta pelo ensino público e gratuito”, concluindo que “nós tínhamos uma comissão Pró-UMES que lutava pela reconstrução da entidade e que hoje não existe, mas que é cada vez mais necessária”.<sup>323</sup>

Em 1984, o Grêmio divulgou um pequeno jornal, montado artesanalmente, no qual se debatiam temas relacionados com a vida estudantil.



DOCUMENTO 21 - Jornal do Grêmio, *O Painel*, em 1986.

Fonte: Ifes, Grêmio Rui Barbosa.

Em 1986, o Grêmio envolveu-se em um grande movimento para “reativação urgente do

bandeirão que a escola servia aos alunos e servidores (...)”<sup>324</sup> e organizou, em parceria com a Coordenação de Educação Física, diversos campeonatos e torneios, como xadrez, tênis de mesa, futebol de salão, handebol e natação.<sup>325</sup>

Motivado por lutas políticas ou por rixas intestinas, em setembro de 1987, o então presidente do Grêmio publicou uma portaria na qual revogava “todas as portarias publicadas até a presente data.”<sup>326</sup> As animadas festas juninas continuaram e permanecem. Também prosseguiram as gincanas, que duraram até o final da década de 1990.

Naquele mesmo ano de 1987, o então deputado estadual Paulo Hartung enviou ao GRB uma cópia da Lei Estadual 3.939, originária de um projeto de lei por ele apresentado à Assembléia Legislativa, tratando da questão do passe escolar e garantindo “direito conquistado com muita luta pelos estudantes capixabas”.<sup>327</sup>

O ano de 1988 se constituiu num verdadeiro marco da História do Brasil, pelo fato de que, no mês de dezembro, foi promulgada a primeira Constituição após o período ditatorial, fruto de lutas e de debates intensos entre as diversas forças políticas que marcavam o país naquele importante momento histórico. Do ponto de vista da Educação, foi assinado o Decreto 95.682, que dispunha sobre medidas de contenção de despesas nos órgãos e entidades da Administração Federal, entre os quais as Escolas Técnicas, que passaram a ter dificuldades na contratação de professores, por exemplo.

O GRB teve, naquele ano, uma atuação bastante intensa. Assim, organizou manifestações de rua contra o referido decreto<sup>328</sup>, seguindo orientação também adotada por outros grêmios de diversas escolas federais do país. Por outro lado, também se posicionou contra as tentativas de privatização ou estadualização das escolas federais, medida que estava sendo pensada para a nova Constituição em debate no momento. Nesse sentido, o Grêmio organizou um abaixo-assinado entre os alunos da ETFES contra a estadualiza-

ção da escola. Foram coletadas 321 assinaturas<sup>329</sup> para serem entregues ao Governador Max Freitas Mauro, que, em junho de 1988, assinou, na escola, um “Protocolo de Intenções” contrário à ideia de estadualização.<sup>330</sup>

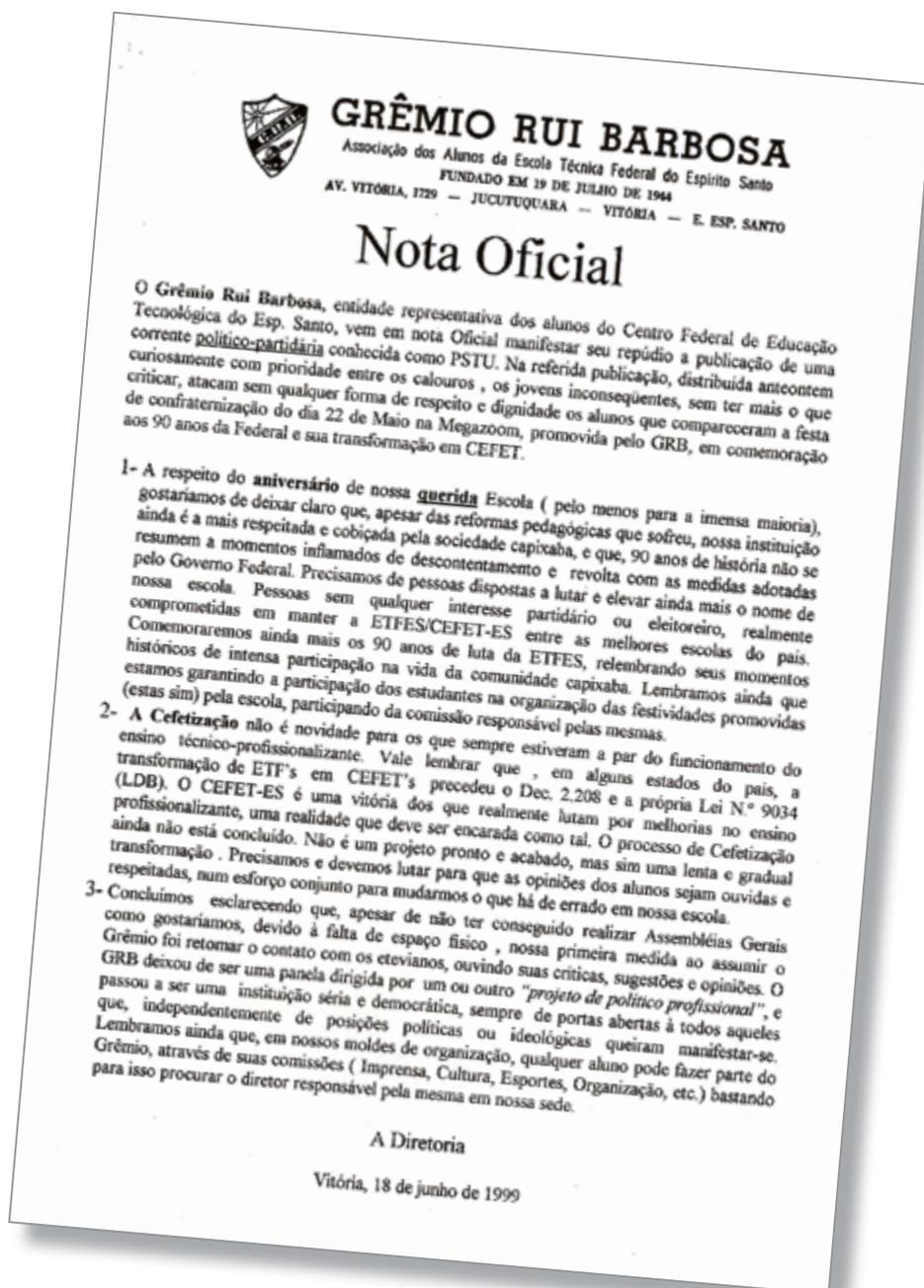
Em de junho de 1988, o Chefe do Departamento de Ensino da ETFES autorizou que a presidente do GRB, Patrícia Câmara Rangel, junto com Anderson Nascimento Vargas, fosse a Brasília para representar os interesses da escola perante os Constituintes, a fim de acompanharem a votação de artigos relacionados com as Escolas Federais.<sup>331</sup>

Outro tema que agitava a vida estudantil naquele ano de 1988 era o do aumento do preço das passagens de ônibus. Desse modo, no dia 18 de maio de 1988, uma grande passeata – composta de 70% de alunos da ETFES – dirigiu-se até o palácio do governo, onde foram recebidos pelo governador a quem entregaram um documento em que pediam o congelamento das passagens.

Tão intensas foram as atividades do GRB e da escola em geral, naquele ano de 1988, que uma equipe do programa Globo Ciência da TV Globo esteve na escola, em novembro, a fim de fazer filmagens e entrevistas sobre a vida dos eternos titãs.<sup>332</sup>

A década de 1990 colocou o Brasil em um clima político agitado e, a um só tempo, muito saudável sob o aspecto de solidificação dos ideais democráticos. E o Grêmio, com o apoio de professores, levou os alunos da escola às passeatas pelo *impeachment* de Collor.

No final da década, o debate na comunidade escolar focalizava muito a problemática da cefetização, que dividia as reflexões tanto dos alunos quanto dos servidores da escola. Em 1999, em nota oficial, o Grêmio se posicionou a favor das mudanças, sem deixar de afirmar que “precisamos e devemos lutar para que as opiniões dos alunos sejam ouvidas e respeitadas, num esforço conjunto para mudarmos o que há de errado em nossa escola”.<sup>333</sup>



DOCUMENTO 22 - Nota de posicionamento do Grêmio sobre a cefetização, em 1999.

Fonte: Ifes, Grêmio Rui Barbosa.

Depois da cefetização, o Grêmio vem tomando atitudes, adotando posturas e realizando várias intervenções voltadas especialmente para ações políticas de um gênero diferente das do período ditatorial. Assim, por exemplo, estimulando os titãs a participar de passeatas de protesto pelo aumento do preço das passagens de ônibus urbanos

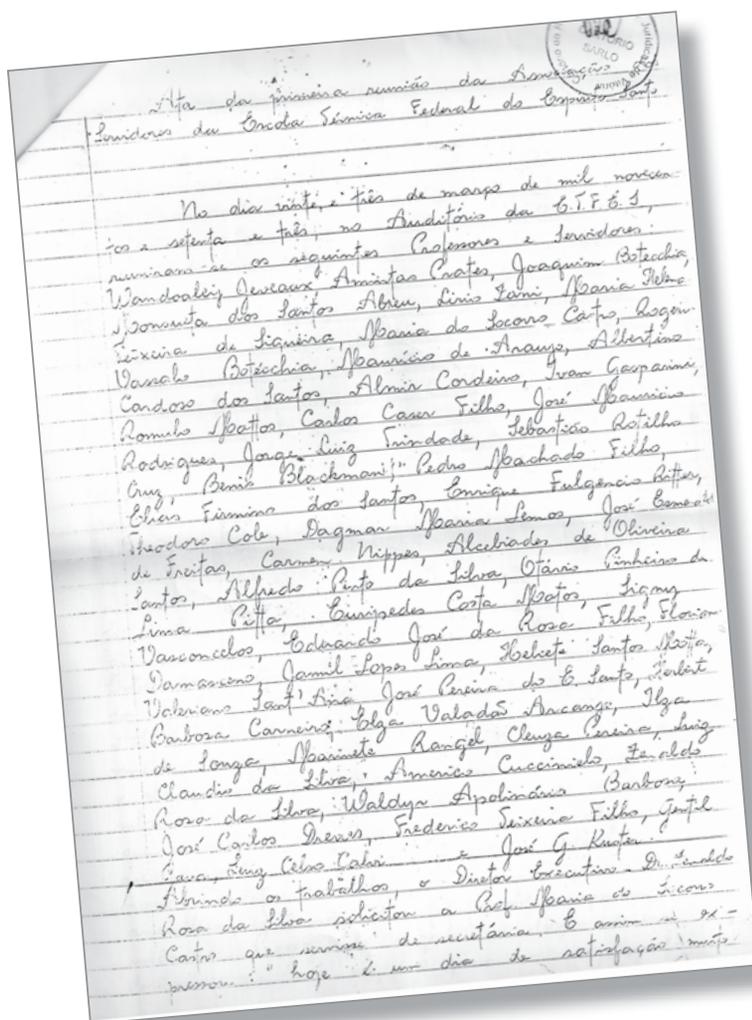
de Vitória. Ou organizando semanas culturais<sup>334</sup> e debates que colocuem em pauta temas de interesse geral, desde a análise da questão racista no Brasil, até exposições voltadas para o vestibular. De qualquer forma, os titãs vão-se fazendo presentes e procurando intervir nos destinos do estado do Espírito Santo e do Brasil.



FOTO 65 - Diretoria do Grêmio, em março de 2009. Da esquerda para a direita, Sávio Santana Rosário Pereira (diretor de planejamento), Laíza Vargas Trancoso (diretora de ensino), Andressa Olegário de Jesus (diretora-geral), Ivens Vieira Marques (secretário) e Sarah Laurindo Monteiro (diretora de políticas estudantis).

Fonte: Ifes, Grêmio Rui Barbosa.

Não só o corpo discente, mas também seus servidores se organizam ao longo do período em que a Instituição se transformou em Escola Técnica Federal do Espírito Santo. Assim, os servidores formaram, em 1º de fevereiro de 1973, a Associação dos Servidores da Escola Técnica Federal do Espírito Santo (ASSETFES), depois ASCEFETES, com o objetivo da união para fins de representação coletiva e, simultaneamente, promover a assistência social. No período da ditadura, era proibido ao servidor público sindicalizar-se. Daí a importância de associações, como a ASSETFES, que teve o professor Lírio Zani como seu primeiro presidente e cresceu com a contribuição de seus sócios e o apoio da direção da escola. Montou seu estatuto, comprou uma área na Serra e lá construiu a sede própria, que funciona até hoje, com piscina, churrasqueiras e campos de esporte oferecidos aos servidores que a ela são filiados.<sup>335</sup>



DOCUMENTO 23 - Ata de fundação da ASSETFES, em 1973.

Fonte: ASSETFES.

Essas associações não tinham caráter reivindicatório, somente assistencialista<sup>336</sup>, mas era a forma coletiva de expressão perante as direções das escolas da Rede Federal, até como forma de amortecer os conflitos, sendo até apoiadas pelos diretores das escolas. Notou-se, assim, a presença estimuladora do então diretor da ETFES, Zenaldo Rosa da Silva, à primeira assembleia da Associação de Servidores da Escola Técnica Federal em 23 de março de 1973, conforme registrado em ata<sup>337</sup>:

O Diretor Executivo - Dr. Zenaldo Rosa da Silva [...] assim se expressou: 'hoje é um dia de satisfação muito grande porque se concretiza um anseio de todos desta Escola. Toda solenidade, toda reunião deve ser documentada. Por isso, solicito aos senhores que assinem a lista de presença. Quando a nossa sociedade evoluir trará muitos benefícios e estamos certos de que todos se orgulharão de ser um de seus integrantes. Nem todos estavam presentes quando foi lançada a idéia da Fundação, que não é nossa. A Associação surge em decorrência de diversos fatores, e na primeira reunião do Corpo Docente, a 1º de fevereiro do corrente ano, com certa habilidade, transmitimos o movimento e o apoio unânime naquela oportunidade foi algo de notável. Como um dos órgãos que a Escola terá para seu próprio benefício, eu vejo, com entusiasmo os objetivos desta Associação. Há certos capítulos que darão ao Servidor apoio e vantagens, tornando assim a nossa família mais unida [...] A Associação, eu estou certo que ela terá a sua frente o caminho do sucesso. Entretanto, quero solicitar escusas da participação da Diretoria desta Escola na administração da ASSETFES. Os dirigentes desta associação devem ficar desvinculados da Assessoria Administrativa, realizando o planejamento que julgarem necessário.

Posteriormente, em 11 de novembro de 1988, no I Encontro das Associações de servidores das escolas, realizado na cidade de Salvador, foi criado o SINASEFE (Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Federal Básica e Profissional), um órgão de representação política dos servidores e que prevê em seu Estatuto<sup>338</sup> os seguintes princípios:

“a) defende que os Servidores Federais da Educação Básica e Profissional se organizem com total independência frente ao Estado e às Instituições de Ensino, tenham autonomia em relação aos partidos políticos ou a qualquer outro tipo de organização da sociedade e que devem decidir livremente suas formas de organização, sindicalização e sustentação material;

- b) em função da sua condição de entidade sindical unitária e classista, garante o exercício da mais ampla democracia em todas as suas instâncias, assegurando completa liberdade de expressão aos seus sindicalizados(as), combinada com a unidade de ação;
- c) solidariza-se com todos os movimentos da classe trabalhadora, no país ou no exterior, desde que os objetivos e princípios desses movimentos não colidam com os deste Estatuto;
- d) defende que as Instituições de Ensino devam ser públicas e garantam a oferta de uma educação gratuita, laica de qualidade com referência social, em consonância com os legítimos e reais interesses da classe trabalhadora;
- e) defende a liberdade de pensamento como direito inalienável do cidadão, nas contratações e nomeações para as Instituições Federais de Ensino, assim como no exercício das funções e atividades acadêmicas.”

Entre os *compromissos* do sindicato previsto no Estatuto, está o de promover ações que visem a melhores condições de vida e de trabalho, lutar pela unidade dos servidores ativos e aposentados e despertar a consciência de classe, defesa de uma sociedade socialista e defesa do meio ambiente.

A seção sindical de Vitória foi fundada no ano de 1991, tendo como presidente o prof. Carlos Roberto Alves dos Santos, escolhido três anos depois para Diretor da Escola Técnica Federal do Espírito Santo.



FOTO 66 - Prédio onde funciona a sede do SINASEFE em Vitória, à Rua Br. de Mauá, 160, no bairro de Jucutuquara.

Fonte: SINASEFE.

Mesmo antes da fundação do Sindicato, os funcionários da escola participaram das greves que iam sendo deflagradas no país, o que indica sua capacidade de mobilização e de envolvimento com as causas da educação. Assim, já em 1980<sup>339</sup>, 1981, 1985 e 1987, houve a participação em quatro greves que exigiam a reposição de perdas salariais. Foram, no total, 142 dias de paralisação. A partir de 1989, houve a participação em sete greves, perfazendo um total de 477 dias de paralisação.

Para podermos analisar a capacidade de mobilização da escola dos titãs no período, é interessante observar a distribuição das greves por grandes setores, no Brasil, entre 1987 e 1992:

Ano	Total de greves	Setor público %	Setor privado %	Ambos %
1987	2.188	38,3	61,4	0,3
1988	2.137	52,2	44,3	3,5
1989	3.943	32,9	64,4	2,7
1990	2.357	35,0	61,9	3,0
1991	1.399	46,4	52,4	1,2
1992	568	55,5	42,1	2,5

QUADRO 16 - Greves no Brasil, entre 1987 e 1992.

Fonte: Nogueira, Arnaldo J.F.M. (2005).<sup>340</sup>

Na década de 1990, foram muitas as reivindicações dos servidores de Vitória, entre as quais a da eleição direta para diretor e a da isonomia salarial, sem contar as manifestações políticas contra as privatizações e a chamada reforma previdenciária.<sup>341</sup> Ainda depois da cefetização, o Sinasefe, seção de Vitória, do qual fazem parte muitos servidores da escola, vem atuando para reivindicar melhorias salariais, como também propor reflexões sobre a transformação dos Cefets em Institutos Federais.

Desse modo, ao longo das últimas décadas do século XX, a escola dos jovens titãs crescia. E assim, tanto o corpo discente quanto o docente e o administrativo se afirmam altaneiros e dispostos a lutar pelos direitos dos que tanto vêm contribuindo para a educação profissional e a formação da identidade capixaba, ao longo desses 100 anos de sua existência. E é com esse espírito voltado para a excelência que a escola se transformou, em 1999, no Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo.



## Notas

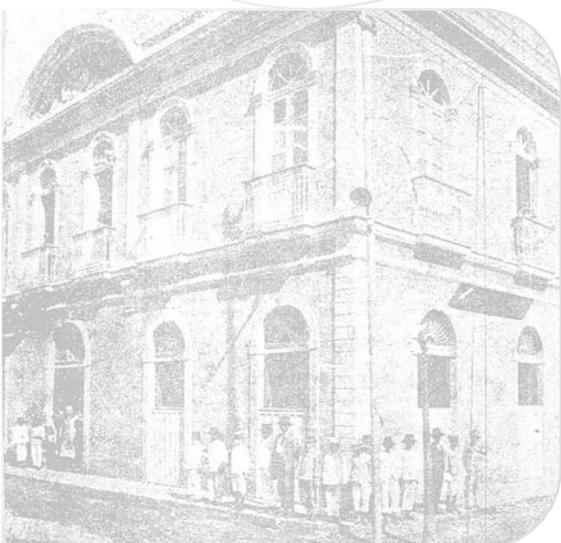
- 178 Todos os dados referentes à história do Espírito Santo foram colhidos em FRANCO, Sebastião Pimentel ; HEES, Regina Rodrigues. **O Espírito Santo e a República**. Vitória: Multiplicidade, 2003.
- 179 Muitos dos dados relacionados com a economia do estado do Espírito Santo foram colhidos em BITTENCOURT, Gabriel. **História Geral e Econômica do Espírito Santo**: do engenho colonial ao complexo fabril-portuário. Vitória: Multiplicidade, 2006.
- 180 Novamente ver SUETH, José Cândido Rifan. **Espírito Santo, um estado "satélite" na Primeira República**: de Moniz Freire a Jerônimo Monteiro (1892-1912). Vitória: Flor&Cultura, 2006.
- 181 CAMPOS JUNIOR, Carlos Teixeira de. **A construção da cidade**: formas de produção imobiliária em Vitória. Vitória: Flor&Cultura, 2002. p. 126 e 127.
- 182 FRANCO, Sebastião Pimentel ; HEES, Regina Rodrigues. **A República e o Espírito Santo**. Vitória: Multiplicidade, 2003. p. 146.
- 183 Leonardo Fontoura Borges.
- 184 Ata do Conselho de Professores, de 26/04/1967.
- 185 Para isso, ver a Ata do Conselho de Professores de 6/04/1962.
- 186 Veja-se, a esse respeito, a Ata do Conselho de Professores, de 20/06/1963.
- 187 Depoimento de Dr. Zenaldo Rosa da Silva, em novembro/2007.
- 188 Ata do Conselho dos Professores de 28/09/1966. Arquivo do Ifes.
- 189 Depoimento de Dr. Zenaldo Rosa da Silva, em novembro/2007.
- 190 ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. **O Visgo Eteviriano**, Vitória, 1979. p. 32.
- 191 Dr. Mauro Fontoura Borges morreu em 1979, vítima de problemas cardíacos.
- 192 Informações de Armando Fontoura Borges e Mauro Borges Filho, em entrevista concedida em abril de 2009.
- 193 Depoimento da profa. Maria do Perpétuo Socorro. In: PINTO, Antonio Henrique. **Educação matemática e formação para o trabalho**: práticas escolares na Escola Técnica de Vitória - 1960 a 1990. 2006. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Campinas, 2006.
- 194 Ver Ata do Conselho dos Professores, de 30/04/1970, sobre inclusão de Educação Moral e Cívica.
- 195 Ata do Conselho de Classes, de 17/11/1967. Arquivo do Ifes.
- 196 Ata do Conselho de Classes, de 16/02/1968. Arquivo do Ifes.
- 197 FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. São Paulo: USP, 2001. p. 265.
- 198 Ata do Conselho de Classes de 20/02/1969. Arquivo do Ifes.
- 199 FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. São Paulo: USP, 2001. p. 259.
- 200 Ata de 09/10/1969. Registro de Ocorrências no Conselho de Representantes da ETFES.
- 201 Ata de 26/11/1970. Registro de Ocorrências no Conselho de Representantes da ETFES.
- 202 CORRÊA, Taciano Fernandes. Depoimento em outubro de 2007.
- 203 Depoimento do Dr. Zenaldo Rosa da Silva, em novembro de 2007.
- 204 Depoimento do Dr. Zenaldo Rosa da Silva, em novembro de 2007.
- 205 Infelizmente são hoje muito poucos os documentos do Grêmio que podem fornecer informações sobre a atuação da entidade nesse período. Alguns desses documentos podem ter sido destruídos no período ditatorial. Dificuldades em encontrar esses possíveis documentos levaram os autores deste livro a abordar pouco a importante atuação do GRB nesse período.
- 206 Há informações, não comprovadas, de que alguns de seus membros foram presos pela ditadura.
- 207 Os dados sobre o fechamento do Grêmio no final da década de 1970 e sua reabertura no início da década seguinte foram fornecidos pelo então aluno Edson Chagas que participou ativamente desse processo na ocasião. Informações enviadas em fevereiro de 2008.
- 208 LIMA, Marcelo. **O desenvolvimento histórico do tempo necessário para a formação profissional**. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense, 2004. p. 106.
- 209 Ata do Conselho de Classes de 14/02/1975. Arquivo do Ifes.
- 210 Ata do Conselho de Classes de 03/02/1976. Arquivo do Ifes.
- 211 Ata do Conselho de Classes de 01/02/1983. Arquivo do Ifes.
- 212 FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. São Paulo: USP, 2001. p. 283.
- 213 Ata do Conselho de Classes de 04/02/1985. Arquivo do Ifes.
- 214 Ata do Conselho de Classes de 03/02/1986. Arquivo do Ifes.
- 215 Ata do Conselho de Classes de 08/02/1988. Arquivo do Ifes.
- 216 ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. **O Visgo Eteviriano**, Vitória, 1979. p.20- 21.
- 217 Ibidem, 55 e 56.
- 218 Ibidem, p. 56.
- 219 Ibidem, p. 57.
- 220 Ibidem, , p. 58.
- 221 Dados colhidos em LIMA, Marcelo. **O desenvolvimento histórico do tempo necessário para a formação profissional**. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense, 2004. p. 104
- 222 Ibidem, p. 105.
- 223 MUNIZ, Álvaro. "Escola Técnica: uma exceção, ensino público e eficiente". **A Gazeta, Vitória, ES**, 18 maio 1988..
- 224 "A CLASSE média perdeu o complexo de bacharel". **A Tribuna, Vitória, ES**, p. 1, 8 maio 1978.
- 225 LIMA, Marcelo. **O desenvolvimento histórico do tempo necessário para a formação profissional**. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense, 2004. p. 104.
- 226 ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. **O Visgo Eteviriano**, Vitória, 1979. p.72-78.
- 227 Esse material tecnológico também chegava, nesse momento, à UFES, conforme notícia do jornal **A Gazeta, ES**, p. 1, 13 maio 1968.
- 228 BOTECHIA, R.V. Dados da implantação da eletrotécnica da ETFES. Resumo produzido em 21 de julho de 2002. Arquivo pessoal.
- 229 Orientações para Estágio. CIE-E. Diretoria de Ensino. Arquivo do Ifes.
- 230 "Serviço de Integração Escola-Empresa". **A Gazeta (ES)**, 1/04/1973, p.6.
- 231 CASTRO, Maria do P. Socorro B. de, Entrevista concedida em maio de 2008.
- 232 A CLASSE média perdeu o complexo de bacharel: agora é a vez dos técnicos. **A Tribuna, Vitória, ES**, p. 1, 8 maio 1978.
- 233 ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. **O Visgo Eteviriano**, Vitória, 1979, p. 78.
- 234 Levantamento sócio-econômico de 1988. Departamento de Pedagogia e Apoio Didático (COE-COSUPE) da ETFES, p. 29. Arquivo Ifes.
- 235 Levantamento sócio-econômico de 1988. Departamento de Pedagogia e Apoio Didático (COE-COSUPE) da ETFES, p. 37. Arquivo Ifes.
- 236 Levantamento sócio-econômico de 1988. Departamento de Pedagogia e Apoio Didático (COE-COSUPE) da ETFES, p. 61. Arquivo Ifes.
- 237 Para isso, ver ROSETTI Júnior, Hélio. **Ensino Técnico e Classe média**. **A Tribuna, Vitória (ES)**, 16 de dez. de 1994.
- 238 O Proep (Programa de Expansão da Educação Profissional) teve início em 24 de novembro de 1997, quando foi assinado pelo Governo brasileiro o Acordo de Empréstimo e o Contrato nº 1052 – OC/BR com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de 250 milhões de dólares, dos quais 50% são originários do Orçamento do MEC e 50% do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, perfazendo um total de 500 milhões de dólares. Seu principal objetivo é o de ser o principal agente de implantação de um novo Sistema de Educação Profissional no país e já financiou ações em centenas de escolas de educação profissional estrategicamente distribuídas em todo o território nacional.
- 239 LIMA, Marcelo. **O desenvolvimento histórico do tempo necessário para a formação profissional**. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense, 2004. p. 107.
- 240 Ibidem.
- 241 Para isso, ver as reflexões de LIMA, Marcelo. **O desenvolvimento histórico do tempo necessário para a formação profissional**. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense, 2004.p. 111.

- 242 Ibidem, p. 112.
- 243 PELA, Jadir José. Entrevista concedida em março de 2008.
- 244 LIMA, Marcelo. **O desenvolvimento histórico do tempo necessário para a formação profissional.** Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense, 2004. p. 112.
- 245 CUNHA, Luis Antonio. **O ensino profissional na irradiação do industrialismo.** São Paulo: UNESP/FLACSO, 2000, p. 255.
- 246 Dados obtidos em entrevista com irmãos Fontoura Borges, na qual estava presente Adelino Quinamor Ferreira, representante do Sindicato das Escolas Particulares do E. Santo no Conselho de Representantes durante a década de 1980 e que forneceu as informações sobre as eleições para diretor-geral nessa ocasião.
- 247 Dados sobre os nomes dos candidatos, em SISTEMA NACIONAL DOS SERVIDORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA E PROFISSIONAL (SINASEFE). **Boletim Informativo**, Vitória, a. 1, n. 5, 1994. (Seção Vitória)
- 248 LIMA, Marcelo. **O desenvolvimento histórico do tempo necessário para a formação profissional.** Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense, 2004. p. 130.
- 249 Cfr. ROSETTI Junior, Hélio. *Os 85 anos da ETFESA*. **Tribuna**, 15 de out. de 1994.
- 250 SANTOS, Carlos Roberto Alves dos. Entrevista concedida em outubro de 2007.
- 251 Relatório de Metas: Síntese da execução orçamentária, ETFES: Coordenação de Planejamento, 1996, p. 32.
- 252 SANTOS, Carlos Roberto Alves dos. Discurso de transmissão do cargo, em 1998. Arquivo do Ifes.
- 253 É interessante registrar que fora em 14 de janeiro de 1940 a primeira vez que o capixaba ouviu uma transmissão de rádio partindo de sua própria terra: era a Rádio Club do Espírito Santo, que atravessou décadas no ar e resiste, ainda hoje, como Rádio Espírito Santo. (Ver **A Gazeta**, Vitória-ES, *A Gazeta 80 anos*, 11 de setembro de 2008, p. 15). O jornal **A Gazeta** tinha sido fundado em 1928 e, dez anos depois, surge **A Tribuna**.
- 254 ROSETTI Jr. Helio. O curso de radialismo. **A Tribuna**, Vitória (ES), 10 ago. 1994.
- 255 **A Tribuna**, Vitória (ES), 16 de abr. de 1995.
- 256 *RESERVA de vagas gera ação contra a ETFES.* **A Tribuna**, Vitória (ES), 19 de dez. de 1997.
- 257 PELA, Jadir José. Entrevista concedida março de 2008.
- 258 Ainda não havia sido fundado no Brasil o Ministério da Educação, o que só se deu na Era Vargas (1930-1945).
- 259 **Diário da Manhã**, Vitória (ES), 28 de junho de 1910, p. 1.
- 260 **Ibidem.**
- 261 Acta da visita do presidente Hermes da Fonseca, em 21 de julho de 1911. Arquivo do Ifes.
- 262 **Diário da Manhã**, Vitória (ES), 22 de julho de 1911, p. 2.
- 263 **Ibidem.**
- 264 **Diário da Manhã**, Vitória, ES, p. 2, 23 jul. 1911.
- 265 **A Tribuna**, Vitória (ES), p. 11 set.1949.
- 266 **A Tribuna**, Vitória (ES), p. 5, 10 set.1949.
- 267 **ETV**, ano 6, outubro de 1949.
- 268 Entrevista de Dr. Zenaldo Rosa e Silva, em 31 de julho de 2008.
- 269 **Idem.**
- 270 MUNIZ, Álvaro. “Escola Técnica, uma exceção: ensino público e eficiente”. **A Gazeta** (ES), 18 maio 1988.
- 271 **Ibidem.**
- 272 Todas as observações sobre a vida na escola nesse período foram extraídas de ROSETTI Júnior, Hélio. *A escola dos meninos operários.* **A Gazeta**, Vitória, ES, 20 ago. 1996. Caderno 2.
- 273 **Ibidem.**
- 274 Programa cultural organizado pelo Departamento de Pedagogia e Apoio Didático, em 1988. Arquivo do Grêmio Rui Barbosa.
- 275 MUNIZ, Álvaro. “Escola Técnica: uma exceção, ensino público e eficiente”. **A Gazeta**, Vitória, ES, 18 maio 1988.
- 276 Ata do encerramento das aulas e oficinas da Escola de Aprendizes Artífices do estado do Espírito Santo, de 24/12/1910. Arquivo do Ifes.
- 277 Essa característica pode ser observada em diversas atas do período, nos anos de 1913, 1914 e outros.
- 278 Informações fornecidas por Dr. Zenaldo Rosa da Silva, em março de 2009.
- 279 KURLANSKY, Mark. **1968: o ano que abalou o mundo.** Rio de Janeiro: José Olympio, 2005. p. 497 e 454.
- 280 Ata de 4 de dezembro de 1969. Registro de Ocorrências no Conselho de Representantes da ETFES. Arquivo do Ifes.
- 281 Levantamento sócio-econômico de 1988. Departamento de Pedagogia e Apoio Didático (COE-COSUPE) da ETFES, p. 19
- 282 RAGASSI, Regina. Entrevista concedida em maio de 2007.
- 283 O barbeiro José Alves de Oliveira, ainda exercendo a profissão de barbeiro em Jucutuquara (Vitória, ES), deu essa informação em entrevista concedida em abril de 2008.
- 284 Ata de 17/02/1972. Conselhos de Classe dos professores. Arquivo do Ifes.
- 285 Ata de 17/02/1972. Conselhos de Classe dos professores. Arquivo do Ifes.
- 286 Informações colhidas na Coordenadoria de Registros Escolares (CORE).
- 287 ROSETTI Júnior, Hélio. *87 anos da Escola Técnica.* **A Tribuna**, Vitória, ES, 07 out. 1996.
- 288 MUNIZ, Álvaro. “Escola Técnica: uma exceção, ensino público e eficiente”. **A Gazeta**, Vitória, ES, 18 maio 1988.
- 289 Todos os dados referentes às bandas e orquestras da escola foram disponibilizados pelo maestro Célio Paula da Costa que, oriundo de São Fidélis, uma pequena e bela cidade do interior do estado do Rio de Janeiro, chegou a Vitória onde brilha em sua carreira musical.
- 290 Heraldo Silva Filho é Natural de Vitória, ES e formado na FAMES – Faculdade de Música do Espírito Santo, como Bacharel em Música-Canto. É pós-graduado em Docência do Ensino Superior e professor de Canto Lírico da FAMES, atuando também na área técnica de música como: arranjador, compositor, cantor lírico e professor de dicção e técnica vocal. Regente de vários corais na Grande Vitória, fez cursos com os mais conceituados professores nacionais e internacionais na área de regência e canto.
- 291 A Fundação Nacional de Artes - Funarte - é vinculada ao Ministério da Cultura e tem como objetivo primordial incentivar e amparar, em todo o território nacional e no exterior, a prática, o desenvolvimento e a difusão das atividades artísticas e culturais nas áreas das artes cênicas e musicais.
- 292 Informativo do Programa cultural organizado pelo Departamento de Pedagogia e Apoio Didático, em 1988. Arquivo do Grêmio Rui Barbosa.
- 293 Informativo do Programa cultural organizado pelo Departamento de Pedagogia e Apoio Didático, em 1988. Arquivo do Grêmio Rui Barbosa.
- 294 Todos os dados referentes à Educação Física nas décadas de 1980 e 1990, foram coletados em entrevistas concedidas pelos professores Moacyr Cerqueira Calado, em 3 març.2009 e Ricardo Paiva, em 5 de marc. 2009.
- 295 Ata de 16/02/1967. Conselhos de Classe dos professores. Arquivo do Ifes.
- 296 Ata de 16/02/1968. Conselhos de Classe dos professores. Arquivo do Ifes.
- 297 Ata de 20/02/1969. Conselhos de Classe dos professores. Arquivo do Ifes.
- 298 Ata de 14/11/1969. Conselhos de Classe dos professores. Arquivo do Ifes.
- 299 Ata de 16/02/1970. Conselhos de Classe dos professores. Arquivo do Ifes.
- 300 MOTTA, Anísio. Entrevista concedida em março de 2008.
- 301 ROSETTI Jr., Hélio. *Seu Anísio, pipoqueiro.* **A Gazeta**, Vitória, ES, 4 fev. 1997.
- 302 SILVA, Rachel. De grão em grão, ele se tornou a lenda viva do Cefet. **A Gazeta**, Vitória, ES, p. 23, 23 jul. 2005..
- 303 A diferença entre o Ginásio Industrial e a Aprendizagem Industrial estava basicamente no tipo de Oficina que deveriam cursar, pois os alunos do primeiro frequentavam a oficina de Artes Industriais, enquanto os do Aprendizagem Industrial iam para as oficinas de Mecânica, Eletricidade, Alfaiataria, Marcenaria e Tipografia.
- 304 Em seus arquivos, o GRB não dispõe de muitos documentos, o que pode ser afirmado, sobretudo, com relação ao período da ditadura militar, já que nos arquivos só há alguns poucos informes ou portarias de 1976, 1977, 1978, saltando depois para 1983, 1984 e 1988, quando a documentação também continua rala. Também com relação ao período posterior, a documentação não é farta, como seria de esperar.

## A TRAJETÓRIA DE 100 ANOS DOS ETERNOS TITÃS

- 305 PELEGRINI, Thiago ; AZEVEDO, Luiz Neves. A Educação nos anos de chumbo: a Política Educacional ambicionada pela "Utopia Autoritária" (1964/1975). In: **História e-história**. Disponível em: <<http://www.historiahistoria.com.br>>. Acesso em: 14 mar. 2009.
- 306 Ver no Diário Oficial de 15 de janeiro de 1971, p 362 e ss. Disponível em: <[www.histedbr.fae.unicamp.br](http://www.histedbr.fae.unicamp.br)>. Acesso em: 14 de mar. de 2009.
- 307 Entrevista de Geraldo Magela Clarindo Ribeiro, em 17 de março de 2009.
- 308 Comunicado da Diretoria do Centro Cívico Rui Barbosa, em 27 de março de 1976. Arquivo do GRB.
- 309 Comunicado do então presidente do GRB, Geraldo Magela Clarindo Ribeiro, de 18 de agosto de 1976. Arquivo do GRB.
- 310 Comunicado do então presidente do GRB, Geraldo Magela Clarindo Ribeiro, de 25 de agosto de 1976. Arquivo do GRB.
- 311 Comunicado do GRB, assinado pelo seu presidente Sérgio de Araújo Medeiros, em 30 de maio de 1977. Arquivo do GRB.
- 312 Comunicado do GRB, assinado pelo seu presidente Sergio de Araújo Medeiros, em 10 de junho de 1977. Arquivo do GRB.
- 313 Carta ao jornal *A Gazeta*, assinada pelo diretor de Relações Públicas do GRB em 1 de junho de 1977. Arquivo do GRB.
- 314 Portaria nº 12 de 08/08/1977. Arquivo do GRB.
- 315 Arquivo do GRB.
- 316 Portarias nº 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 13 e 14. Arquivo do GRB.
- 317 Disponível em: <[www.une.org.br](http://www.une.org.br)>. Acesso em: 21 de março de 2009.
- 318 Informações enviadas por e-mail por Edson Chagas Júnior, em fevereiro de 2008.
- 319 Estatuto do Grêmio Ruy Barbosa. Arquivo do GRB.
- 320 Comunicado do GRB, de 31 de maio de 1983. Arquivo do GRB.
- 321 Ata da 1ª Assembléia Geral do Grêmio Ruy Barbosa, em 25 de agosto de 1983. Arquivo do GRB.
- 322 Comunicado do GRB, de 31 de outubro de 1983. Arquivo do GRB.
- 323 Comunicado do GRB, de 31 de outubro de 1983. Arquivo do GRB.
- 324 Memorando de 9 de junho de 1986. Arquivo do GRB.
- 325 Relatório bimestral da gestão de 1986: fevereiro a março/86. Arquivo do GRB.
- 326 Portaria nº 06/87. Arquivo do GRB.
- 327 Memorando do deputado Paulo Hartung, de 1987. Arquivo do GRB.
- 328 Comunicado de 10 de março de 1988. Arquivo do GRB.
- 329 Dezoito folhas do Abaixo-assinado dos alunos da ETFES contra estadualização. Arquivo do GRB.
- 330 Protocolo de Intenções, assinado em 7 de junho de 1988. Arquivo do GRB.
- 331 Requerimento nº 03/88, de 27 de junho de 1988. Arquivo do GRB.
- 332 Memorando 117/88 do Chefe do Departamento de Ensino, em 3 de novembro de 1988. Arquivo do GRB.
- 333 Nota Oficial, de 18 de junho de 1999. Arquivo do GRB.
- 334 Folheto de divulgação sobre a 1ª Semana Cultural do Cefetes, em junho de 2001. Arquivo do GRB.
- 335 Entrevista de Aloisio Carnielli, em 13 de janeiro de 2009.
- 336 Para isso, ver NOGUEIRA, Arnaldo José França Mazzei que em **A Liberdade desfigurada**: a trajetória do sindicalismo no setor público brasileiro (S.Paulo: Expressão Popular, 2005. p. 133) afirma com clareza que "as associações tradicionais dos servidores combinavam a representação dos interesses corporativos das categorias, a promoção de lazer e a prestação de serviços assistenciais aos associados. Não tinham qualquer perspectiva de mobilização coletiva e estabeleciam com o Estado uma relação de subserviência e colaboração."
- 337 Ata da Primeira reunião da Associação de Servidores da Escola Técnica Federal do Santo, em 23 de março de 1973.
- 338 Disponível em: <<http://www.sinasefe.org.br/estatuto>>, acesso em: 01 de abr. de 2009.
- 339 Informativo distribuído pela direção nacional do Sinasefe, em janeiro de 2008.
- 340 Cfr. tabela em NOGUEIRA, Arnaldo José França Mazzei. **A Liberdade desfigurada**: a trajetória do sindicalismo no setor público brasileiro. S.Paulo: Expressão Popular, 2005, p. 241.
- 341 NUNES, Reginaldo F. Informações enviadas por e-mail em março de 2009.

## PARTE IV



# O CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO ESPÍRITO SANTO (1999–2008)

*"... forma o ideal, a essência da vida,  
dotando o homem de energia e poder"*

(HINO DA ETV)



## O Espírito Santo e o Brasil no Século XXI

Uma nova fase da Instituição inicia-se em 1999 e se projeta nos anos seguintes, quando se dão os primeiros passos para a transformação da Escola em um soberbo centro

de formação superior. A Escola Técnica Federal do Espírito Santo transforma-se no Centro Federal de Educação Tecnológica-CEFET. É o que ressalta a notícia do jornal *A Gazeta* (ES)<sup>342</sup>:

### ETFES terá curso superior tecnológico

A direção da escola espera oferecer também cursos de pós-graduação em diversas áreas este ano, seguindo decreto do presidente

ADRIANA MENDES

A partir de hoje, a Escola Técnica Federal do Espírito Santo (ETFES) passa a ser um Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefet), ou seja, vai oferecer cursos de nível superior e de pós-graduação, como prevê o diretor da instituição, José Jadir Pella. O diretor viajou ontem para Brasília acompanhado pelo diretor da sede da ETFES-Vitória, Aloísio Carnielli, para participar da assinatura de um decreto pelo presidente Fernando

Henrique Cardoso e pelo ministro da Educação, Paulo Renato de Souza. A direção da ETFES espera oferecer os cursos ainda este ano, agregando o ensino superior em nível tecnológico, além de graduação e pós-graduação em diversas áreas.

Com a inauguração na unidade da Serra, que terá as obras entregues no próximo dia 30, a ETFES aumentará o número de vagas e passará a oferecer cursos em outras áreas. Três habilitações já estão sendo estudadas: Engenharia de Automação Industrial, Enge-

naria de Materiais e Engenharia de Gerência e Manutenção de Equipamentos Hospitalares. Na segunda quinzena de abril, a escola abre vagas para o curso de pós-graduação sobre Gestão de Qualidade, em nível pós-médio. A implantação do curso está sendo supervisionada pela União Brasileira Para Qualidade e terá a duração de dez meses. Na avaliação de Jadir Pella, o mercado capixaba carece de profissionais na área e, por isso, acredita na demanda na área. O valor do curso, que vai oferecer 40 vagas, ainda não foi estipulado.

Para debater a cefetização e o critério na escolha dos cursos, os servidores do Sindicato Nacional dos Servidores Federais das Escolas de 1º, 2º e 3º Graus (Sinasef) se reúnem hoje, às 10 horas, no miniauditório da ETFES. De acordo com o presidente do Sinasef/seção Vitória, Geraldo Tadeu Azevedo, a intenção é adequar a variedade dos cursos oferecidos à demanda da sociedade. "A comunidade quer estar presente neste debate. Não somos contra a cefetização, mas queremos participar da elaboração dos cursos", considera.

DOCUMENTO 24 - Notícia sobre o primeiro curso superior do Cefetes.

Fonte: *A Gazeta* (1999).

É um momento ímpar pelo qual passa não só o estado do Espírito Santo, como também o Brasil. Em princípio, pode-se considerar o ano de 1999 como portador de peculiares características que identificarão o Espírito Santo e o Brasil do século XXI.

Segundo dados do IBGE (censo 2000), o estado possuía 3.097.497 habitantes enquanto a ETFES se transformava em Cefetes. Em 2007, a população atinge 3.351.669 habitantes, distribuídos em 78 municípios, tendo crescido quase trezentos mil habitantes no período de sete anos, entre um censo e outro. A capital do estado possuía, segundo o censo de 2000, uma população de 292.304 habitantes e atingia, de acordo com o censo de 2007<sup>343</sup>, 314.042 habitantes.

Divulgado pela Organização das Nações Unidas (ONU) no ano 2000, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)<sup>344</sup> do Brasil atingia 0,757. O do estado do Espírito Santo, em comparação ao do Brasil, tinha uma pequena variação para mais – 0,767 – e o da capital<sup>345</sup> atingia o IDH de 0,856 nesse momento. Conforme os dados de 2007, o IDH brasileiro estava classificado em 0,800 e o do Espírito Santo em 0,802, ou seja, superior à média nacional. Entre as capitais

do Brasil, Vitória possuía, conforme foi divulgado em 2007, o terceiro melhor IDH.<sup>346</sup>

Vale a pena lembrar o que foi mencionado, no início deste livro, em relação ao estado do Espírito Santo na atualidade. Quem somos nós atualmente? Em seu artigo "Um pequeno grande estado", em importante estudo publicado pelo Instituto Evaldo Lodi (IEL), o jornalista J. C. Monjardim Cavalcanti lembra que, presentemente no Brasil, o Espírito Santo é o maior produtor de mármore e granito, maior produtor de gás por poço e detentor da maior indústria de pesca e exportação de atum, sem mencionar as produções de café, celulose, chocolate, aço, cacau e a indústria moveleira. Temos o maior complexo de pelotização do mundo e somos o maior exportador de placas de aço e de minério de ferro. O estado do Espírito Santo detém 40% das descobertas de petróleo e gás no Brasil e, atualmente, é o segundo estado brasileiro em reservas de petróleo. Nosso complexo portuário é o maior do Hemisfério Sul. Há 20 anos o PIB do estado supera o nacional. Temos a melhor capital para crianças até seis anos. A expectativa de vida no Espírito Santo supera a média nacional.



FOTO 67 - Centro de Vitória, capital do estado do Espírito Santo, em 2008.<sup>347</sup>

Fonte: Tatagiba, José (2008).

Nossa capital é a terceira do Brasil tanto em qualidade de vida quanto para início de carreira de sucesso. Estamos entre as primeiras economias do país.<sup>348</sup> Segundo a pesquisa realizada pelo Banco Mundial sobre o tempo que se leva para abrir uma empresa, Vitória ficou classificada em primeiro lugar. No setor agropecuário, o Espírito Santo destaca-se como o maior exportador de mamão papaya no Brasil. Em 2006, o estado contabilizou um aumento de 6,8% na produção industrial, em um momento em que o Brasil cresceu 5,3%.<sup>349</sup> Conforme alguns dados do IBGE, nossos indicadores socioeconômicos são bastante bons se comparados com os de outros estados brasileiros.<sup>350</sup> Esses dados de superioridade do crescimento capixaba com relação ao resto do país vêm-se repetindo ao longo de anos. A crise econômica que se abateu sobre o mundo no final de 2008 poderá modificar diversas dessas informações, o que não invalida a afirmação de que, no conjunto brasileiro, o estado do Espírito Santo encontra-se atualmente em posição bastante privilegiada. E é nesse ambiente que se desenvolve o Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo.

Para considerar a importância de uma instituição de formação profissional nesse contexto, é preciso ter presente que a posição do Brasil no

cenário mundial pode ser considerada, sob vários aspectos, como decorrente daquilo que ocorria dez anos atrás. Há uma continuidade. Assim, quando se analisam as características do Brasil de hoje, pode-se perfeitamente ver em muitas delas o país de uma década atrás. E vice-versa. Nessa conceituação, fazem-se aqui algumas reflexões sobre o momento em que surge o Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo. As tendências de 1999 ajudam a entender as de 2009 e vice-versa.

Nesse sentido, pode-se citar o principal jornal de economia do Reino Unido, “*Financial Times*”, que divulgou a ideia de que, em 2008, o “Brasil está em vias de adquirir status de superpotência.” O importante órgão midiático cita o Brasil como o maior produtor agrícola do mundo e o quarto no *ranking* dos fabricantes de veículos. Além disso, nosso estado se prepara para ser importante exportador de petróleo, tendo se feito “imã para investimento estrangeiro direto”.<sup>351</sup>

Pode-se também mencionar, como fonte do prestígio econômico internacional do Brasil neste início do terceiro milênio, “a fantástica reviravolta nas contas externas”,<sup>352</sup> que permitiu ao país transformar-se em credor internacional, saindo da condição de devedor que o caracterizou, por exemplo, nos governos de Sarney, Collor e Fernando Henrique Cardoso, só para

citar mandatos mais recentes. Comemora-se, desde 2006, o sobrepujamento das reservas internacionais em relação ao total da dívida brasileira. O Brasil passa a fazer parte da elite do mercado internacional. As notícias sobre a crise econômica que se abateu sobre o mundo, sobretudo a partir da segunda metade de 2008, parecem justificar mais essa afirmação.

Entretanto, pode-se perguntar se, para o futuro do país, é suficiente ostentar essas características reconhecidas pelo mercado internacional. Mencionando as metas de crescimento do PIB brasileiro, o prestigioso *The New York Times* assim comentou em meados de 2008:

[...] muitas empresas e economistas, inclusive alguns que pertencem ao governo, dizem que a falta de mão-de-obra altamente qualificada, particularmente engenheiros e trabalhadores especializados, vai comprometer essas metas como também a ascensão política e econômica do Brasil.<sup>353</sup>

Daí o importante questionamento: como resolver o significativo gargalo da mão-de-obra altamente qualificada? E a resposta pode ser dada unicamente por meio da Educação. Aqui o mesmo *The New York Times* entra também com suas reflexões:

O problema é que o sistema educacional brasileiro está desorganizado. Nos testes da Organização de Cooperação Econômica e Desenvolvimento, para verificar a performance acadêmica, dados a cada 3 anos, para estudantes de 15 anos, em 57 nações, os estudantes brasileiros terminaram em quarto lugar, a partir do último, em ciências; e em antepenúltimo em matemática. O trabalhador brasileiro tem em média 6 anos de escolaridade, comparado com os 10 anos da Coreia do Sul, 11 do Japão e 12 dos Estados Unidos e Europa, de acordo com estudo da Confederação Nacional da Indústria.<sup>354</sup>

Na promoção da educação profissional no Brasil, nesse limiar do século XXI, entra o papel dos Cefets, agora Institutos Federais, em especial o do Espírito Santo, que atua neste estado portador de enorme capacidade de desenvolvimento e necessitado da mão-de-obra especializada, gerada pelas instituições dedicadas à educação profissional. Em um estado, como o do Espírito Santo, com tantas possibilidades, mas simultaneamente com carências no campo educacional, o Ifes pode desempenhar um papel fundamental.

Leve-se em conta, igualmente, a constatação do importante diário norte-americano de que, entre as áreas carentes de mão-de-obra especializada, está o campo de “ferrovias, portos e mineração”, exatamente segmentos em que o Cefetes investiu no que diz respeito à montagem de novos cursos. Basta ver os cursos mantidos pelos campi de Cariacica, Cachoeiro de Itapemirim e Nova Venécia.

Emblemático desse papel da educação profissional proporcionada pelo Cefetes – no que diz respeito à formação de mão-de-obra qualificada, aquele setor que o *The New York Times* qualifica como *Wanted* (procura-se!), pode-se mencionar o quadro abaixo, que contém dados sobre os alunos que estagiaram em 2006. Os estágios são considerados como uma forma complementar de ensino e aprendizagem acadêmica e devem ser planejados, executados, acompanhados e avaliados em conformidade com os currículos e programas. Eles devem propiciar a complementação do ensino e da aprendizagem acumulados ao longo do curso, para se constituir num instrumento de aperfeiçoamento técnico-cultural e científico.

Cursos	Números de alunos
Mecânica	91
Eletrotécnica	113
Transporte	21
Geomática	21
Construção civil	119
Metalurgia	101
Química	28
Saneamento ambiental	42
Eletromecânica	-
Segurança do trabalho	51
Tecnologia metalurgia e materiais	24
<b>Total de alunos</b>	<b>611</b>

QUADRO 17 - Demonstrativo dos alunos em regime de estágio no ano de 2006, por curso.

Fonte: Cefetes.<sup>355</sup>

Quando, em 1999, a escola dos *jovens titãs* se transformou no Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo, talvez não se dimensionassem a importância e a qualidade das mudanças que iriam proporcionar, para se tornar uma instituição educacional orientada para as

necessidades mais prementes de um Brasil e de um Espírito Santo que se organizam de acordo com o grandioso futuro que, segundo o *Financial*

*Times*, certamente se aproxima, apesar dos efeitos negativos da crise econômica que se abateu sobre o mundo recentemente.

## Os desafios do Cefetes

**T**endo se transformado em Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo em março de 1999, a instituição pôde envolver-se em outras formas de atuação voltadas para novos paradigmas de instituição pública profissionalizante.

Assim, no ano 2000, a instituição voltou-se para uma nobre tarefa de inclusão, adotando o Ensino Médio para Jovens e Adultos trabalhadores. Esse curso transformou-se, em 2005, em Técnico Integrado ao Ensino Médio, como parte do Programa de Educação de Jovens e Adultos (Proeja) e atualmente é ministrado em Vitória e outros campi.

A Unidade de Ensino Descentralizada da Serra iniciou suas atividades letivas em março de 2001, oferecendo cursos técnicos em Automação Industrial e em Informática. Em 2008, a UNED da Serra já contava com quase mil alunos.

Em 2004, o Cefetes passou a ser uma instituição de Ensino Superior mediante os decretos 5.224 e 5.225, atualmente substituídos pelo 5.773.

Poucos anos depois, a instituição já oferecia cursos superiores não só na sede em Vitória, mas também em várias de suas Unidades de Ensino Descentralizadas (UNEDs). Só na sede, hoje campus Vitória, há diversos cursos superiores, entre os quais os de Engenharia Elétrica, Engenharia Metalúrgica, Licenciatura em Matemática, Licenciatura em Química, Tecnologia em Manutenção Eletrônica, Tecnologia em Saneamento Ambiental e Tecnologia em Siderurgia.

No ano de 2005, começou a funcionar a UNED de Cachoeiro de Itapemirim, oferecendo o Curso Técnico em Eletromecânica e o Curso Técnico em Rochas Ornamentais, inédito no Brasil. Atualmente, também é oferecido o Curso de Informática.

Duas novas Unidades de Ensino iniciaram, no ano seguinte, suas atividades: São Mateus, oferecendo o Curso Técnico de Mecânica, e Cariacica, oferecendo o Curso Técnico de Ferrovias, também inédito no Brasil e fruto de uma parceria do Cefetes com a Companhia Vale do Rio Doce. Em 2008, mais um curso inédito começou a funcionar na UNED de Cariacica: o de Portos.



FOTO 68 - Campus do Ifes em São Mateus, na Rodovia BR 101 Norte, km 58, Bairro Litorâneo, em 2006.

Fonte: Ifes.

No ano de 2006, a instituição retomou seus cursos de Ensino Médio Integrado ao Técnico, com duração de quatro anos, nas especialidades de Eletrotécnica e Estradas, atualmente ampliados também para o Curso de Mecânica. No ano seguinte, formou-se, em Vitória, a última turma do Ensino Médio regular.



FOTO 69 - Alunos do Ensino Médio integrado assistindo a palestra no teatro da instituição, em 2008.

Fonte: Ifes.

Em 19 de fevereiro de 2008, uma terça-feira, os jovens titãs orgulharam-se de receber a quarta visita de um presidente da República. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva inaugurou a Unidade de Cachoeiro de Itapemirim em meio a uma grande cerimônia em que estavam presentes servidores, alunos e grande público. Fazia um calor intenso. O presidente Lula visitou as instalações do Galpão de Beneficiamento de Rochas Ornamentais, o Centro de Tecnologia Mineral e o Laboratório de Fabricação e, em seguida, dirigiu-se ao palco que ficava em um local onde uma multidão de moradores do município o aguardava.



FOTO 70 - O presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva visita as instalações da Uned do Cefetes de Cachoeiro de Itapemirim, em 19 de fevereiro de 2008.

Fonte: Ifes.

O aluno Wellington Gasparelo, representando os alunos da Unidade Cachoeiro, discursou e agradeceu o apoio do governo federal à educação profissional e às condições de ensino daquela Unidade. Em seguida, o diretor-geral do Cefetes, Jadir José Pela, falou sobre como a educação profissional está marcando a História do Brasil. “Milhares de jovens estão sendo beneficiados com a expansão da educação profissional. Aqui no Espírito Santo, de 1909 a 1993, só tínhamos 1 escola técnica e 3 agrotécnicas. Hoje temos 6 unidades do Cefetes e teremos mais 7 até 2009”.

O Ministro da Educação, Fernando Haddad, também discursou sobre a expansão das escolas de educação profissional, destacando que, durante quase 100 anos, foram criadas 140 escolas técnicas e, em oito anos do governo Lula, serão criadas 214 escolas, das quais 39 já estavam em funcionamento. A meta do governo federal, segundo o ministro, é

chegar a 2010 com 354 escolas e 500 mil matrículas na educação profissional.

O presidente Lula iniciou seu discurso destacando que, durante muitos anos, os brasileiros com boas qualificações iam embora do país porque não tinham oportunidades e condições de trabalho. “Quando a economia voltou a crescer não tínhamos mão-de-obra especializada”. “O que vai salvar este país são os investimentos em educação, porque educação não é gasto, é investimento e nós precisamos dar essa oportunidade aos nossos jovens”, prosseguia o presidente. O governador Paulo Hartung, os senadores Magno Malta e Renato Casagrande, o prefeito de Cachoeiro do Itapemirim, Roberto Valadão, o prefeito de Vitória, João Coser, o secretário de Educação Profissional e Tecnológica, Eliezer Moreira Pacheco, além de vários deputados, também participaram do evento.



FOTO 71 - O presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva presente à cerimônia de inauguração da Unidade do Cefetes de Cachoeiro de Itapemirim em 19 de fevereiro de 2008, cercado de diversas autoridades. Da esquerda para a direita: Gov. Paulo Hartung, Pres. Luiz Inácio Lula da Silva, ministro da Educação, Fernando Haddad, Senador Renato Casagrande, Prefeito Roberto Valadão e Diretor da Unidade Cachoeiro, Aloísio Carnielli.

Fonte: Ifes.

Em 6 de março de 2009, mais uma vez o presidente Luiz Inácio Lula da Silva visitou os jovens titãs, para inaugurar, simultaneamente, por meio de videoconferência, quatro campi do Instituto Federal do Espírito Santo: Aracruz, Linhares, Nova Venécia e São Mateus. Em seu discurso em Linhares, o presidente destacou a importância da formação profissional e interagiu a todo momento com o público, especialmente com os alunos do Ifes. Entre outras personalidades políticas e servidores do Ifes, a solenidade em Linhares teve também as presenças do governador Paulo Hartung e dos ministros Edson Lobão (Minas e Energia) e Franklin Martins (Comunicação Social), como também dos senadores Renato Casagrande e Gerson Camata e do deputado federal Lelo Coimbra.



FOTO 72 - Presidente Lula em visita ao campus do Ifes, em Linhares, em março de 2009.

Fonte: Ifes.

Em sua linda trajetória centenária, os jovens titãs nunca poderiam imaginar, naqueles idos de 1909, que ofereceriam ao estado do Espírito Santo tão expressiva possibilidade de ensino profissionalizante e que receberiam a visita de tão destacadas autoridades.

Prossegue, em ritmo acelerado, a gloriosa trajetória dos titãs. Em 11 de julho de 2008, em belíssima cerimônia noturna, foi realizada a formatura da primeira turma do Curso Técnico de Ferrovias, oferecido pela Unidade Cariacica. Dos 52 alunos formados, dois já tinham sido contratados pela Vale e 40 faziam estágio na empresa. À solenidade de formatura, realizada no teatro do Ifes, estavam presentes: o senador Renato Casagrande, o prefeito de Cariacica, Hélder Salomão, o gerente-geral da Estrada de Ferro Vitória-Minas, Paulo Curto, diretores do Ifes, além de muitos servidores da instituição e pais dos formandos.



FOTO 73 - Formatura da primeira turma de Ferrovias do Ifes, campus Cariacica.

Fonte: Ifes.

Também em 2008, a Unidade de São Mateus alegrou-se com a formatura de sua primeira turma de 44 alunos do Curso Técnico de Mecânica, oferecido por aquela Unidade do Cefetes. À solenidade de formatura, realizada no Clube dos Empregados da Petrobrás, estavam presentes o governador do Espírito Santo, Paulo Hartung, o senador Gerson Camata, o prefeito de São Mateus, Lauriano Marco Zancanela, o diretor-geral do Cefetes, Jadir José Pela, diversos

servidores e vários pais dos formandos. Na ocasião, o governador Paulo Hartung ressaltou a importância da educação profissional: *“Eu sou um fã da educação profissional. É preciso desmistificar a idéia de que para ter oportunidade é preciso ser universitário. Hoje temos técnicos com empregos até melhores do que economistas ou administradores”*.

Desse modo, a instituição chegou ao ano de 2008, com os cursos registrados no quadro a seguir:

Unidade	Técnico	Técnico Integrado	Graduação
<b>Vitória</b>	Edificações** Eletrotécnica Geoprocessamento Mecânica Metalurgia** Química Segurança do Trabalho** Estradas Transportes: Planejamento e Operação de Transportes	Eletrotécnica Estradas Mecânica Edificações* Metalurgia* Segurança do Trabalho*	Engenharia Elétrica Engenharia Metalúrgica Licenciatura em Matemática Licenciatura em Química Engenharia sanitária e ambiental Tecnologia em Siderurgia Tecnologia e Manutenção Eletromecânica
<b>Colatina</b>	Informática Segurança do Trabalho	Edificações Gestão Empreendedora Segurança do Trabalho*	Tecnologia em redes de computadores Tecnologia em Saneamento ambiental
<b>Serra</b>	Automação Industrial** Informática**		Engenharia de Controle e Automação Tecnologia em Redes de Computadores Bacharelado em Sistemas de Informação
<b>Cachoeiro</b>	Eletromecânica Informática Mineração	Eletromecânica Informática	
<b>Cariacica</b>	Transporte Ferroviário	Transporte Ferroviário Portos	Engenharia de Produção
<b>S. Mateus</b>	Mecânica Eletrotécnica	Eletrotécnica Mecânica	
<b>Aracruz</b>	Mecânica Química		
<b>Linhares</b>	Automação Industrial Gestão Empreendedora		
<b>N. Venécia</b>	Edificações Mineração		

\*Curso oferecido somente para o programa de jovens e adultos (Proeja);

\*\*Curso oferecido também para o programa de jovens e adultos (Proeja).

QUADRO 18 - Cursos oferecidos pelo Cefetes, em 2008.

Fonte: A Gazeta (2008).

Para constatar a evolução dos eternos titãs, pode-se comparar o quadro de 2008 com o publicado, dez anos antes, pelo jornal *A Tribuna*<sup>356</sup>, quando a instituição ainda era Escola Técnica Federal do Espírito Santo:

CURSOS OFERECIDOS		
Colatina		
Cursos	Vagas	Semestre/99
Ensino Médio (2º grau)	100	Anual
Técnico Edificações	040	1º
Técnico Edificações	036	2º
Técnico em Proc. de Dados	034	1º
Técnico em Proc. de Dados	034	2º
Vitória		
Cursos	Vagas	Semestre/99
Ensino Médio (2º grau)	246	Anual
Técnico em Agrimensura	020	1º
Técnico em Agrimensura	018	2º
Técnico em Edificações	040	1º
Técnico em Edificações	036	2º
Técnico em Eletrotécnica	040	1º
Técnico em Eletrotécnica	040	2º
Técnico em Eletrotécnica	036	2º
Técnico em Estradas	020	1º
Técnico em Estradas	018	2º
Técnico em Mecânica	040	1º
Técnico em Mecânica	036	2º
Técnico em Meio Ambiente	030	1º
Técnico em Meio Ambiente	030	2º
Técnico em Metalurgia	040	1º
Técnico em Metalurgia	036	2º
Técnico em Proc. de Dados	042	1º
Técnico em Seg. do Trabalho	036	Anual
Técnico em Transportes	036	Anual

DOCUMENTO 25 - Relação de cursos e vagas oferecidas pela Instituição, em 1999.

Fonte: A Tribuna (1998).

É assim que o voo dos titãs vai cada vez mais sendo alçado a alturas que os fundadores de 1909 talvez nem conseguissem imaginar.



FOTO 74 - Governador Paulo Hartung, o Diretor Jadir José Pela do Cefetes e o Prefeito de Aracruz, Ademar Devens na entrega de documento de cessão do terreno para a construção do Ifes da cidade. Foto de 2008.

Fonte: Ifes.

Ainda em março de 2008, foi realizada a solenidade de assinatura do projeto de lei que repassa ao Cefetes a área para construção da Unidade de Vila Velha. A solenidade foi no gabinete do governador Paulo Hartung, no Palácio Anchieta. O terreno, que tem cerca de 50 mil m<sup>2</sup>, está localizado no bairro Soteco, próximo à Fábrica de Chocolates Garoto e ao Hospital Infantil de Vila Velha. Os cursos previstos para a Unidade de Vila Velha são Turismo, Gastronomia, Enfermagem, Farmácia e um na área de Educação.

Também em Venda Nova do Imigrante, Ibatiba e Guarapari terão campus do Ifes funcionando neste final de década, com cursos bastante variados e adaptados às necessidades locais.

Entretanto, os desafios dos novos titãs vão mais longe, procurando atingir também parcelas muitas vezes excluídas da comunidade. Desse modo, em outubro de 2007, foi realizada a formatura dos alunos do curso de qualificação profissional para recuperandos em regime semiaberto. Foram oferecidos cursos de Serralheria, Pintura e gesso, Soldas, Instalações hidrossanitárias e Eletricista instalador para 43 internos, por meio de um convênio entre o Cefetes, o Tribunal de Justiça e a Secretaria de Estado da Justiça. A solenidade de formatura foi no Tribunal de Justiça e contou com a presença do desembargador e então presidente do Tribunal de Justiça, Jorge Góis Coutinho, ex-aluno da Escola Técnica de Vitória.



FOTO 75 - Diretor-geral do Cefetes, prof. Jadir José Pela, em cerimônia de entrega de diplomas à turma de população carcerária, em 2007.

Fonte: Ifes.

Os Cursos a Distância também começaram a mobilizar as atenções do Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo. As aulas do Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, na modalidade a distância, tiveram início em dezembro de 2007. O Centro de Educação a Distância (Cead), começou a funcionar na Unidade da Serra. Trata-se de um curso que possibilita que 320 alunos do interior do estado ingressem no ensino superior. Estão sendo oferecidas turmas em 13 polos de atendimento presencial nos municípios de Afonso Cláudio, Aracruz, Bom Jesus do Norte, Castelo, Conceição da Barra, Domingos Martins, Ecoporanga, Itapemirim, Iúna, Mantenópolis, Pinheiros, Santa Leopoldina e Vargem Alta.

Já se preparando para a transformação em instituição voltada também para o Ensino Superior, o Cefetes realizou, em 8 e 9 de agosto de 2007, na Uned da Serra, o 1º Simpósio Interno de Pesquisadores do Cefetes. Reuniu os diversos grupos de pesquisas que já povoam a instituição, à medida que ela caminhava para transformar-se em Instituto Federal do Espírito Santo. Também em 18 de fevereiro de 2008, realizou-se o I SIPOG, 1º Seminário Interno de Pós-Graduação do Sistema Cefetes, no qual foram

apresentadas as estratégias da Instituição para a implantação de cursos *strictu sensu*, bem como os programas de fomento a serem implantados.

Oficializada na cerimônia de comemoração dos 97 anos da instituição, em 23 de setembro de 2006, a nova bandeira dos eternos titãs já está a caminho de uma nova atualização, pois ostenta apenas as estrelas que representavam as seis unidades naquele momento histórico.



FOTO 76 - A nova bandeira do Cefetes, com o azul representativo da educação, o branco da paz e o rosa que integra as cores do estado do Espírito Santo.

Fonte: Ifes.

E o futuro? Quem viver, verá!

## Os filhos caçulas

O ano de 2008 possibilitou o surgimento de diversas Unidades espalhadas pelo estado. O processo de transformação em Instituto Federal logo agregou ao sistema Cefetes todo o conjunto das escolas agrotécnicas federais dispersas pelo solo capixaba.

O Cefetes, em setembro de 2008, inaugurou mais três unidades de ensino: Aracruz, Linhares e Nova Venécia. Foram todas implantadas em terrenos doados pela prefeitura de cada município. No dia 15, ocorreu a aula inaugural da Unidade de Aracruz, com a oferta dos cursos de Mecânica e Química.



FOTO 77 - Inauguração do campus Aracruz, do Ifes, em 2008, com a presença do senador Renato Casagrande (ao centro), tendo, à sua direita, o diretor do Cefetes Jadir José Pela e prof. Antônio Tadeu Vago. À esquerda do senador, o professor Denio Rebello Arantes e a subsecretária de Educação de Aracruz, Maria Goreti Moro Gomes.

Fonte: Ifes.

Em Linhares, a aula inaugural ocorreu no dia 19 de setembro de 2008. Nessa unidade são oferecidos os cursos de Automação Industrial e Gestão Empreendedora.



FOTO 78 - Campus do Ifes, em Linhares, em janeiro de 2009.  
Fonte: Ifes.

Nova Venécia teve sua aula inaugural no dia 22 de setembro de 2008 e oferece cursos de Construção Civil e Mineração.



FOTO 79 - Campus do Ifes em Nova Venécia, em janeiro de 2009.  
Fonte: Ifes.

É tão rápido o crescimento do Ifes que, no final de 2009, já pode estar desatualizada a lista de cursos oferecidos.

Em virtude do surgimento do Instituto Federal, as escolas agrotécnicas do estado passaram a fazer parte do sistema Cefetes, mas já eram portadoras de histórias gloriosas.

A Escola Agrotécnica Federal de Santa Teresa, cuja origem data de 1940, foi criada pelo Decreto-Lei 12.147, de 6 de setembro, do Interventor Federal no estado do Espírito Santo, João Punaro Bley. Foi inaugurada em 8 de setembro de 1941, sob a denominação de Escola Prática de Agricultura (EPA), com a finalidade de ministrar a trabalhadores rurais dois cursos práticos e intensivos, de um ano de duração: Administrador de Fazenda e Prático Rural.

Em 1948, passou a denominar-se Escola Agrotécnica do Espírito Santo, nome que perdurou até 1956, quando passou a chamar-se Escola Agrotécnica de Santa Teresa. O nome Colégio Agrícola de Santa Teresa foi-lhe dado pelo Decreto 53.588, de 13 de fevereiro de 1964. O nome Escola Agrotécnica Federal de Santa Teresa foi estabelecido pelo Decreto 83.935, de 4 de setembro de 1979. Foi transformada em Autarquia em 1993. De 1948 a 1951, passou a ministrar os cursos de Iniciação Agrícola e de Mestría Agrícola. A partir de 1952, iniciou-se também o de Técnico em Agricultura, que teve sua denominação alterada para Técnico Agrícola. Em 1976, esse curso passou a diplomar técnicos em agropecuária, até 1994. De 1995 a 2003, passou a diplomar técnicos agrícolas com habilitação em agropecuária. A partir do segundo semestre de 2003, a denominação do curso passou a técnico em agropecuária com habilitação em agricultura, agroindústria, agropecuária e zootecnia. Em 1994, a escola passou a ministrar também o curso de Especialização Técnica em Zootecnia e, a partir de 1997, o curso de Especialização Técnica em Olericultura e Jardinagem, que duraram até 2004. O agora campus Santa Teresa ministra, além das habilitações em Agricultura, Agroindústria, Agropecuária e Zootécnica, o Curso Técnico em Meio Ambiente, que iniciou em 1999, e o Curso Técnico em Agroturismo, que teve início em 2000.<sup>357</sup>



FOTO 80 - Antiga Escola Agrotécnica Federal, atualmente campus Santa Teresa, localizado na Rodovia ES 080, Km 21, em São João de Petrópolis.

Fonte: <http://www.eafst.gov.br>.

A Escola Agrotécnica Federal de Alegre foi estabelecida em 1953, na Fazenda Caixa D'Água, no Distrito de Rive. Em 29/6/1953, pela Portaria 825, da Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário (SEAV), Ministério da Agricultura, foi nomeado,

como primeiro diretor da então Escola Agrotécnica de Alegre, o engenheiro agrônomo Dr. Ivan Neves de Andrade, que iniciou a construção de toda a infraestrutura do que existe hoje.



DOCUMENTO 26 - Alunos do Curso de Tecnologia em Aqüicultura do Campus S.Teresa (Ifes) aprendem sobre a criação de peixes em tanque.

Fonte: A Tribuna (2008).<sup>358</sup>

Em março de 1962, a Escola iniciou suas atividades. Era o princípio da nova formação profissional dos jovens alunos dessa importante região. Em fevereiro de 1964, pelo Decreto 53.558, foi estabelecida a designação de “Colégio Agrícola de Alegre”. A primeira turma de técnicos agrícolas foi formada em 1968. O curso Técnico Agrícola funcionou até 1975 sendo, a partir dessa data, denominado Técnico em Agropecuária. Por meio do Decreto 83.935, de 4 de setembro de 1979, foi substituída a denominação de Colégio Agrícola de Alegre por Escola Agrotécnica Federal de Alegre (EAFA), que se transformou em Autarquia em 1993.



FOTO 81 - Antiga Escola Agrotécnica Federal, atualmente campus Alegre do Ifes, localizado no Distrito de Rive, município de Alegre, ES, cortada pela BR - 482, Km 11, entre as cidades de Alegre e Cachoeiro de Itapemirim, no estado do Espírito Santo. Foto de 2008.

Fonte: <http://www.eafa.com.br>

A escola oferece, em 2008, o Curso Superior de Tecnologia em Aquicultura, como também os cursos técnicos em Agroindústria, Agropecuária, Cafeicultura e Informática para 603 alunos: 188 em regime de internato e 415 no semi-internato. Em seu quadro docente, a escola dispõe de 20 professores especialistas, 18 mestres e 4 doutores.<sup>359</sup>

Outra escola agrotécnica passou a integrar o sistema Cefetes em 2008: a de Colatina. Localiza-se a 17 km da cidade de Colatina, na rodovia BR-259, Km 70, no distrito de Itapina. Oferece os cursos técnicos agrícolas com habilitação em Agropecuária, concomitante, Técnico Agrícola com habilitação em Agricultura, concomitante, Técnico Agrícola com habilitação em Zootecnia, concomitante, Técnico Agrícola com habilitação em Agropecuária, subsequente, e Técnico Agrícola com habilitação em Agroindústria, integrado para Jovens e Adultos.

Sua inauguração data de 28 de abril de 1956. Por meio de um termo de acordo de 15/11/1949, celebrado entre o governo da União e o estado do Espírito Santo, instalou-se a Escola de Iniciação Agrícola de Colatina. Em fevereiro de 1964, sua denominação foi alterada para Ginásio Agrícola. Em 1993, foi transformada em autarquia, como ocorreu com todas as escolas agrotécnicas federais. A Escola Agrotécnica Federal de Colatina<sup>360</sup> oferece a seus alunos regime de internato, semi-internato e externato.

Tanto essas escolas agrotécnicas federais – hoje integradas ao sistema Ifes – quanto as novas unidades do Ifes já fazem parte da trajetória dos eternos titãs e se rejubilam com a comemoração do seu centenário. Todos compõem os diversos campi do Instituto Federal do Espírito Santo.



## Notas

- 342 *A Gazeta*, Vitória, ES, 23 mar.1999.
- 343 IBGE (BRASIL), disponível em:<<http://www.ibge.gov.br.htm>>. Acesso em: 10 jul.2008.
- 344 Criado por Mahbub ul Haq com a colaboração do economista indiano Amartya Sen, ganhador o Prêmio Nobel de Economia de 1998, o IDH pretende ser uma medida geral, sintética do desenvolvimento humano. Não abrange todos os aspectos de desenvolvimento e não é uma representação da “felicidade” das pessoas, nem indica “o melhor lugar do mundo para se viver”. Além de computar o PIB per capita, depois de corrigi-lo pelo poder de compra da moeda de cada país, o IDH também leva em conta dois outros componentes: a longevidade e a educação.
- 345 Disponível em: <<http://www.pnud.org.br.htm>>. Acesso em: 10 jul.2008
- 346 Embora divulgado em 2008, esse *ranking* do IDH refere-se ao do ano de 2005.
- 347 Foto publicada em TATAGIBA, José. *Vitória ontem e hoje*. Vitória: [s.n], 2008. p. 29.
- 348 CAVALCANTI, J.C.M. *Um pequeno grande estado. 200 Maiores Empresas: Espírito Santo 2006*. Vitória, ES, a.10, n. 10, p. 28-30, 07 nov. 2006.
- 349 Muitos desses dados foram colhidos em *Espírito Santo: destaques de 2006, 200 maiores empresas: Espírito Santo, 2007*. Vitória: IEL, p. 148 e ss., 2007.
- 350 *200 Maiores Empresas: Espírito Santo 2006*. Vitória, ES, a. 12, n. 12, p. 194 e ss., 30 Out. 2008.
- 351 Ver esses dados em PASSOS, Ângelo. Em vias de ser. *A Gazeta* (ES), 10 de julho, 2008, p. 6.
- 352 Para esses dados a respeito da economia brasileira em 2008, ver PASSOS, Ângelo. Em vias de ser. *A Gazeta*, Vitória, ES, p. 6, 10 jul., 2008.
- 353 DOWNIE, Andrew. Wanted: skilled workers for a growing economy in Brazil. *The New York Times* EUA, 2 de julho, 2008.
- 354 DOWNIE, Andrew. Wanted: skilled workers for a growing economy in Brazil. *The New York Times* (EUA), 2 de jul., 2008.
- 355 Pesquisa organizada pela pedagoga do Cefetes, Márcia Regina de Castro Muniz.
- 356 *A Tribuna*, Vitória, ES, 27 out. 1998.
- 357 Dados colhidos no site da instituição. Disponível em: [www.eafst.gov.br](http://www.eafst.gov.br). Acesso em: 23 de set. de 2008.
- 358 *A Tribuna*, Vitória, ES, p. 19, 27 set. 2008.
- 359 Dados colhidos no site da instituição. Disponível em:<[www.eafa.com.br](http://www.eafa.com.br)>. Acesso em: 23 de set. de 2008.
- 360 Dados colhidos no site da instituição. Disponível em:<[www.eafcol.gov.br](http://www.eafcol.gov.br)>. Acesso em: 23 de set. de 2008.Ver também *A Tribuna*, Vitória, ES, p. 18, 4 out. 2008.



## PARTE V

# INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

*"...salve, escola de jovens titãs!"*  
(HINO DA ETV)



**A** Instituição completará 100 anos em importante momento em que o Brasil atingirá mais de cinco séculos da chegada oficial dos europeus a terras brasileiras. Para entender a importância tanto do surgimento dos Institutos Federais quanto da educação profissional neste século XXI, é oportuno analisar, ainda que brevemente, aspectos do processo educacional brasileiro e sua construção ao longo desses 500 anos.<sup>361</sup>

Desde o começo da colonização do Brasil no século XVI, as relações escravistas de produção fizeram que ficassem afastados, de um lado, a força de trabalho livre e, de outro, o artesanato e a manufatura. Empregavam-se os escravos como carpinteiros, ferreiros, pedreiros, entre outras funções, o que tirava os trabalhadores livres dessas atividades. Assim, homens livres se afastavam de todas as atividades que exigissem esforço físico ou o uso das mãos. Encontra-se aí a base do preconceito brasileiro contra o trabalho manual, o que levou o doutor em educação Luiz Antonio Cunha a afirmar que “a rejeição ao trabalho vil [...] levou ao preconceito contra o trabalho manual”.<sup>362</sup> Desse modo, não era de admirar que certas ocupações fossem rejeitadas.

Assim, nos tempos coloniais, quando um empreendimento de grande porte exigia trabalhadores não disponíveis, o Estado obrigava homens livres a se transformarem em artífices, o que ocorria, por exemplo, com a formação de guarnições militares. Obviamente, esse procedimento só era praticado com homens livres que, social ou politicamente, não tinham condições de resistir, o que acontecia, muitas vezes, com os miseráveis ou com menores – órfãos, abandonados ou desvalidos – que eram encaminhados pelas Santas Casas de Misericórdia ou pelo judiciário, para serem internados nos arsenais militares, onde eram obrigados a trabalhar como artífices.

No Brasil colônia, também se podiam encontrar escolas-oficina montadas por iniciativa dos jesuítas, para a formação de artesãos e para outros ofícios.<sup>363</sup> Nas missões jesuíticas, os índios eram ensinados “não só a ler e escrever, mas a se especializar em diversas artes e ofícios mecânicos”.<sup>364</sup>

No fim da era colonial, já no período em que, no Brasil, D. João VI governou o reino (1808-1821), foi montado o *Colégio das Fábricas* no Rio de Janeiro, para abrigar os órfãos trazidos na frota que transportou a família real para o Brasil. Os artífices que vieram na mesma frota ensinavam-lhes diversos ofícios. Embora não tenha sido o primeiro estabelecimento de ensino profissional no Brasil, o Colégio das Fábricas serviu de referência para os que vieram depois. Começava-se pelo ensino de ofícios no cais, no hospital ou nos arsenais militares. Mais tarde, começou-se a aprender as “primeiras letras” e, em seguida, todo o ensino primário.

Já no final da primeira metade do século XIX, foram criadas, em várias províncias, as *Casas de Educandos Artífices*, que adotaram os padrões de disciplina e hierarquia vigentes no âmbito militar. Em 1875, foi criado, no Rio de Janeiro, o mais importante estabelecimento desse tipo, o *Asilo dos Menores Desvalidos*, que reunia menores pobres de 6 anos a 12 anos. Ali recebiam instrução primária seguida de disciplinas especiais, como álgebra elementar, geometria plana e mecânica; escultura e desenho; música vocal e instrumental. Aprendiam também um dos seguintes ofícios: alfaiataria, carpintaria, tipografia, encadernação, marcenaria, tornearia, funilaria, ferraria e sapataria.

Assim, no período imperial, as instituições mantidas e administradas pelo Estado voltavam-se principalmente “para a formação compulsória da força de trabalho manufatureira a partir dos miseráveis”.<sup>365</sup> Em face do aumento da produção manufatureira em meados do século XIX, no Brasil começaram a ser organizadas sociedades civis que tinham o objetivo de cuidar de órfãos e ensinar-lhes artes e ofícios. Essas organizações fundaram liceus dos quais o mais importante surgiu no Rio de Janeiro, em 1858, chamado *Liceu de Artes e Ofícios*. Tratava-se de iniciativas legitimadas por ideologias que pretendiam tanto propiciar a instalação de fábricas e favorecer os próprios trabalhadores para elas qualificados, quanto também evitar o desenvolvimento de ideias contrárias à ordem política, de modo que não se repetissem, aquém do Atlântico, as agitações operárias

que apavoravam a elite europeia. Com relação ao ensino de ofícios manufatureiros, essas instituições e essa ideologia foram o legado deixado à República pelo Império brasileiro.

Quando se proclamou a República em 15 de novembro de 1889, foi grande o papel dos positivistas, dos quais surgiu, nesse momento histórico, a primeira manifestação em favor da formação da força de trabalho, relativamente à aprendizagem de ofícios voltados para as indústrias que estavam sendo instaladas no Brasil. Foi assim que, um mês após a queda do Império, um dos principais dirigentes positivistas entregou ao ministro da Guerra um memorial, propondo várias medidas, entre as quais o estabelecimento do salário mínimo, férias remuneradas e redução da jornada de trabalho para, desse modo, “dignificar a pobreza, eliminando dela a miséria”. Quanto à aprendizagem de ofícios, os positivistas admitiam que as oficinas do Estado deveriam ter apenas aprendizes maiores de 14 anos. Tais medidas não foram aceitas pelo governo republicano, mas influenciaram o decreto que limitou o emprego de menores nas fábricas do Rio de Janeiro e na transformação do *Asilo dos Menores Desvalidos* em *Instituto de Educação Profissional*.

Entretanto, não é demais lembrar que a principal medida republicana nessa área – a criação das *Escolas de Aprendizes Artífices* por decreto de Nilo Peçanha – só foi levada a efeito vinte anos após o Quinze de Novembro. O Brasil passava, então, por um surto de industrialização, com greves operárias articuladas pelas correntes anarco-sindicalistas. Nesse contexto, “o ensino profissional foi visto pelas classes dirigentes como um antídoto contra a ‘inoculação de ideias exóticas’ no proletariado brasileiro pelos imigrantes estrangeiros, que constituíam boa parte do operariado”<sup>366</sup>, o que, embora eufemisticamente, se encontra na justificativa do decreto de Nilo Peçanha. Junto com essa ideologia conservadora, havia também outra, progressista, que atribuía à industrialização valores, como progresso, emancipação econômica, democracia e civilização. Em contrapartida, o ensino profissional também era visto pelos industrialistas como instrumento para a solução da chamada “questão social”. A tradução

dessas ideologias em política educacional implicou a assinatura do decreto 7.566, de 23 de setembro de 1909, que criou as 19 *Escolas de Aprendizes Artífices*, entre as quais a de Vitória, todas com prédios, currículos e metodologia didática própria, destinadas à formação de operários e contramestres por meio de ensino prático e conhecimentos técnicos necessários aos menores que pretendessem aprender um ofício. Estavam vinculadas ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.

A partir de 1931, já no âmbito do recém-criado Ministério da Educação e Saúde, foi criada a Inspeção do Ensino Profissional Técnico, à qual ficaram subordinadas as Escolas estabelecidas por Nilo Peçanha em 1909. Em 1937, passam a se chamar *Liceus Industriais*, antes de se transformarem em *Escolas Técnicas*.

Em razão da lei orgânica do ensino industrial, de 1942, e da criação das *Escolas Técnicas*, entre as quais a de Vitória, teve início o deslocamento do ensino profissional para o grau médio, levando o ensino primário a ter conteúdo exclusivamente geral. Desse modo, segundo Cunha, “ao contrário das modalidades de recrutamento das *Escolas de Aprendizes Artífices*, de forte conteúdo ideológico ligado ao assistencialismo, nas novas escolas industriais (...) a pobreza deixava de ser, então, critério suficiente para o aprendizado de um ofício, embora não perdesse seu caráter implicitamente necessário”.<sup>367</sup>

Mudanças importantes ocorreram na década de 1960. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1961, finalmente estabeleceu a equivalência geral entre todos os ciclos e ramos do ensino médio, para efeito propedêutico. Em seguida, veio a transformação das *Escolas Técnicas* em *Escolas Técnicas Federais*, o que perdurou durante todo o período da ditadura militar (1964–1985).

O neoliberalismo e a nova política educacional implementada a partir de 1995 reservaram um lugar especial ao ensino técnico, partindo do pressuposto da “necessidade econômica da formação de profissionais de nível médio, como exigência do desenvolvimento tecnológico em todos os setores”.<sup>368</sup> Em contrapartida, a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1996, trouxe

uma concepção acentuadamente profissionalizante do Ensino Médio, determinando que os conteúdos e as formas de avaliação fossem organizados de tal forma que, ao final, o educando demonstrasse “domínio dos princípios científicos e tecnológicos que presidem a produção moderna”.<sup>369</sup> Desse modo, a tecnologia passou a estar presente nas três áreas em que foi dividido o conhecimento escolar da parte comum do Ensino Médio: Linguagem, Códigos e suas Tecnologias; Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias; Ciências Humanas e suas Tecnologias.

Posteriormente, as *Escolas Técnicas Federais* foram transformadas em *Centros Federais de Educação Tecnológica* e passaram a oferecer cursos superiores em larga escala. Surgiu, então, em 1999, o Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo (Cefetes), que, no final de 2009, por decreto presidencial, transformou-se no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo.<sup>370</sup>

Assim, ao completar um século de existência, pode-se perguntar sobre o legado deixado pelos eternos titãs e o futuro para o qual apontam, em meio ao Brasil e ao Espírito Santo repletos de promessas, possibilidades e carências.



FOTO 82 - Vitória vista de satélite, em foto do *Google Earth*, por meio da qual se vê o campus Vitória em meio a uma cidade em franco crescimento demográfico.

Fonte: <http://maps.google.com>, 30 de agosto de 2007.

A escola dos eternos titãs tem procurado orientar-se para o que se pode definir como os novos paradigmas da Educação profissional, que visa a preparar não só para o trabalho, mas também para o exercício da cidadania. Assim, formará o trabalhador pensante e flexível, capaz de executar as tarefas de sua profissão e de contemplar mais que a dimensão simplesmente produtiva. A dimensão sociocultural e a científica almejam andar de mãos dadas na escola dos jovens titãs, na qual a formação para o trabalho não pretende desvincular-se da preparação para a vida, conforme nos alerta Frigotto:

“[...] a melhor preparação para a vida, para a cidadania ativa, para a democracia e para o direito ao trabalho moderno é uma educação básica não produtivista e pragmática. Isso significa que é uma postura duplamente equivocada atrelar a escola básica (fundamental e média) ao imediatismo do mercado de trabalho e à ideologia das competências para a famigerada “empregabilidade” ou “laborabilidade”. Trata-se de noções ideológicas que não engendram densidade histórica. Primeiramente, porque, se é básica, refere-se a todas as dimensões da vida humana e não unidimensionalmente ao mercado. Em segundo lugar, porque a relação do conhecimento básico com o mundo da produção é mediatizada pelas relações sociais.”<sup>371</sup>

Em junho de 1999, por exemplo, 700 alunos do então Cefetes participaram de uma manifestação para lembrar o Dia Internacional de Combate às Drogas, que procurava orientar os jovens sobre as formas de prevenção contra a dependência química. Após terem participado de palestras sobre o tema, os alunos saíram da escola em direção à Praça dos Namorados, em Vitória.

# Jovens fazem caminhada para valorizar a vida

**Manifestação reuniu 700 e marcou ontem o Dia Internacional de Combate às Drogas na cidade**

Cerca de 700 alunos do Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefet-ES), antiga Escola Técnica Federal, participaram na manhã de ontem de uma caminhada para lembrar o Dia Internacional de Combate às Drogas. Organizada pelo Programa de Valorização da Vida (Provvida) do Cefet, a manifestação procurou orientar os jovens sobre as formas de prevenção contra a dependência química. Os estudantes ouviram palestras sobre o tema, conduzidas por uma equipe de psicólogos do grupo "A vida vale mais", que atua em 15 municípios do Estado.

Os alunos saíram do Cefet, percorreram a Avenida Alberto Torres e terminaram a caminhada na Praça dos Namorados, na Praia do Canto, onde foi realizada uma apresentação da banda musical da instituição. De acordo com a pedagoga Maria das Graças Zamborlini, da comissão do Provvida, a prevenção ainda é a melhor arma para evitar o uso da maconha e da cocaína, principalmente. O programa promove palestras para os estudantes reunidos em grupos de adesão, tendo como temas as drogas e a sexualidade.



Claudney Pessoa

## Valor

Na caminhada de Jucutuquara até a praça dos Namorados, os jovens procuraram mostrar o valor da vida e a importância da prevenção para combater as drogas

"O programa está recomendo este ano. Ainda não temos estrutura para cuidar de um dependente químico. Encaminhamos alguns adolescentes para profissionais competentes. Nossa estrutura está centrada na prevenção", afirmou.

O diretor-geral do Cefet, Jadir Pella, afirmou que a caminhada e as palestras representam um caráter muito mais preventivo do que corretivo. "A droga no Espírito Santo tem uma presença muito forte. Nenhuma institui-

ção de ensino foge a esta realidade. O ato não procura combater a droga, mas sim valorizar a vida. Fazemos isso através do Provvida, da música e do esporte", afirmou. A instituição tem cerca de cinco mil estudantes.

Para os alunos, a caminhada mostra que os jovens também devem mostrar o bom exemplo, incentivando os drogados a largarem a dependência. "Somos o futuro da nação. Estamos aqui para provar que existem outros

caminhos mais saudáveis para levar a vida", disse Flávio Lopes de 16 anos.

O grupo "A vida vale mais" também participou do Dia Internacional de Combate às Drogas. O programa existe há dois anos e, segundo o consultor em dependência química, Robson Gonçalves, já atendeu a 100 mil pessoas. "Trabalhamos os valores e as potencialidade de cada jovem para fazer com que ele deixe as drogas", finalizou.

DOCUMENTO 27 - Manifestação de alunos da Instituição, no Dia Internacional de Combate às Drogas, em 1999.

Fonte: A Gazeta (1999).

Os alunos continuam sempre chegando às melhores premiações dos concursos e eventos de que participam. Assim, por exemplo, a aluna Isabella Luchi Coutinho, do Curso Técnico em Eletrotécnica Integrado com Ensino Médio, da Unidade de Vitória, foi uma das vencedoras da 3ª edição do "Prêmio Construindo Igualdade de Gêneros", em parceria com o CNPq e outras cinco entidades. O "Prêmio Construindo Igualdade de Gêneros" contemplou

redações de estudantes do Ensino Médio. Quinze redações foram premiadas, a de Isabella, com o título "Marias de Nascimento", ficou entre as três melhores do país. Ela concorreu com mais de 620 inscritos.

Também por meio de concurso, a mesma aluna Isabella foi escolhida para representar o estado do Espírito Santo no evento *Jovens Embaixadores*<sup>372</sup>, selecionados para representarem o Brasil nos Estados Unidos, em 2007.



FOTO 83 - Foto publicada na revista *Caras* (25/01/2008), na qual aparece a aluna Isabella Lucchi Coutinho, a segunda da direita para a esquerda, na primeira fila, quando os jovens embaixadores brasileiros visitavam a Casa Branca em 2007 e foram recebidos pela primeira-dama, esposa do então presidente George Bush.

Fonte: Revista Caras (2008).

Os alunos da escola têm participado de eventos em que se destacam nas várias áreas do conhecimento. Assim, o Cefetes enviou representantes às diversas simulações da Organização das Nações Unidas (ONU), entre as quais a conhecida Mini-Onu, organizada pelos alunos de graduação em Relações Internacionais da

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, que, desde o ano 2000, reúne estudantes de conceituadas escolas de todo o Brasil. Em 2006, o Cefetes enviou mais de 20 representantes, 17 dos quais obtiveram premiação, o que colocou a escola em primeiro lugar no *ranking* das premiadas no estado do Espírito Santo.



FOTO 84 - Alunos do Cefetes na Mini-Onu realizada em Belo Horizonte, em 2007.

Fonte: Ifes.

Os estudantes do Ifes sempre brilham em todas as olimpíadas de Matemática, organizadas para alunos das escolas públicas brasileiras. Foi assim que treze alunos do então Cefetes conseguiram ótimos resultados na 3ª Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas de 2007 (OBMEP), com medalhas de ouro, prata e bronze. Entre os premiados estava o estudante do Ensino Médio, Franz Biondi Siemon, que foi medalha de ouro. Na 4ª Olimpíada Brasileira, no ano seguinte, o sucesso se repetiu. O aluno Igor Pereira Bullock foi medalha de ouro, ao lado de outros alunos da instituição que foram medalhas de prata e bronze. Nos dois eventos, foram também premiados dois professores: Mario Eugenio Schaeffer e Celso Soprani.

Durante anos, motivada por dedicados professores e interessados alunos, a escola vem sendo animada por diversos gêneros de feiras científicas, que estimulam o corpo discente a pesquisar e a se voltar para o mundo fascinante das Ciências.



FOTO 85 - Estandes do projeto “Com Ciência Ambiental”, organizado pela Coordenadoria de Química e Biologia em julho de 2008.

Fonte: Ifes.

A instituição também tem participado de eventos científicos realizados fora dos muros da escola, como a Feira da Mecânica, Elétrica e Automação, realizada no pavilhão de Carapina (ES), de 18 a 20 de julho de 2008. Na feira, estiveram 110 expositores, incluindo grandes empresas, como Petrobrás, Samarco, Vale e AcelorMittal.

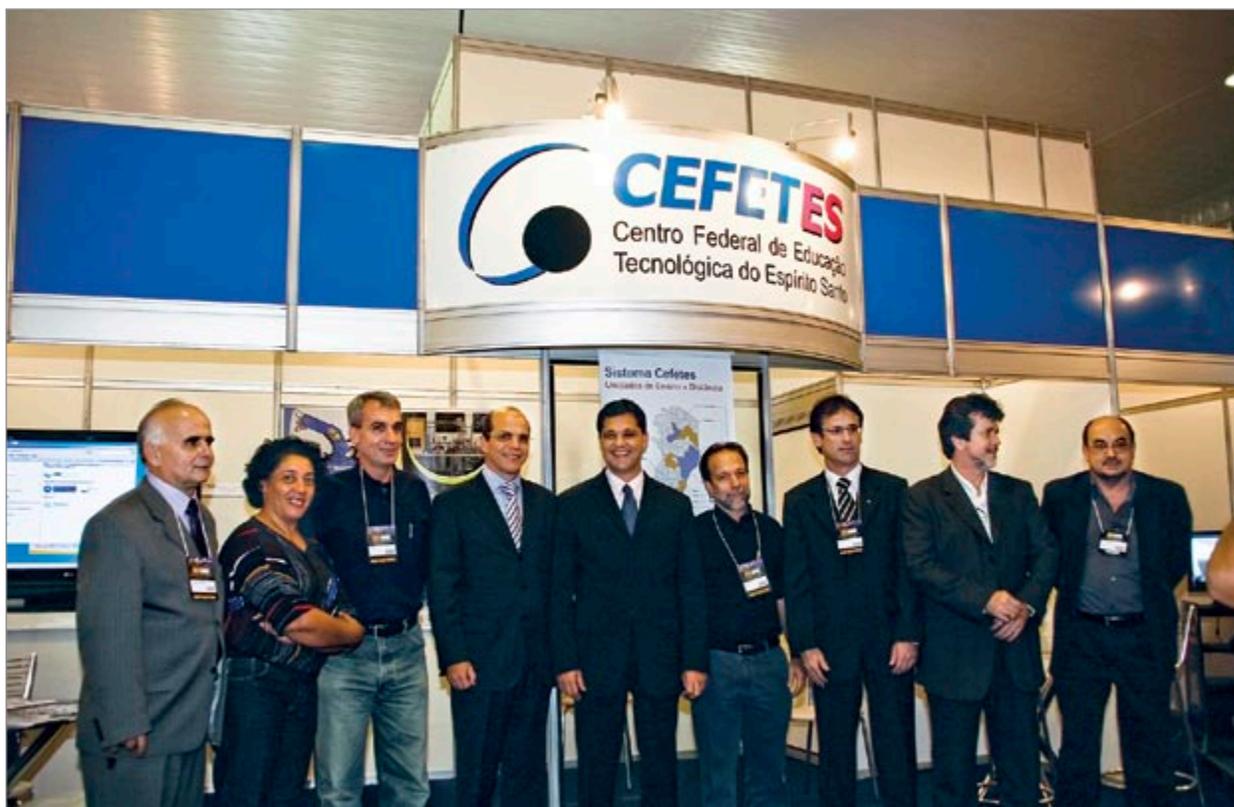
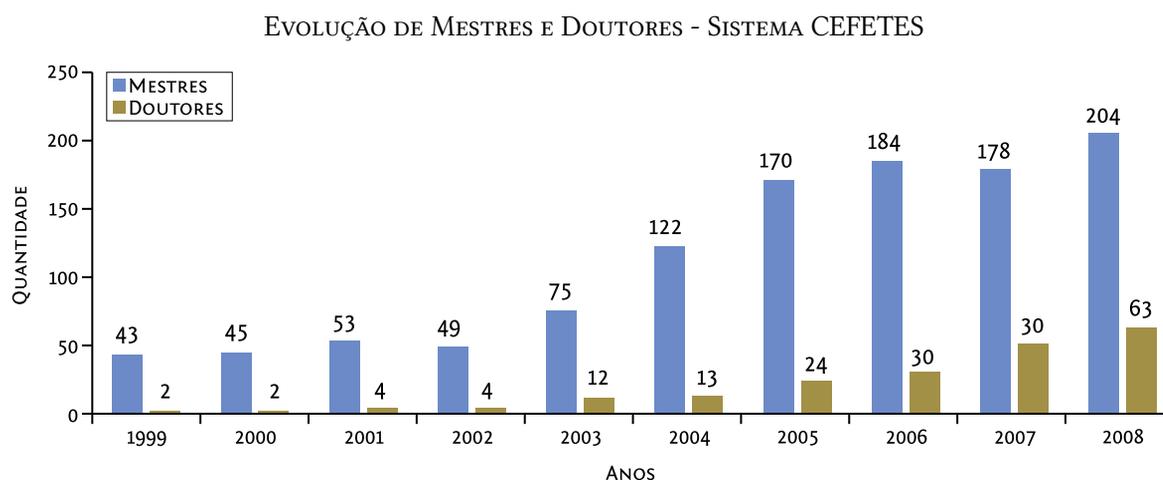


FOTO 86 - Autoridades estaduais e diretores do Cefetes em Feira organizada em julho de 2008, no Pavilhão de Carapina.

Fonte: Ifes.

Por outro lado, conforme dados recentes, a instituição vem aumentando seu número de docen-

tes com as diversas titulações acadêmicas. Veja-se o quadro a seguir:



QUADRO 19 – Evolução de mestres e doutores – Sistema Cefetes, em 2008.

Fonte: Ifes.

Já transformada em Instituto Federal, a Instituição iniciou, no primeiro semestre de 2009, seu primeiro curso de Mestrado: Engenharia Metalúrgica e de Materiais. O curso oferece dez vagas e é destinado a profissionais graduados em Engenharia, Física, Química e Tecnólogos em áreas afins.

A todos esses fatores é preciso agregar a tendência de incluir alunos da rede pública de ensino. No campus Nova Venécia, por exemplo, cuja Coordenadoria de Registros Acadêmicos, por

meio das matrículas efetivadas em 2009/1, realizou um mapeamento sobre a procedência dos alunos ingressantes, constatou-se que 80,5% dos alunos matriculados vieram da rede pública de ensino e apenas 19,5%, da rede particular.<sup>373</sup>

Em junho de 2009, reuniu-se um grupo de servidores e alunos, com a finalidade de formar, no Ifes, um Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (Neab), com o objetivo de pesquisar sobre o tema e propor ações voltadas para a igualdade etnicorracial.



FOTO 87 - Servidores e alunos da instituição, em um dos encontros preparatórios para a formação de um Núcleo de Estudos Afro-brasileiros no Ifes, em 2009.

Fonte: Ifes.

Desse modo, nesta primeira década do século XXI, o Instituto Federal do Espírito Santo tem muito a contribuir para a formação de mão-de-obra qualificada daqueles que pretendem trilhar o árduo, mas promissor, caminho da educação profissional. Basta lermos as notícias diárias, para avaliarmos a relevância dessa instituição no atual cenário econômico capixaba. Veja-se, por exemplo, o jornal *A Gazeta* (ES)<sup>374</sup>, que trouxe recentemente uma interessante declaração vinda de importante setor da economia capixaba:

**Carência de trabalhadores qualificados pode atrapalhar os investimentos**

**ABDO FILHO**

afilho@redgazeta.com.br

■ ■ “O maior gargalo hoje no Brasil é a falta de mão-de-obra qualificada. É um problema realmente sério”. Foi o que disse, na última quinta-feira, o presidente da mineradora Vale, Roger Agnelli, mostrando toda a sua preocupação em relação ao assunto. Para o executivo, caso não sejam tomadas as devidas providências, a carência de trabalhadores capacitados pode até atrapalhar os investimentos previstos para o Brasil.

DOCUMENTO 28 – Nota de *A Gazeta* sobre declarações do Presidente da Vale a respeito da falta de mão de obra qualificada.

Fonte: *A Gazeta* (2008).

Reconhecendo o papel do Ifes no atual crescimento do estado do Espírito Santo, assim se pronunciou o governador Paulo Hartung<sup>375</sup> no dia 30 de setembro de 2008, na aula inaugural dos cursos de Qualificação Profissional, oferecidos por meio do Programa de Mobilização da Indústria Nacional do Petróleo (Prominp):

Eu vejo um cenário de grande desenvolvimento econômico. Neste momento, precisamos criar oportunidades para os capixabas e, para isso, temos que investir na qualificação e na formação profissional. Por isso, estou muito feliz de estar aqui hoje. Para mim, ver essa aliança entre o Ministério de Minas e Energia, Prominp, Petrobras e Cefetes é uma alegria enorme.



FOTO 88 - Governador Paulo Hartung na aula inaugural do Programa de Mobilização da Indústria Nacional do Petróleo (Prominp), no auditório do Ifes, em setembro de 2008.

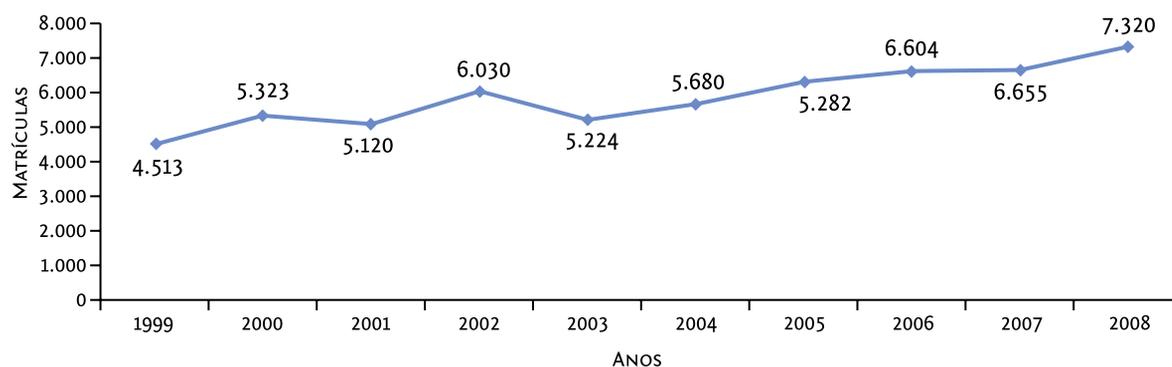
Fonte: Ifes.

Seguindo os novos rumos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, em abril de 2009 saiu o registro da primeira empresa Júnior do Ifes do campus Colatina. Intitulada *Tech Inside*, a empresa prestadora de serviços na área de informática surgiu da necessidade dos alunos em aplicar o aprendizado, saindo do meio acadêmico para o mundo profissional. Em uma iniciativa do aluno André Avelino, o mentor da idéia, em parceria com a professora Érika Lopes Vilela, conseguiram mobilizar os alunos do curso de Tecnologia em Redes de Computadores e do curso Técnico em Informática para criação da empresa no ano de 2008. É simbólico que esse gesto inovador ocorra em um campus em que, mantendo a tradição, os alunos, em toda primeira semana de cada mês, comemoram a hora cívica. Nos intervalos das aulas, dos três turnos, os alunos cantam o hino nacional e o hino da escola. Nessa hora cívica há o momento de hasteamento das bandeiras do país, estado e do Ifes.

O Ifes é a instituição educacional de maior potencial no estado para atender às demandas do mercado de trabalho. E é exatamente em um importante momento histórico para o estado do Espírito Santo que a educação profissional lança suas raízes cada vez mais profundas em solo capixaba.

Veja-se, por exemplo, a evolução no número de matriculados no Cefetes, ao longo dos últimos anos:

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE MATRÍCULAS - SISTEMA CEFETES



QUADRO 20 – Evolução do número de matrículas.

Fonte: Registro Acadêmico das Unidades do Sistema Cefetes em dezembro de 2008.

Toda a instituição (a direção, os corpos técnico-administrativo, docente e discente) vai, assim, projetando-se cada vez mais no campo do saber, formando mão-de-obra qualificada e gerando profissionais que brilham em diversas áreas de atuação. Construir paradigmas, eis a grande marca do Ifes. Infraestrutura humana não lhe falta. Veja-se o quadro do total de seus servidores:

Unidades	Docentes	Técnicos em Administração
Aracruz	15	15
Cachoeiro	37	36
Cariacica	22	30
Colatina	53	42
Linhares	10	16
Nova Venécia	10	18
São Mateus	26	21
Serra	51	32
Vitória	274	183
<b>Total</b>	<b>498</b>	<b>393</b>

QUADRO 21 – Quantitativo de servidores do Cefetes, em 2008.

Fonte: Ifes.

Foi assim que, por exemplo, *A Gazeta (ES)*<sup>376</sup> publicou em 2007 uma bela reportagem sobre a trajetória do Dr. Giovandro Marcus Ferreira, ex-professor da Universidade Federal do Espírito Santo e, atualmente, pesquisador e diretor da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia:

iniciou, por assim dizer, sua carreira profissional no Curso de Mecânica da Escola Técnica Federal do Espírito Santo. Um exemplo entre mil. São inúmeros casos como esse em que se registra a presença de ex-alunos em altos cargos de ministérios, universidades, política e importantes empresas.

No estado do Espírito Santo, é raro estar numa roda de conversa em que pessoas não informem ter feito algum curso na instituição. Muitas vezes são profissionais que, nos dias de hoje, atuam em áreas que diretamente pouco têm que ver com o curso técnico que fizeram. Entretanto, todos são agradecidos pelo que aprenderam na Escola Técnica ou no Cefetes e atribuem à Escola boa parte de seu sucesso na vida profissional. Todos eles fazem parte dessa história aqui narrada, embora, infelizmente, não tenham seus nomes mencionados.

Porém, a grande contribuição da instituição reflete-se, sobretudo, naquilo que está por trás do brilho que todos esses profissionais capixabas ostentam. Cada um deles é como se fosse uma pequena tocha de luz. Eles são pequenos focos que, somados, formam esta brilhante estrela chamada estado do Espírito Santo. Se o Ifes contribuiu para iluminar cada um desses profissionais, então se pode dizer que também colaborou para a formação desse conjunto de luzes, essa estrela *epsilon* que, na bandeira nacional brasileira, compõe a constelação do Cruzeiro do Sul e representa o estado do Espírito Santo.<sup>377</sup> Os eternos titãs tiveram e têm um papel

fundamental na formação da identidade capixaba. É até emblemático que a formação para o trabalho – tão entranhada na missão desses eternos titãs – acha-se também gravada no lema escrito na bandeira do estado do Espírito Santo.



FOTO 89 - Bandeira do estado do Espírito Santo.

Fonte: <http://casameialua.com.br>.

O lema “trabalha e confia”<sup>378</sup> foi idealizado na gestão de Jerônimo Monteiro (1908-1912), o mesmo governante que obteve para os jovens titãs sua primeira sede naquele momento histórico em que, fundando as Escolas de Aprendizes Artífices (1909), Nilo Peçanha proclamava seus ideais: “O Brasil de ontem saiu das academias, o de amanhã sairá das oficinas”.

Não escapava aos antigos patrocinadores a ideia de que a formação para o trabalho se encontra profundamente ligada à formação para a cidadania. Hermes da Fonseca<sup>379</sup>, o marechal que sucedeu Nilo Peçanha na Presidência da República e que visitou a escola, ao tomar posse em 1911, fez o seguinte pronunciamento relacionado com as Escolas de Aprendizes Artífices:

Particular atenção dedicarei ao ensino técnico-profissional, artístico, industrial e agrícola que a par da parte propriamente prática e imediatamente utilitária, proporcione também, instrução de ordem ou cultura secundária, capaz de formar o espírito e o coração daqueles que amanhã serão homens e cidadãos.

Os conceitos de trabalho e educação também constituíam os dois ideais sustentados por Rui Barbosa, quando afirmava:

(...) Todas as leis protetoras são ineficazes, para gerar a grandeza econômica do país; todos os melhoramentos materiais são incapazes de determinar a riqueza, se não partirem da educação popular, a mais criadora de todas as forças econômicas, a mais fecunda de todas as medidas financeiras.<sup>380</sup>

Vê-se que os ideais dos fundadores estão, em muitos aspectos, extremamente atuais, nesse momento em que os titãs completam seu primeiro centenário.

Em 29 de dezembro de 2008, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, sancionou a Lei 11.892, que criou 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no país, entre os quais o do Espírito Santo.

Implantados a partir da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, formada pelos centros federais de educação tecnológica (Cefets), escolas agrotécnicas federais e escolas técnicas vinculadas a universidades, os Institutos Federais consistem em estabelecimentos especializados na oferta de ensino profissionalizante e tecnológico nas diferentes modalidades de ensino, desde a educação de jovens e adultos até o doutorado.

No Espírito Santo, o Cefetes e as Escolas Agrotécnicas de Alegre, de Colatina e de Santa Teresa se integraram em única estrutura: o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo. Dessa forma, as Unidades de Ensino do Cefetes (Vitória, Colatina, Serra, Cachoeiro de Itapemirim, São Mateus, Cariacica, Aracruz, Linhares e Nova Venécia) e as Escolas Agrotécnicas de Alegre, Santa Teresa e Colatina são agora campi do Instituto. Os próximos campi a entrar em funcionamento serão os de Venda Nova do Imigrante, Vila Velha, Ibatiba, Guarapari e Piúma. Também está previsto um campus no município de Santa Maria de Jetibá.

Para o primeiro reitor do Instituto Federal do Espírito Santo, Jadir José Pela, o momento é histórico: “A transformação do Cefetes em Instituto veio para consolidar o trabalho constante de todos os nossos servidores, desde a Escola de Aprendizes Artífices do Espírito Santo até os tempos atuais. Alcançamos uma posição de autonomia importante para podermos explorar com profundidade outras

áreas da educação. Firmados no tripé Ensino, Pesquisa e Extensão, daremos continuidade à tradição de excelência da Instituição”.

Na manhã de 9 de fevereiro de 2009, ocorreu a primeira reunião do Colégio de Dirigentes do Instituto Federal do Espírito Santo, presidida pelo reitor do Instituto, Jadir José Pela. O Colégio de Dirigentes é o órgão responsável pelo planejamento das ações institucionais, que serão homologadas pelo Conselho Superior.



FOTO 90 - Primeira reunião do Colégio de Dirigentes do Instituto Federal do Espírito Santo, realizada em 9 de fevereiro de 2009.

Fonte: Ifes.

Estiveram presentes os diretores-gerais dos campi Vitória, Colatina, Serra, Cachoeiro, São Mateus, Cariacica, Aracruz, Linhares, Nova Venécia, Santa Teresa, Alegre, Itapina (antiga Escola Agrotécnica de Colatina), como também outros diretores, incluindo o diretor de ensino, Dr. Denio Rebello Arantes, recém-eleito para ser o próximo reitor.

Em 25 de março de 2009, uma Portaria do Ministro da Educação<sup>381</sup> nomeou Dr. Denio Rebello Arantes para exercer o cargo de reitor *Pro Tempore* do Instituto Federal do Espírito Santo. Tendo vencido a eleição ocorrida nas nove

unidades do antigo Cefetes, o novo reitor assumiu o cargo com a proposta de levar adiante os projetos relacionados com a expansão do agora Instituto Federal.



FOTO 91 - Cumprimentado pelo ministro Fernando Haddad, toma posse o novo reitor do Instituto Federal do Espírito Santo, Dr. Denio Rebello Arantes, ladeado pelo ex-diretor-geral, professor Jadir José Pela, em março de 2009.

Fonte: Ifes.

Nesta nova etapa de sua história, os titãs já mostraram que têm tudo para formar não apenas profissionais que entendem do meramente técnico, mas também seres humanos que compreendem profundamente a sociedade e a cultura e que, por isso, atuam altamente comprometidos com o mercado de trabalho, mas sem serem por ele controlados, pois, para os eternos titãs, o ato de pensar deve presidir o ato de fazer. É o que se espera de profissionais que desenvolvem suas atividades na sociedade do conhecimento que vem caracterizando a aurora do século XXI. É esse o *background* com o qual alça voo o Instituto Federal do Espírito Santo.

São realmente eternos os jovens titãs.

É o que proclamam seus primeiros 100 anos de História!

Notas

- 361 Os dados referentes à História da Educação brasileira encontram-se em CUNHA, Luiz Antonio. CUNHA, Luiz Antonio. **O ensino industrial-manufatureiro no Brasil**. In: Revista Brasileira de Educação, mai-ago, número 014, São Paulo: Brasil, pp.89-107. Disponível em: <www.ibe@anped.org.br>. Acesso em: 23 de out. 2007.
- 362 CUNHA, Luiz Antonio. **O ensino industrial-manufatureiro no Brasil**. In: Revista Brasileira de Educação, mai-ago, número 014, São Paulo: Brasil, p. 90. Disponível em: <www.ibe@anped.org.br>. Acesso em: 23 de out. 2007.
- 363 ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação e da pedagogia: geral e Brasil**. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2006, p. 166.
- 364 Ibidem, p. 164.
- 365 CUNHA, Luiz Antonio. **O ensino industrial-manufatureiro no Brasil**. In: Revista Brasileira de Educação, mai-ago, número 014, São Paulo: Brasil, p. 91. Disponível em: <www.ibe@anped.org.br>. Acesso em: 23 de out. 2007.
- 366 Ibidem, p. 94.
- 367 Ibidem, p. 100.
- 368 CUNHA, Luiz Antonio. **Ensino Médio e Ensino Técnico na América Latina: Brasil, Argentina e Chile**. In: Cadernos de Pesquisa, n° 111, dezembro/2000, p. 55 e ss. Disponível em: <www.scielo.br>. Acesso em: 30 de ago. 2008.
- 369 Para os dados referentes à educação brasileira a partir da década de 1990, ver CUNHA, Luiz Antonio. *Ensino Médio e Ensino Técnico na América Latina: Brasil, Argentina e Chile*. In: **Cadernos de Pesquisa**, n° 111, dezembro/2000, pp. 47-70. Disponível em: <www.scielo.br>. Acesso em: 30 de ago. 2008.
- 370 Atualmente, em torno da orientação que deve ser impressa aos recém-criados Institutos Federais, há um rico debate para o qual gostaríamos de contribuir, citando Antonio Gramsci que, na interpretação de Russel Jacoby (integrante dos departamentos de História e Educação da Universidade da Califórnia, Los Angeles) "desejava suplantiar os intelectuais 'tradicionais' da igreja e da academia com um novo tipo de intelectuais 'orgânicos', com raízes no proletariado; como tantos marxistas, também via no trabalho industrial a base desse novo tipo de intelectual (grifo nosso)." (JACOBY, Russel. **O fim da utopia**. Trad. Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 147). Para justificar sua assertiva, o mesmo intelectual norte-americano cita textualmente Gramsci (Selections from de Prison Notebooks, Ed. Q. Hoare e G.N.Smith. Nova York: International, 1971, PP. 9, 10, 15): "No mundo moderno, a educação técnica, intimamente associada ao trabalho industrial (...) deve constituir a base do novo tipo de intelectual". E conclui, referindo-se novamente a Gramsci que afirma que este novo tipo [de intelectual] não será definido pela "eloquência", mas por uma "participação ativa na vida prática, como construtor, organizador, permanente persuasor".
- 371 FRIGOTTO, Gaudêncio. *Globalização e a crise do emprego: mistificações e perspectivas da formação técnico-profissional*. **Boletim Técnico do Senac**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 31-45, maio/ago. 1999. p. 18. Disponível em: <www.senac.br>. Acesso em: 26 fev. 2009.
- 372 O programa Jovens Embaixadores é uma iniciativa de responsabilidade social da Embaixada dos Estados Unidos, para jovens da rede pública de ensino que tenham perfil de liderança e consciência cidadã. O programa não visa apenas dar aos jovens a chance de viajar para os EUA ou aprimorar o inglês. A idéia é que os participantes transformem-se em embaixadores que fortalecerão os vínculos de amizade, respeito e colaboração entre Estados Unidos e Brasil. Mais dados no site [www.embaixada-americana.org.br](http://www.embaixada-americana.org.br). Acesso em: 10 jan. 2009.
- 373 Disponível em: <www.cefetes.br>. Acesso em: 18 de março de 2009.
- 374 *VALE se queixa da falta de capacitação*. **A Gazeta**, Vitória (ES), 10 de agosto de 2008.
- 375 Notícia divulgada pelo site [www.cefetes.br](http://www.cefetes.br), em 7 de outubro de 2008.
- 376 SILVA, Rachel. Uma história da busca pelo conhecimento. **A Gazeta** (ES), 14 de julho de 2007, p. 22.
- 377 Na bandeira brasileira, cada estrela representa um estado da federação. O Espírito Santo é representado pela pequena estrela, chamada *épsilon*, inserida na constelação do Cruzeiro do Sul.
- 378 NOVAES, Maria Stella de. **História do Espírito Santo**. Vitória: Fundo Editorial do Espírito Santo, [s.d.], p.379.
- 379 FONSECA, Celso Sukow da. **História do Ensino Industrial no Brasil**. Rio de Janeiro: Escola Técnica Nacional, V.I, 1961, p. 165.
- 380 BARBOSA, Rui. Obras Completas de Rui Barbosa. Vol X, Tomo I, Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1947, p. 143. In: FREIRE, Ana Maria Araújo. **Analfabetismo no Brasil**. São Paulo: Cortez; Brasília: INEP, 1989, p. 118.
- 381 Diário Oficial da União, seção 2, nº 57, 25 de março de 2009, p. 9.

## Referências

AEROPORTO serve de base militar: durante a Segunda Guerra, fazenda de gado em Vitória dá origem a um terminal de aviões militares, que depois seria o Aeroporto Eurico Salles. **A Gazeta**, Vitória, ES, p. 16, 11 set. 2008.

ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DA ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (ASSETFES). **Ata de fundação da Assetfes**, (01 fevereiro de 1973) em sessão realizada em 23 de março de 1973. Livro de atas da Assetfes, p. 2-5.

[ ALUNOS de Tecnologia em Aqüicultura aprendem sobre a criação de peixes ]. **A Tribuna**, Vitória, 27 set. 2008.

AMERICANO vê Brasil com outros olhos. **A Tribuna**, Vitória, p. 57, 13 jul. 2008.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação e da pedagogia: geral e Brasil**. São Paulo: Moderna, 2006. p.166, 164, 308

BARBOSA, Rui. **Obras completas de Rui Barbosa**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1947. v. 10, Tomo 1, p. 143

BITTENCOURT, Gabriel Augusto de Mello. **História geral e econômica do Espírito Santo: do engenho colonial ao complexo fabril-portuário**. Vitória: Multiplicidade, 2006.

BITTENCOURT, Gabriel Augusto de Mello. **Espírito Santo: um painel da nossa história**. Vitória: Imprensa Oficial, ES, 2002.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Org.). **Dicionário de política**. Brasília: UnB, 2002. v. 1-2.

BORGES, Armando Filho; BORGES FILHO, Mauro. **A trajetória de Mauro Fontoura Borges na instituição**. 2009. Entrevista concedida a José Cândido Rifan Sueth et al., para a edição comemorativa do Livro do Centenário do Instituto Federal do Espírito Santo, Vitória, maio 2009.

BOTTECCHIA, R.V. Dados da implantação do Curso de Eletrotécnica da ETFES, de 21 jul. 2002. (Arquivo pessoal)

BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a História**. São Paulo: Perspectiva, 1992. P. 54

BRASIL. Congresso Nacional. **Câmara dos deputados: sessão de 12-11-1903**. Brasília/[s.d.]: Centro de Documentação e Informação (Cedi). Nomin e ata de deputados brasileiros 5ª Legislatura: 1903-1905.

BRASIL. Decreto nº 7.566, de 23 set. de 1909. Cria nas capitais dos estados da República Escola de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. **Coleção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. 2, p. 445-447, 1913b.

BRASIL. Decreto nº. 9.070 de 25 de outubro de 1911. Dá novo regulamento às Escolas de aprendizes Artífices. **Coleção de Leis do Brasil**, Brasília, 31 dez. 1911. v. 3, p. 341, coluna 1.

BRASIL. Decreto nº 13064 de 12 de junho de 1918. Dá novo regulamento às Escolas de Aprendizes Artífices. **Coleção de Leis do Brasil**, Brasília, 31 dez. 1918. v. 2 p. 607, coluna 1.

BRASIL. Lei nº. 378 de 13 de janeiro de 1937. Dá nova, organização ao Ministério da Educação e Saúde Publica. **Diário Oficial União**, Brasília, 15 jan. 1937. p. 1210, coluna 1. Disponível em <<http://www6.senado.gov.br>>. Acesso em: 15 abr. 2008.

BRASIL. Decreto-lei n. 4073 de 30 de janeiro de 1942. Lei orgânica do ensino industrial. **Coleção de Leis de Brasil**, Brasília, 31 dez. 1942. v. 1, p. 100, col. 1. Disponível em <<http://www6.senado.gov.br>>. Acesso em: 15 abr. 2008.

BRASIL. Decreto-lei nº. 4127 de 25 de fevereiro de 1942. Estabelece as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial. **Coleção de Leis do Brasil**, Brasília, 31 dez. 1942. Disponível em <<http://www6.senado.gov.br>>. Acesso em: 15 dez. 2008

BRASIL. Lei nº. 4.024 de 20 de dezembro de 1961. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 28 dez. 1961. p. 2641, col. 1. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br>>. Acesso em: 15 abr. 2008.

BRASIL. Lei nº. 4759 de 20 de agosto de 1965. Dispõe sobre a denominação e qualificação das universidades e escolas técnicas federais. **Diário Oficial da União**, Brasília, 24 ago. 1965. p. 8554, coluna 2. Disponível em <<http://www6.senado.gov.br>>. Acesso em: 15 abr. 2008.

BRASIL. Lei nº. 4759 de 20 de agosto de 1965. Dispõe sobre a denominação e qualificação das universidades e escolas técnicas federais. **Diário Oficial da União**, Brasília, 24 ago. 1965. p. 8554, coluna 2. Disponível em <<http://www6.senado.gov.br>>. Acesso em: 15 abr. 2008.

BRASIL. Lei n. 5 692 de 11 de agosto de 1971. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 12 ago. 1971. P. 6377, coluna 1. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br>>. Acesso em: 15 ago. 2008.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em <<http://www6.senado.gov.br>>. Acesso em: 15 jul. 2008.

BRASIL. Decreto n. 2.208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § 2. do artigo 36 e os artigos 39 a 42 referentes à Educação Profissional da Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 18 abr. 1997.

BRASIL. Lei nº. 10639 de 09 janeiro de 2003 – (Lei ordinária). Altera a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “historia e cultura afro-brasileira”, e da outras providencias. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 10 janeiro 2003. p. 1, coluna 1. Disponível em <<http://www6.senado.gov.br>>. Acesso em: 15 nov. 2008.

BRASIL. Decreto nº. 5224 de 01 outubro de 2004. Dispõe sobre a organização dos Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 04 de out. 2005. p. 4, coluna 3. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br>>. Acesso em: 15 jan. 2008.

BRASIL. Decreto nº. 5225 de 01 de outubro de 2004. Altera dispositivos do decreto 3.860, de 9 de julho de 2001, que dispõe sobre a organização do ensino superior e a avaliação de cursos e instituições, e da outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 4 out. 2004. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br>>. Acesso em: 15 jan. 2008.

BRASIL. Decreto nº. 5 773 de 9 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequências no sistema federal de ensino. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 10 maio 2006. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br>>. Acesso em: 15 jun. 2008.

BRASIL. Decreto nº. 6303 de 12 de dezembro de 2007. Altera dispositivos dos decretos 5.622, de 19 de dezembro de 2005, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 5.773, de 9 de maio de 2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequências no sistema federal de ensino. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 13 dez. 2007. p. 4, coluna 3.

BRASIL. Lei nº. 11892 de 29 de dezembro de 2008. Institui a rede federal de educação profissional, científica e tecnológica, cria os institutos federais de educação, ciência e tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 30 dez. 2008. Disponível em <<http://www6.senado.gov.br>>. Acesso em: 15 nov. 2008.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Portaria n. 265, de 24 de março de 2009. Nomeação de Dênio Rebello Arantes para exercer o cargo de Reitor *Pro Tempore* do Instituto Federal do Espírito Santo. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, nº. 57, 25 mar. 2009. Seção 2, p. 9.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. **Relatório apresentado ao presidente da república dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado da Agricultura, Indústria e Comércio Rodolpho Nogueira da Rocha Miranda, no ano de 1910**. Rio de Janeiro: Oficinas da Diretoria Geral de Estatística, 1910. p. 136.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. **Relatório apresentado ao presidente da república dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado da Agricultura, Indústria e Comércio Dr. Pedro Toledo, no ano de 1911**. Rio de Janeiro: Oficinas da Diretoria Geral de Estatística 1911. p. 312.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. **Relatório apresentado ao presidente da república dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro Pedro de Toledo, no ano de 1912**. Vol. I, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1912.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. **Relatório apresentado ao presidente da república dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro Pedro de Toledo, no ano de 1913.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1913. p. 256.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. **Relatório apresentado ao presidente da república dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro Manoel Edwiges de Queiroz Vieira, no ano de 1914.** Rio de Janeiro: Typographia do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, 1914. v. 1.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. **Relatório apresentado ao presidente da república dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro José Rufino Beserra Cavalcanti, no ano de 1915.** Rio de Janeiro: Typographia da Directoria Geral de Estatística, 1915. v. 1.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. **Relatório apresentado ao presidente da república dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro José Rufino Beserra Cavalcanti, no ano de 1916.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1916 p. 111. v. 1.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. **Relatório apresentado ao presidente da república dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro José Rufino Beserra Cavalcanti, no ano de 1917.** Rio de Janeiro: Typographia da Directoria Geral de Estatística, 1917. v.1.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. **Relatório apresentado ao presidente da república dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro João Gonçalves Pereira Lima, no ano de 1918.** Rio de Janeiro: Typographia da Directoria Geral de Estatística, 1918. v.1.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. **Relatório apresentado ao presidente da república pelo ministro Ildefonso Simões Lopes, no ano de 1920.** Rio de Janeiro: Papelaria e Typographia Villas-Boas & C., 1920. v.1.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. **Relatório apresentado ao presidente da república pelo ministro Ildefonso Simões Lopes, no ano de 1921.** Rio de Janeiro: Papelaria e Typographia Villas-Boas & C., 1921. v.1.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. **Relatório apresentado ao presidente da república dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro Miguel Calmon du Pin e Almeida, no ano de 1922.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1925. p. 139 e 140.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. **Relatório apresentado ao presidente da república dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro Miguel Calmon du Pin e Almeida, no ano de 1923.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1926. p. 243.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. **Relatório apresentado ao presidente da república dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro Miguel Calmon du Pin e Almeida, no ano de 1925.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1929. p. 503 e ss.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. **Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado da Agricultura, Indústria e Comércio Geminiano Lyra Castro no ano de 1926.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1928, p.241 e 246 e ss.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. **Relatório apresentado ao presidente da república dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro Geminiano Lyra Castro, no ano de 1927.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1929. p. 258.

BRASIL. Congresso Nacional. **Câmara dos deputados:** sessão de 12-11-1903. Brasília [s.d.]: Centro de Documentação e Informação (Cedi). Nominata de deputados brasileiros. 5ª Legislatura: 1903-1905.

BRASIL. **Selo comemorativo do 70º aniversário da Escola Técnica Federal do Espírito Santo (ETFES).** 1979. 1 selo. Lançamento pela Caixa Econômica Federal do Espírito Santo.

BURKE, Peter (org.). **A escrita da História:** novas perspectivas. São Paulo: UNESP,

CALIMAN, Eduardo. Investimentos federais no ES só superam os de Rondônia e Amapá. **A Gazeta**, Vitória, ES, p. 15, 13 ago. 2004.

CAMPOS JUNIOR, Carlos Teixeira de. **A construção da cidade:** formas de produção imobiliária em Vitória. Vitória: Flor&cultura, 2002. p 126 e 127

CARDOSO, Fernando Henrique et al. **O Brasil republicano:** estrutura de poder e economia (1889-1930). 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1979. v 1.

A CLASSE média perdeu o complexo de bacharel. **A Tribuna**, Vitória, ES, p. 1, 8 maio 1978.

CLAUDIO, Afonso. **História da propaganda republicana no Estado do Espírito** 1992.

CAVALCANTI, J.C.M. Um pequeno grande estado. **200 Maiores Empresas. Espírito Santo 2006.** Vitória, a.10, n. 10, 07 nov. 2006. p. 28-30

CAÇADOR, Sávio Bertochi. **Um olhar crítico sobre a evolução da economia capixaba nas últimas décadas:** uma análise a partir das teorias de desenvolvimento regional e de estatísticas de inovação. Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal do Espírito Santo, 2008.

CALADO, Moacyr Cerqueira. **A trajetória na instituição.** 2009. Entrevista concedida a José Cândido Rifan Sueth et al., pelo servidor da instituição, para o Livro do Centenário em comemoração aos 100 anos do Instituto Federal do Espírito Santo, Vitória, mar. 2009.

CAMILO, Tiago de Araújo. **O campus Cachoeiro de Itapemirim.** 2008. Informações enviadas por e-mail a José Cândido Rifan Sueth et al., pelo servidor da instituição, para a edição comemorativa do Livro do Centenário do Instituto Federal do Espírito Santo, Vitória, nov. 2008.

CARNIELLI, Aloísio. **A trajetória na instituição**. 2009. Entrevista concedida a José Cândido Rifan Sueth et al., pelo servidor da instituição, para a edição comemorativa do Livro do Centenário dos 100 anos do Instituto Federal do Espírito Santo, Vitória, jan. 2009.

CARVALHO, Vitório Albani. **Os alunos na instituição**. 2009. Informações enviadas por e-mail a José Cândido Rifan Sueth et al., pelo servidor da instituição, para a edição comemorativa do Livro do Centenário do Instituto Federal do Espírito Santo, Vitória, jan. 2009.

CARRARETO, Rafael. Avante etevianos e cefetianos! **A Gazeta**, Vitória, 22 set. 2001.

CASTRO, Maria do Perpétuo Socorro B. de. **A trajetória na instituição**. 2008. Entrevista concedida a José Cândido Rifan Sueth et al., pela servidora aposentada da instituição, para a edição comemorativa do Livro do Centenário do Instituto Federal do Espírito Santo, Vitória, mar. 2008.

CEFET da Serra será aberto em fevereiro. **A Gazeta**, Vitória, 9 nov. 2000.

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO ESPÍRITO SANTO (Cefetes). Coordenadoria de Integração Escola-Empresa. **Orientações para Estágio**. 2008. Folder institucional.

CHAGAS Júnior, Edson. **A trajetória na instituição**. 2008. Informações enviadas por e-mail a José Cândido Rifan Sueth et al., pelo ex-aluno, para a edição comemorativa do Livro do Centenário do Instituto Federal do Espírito Santo, Vitória, fev. 2008.

COLOMBO, Sylvia. Confronto e Calmaria. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 2 mar. 2008. Caderno Especial, p.2.

[ COMENTÁRIOS sobre o ensino público ]. **A Gazeta**, Vitória, 13 maio 1988.

CONDE, Álvaro. (s.n.). Vitória, ES, 1943. 1 gravura serigraf., color.; 1,10 x 0,70

CORRÊA, Taciano Fernandes. **A trajetória na instituição**. 2007. Entrevista concedida a José Cândido Rifan Sueth et al., pelo servidor aposentado da instituição, para a edição comemorativa do Livro do Centenário do Instituto Federal do Espírito Santo, Vitória, out. 2007.

COSTA, Célio Paula. **A trajetória na instituição**. 2008. Entrevista concedida a José Cândido Rifan Sueth et al., pelo servidor da instituição, para a edição comemorativa do Livro do Centenário do Instituto Federal do Espírito Santo, Vitória, abr. 2008.

COSTA, Lourival. **A trajetória na instituição**. 2007. Entrevista concedida a José Cândido Rifan Sueth et al., pelo servidor aposentado, para a edição comemorativa do Livro do Centenário do Instituto Federal do Espírito Santo, Vitória, mar. 2007.

COSTA, Luís Eugênio Loureiro. **A trajetória na instituição**. 2008. Entrevista concedida a José Cândido Rifan Sueth et al., pelo servidor da instituição, para a edição comemorativa do Livro do Centenário do Instituto Federal do Espírito Santo, Vitória, abr. 2008.

COUTINHO, Jorge Goes. **A trajetória de um ex-aluno da instituição**. 2008. Entrevista concedida a José Cândido Rifan Sueth et al., pelo ex-aluno e atual desembargador do Tribunal de Justiça do Espírito Santo, para a edição comemorativa do Livro do Centenário do Instituto Federal do Espírito Santo, Vitória, nov. 2008.

CUNHA, Luiz Antonio. Ensino médio e ensino técnico na América Latina: Brasil, Argentina e Chile. **Cadernos de Pesquisa**, n.111, p. 47-70, dez. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 30 ago. 2008.

CUNHA, Luiz Antonio. O ensino industrial-manufatureiro no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 14, p. 89-107 maio/ago. Disponível em: <<http://www.ibe@anped.org.br>>. Acesso em: 23 out. 2007.

CUNHA, Luiz Antonio. **O ensino profissional na irradiação do industrialismo**. São Paulo: UNESP/FLACSO, 2000.

CURSOS oferecidos. **A Tribuna**, Vitória, 27 out. 1998

[ CURSOS no Cefetes em 2008 ]. **A Gazeta**, Vitória, 21 set. 2008.

DERENZI, Luiz Serafim. **Biografia de uma ilha**. Vitória: SMCT, 1995.

[s.n.]. **Diário da Manhã**, Vitória (ES), p. 4, 26 jan. 1910.

[s.n.]. **Diário da Manhã**, Vitória (ES), p. 4, 28 jan. 1910.

[s.n.]. **Diário da Manhã**, Vitória (ES), p. 4, 29 jan. 1910.

[s.n.]. **Diário da Manhã**, Vitória (ES), p. 4, 31 jan. 1910.

[s.n.]. **Diário da Manhã**, Vitória (ES), p. 4, 2 fev. 1910.

[s.n.]. **Diário da Manhã**, Vitória (ES), p. 4, 3 fev. 1910.

[s.n.]. **Diário da Manhã**, Vitória (ES), p. 4, 4 fev. 1910.

[s.n.]. **Diário da Manhã**, Vitória (ES), p. 4, 5 fev. 1910.

[s.n.]. **Diário da Manhã**, Vitória (ES), p. 4, 7 fev. 1910.

[s.n.]. **Diário da Manhã**, Vitória (ES), p. 4, 8 fev. 1910.

[s.n.]. **Diário da Manhã**, Vitória (ES), p. 3, 25 fev. 1910.

[s.n.]. **Diário da Manhã**, Vitória (ES), p. 4, 28 fev. 1910.

[s.n.]. **Diário da Manhã**, Vitória (ES), p. 1, 28 jun. 1910.

[s.n.]. **Diário da Manhã**, Vitória (ES), p. 2, 22 jul. 1911.

[s.n.]. **Diário da Manhã**, Vitória (ES), p. 2, 23 jul. 1911.

DOWNIE, Andrew. Wanted: skilled workers for a growing economy in Brazil. **The New York Times**, EUA, 2 jul. 2008.

DUARTE, Fernando Alves. Lei 3.552, de 1959. Dispõe sobre a autonomia administrativa, financeira e didática das Escolas Técnicas. **E.T.V.** Vitória, n. 66, set. 1959. p. 4-5. Entrevista concedida ao aluno Antonio Carlos F. Moreira da Escola Técnica de Vitória, em 1959.

ECONOMIA capixaba: destaques do Espírito Santo. **200 Maiores Empresas: Espírito Santo 2008**, Vitória, a. 12, n. 12, p. 194 e ss., 30 out. 2008.

EDITAL da EAA. **Diário da Manhã**, Vitória (ES), p. 4, 27 jan. 1910.

ELTON, Elmo. **Logradouros antigos de Vitória**. Vitória: EDUFES/Secretaria Municipal de Cultura, 1999. p. 64

EM VIAS de ser. **A Gazeta**, Vitória (ES), p. 6, 10 jul. 2008.

ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. **O Visgo Eteviriano**. Vitória, 1979. p. 7, 14, 24

ESCOLA TÉCNICA DE VITÓRIA (Espírito Santo). Portaria n. 28, de 23 setembro de 1947. Instituição do Quadro de Honra, na administração de Fernando Alves Duarte. **E. T.V.**, Vitória, n. 35, p. 2, set. 1947.

ESCOLA DE APRENDIZES ARTÍFICES DO ESPÍRITO SANTO. Vitória. **Ata da inauguração da Escola de Aprendizes Artífices**, sessão realizada em 24 fev.1910. Livro de atas da inauguração da EAA do ES. de Vitória, p. 1-3.

ESCOLA DE APRENDIZES ARTÍFICES DO ESPÍRITO SANTO. Vitória. **Ata do encerramento das aulas e oficinas da Escola de Aprendizes Artífices e da inauguração da exposição de artefatos, confeccionados pelos alunos..., em sessão realizada em 24 dez. 1910**. Livro de atas da inauguração da EAA do ES. Vitória. p. 6, verso e p. 7 e verso.

ESCOLA DE APRENDIZES ARTÍFICES DO ESPÍRITO SANTO. Vitória. **Ata de exames prestados pelos alunos do Curso Primário da Escola de Aprendizes Artífices, sessão realizada em 28 dez. 1910**. Livro de atas e exames dos alunos da EAA do ES (1910-1917), p.1 e verso.

ESCOLA DE APRENDIZES ARTÍFICES DO ESPÍRITO SANTO. Vitória. **Ata dos exames dos alunos do Curso de Desenho, em sessão realizada em 29 de dezembro de 1910**. Livro de atas e exames dos alunos da Escola de Aprendizes Artífices do Estado do Espírito Santo (1910-1917). p. 1, verso e p. 2.

ESCOLA DE APRENDIZES ARTÍFICES DO ESPÍRITO SANTO. Vitória. **Ata do Termo de Visita do Presidente da República Mal. Hermes Rodrigues da Fonseca [...] em sessão realizada em 21 jul.1911**. Livro de atas da inauguração da Escola de Aprendizes Artífices, p. 8 e verso.

ESCOLA DE APRENDIZES ARTÍFICES DO ESPÍRITO SANTO. Vitória. **Ata do encerramento das aulas e oficinas da Escola de Aprendizes Artífices do ES e da inauguração anual dos artefatos confeccionados pelos Aprendizes, em sessão realizada em 23 dez. 1911.** Livro de atas da inauguração da EAA do ES, p. 9, verso e p. 10.

ESCOLA DE APRENDIZES ARTÍFICES DO ESPÍRITO SANTO. Vitória. **Ata do julgamento da Exposição de artefatos das Oficinas da Escola de Aprendizes Artífices deste Estado, em sessão realizada em 23 dez. 1911.** Livro de atas e exames dos alunos da EAA do ES (1910-1917), p. 6, verso e p. 7 verso.

ESCOLA DE APRENDIZES ARTÍFICES DO ESPÍRITO SANTO. Vitória. **Ata de encerramento dos trabalhos dos cursos e oficinas da Escola e da inauguração da exposição de artefatos e trabalhos de Desenho executados durante o corrente ano de 1912, em sessão realizada em 24 dez. 1912.** Livro de atas e exames dos alunos da Escola de Aprendizes Artífices do Estado do Espírito Santo (1910-1917), p. 11 e verso.

ESCOLA DE APRENDIZES ARTÍFICES DO ESPÍRITO SANTO. Vitória. **Ata do encerramento solene dos trabalhos escolares e da inauguração da 5ª exposição anual de artefatos, em sessão realizada em 25 dez. 1914.** Livro de atas e exames dos alunos da EAA do ES (1910-1917), p. 26, verso e p.27.

ESCOLA DE APRENDIZES ARTÍFICES DO ESPÍRITO SANTO. Vitória. **Ata dos exames dos alunos dos 1º e 2º anos do Curso de Desenho, em sessão realizada em 21 dez. 1915.** Livro de atas e exames dos alunos da EAA do ES (1910-1917), p. 31 verso e p. 32.

ESCOLA DE APRENDIZES ARTÍFICES DO ESPÍRITO SANTO. Vitória. **Ata dos exames dos aprendizes dos 1º, 2º, 3º e 4º anos da oficina de Carpintaria e Marcenaria, em sessão realizada em 23 dez, 1915.** Livro de atas e exames dos alunos da EAA do ES (1910-1917), p. 34 e verso.

ESCOLA DE APRENDIZES ARTÍFICES DO ESPÍRITO SANTO. Vitória. **Ata dos exames de Desenho Geométrico, em sessão realizada em 21 dez. 1916.** Livro de atas e exames dos alunos da EAA do ES (1910-1917), p. 39 e verso e p. 40 e verso.

ESCOLA DE APRENDIZES ARTÍFICES DO ESPÍRITO SANTO. Vitória. **Ata do encerramento do no letivo e da inauguração da nona exposição anual de artefatos, sessão realizada em 25 dez. 1918.** Livro de atas (1918-1923), p. 7 verso e p. 8.

ESCOLA DE APRENDIZES ARTÍFICES DO ESPÍRITO SANTO. Vitória. **Ata do encerramento dos trabalhos escolares e da exposição anual 14ª de artefatos da [...], sessão realizada em 24 dez. 1923.** Livro de atas (1918-1923), p. 42 verso.

ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Vitória. **Ata da 12ª reunião do Corpo Docente da Escola Técnica Federal do Espírito Santo, em sessão realizada em 16 fev. 1967.** Livro de atas do Conselho de Professores, p. 28, verso, p. 29 e verso e p.30 e verso.

ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Vitória. **Ata da 15ª reunião do Corpo Docente da Escola Técnica Federal do Espírito Santo, em sessão realizada em 17 nov. 1967.** Livro de atas do Conselho de Professores, p. 36, verso, p. 37 e verso, p. 38 e verso e p. 39.

ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Vitória. **Ata da 16ª reunião do Corpo Docente da Escola Técnica Federal do Espírito Santo, em sessão realizada em 16 fev. 1968.** Livro de atas do Conselho de Professores, p. 39, verso, p. 40 e verso, p. 41 e verso e p. 42 e verso.

ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Vitória. **Ata da 19ª reunião do Corpo Docente da Escola Técnica Federal do Espírito Santo, em sessão realizada em 20 fev. 1969.** Livro de atas do Conselho de Professores, p. 49, verso, p. 50 e verso, p. 51 e verso, p. 52 e verso.

ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Vitória. **Ata da 21ª reunião do Corpo Docente da Escola Técnica Federal do Espírito Santo, em sessão realizada em 14 nov. 1967.** Livro de atas do Conselho de Professores, p.56, verso, p. 57 e verso, p.58 e verso e p.59 e verso.

ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Vitória. **Ata da 27ª reunião do Corpo Docente da Escola Técnica Federal do Espírito Santo, em sessão realizada em 14 fev. 1975.** Livro de atas do Conselho de Professores, p. 78, verso, p.79 e verso, p. 80 e verso, p. 81 e verso, p. 82 e verso, p. 83 e verso.

ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Vitória. **Ata da 28ª reunião do Corpo Docente da Escola Técnica Federal do Espírito Santo, em sessão realizada em 03 fev. 1976.** Livro de atas do Conselho de Professores, p. 83, verso, p. 84 e verso, p. 85 e verso, p.86 e verso, p. 87 e verso.

ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Vitória. **Ata da 35ª reunião do Corpo Docente da Escola Técnica Federal do Espírito Santo, em sessão realizada em 01 fev. 1983.** Livro de atas do Conselho de Professores, p. 13 e verso, p.14 e verso, p.15.

ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Vitória. **Ata da 37ª reunião do Corpo Docente da Escola Técnica Federal do Espírito Santo, em sessão realizada em 04 fev. 1985.** Livro de atas do Conselho de Professores, p. 22 e verso, p.23 e verso, p.24 e verso, p. 25 e verso.

ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Vitória. **Ata da 38ª reunião do Corpo Docente da Escola Técnica Federal do Espírito Santo, em sessão realizada em 03 fev. 1986.** Livro de atas do Conselho de Professores, p. 26 e verso, p. 27.

ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Vitória. **Ata da 40ª reunião do Corpo Docente da Escola Técnica Federal do Espírito Santo, em sessão realizada em 08 fev. 1988.** Livro de atas do Conselho de Professores, (1979) p. 34 e verso, p.35 e verso, p.36 e verso, p.37 e verso, p.38 e verso.

ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Conselho de Representantes da. Vitória. **Ata da sessão extraordinária, realizada em 09 out. 1969.** Livro de atas do Conselho de representantes da Escola Técnica Federal do Espírito Santo, p. 31 e verso, p. 32.

ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Conselho de Representantes da. Vitória. **Ata da sessão extraordinária, realizada em 26 nov. 1970.** Livro de atas do Conselho de representantes da Escola Técnica Federal do Espírito Santo, p.73 e verso, p.74.

ESTADO fica na lanterna dos investimentos federais no país. *A Gazeta*, Vitória, p.15, 31 mar. 2007.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente (1892-1896: Freire). **Relatório apresentado pelo Exmo. Sr. Dr. J. de M. C. Moniz Freire, presidente do Estado do Espírito Santo, ao passar o governo ao Exmo. Sr. Dr. Graciano dos Santos Neves em 23 de maio de 1896.** Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1896, p. 157.

ESPÍRITO SANTO (Estado), Presidente (1908-1912: Monteiro). **Mensagem dirigida pelo Dr. Jeronymo de Souza Monteiro presidente do Estado ao Congresso espírito-santense, na segunda sessão da sexta Legislatura.** Vitória: Papelaria e Typographia Nelson Costa, 1908. p. 49.

ESPÍRITO SANTO (Estado), Presidente (1908-1912: Monteiro). **Mensagem dirigida pelo Dr. Jeronymo de Souza Monteiro presidente do Estado ao Congresso espírito-santense, na segunda sessão da sexta Legislatura.** Vitória: Papelaria e Typographia Nelson Costa, 1908, p. 51.

ESPÍRITO Santo: destaques de 2006. **200 maiores empresas, Espírito Santo, 2007.** Vitória, ES, p. 148 e ss., 2007.

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil.** São Paulo: USP e Imprensa Oficial do Estado, 2001. p.182, 188, 202, 259, 283

FOI inaugurado ontem o novo edifício da Escola Técnica de Vitória. *A Gazeta*, Vitória, ES, p. 1, 12 dez. 1942.

FONSECA, Celso Sukow da. **História do Ensino Industrial no Brasil.** Rio de Janeiro: Escola Técnica Nacional, v.1, 1961. p.165

FRANCO Gustavo H.B. **A economia em Machado de Assis: o olhar oblíquo do acionista.** Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

FRANCO, Sebastião Pimentel; HEES, Regina Rodrigues. **A república e o Espírito Santo.** Vitória: Multiplicidade, 2003. p.146, 101

FREIRE, Ana Maria Araújo. **Analfabetismo no Brasil.** São Paulo: Cortez; Brasília: INEP, 1989. p. 118

FREITAS, João R. O nosso internato. *E. T. V.*, Vitória, n. 20, p. 4, 7 set. 1943.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação profissional e tecnológica: memórias, contradições e desafios.** Campos (RJ): Essentia editora, 2006.

\_\_\_\_\_. Globalização e a crise do emprego: mistificações e perspectivas da formação técnico-profissional. **Boletim Técnico do Senac**, Rio de Janeiro, n.2, v.25, p.31-45, maio/ago. 1999. Disponível em:< <http://www.senac.br.htm>>. Acesso em: 26 fev. 2009.

GRAMSCI, Antonio. **Selections from the Prison Notebooks**. Nova York: International, 1971.

O GRANDE passo. **A Gazeta**, ES, Vitória, 01 abr. 1973. Caderno de Comunicação e Desenvolvimento, p. 4.

GRÊMIO RUI BARBOSA. **Ata da 1ª Assembléia Geral, em sessão realizada em 25 de agosto de 1983**. Livro de ata. Arquivo do Grêmio (Ifes).

GRÊMIO RUI BARBOSA. **Comunicado assinado pelo presidente da entidade, sobre nova diretoria**. Vitória, 27 mar.1976. Arquivo do Grêmio (Ifes).

GRÊMIO RUI BARBOSA. **Comunicado assinado pelo presidente da entidade, sobre festival de música**. Vitória, 18 ago. 1976. Arquivo do Grêmio (Ifes)

GRÊMIO RUI BARBOSA. **Comunicado assinado pelo presidente da entidade, sobre festa de encerramento do ano letivo**. Vitória 25 ago. 1976. Arquivo do Grêmio (Ifes),

GRÊMIO RUI BARBOSA. **Comunicado assinado pelo presidente da entidade, sobre concurso literário**. Vitória, 30 maio 1977 Arquivo do Grêmio (Ifes).

GRÊMIO RUI BARBOSA. **Comunicado assinado pelo presidente da entidade, sobre jogos internos na Ifes**. Vitória, 10 jun. 1977. Arquivo do Grêmio (Ifes).

GRÊMIO RUI BARBOSA. **Portaria n.12 de 08 ago.1977**. Dispõe sobre competições internas de tênis de mesa. Vitória, 1977. Arquivo do Grêmio (Ifes),

GRÊMIO RUI BARBOSA. **Portarias n.3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 13 e 14 de 1977**. Exonera membros da diretoria da entidade. Vitória, 1977. Arquivo do Grêmio (Ifes).

GRÊMIO RUI BARBOSA. **Estatuto do Grêmio Ruy Barbosa**. 1983. Vitória, ES. Arquivo do Grêmio (Ifes).

GRÊMIO RUI BARBOSA. **Comunicado assinado pelo presidente da entidade, sobre eleições internas**. Vitória, 31 maio. 1983. Arquivo do Grêmio (Ifes).

GRÊMIO RUI BARBOSA. **Comunicado assinado pelo presidente da entidade, convidando alunos para encontro estudantil**. Vitória, 31 out. 1983. Arquivo do Grêmio (Ifes).

GRÊMIO RUI BARBOSA. **Memorando assinado pelo presidente da entidade, dando notícias sobre reativação do bandejão**. Vitória, 9 jun. 1986. Arquivo do Grêmio (Ifes).

GRÊMIO RUI BARBOSA. **Relatório de atividades da gestão 1986**.Vitória, fev./mar. 1986. Arquivo do Grêmio (Ifes).

GRÊMIO RUI BARBOSA. **Portaria n. 06 de 1987**. Revoga portarias anteriores. Vitória, [s.d.]. Arquivo do Grêmio (Ifes).

GRÊMIO RUI BARBOSA. **Memorando do deputado Paulo Hartung ao Grêmio**. Vitória, 1987. Arquivo do Grêmio (Ifes).

GRÊMIO RUI BARBOSA. **Comunicado assinado pelo presidente da entidade, sobre atuação política da entidade**. Vitória, 10 mar. 1988. Arquivo do Grêmio (Ifes).

GRÊMIO RUI BARBOSA. **Protocolo de Intenções assinado por diversas autoridades sobre reivindicações estudantis**. Vitória, 7 jun. 1988. Arquivo do Grêmio (Ifes),

GRÊMIO RUI BARBOSA. **Requerimento n. 03 de 27 de junho de /88 ao Departamento de Ensino da Ifes, sobre atuação do Grêmio na Ifes**. Vitória, 27 jun. 1988. Arquivo do Grêmio (Ifes).

GRÊMIO RUI BARBOSA. **Memorando n 117 de 3 nov. 1988, dirigido pelo Chefe do Departamento de Ensino da Ifes ao Grêmio, sobre reportagem publicada em jornal a respeito da Ifes**. Vitória, 3 nov. 1988. Arquivo do Grêmio (Ifes).

GRÊMIO RUI BARBOSA. **Nota oficial sobre cefetização**. Vitória, 18 jun. 1999. Arquivo do Grêmio (Ifes).

[INAUGURAÇÃO da Escola Técnica de Vitória] Ifes. *A Gazeta*, Vitória, 10 dez. 1942

INTRA, Antonio Rosa. **A trajetória na instituição**. 2008. Entrevista concedida a José Cândido Rifan Sueth et al., pelo servidor aposentado da instituição, para o Livro do Centenário em comemoração aos 100 anos do Instituto Federal do Espírito Santo, Vitória, abr. 2008.

INVESTIMENTOS previstos para o Espírito Santo. **200 Maiores Empresas: Espírito Santo 2006**, Vitória, ES, a. 10, n.10, p. 174, 2006.

JACOBY, Russel. **O fim da utopia**. Trad. Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2001. p 147

JEVEAUX, Vandoaley José. **A trajetória na instituição**. 2008. Entrevista concedida a José Cândido Rifan Sueth et al., pelo servidor da instituição, para o Livro do Centenário em comemoração a 100 anos do Instituto Federal do Espírito Santo, Vitória, nov. 2008.

JOVENS fazem caminhada para valorizar a vida. *A Gazeta*, Vitória, ES, 27 jun. 1999.

KULANSKY, Mark. **1968: o ano que abalou o mundo**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005. p. 494 e 454

KUNZE, Nádia Cuiabano. **A Escola de Aprendizes Artífices de Mato Grosso (1909-1941)**. Cuiabá: CEFETMT, 2006. p.127

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997. p. 208 .

LEVI, Giovanni. Sobre a Micro-história. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992. p. 158.

LIMA, Marcelo. **O desenvolvimento histórico do tempo necessário para a formação profissional**. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense, 2004. p. 59, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106.

LOURENÇO FILHO, Rui (org.). **A pedagogia de Rui Barbosa**. Brasília: INEP (MEC), 2001. p. 39, 49

MACHADO FILHO, Pedro. **A trajetória na instituição**. 2007. Entrevista concedida a José Cândido Rifan Sueth et al., pelo servidor aposentado da instituição, para a edição comemorativa do Livro do Centenário do Instituto Federal do Espírito Santo, Vitória, nov. 2007.

MARTINS, Wilson. **História da Inteligência brasileira**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1996.p. 489, 433, 442, 523.

MARINO, Jair. **A trajetória de um ex-aluno da instituição**. 2008. Entrevista concedida a José Cândido Rifan Sueth et al., pelo ex-aluno da instituição, para a edição comemorativa do Livro do Centenário do Instituto Federal do Espírito Santo, Vitória, mar. 2008.

MENEZES, Adriana. ETFES terá curso superior tecnológico. **A Gazeta**, Vitória, ES, 23 mar. 1999.

MONJARDIM, José Francisco. In: BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos deputados. Pronunciamento sobre a política do Federalismo, realizado na sessão de 12-11-1903. Nominata de deputados brasileiros 5ª Legislatura: 1903-1905. Brasília, **Centro de Documentação e Informação (Cedi)**, [s.d.].

MONJARDIM, Leonardo. **História política da família Monjardim**. Vitória: Prefeitura Municipal de Vitória, ES, 2003. p. 73 e ss.

MONJARDIM, Leonardo. **O antigo casarão**. Vitória: Do autor, 2003. p. 49, 45, 10

MOREIRA, Rogério de Souza. **A trajetória de um ex-aluno da instituição**. 2008. Entrevista concedida a José Cândido Rifan Sueth et al., pelo atual advogado, para a edição comemorativa do Livro do Centenário do Instituto Federal do Espírito Santo, Vitória, maio 2008.

MOTTA, Anísio. **A vida do microempresário na instituição**. 2008. Entrevista concedida a José Cândido Rifan Sueth et al., pelo atual microempresário, para a edição comemorativa do Livro do Centenário do Instituto Federal do Espírito Santo, Vitória, mar. 2008.

MUNIZ, Álvaro. “Escola Técnica: uma exceção, ensino público e eficiente”. **A Gazeta**, Vitória, 18 maio 1988.

NOGUEIRA, Arnaldo José França Mazzei. **A Liberdade desfigurada: a trajetória do sindicalismo no setor público brasileiro**. S. Paulo: Expressão Popular, 2005. p 133, 241

NOVAES, Maria Stella de. **Jerônimo Monteiro: sua vida e sua obra**. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1979.

NOVAES, Maria Stella de. **História do Espírito Santo**. Vitória: Fundo Editorial do Espírito Santo, 1900. 455 p.

NUNES, Reginaldo Flexa. **O movimento sindical na instituição**. 2009. Informações enviadas por e-mail pelo servidor da instituição, para o Livro do Centenário em comemoração aos 100 anos do Instituto Federal do Espírito Santo, Vitória, mar. 2009.

OLIVEIRA, José Alves de. **A trajetória na instituição**. 2008. Entrevista concedida a José Cândido Rifan Sueth et al., pelo servidor da instituição, para o Livro do Centenário em comemoração a 100 anos do Instituto Federal do Espírito Santo, Vitória, abr. 2008.

OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do estado do Espírito Santo**. 3. ed. Vitória: Arquivo Público do estado do Espírito Santo/Secretaria de Estado da Cultura, 2008. p. 442

PAIVA, Ricardo. **A trajetória na instituição**. 2009. Entrevista concedida a José Cândido Rifan Sueth et al., pelo servidor da instituição, para a edição comemorativa do Livro do Centenário do Instituto Federal do Espírito Santo, Vitória, mar. 2009.

PASSOS, Ângelo. Em vias de ser. **A Gazeta**, Vitória, p. 6, 10 jul. 2008.

PELEGRINI, Thiago; AZEVEDO, Luiz Neves. A educação nos anos de chumbo: a política educacional ambicionada pela “Utopia Autoritária” (1964-1975). In: **História e-história**. Disponível em: <<http://historiahistoria.com.br>. > Acesso em: 14 mar. 2009.

PELLERANO, Eugênio Trombini. **Desenho, gravura e decoração**. Disponível em: <http://ww.sefaz.es.gov.br>. ou <http://www.inpe.com.br>. Acesso em: 30 jan. 2008.

PELA, Jadir José. **A trajetória na instituição**. 2008. Entrevista concedida a José Cândido Rifan Sueth et al., pelo servidor da instituição e ex. diretor geral, para a edição comemorativa do Livro do Centenário do Instituto Federal do Espírito Santo, Vitória, mar. 2008.

PETERLE, Altair. **A trajetória na instituição**. 2008. Entrevista concedida a José Cândido Rifan Sueth et al., pelo servidor da instituição, para a edição comemorativa do Livro do Centenário do Instituto Federal do Espírito Santo, Vitória, mar. 2008.

PINTO, Antonio Henrique. **Educação matemática e formação para o trabalho: praticas escolares na Escola Técnica de Vitória - 1960 a 1990**. 2006. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Campinas, 2006. p.100

PRADO, Avary. 19 de abril. **E.T.V.**, Vitória, n. 15, p.1, 15 abr. 1945.

PRADO, Avary. Sociedade dos Amigos da Escola Técnica. **E.T.V.**, Vitória, n. 20, p. 3, set. 1945.

PRADO, Avary. Os vapores da saudade. **A Gazeta**, Vitória, 23 set. 1979.

RAGASSI, Regina. **A trajetória na instituição**. 2007. Entrevista concedida a José Cândido Rifan Sueth et al., pela servidora da instituição, para o Livro do Centenário em comemoração aos 100 anos do Instituto Federal do Espírito Santo, Vitória, maio. 2007.

RESERVA de vagas gera ação contra a ETFES. **A Tribuna**, Vitória, ES, 19 dez. 1997.

RIBEIRO, Geraldo Magela Clarindo. **A trajetória de ex-aluno na instituição**. 2009. Entrevista concedida a José Cândido Rifan Sueth et al., pelo servidor da instituição, para o Livro do Centenário em comemoração aos 100 anos do Instituto Federal do Espírito Santo, Vitória, mar. 2009.

ROSETTI Jr., Hélio. Seu Anísio, pipoqueiro. **A Gazeta**, Vitória, 4 fev. 1997.

ROSETTI Jr. Helio. O curso de radialismo. **A Tribuna**, Vitória, 10 ago. 1994.

ROSETTI Jr. Helio. O perfil do aluno da ETFES. **A Tribuna**, Vitória (ES), 16 abr. 1995.

ROSETTI Júnior, Hélio. Ensino técnico e classe média. **A Tribuna**, Vitória, 16 dez. 1994.

ROSETTI Júnior, Hélio. 87 anos da Escola Técnica. **A Tribuna**, Vitória, 07 out. 1996.

ROSETTI Junior, Hélio. Os 85 anos da ETFES. **A Tribuna**, 15 out. 1994.

ROSETTI Junior, Hélio. Exame de Seleção. **A Tribuna**, Vitória (ES), set. 1995.

ROSETTI Júnior, Hélio. A escola dos meninos operários. **A Gazeta**, Vitória, 20 ago. 1996. Caderno 2.

ROSETTI JUNIOR, Hélio. **A história recente da instituição**. 2009. Informações enviadas pelo servidor da instituição, através de e-mails, para o Livro do Centenário em comemoração aos 100 anos do Instituto Federal do Espírito Santo, Vitória, jan. 2009.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce**. Tradução: Milton Amado. Belo Horizonte: USP, 1974. p. 40.

SANTOS, Carlos Roberto Alves dos. (1994-1998 - Diretor geral). Transmissão de cargo de diretor. In: III ENCONTRO DE ELEIÇÃO DE DIRETORES DE CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO ESPÍRITO SANTO (CEFET-ES), 3, Vitória, CEFET-ES, 1998. **Discurso...** Vitória, 1998.

SANTOS, Carlos Roberto Alves dos. **A trajetória na instituição**. 2007. Entrevista concedida a José Cândido Rifan Sueth et al., pelo servidor aposentado e ex-diretor-geral da instituição, para a edição comemorativa do Livro do Centenário do Instituto Federal do Espírito Santo, Vitória, out. 2007.

SERÁ inaugurada hoje, solenemente, a nova sede da Escola Técnica de Vitória. **A Gazeta**, Vitória, ES, 11 de dezembro de 1942, p. 1.

SILVA, Geraldo da; ARAÚJO, Márcia. Da interdição escolar às ações educacionais de sucesso: escolas dos movimentos negros e escolas profissionais, técnicas e tecnológicas. In: ROMÃO, Jeruse (org.). **História da Educação do Negro e outras histórias**. Brasília, DF: Ministério da Educação: UNESCO, 2005. (Educação para todos). p. 72, 75.

SILVA, Rachel. De grão em grão, ele se tornou a lenda viva do Cefetes. **A Gazeta**, Vitória, p. 23, 23 jul. 2005.

SILVA, Rachel. Uma história da busca pelo conhecimento. **A Gazeta**, Vitória, p. 22, 14 jul. 2007.

SIMÕES, Roberto Garcia. Desenvolvimento econômico do Espírito Santo no século XX. In: BITTENCOURT, Gabriel Augusto de Mello. (org.) **Espírito Santo: um painel da nossa história**. Vitória: Imprensa Oficial, 2002.

SIMÕES, Roberto Garcia. Estado é o penúltimo em repasses da União. **A Gazeta**, Vitória, ES, p. 22, 27 mar. 2005.

SIMÕES, Roberto Garcia. Há uma inércia. **A Gazeta**, Vitória (ES), 13 ago. 2004.

SIMÕES, Roberto Garcia. ES perdeu estaleiro. **A Gazeta**, Vitória (ES), 5 set. 2004.

SKIDMORE, Thomas E. **Uma história do Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 1998. p. 167, 168

SISTEMA NACIONAL DOS SERVIDORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA E PROFISSIONAL (SINASEFE). **Boletim Informativo**, Vitória, a. 1, n. 5, 1994. (Seção Vitória)

SOROS, Georges. **A crise do capitalismo**. Tradução: Afonso Celso da Cunha Serra. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

SILVA, Zenaldo Rosa da. **A trajetória na instituição**. 2007. Entrevista concedida a José Cândido Rifan Sueth et al., pelo ex-diretor da instituição, para a edição comemorativa do Livro do Centenário do Instituto Federal do Espírito Santo, Vitória, out. 2007.

SILVA, Zenaldo Rosa da. **A trajetória na instituição**. 2008. Entrevista concedida a José Cândido Rifan Sueth et al., pelo ex-diretor da instituição, para a edição comemorativa do Livro do Centenário do Instituto Federal do Espírito Santo, Vitória, jul. 2008.

SILVA, Zenaldo Rosa da. **A presença feminina na instituição**. 2009. Informações enviadas por e-mail a José Cândido Rifan Sueth et al., pelo ex-diretor da instituição, para a edição comemorativa do Livro do Centenário do Instituto Federal do Espírito Santo, Vitória, fev. 2009.

SILVA, Yuri Blanco. **A trajetória na instituição**. 2009. Informações enviadas por e-mail a José Cândido Rifan Sueth et al., pelo servidor da instituição, para a edição comemorativa do Livro do Centenário do Instituto Federal do Espírito Santo, Vitória, jan. 2009.

SILVA FILHO, Heraldo. **A trajetória na instituição**. 2008. Entrevista concedida a José Cândido Rifan Sueth et al., pelo servidor da instituição, para a edição comemorativa do Livro do Centenário do Instituto Federal do Espírito Santo, Vitória, out. 2008.

SUETH, José Cândido Rifan. **Espírito Santo, um estado “satélite” na Primeira República: de Moniz Freire a Jerônimo Monteiro (1892-1912)**. Vitória: Flor&cultura, 2006.

SUETH, José Cândido Rifan et al., Cefetes, Educação profissional e o futuro do Espírito Santo. **Recitec**, Vitória, n.3, 2. sem. p. 7-43, 2007.

TATAGIBA, José Calógeras Valporto. **Vitória ontem e hoje**. Vitória: [s.n.], 2008. p. 29. 1 fotografia, color 2008. (Curva do Saldanha e o Porto de Vitória, ao fundo).

TEATRO do CEFET-ES é inaugurado hoje. **A Gazeta**, Vitória, ES, 22 set. 2000.

TEIXEIRA, ANA LÍGIA OLIVEIRA. **A trajetória na instituição**. 2008. Entrevista concedida a José Cândido Rifan Sueth et al., pela servidora da instituição, para o Livro do Centenário em comemoração aos 100 anos do Instituto Federal do Espírito Santo, Vitória, dez. 2008.

UFES aponta os melhores de vestibular. **A Gazeta**, Vitória, 15 mar. 2001.

VALE se queixa da falta de capacitação. **A Gazeta**, Vitória, 14 ago. 2008

VASCONCELOS, João Gualberto M. **A invenção do coronel**. Vitória: Gráfica ITA, 1995.

VEM aí um banco de espírito forte. **A Gazeta**, Vitória, ES, p. 1, 11 set, 2008.

VERENA, Alberti. **Manual de História Oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

VILLASCHI, Arlindo. Regiões, competitividade e desenvolvimento. **200 maiores empresas: Espírito Santo 2006**, Vitória, ES. a.10, n. 10, 07 nov. 2006. p. 20.

[ Visita do presidente Dutra a Vitória ] . **A Tribuna**, Vitória, 10 set. 1949.

[ Visita do presidente Dutra a Vitória ]. **A Tribuna**, Vitória, 11 set. 1949.

WORCMAN, Karen e PEREIRA, Jesus Vasquez (Coord.). **História falada: memória, rede e mudança social**. São Paulo: Imprensa Oficial do estado de São Paulo, 2006.



Cem anos de História. Esse é o feito da antiga Escola de Aprendizes Artífices, em 2009. Da ação visionária de Nilo Peçanha, surgiu a educação profissional brasileira. Talvez, nem mesmo aquele ilustre Presidente tenha imaginado que, um século depois, as instituições por ele criadas tivessem o fôlego da juventude e da inovação que hoje possuem os Institutos Federais por todo o Brasil. No Espírito Santo, aquela pequena escola do início do século XX cresceu e se tornou o Instituto Federal do Espírito Santo, com seus vários campi estrategicamente localizados em todo o Estado. Não seria tão sólida esta Instituição se não tivesse contado, ao longo de cem anos, com o comprometimento e dedicação de milhares de servidores, alunos e o apoio da sociedade capixaba. O árduo trabalho de pesquisa dos autores deste livro recuperou um pouco dessa História, que vale a pena ser conhecida de todos, pois ela é a sólida base sobre a qual edificaremos o nosso grande instituto. Boa leitura!

### **Prof. Denio Rebello Arantes**

Reitor Pro Tempore do Ifes

Boa parte da minha história se confunde com a história do Instituto Federal do Espírito Santo: 35 anos nesta respeitável Instituição e o privilégio de comemorar seus cem anos. No início, o adolescente magricela percorrendo imensos corredores e convivendo com professores e servidores extremamente dedicados às suas funções. Depois, a honra de atuar como professor e coordenador. Mais tarde, em 1998, tornar-me diretor-geral pelo voto dos colegas e dos alunos; conviver com três das denominações da Instituição: Escola Técnica Federal do Espírito Santo, Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo, Instituto Federal do Espírito Santo; ser o primeiro Reitor do Ifes. Paralelamente, acompanhar o desenvolvimento do nosso Estado. São alegrias e desafios a compartilhar com todos os que amam, como eu, esta querida escola. Por isso, convido-os a percorrermos as páginas deste livro e desfrutarem da História do trabalho de muitos que por aqui passaram e dos que aqui estão.

### **Prof. Jadir José Pela**



ISBN 978-85-62934-00-1



9 788562 934001